

GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADE

BALANÇO E RESUMOS DOS TRABALHOS
DA 3ª EDIÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO

VOLUME III

ORGANIZADORES

Édi A. Benini

Ana Lúcia Sales

Henrique T. Novaes

Mariana R. Silva

OUTRAS EXPRESSÕES/CROMOSETE

CONSELHO EDITORIAL: Gaudêncio Frigotto, Luiz Carlos Freitas, Rafael Litvin Vilas Bôas e Walnice Nogueira Galvão

CAPA, PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Denis Forigo (<http://camaracom.com.br>)

IMPRESSÃO: Cromosete

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

G393 Gestão pública e sociedade: balanços e resumos dos trabalhos da 3ª edição do curso de especialização. / Édi A. Benini...[et al] (organizadores).--1.ed.--São Paulo : Outras Expressões : Cromosete, 2013.
274 p. : il., tabs.

Indexado em GeoDados - <http://www.geodados.uem.br>.
ISBN 978-85-66421-46-2

1. Gestão pública – Fundamentos - Trabalhos 2. Políticas públicas – Economia solidária - Trabalhos. I. Benini, Édi, org. II. Título.

CDD 350

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Secretaria Nacional da Economia Solidária (Senaes)
Ministério do Trabalho e Emprego
www.mte.gov.br

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição – abril de 2013

EDITORA OUTRAS EXPRESSÕES / CROMOSETE
Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3105-9500 / 3522-7516 / Fax: (11) 3112-0941
www.expressaopopular.com.br
livraria@expressaopopular.com.br

Sumário

Apresentação	5
As lutas por uma educação para além do capital na América Latina e a criação do curso de especialização “Gestão Pública e Sociedade”	7
Resumos	31
Polo Belém	33
Polo Belo Horizonte	57
Polo Brasília	83
Polo Campinas	101
Polo Campo Grande	131
Polo Curitiba	151
Polo Palmas	179
Polo Porto Alegre	205
Polo Recife	225
Polo Salvador	251

Apresentação

NA ÚLTIMA década, o campo da Economia Solidária conquistou um importante espaço social no Brasil, que vem se materializando no crescimento do número de empreendimentos econômicos solidários nos mais diversos setores da produção, comercialização, consumo e finanças baseados na autogestão, na cooperação e na solidariedade. Igualmente relevantes são as iniciativas de construção de redes de cooperação e cadeias produtivas solidárias, evidenciando o potencial de crescimento da Economia Solidária a partir de estruturas orgânicas, pautadas por idênticos princípios e critérios de eficácia. A expansão da Economia Solidária encontrou significativo apoio nos movimentos sociais, urbanos e rurais, que incluíram nas suas estratégias o desenvolvimento de iniciativas de produção dos meios de vida ancoradas no trabalho associado e na autogestão da produção.

Tal projeção da Economia Solidária no Brasil encontrou ressonância no Estado brasileiro, sobretudo nos governos democrático-populares que inseriram na agenda pública o trabalho associado, formulando e implementando políticas públicas voltadas ao apoio e fomento aos empreendimentos solidários. A partir de iniciativas pioneiras em prefeituras e governos estaduais, realizadas desde, pelo menos, a década de 1990, as políticas públicas de Economia Solidária alcançaram o governo federal com a eleição do presidente Lula em 2002, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao lado de importantes organizações ou articulações dos atores do campo da Economia Solidária, os gestores de políticas públicas de Economia Solidária tiveram um papel significativo na criação da Senaes nos seus oito anos de existência, participando ativamente dos espaços institucionais de elaboração e controle social da política em nível federal, e como gestores de políticas nos planos estadual e municipal. A Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária, instituição que cristaliza a experiência desse período, contribuiu para a disseminação das políticas de Economia Solidária em centenas de municípios e governos estaduais, nas cinco regiões do país. Seja atuando diretamente na formação de gestores, seja trocando experiências, sistematizando e publicizando as metodolo-

gias utilizadas, os resultados obtidos e os entraves institucionais que persistem, a Rede de Gestores foi parceira estratégica da Senaes na ampliação do espaço da Economia Solidária no Estado brasileiro.

Neste momento em que se inicia uma ação nacional para a Formação de Gestores Públicos em Economia Solidária, em nível de especialização, executado em parceria entre a Universidade Federal do Tocantins e o GAPI-Unicamp, o que se pretende é possibilitar que as políticas voltadas ao trabalho associado, coletivo e autogestionário alcancem um novo patamar, fortalecendo seus princípios e suas organizações, disseminando as metodologias e estratégias até aqui adotadas e que possibilite o surgimento de novas formulações e diretrizes que permitam avançar na luta por um novo modelo de desenvolvimento para o país.

Parte integrante deste projeto, a publicação do terceiro volume do livro *Gestão pública e Sociedade*, com os resumos dos artigos produzidos pelos alunos e um balanço do curso, é uma contribuição para a reflexão crítica e militante sobre as potencialidades das políticas públicas de apoio à Economia Solidária em nosso país.

Departamento de Estudos e Divulgação
Secretaria Nacional de Economia Solidária

As lutas por uma educação para além do capital na América Latina e a criação do curso de especialização “Gestão Pública e Sociedade”

Édi A. Benini¹

Henrique T. Novaes²

Contexto atual: avanço da barbárie e crise estrutural do capital

DESDE A invasão portuguesa e a formação do Brasil-colônia, este país vem sendo saqueado por capitais estrangeiros e nacionais. Darcy Ribeiro certa vez afirmou que o Brasil nasceu e sempre viveu uma guerra civil por moradia, água, saneamento, creches, trabalho, emprego... Eric Hobsbawm, o ilustre historiador marxista que faleceu recentemente, também afirmou que de todos os países que conheceu, o Brasil era o que apresentava o maior abismo social. Lá embaixo as maiorias - uma massa de miseráveis mestiços vivendo com muito pouco e lá em cima, as classes dominantes - as minorias - com a maior parte da renda nacional e controle absoluto do Estado, que Florestan Fernandes caracterizou como um circuito fechado.

Na contracorrente desta tendência, inúmeras lutas sociais tentaram criar um país auto-determinado e emancipado. Quilombo dos Palmares, Revolta de Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Canudos, lutas pela libertação dos Escravos, Revolta da Chibata, a revolução conservadora e incompleta de 1930, as Ligas Camponesas, a criação das Comissões de Fábrica dos anos 1950, a criação da Universidade de Brasília, os Cadernos do Povo Brasileiro e as tentativas de formação de um sistema educacional público e laico, o Cinema Novo e a Arquitetura Nova, todas elas e muitas outras - em maior ou menor medida - são expressão das lutas dos movimentos sociais brasileiros na grande era da Revolução brasileira, que logo foi interrompida com o Golpe de 1964 e substituída por um longo ciclo de contrarrevolu-

1 Docente da Universidade Federal do Tocantins – Campus de Palmas. edibenini@gmail.com

2 Docente da Unesp – Campus de Marília. hetanov@yahoo.com.br

ção que ganhou traços mundiais.

Estamos vivendo desde os anos 1970 uma crise estrutural que promoveu uma ofensiva do capital num ritmo inesperado pelos historiadores: a) retorno ou intensificação da acumulação “primitiva”, que no Brasil se expressa pelo roubo de terras e conhecimentos indígenas, expropriação de terras de pequenos produtores, saqueamento e venda a preço de banana de bens primários; b) retirada das amarras para a livre reprodução do capital financeiro (bancos, fundos de pensão, investidores bilionários, seguradoras, etc.); c) intensificação do trabalho, enxugamento das fábricas e processos de terceirização que resultaram no aumento do subemprego e desemprego estruturais; d) criminalização dos movimentos sociais, corte dos direitos públicos duramente conquistados e políticas de “pacificação” que demonstram o esgotamento da fase “civilizatória” do capital.

Mas a crise estrutural do capital também produziu “novos” movimentos sociais. Num país que nunca ofereceu condições dignas de produção e reprodução da vida para a imensa maioria de trabalhadores, ressurgem nos anos 1970-80 lutas por habitação autogestionária, educação para além do capital, trabalho não alienado e criação de comissões de fábrica, a não expropriação das terras e pela reforma agrária, a não privatização da riqueza pública (empresas estatais, creches, universidades, etc), lutas por igualdade substantiva (de gênero, etnia e geração), uma vez que o capital só pode oferecer a igualdade formal. Um destes movimentos sociais é o movimento de “Economia Solidária”.

A primeira vista como resposta as necessidades do movimento de economia solidária, ou de forma mais ampla, dos movimentos sociais, em formar militantes e trabalhadores públicos que estão na luta diária, mas não têm o conhecimento sistematizado sobre economia solidária, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, ofertou, por meio de edital público (Edital de Chamada Pública de Parceria SENAES/MTE n.º 002/2010), um curso nacional de especialização, voltado para “gestores de políticas públicas de economia solidária”.³

Na nossa visão, crítica e dialética, a respeito da postura da SENAES

3 Cabe destacar também que o curso decorreu de uma demanda da Rede de Gestores de políticas públicas de economia solidária. Já havia sido realizado dois cursos de formação/aperfeiçoamento com financiamento da Senaes.

ou sua própria concepção hegemônica de “economia solidária”, ao mesmo tempo converge e diverge. Converge porque estes militantes, seja na condição de gestores ou não, são parte legítima das lutas pela emancipação dos trabalhadores (em relação aos mecanismos de mercantilização e alienação do trabalho), e é importante o reconhecimento institucional dessas lutas. Diverge porque consideramos insuficientes, do ponto de vista de tal processo histórico de lutas emancipatórias, concepções e práticas que situem as lutas pelo trabalho associado (no caso o movimento da economia solidária) para projetos excessivamente dependentes do Estado, ou mesmo como complemento de políticas neodesenvolvimentistas, sem de fato questionar o sistema socioeconômico dominante. Ao contrário, vemos na práxis autêntica do trabalho associado o nascimento de uma nova forma de intercâmbio social, centrada na solidariedade e na autogestão, que podem conduzir a própria superação das mediações despóticas do capital para uma sistema orgânico do trabalho. Porém, essa superação do trabalho alienado não vem sendo conduzida – na teoria e na prática – pelo Governo Lula-Dilma, seja pela pequena força política da SENAES ou pela força do pacto neodesenvolvimentista das forças que sustentam este governo.

Sem um efetivo combate por parte dos movimentos sociais anti-capital, teme-se que os aspectos cada vez mais destrutivos da produção capitalista tendem, com grande probabilidade, a continuar alimentando, ou mesmo acelerando, o contínuo avanço da barbárie. Tal crise, devido a sua própria natureza, dificilmente será contida no âmbito dos Estados Nacionais por meio de políticas públicas, sejam elas pacificadoras ou progressistas.

Este curso se insere no campo das lutas anti-capital, tendo como horizonte ontológico o socialismo autogestionário, no qual a produção precisa estar a serviço das necessidades humanas e sob o controle dos produtores livremente associados, superando a centralidade da valorização do capital e a alienação dos trabalhadores. Cabe salientar que no Brasil e em outros países da América Latina, estão surgindo cursos de especialização, aperfeiçoamento, formação política, educação escolar, não-escolar, dentro e fora da universidade, com graus variados de crítica ao sociometabolismo do capital e com divergências em relação ao conteúdo e métodos mais ou menos diretivos. Estes cursos merecem uma avaliação, uma vez que, a nosso ver,

ainda não avaliados com profundidade⁴.

Para nós, fazer um balanço de um curso é olhar as principais dimensões da totalidade e ao mesmo tempo, observar o contexto histórico em que tal curso se insere, para captar os limites que o mesmo enfrenta e que não poderão ser resolvidos sem uma profunda modificação nas relações sociais. Nas linhas abaixo, tentaremos esboçar as principais dimensões do curso Gestão Pública e Sociedade. Acreditamos que os balanços vindos dos coordenadores de turma e dos monitores, da coordenação de educação à distância e dos alunos também serão imprescindíveis para o desenvolvimento de novas turmas. Contaremos com a contribuição de todos e com o debate sincero.

Na primeira seção pretendemos mostrar que o curso surgiu do interesse comum de duas “tribos”, mas também apresentou conflitos e contradições.

A reflexão sobre conteúdo - a produção de dois livros para utilização no curso - foi abordada na seção seguinte. Na terceira seção observamos os aspectos metodológicos e na quarta seção refletimos sobre os “produtos” do curso, principalmente os artigos elaborados pelos alunos e os desdobramentos esperados e inesperados pela criação deste curso de especialização com um perfil crítico-dialético.

O encontro de duas tribos com projetos em comum e contradições

O PROJETO para o edital foi concebido por nós e posteriormente foi socializado com os professores num encontro em Campinas em julho de 2011. A ideia era somar ao espaço já conquistado, ou seja, dar origem a um curso a partir da experiência de duas turmas do curso de Gestão Pública e Sociedade, com a experiência dos cursos voltados para a Economia Solidária e Tecnologia Social promovidos pelo GAPI-Unicamp⁵.

Sobre a estrutura das disciplinas ou módulos, a princípio não havia

4 Ver, por exemplo, Iasi (2006), Barros (2012) e Alaniz (2012). As incubadoras de Cooperativas populares têm feito inúmeros balanços das suas atividades formativas que estão disponíveis na internet.

5 O curso de especialização da Unicamp foi inicialmente coordenado por Henrique Novaes e Laís Fraga e posteriormente por Laís Fraga e Ioli Wirth.

maiores dificuldades, pois as primeiras configurações do curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade já foram organizadas tendo com eixo a teoria crítica e a administração pública societal⁶, matrizes teóricas que dialogam facilmente com as propostas autogestionárias da própria economia solidária e com o curso da Unicamp, que também partia de um horizonte de crítica ao sociometabolismo do capital.

Porém, quando se deu a articulação do corpo docente, tal tarefa já não foi tão simples. Podemos afirmar que neste encontro, de planejamento do curso de dois dias, não foi suficiente para pensar os conteúdos dos módulos de forma plenamente articulada, além de definirmos as categorias ou temas principais que deveriam ser desenvolvidas no curso de forma integrada.

Este encontro serviu para que professores que não se conheciam viessem a se conhecer, serviu também para pensar pelo menos na ordem “lógica” dos módulos, dentro de três troncos (grupos de módulos) aglutinadores, e para socializar como cada professor já estava pensando as suas aulas, e com isso receber algumas poucas sugestões de enfoque e formas de se promover a relação com os outros módulos.

Mas não podemos deixar de reconhecer que em comparação com os cursos anteriores em Palmas e Campinas, houve um considerável avanço, já que neles não havia recursos suficientes para juntar os professores antes de começar o curso. Os dois cursos eram pagos, mas com baixíssimo custo, com um perfil político distinto dos cursos de especialização caça-níqueis tão em moda nos dias de hoje.

Em síntese, o conteúdo combinou uma articulação não equilibrada entre dois cursos que haviam sido criados na Unicamp e na UFT e as demandas colocadas pelo edital, que em grande medida convergiam com os temas já abordados pelos cursos, mas também traziam novidades.

O curso de especialização Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina (Unicamp), foi criado em 2007 e teve sua primeira turma em 2008⁷ e curso de especialização Gestão Pública e Sociedade (UFT),

6 Devemos essa concepção a Ana Paula Paes de Paula, especialmente no seu livro “Por uma nova Gestão Pública” (2005).

7 Em 2006 e 2007, oferecemos na Unicamp o curso de aperfeiçoamento de 72 horas chamado “Autogestão no Brasil”, que em alguma medida condensava o que viria a ser o curso de especialização da Unicamp. Antes disso, já em 2001, o professor Renato Dagnino ofereceu a primeira de

também criado em 2008, teve sua primeira turma em 2009. Diante disso, o curso reuniu duas “tribos” e alguns “primos” destas duas tribos para enfrentar a difícil missão de oferecer 10 turmas simultâneas em cinco regiões do Brasil, distribuídas em 9 capitais e em Campinas. Na primeira reunião dos professores, para nos conhecermos e articularmos o curso, um dos professores usou a seguinte imagem: disse que nós dois éramos “os técnicos do time de futebol”, mas que parte dos jogadores ainda não se conhecia.

Quando vencemos o Edital, neste já estava determinado que o público prioritário, mas não exclusivo, do curso deveria ser de gestores públicos que trabalham com economia solidária, logo, também poderia comportar a entrada de pessoas que ainda não têm conhecimento do tema ou que militam em outras instâncias próximas (políticas públicas ou ações de apoio de recorte social). Depois da divulgação e da seleção, tivemos trabalhadores públicos que atuavam no campo da Economia solidária e Autogestão, membros da Economia Solidária, alguns membros de outros movimentos sociais, membros de incubadoras de cooperativas, alguns cooperados, e também novatos (muitos deles desconheciam a economia solidária), variando a quantidade em cada polo.

Dos alunos classificados, foram inicialmente matriculados 378 alunos (havendo uma segunda chamada de convocações até completar 400). Deste matriculados, temos o seguinte cenário:

Tabela 1 – área de atuação dos alunos

Área de atuação	Alunos	Percentual
Economia Solidária	141	38%
Gestão Pública	131	35%
Pesquisa	70	19%
Ensino	79	21%
Extensão e Assessoria	81	22%
Servidor Público Concursado	110	29%
Servidor Público - Cargo Comissionado	61	16%
Universidade	57	15%

várias turmas do curso de especialização “Gestão Estratégica Pública”, sendo um dos autores deste artigo foi o coordenador “técnico” de algumas destas.

Movimentos Sociais	81	22%
ONGs	76	20%
Trabalho Associado	33	9%
Cooperativismo	52	14%
Políticas Públicas	143	38%

Obs: As pessoas podem marcar mais de uma caixa de seleção, então a soma das porcentagens pode ultrapassar 100%.

Ao final do processo seletivo (agosto de 2011), foram matriculados 400 alunos (22 em segunda ou terceira chamada, conforme as desistências dos primeiros classificados). Em 30 de novembro de 2012 tivemos a certificação de 270 alunos. A meta do edital era a formação de 300 especialistas, mas devido a alta desistência nos cursos de especialização, optamos por chamar 10 alunos a mais dessa meta em cada polo.

Vale evidenciar que até o início dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC, na forma de artigo científico, havia ainda 325 alunos cursando a especialização (em janeiro de 2012), e para todos esses alunos foi designado um orientador.

Dessa forma, além dos 270 alunos que cumpriram todos os requisitos do curso (créditos nos módulos e entrega dos TCCs), 14 alunos terminam o curso e não entregaram o seu TCC, e outros 4 alunos entregaram o TCC, mas ficaram com pendência em um ou mais módulos⁸. Tivemos muitos relatos de alunos desistentes devido a dificuldades ou mesmo falta de tempo para elaborarem os seus respectivos TCCs, uma vez que, na nossa avaliação, alunos que não se “identificaram” com a proposta do curso desistiram nos primeiros 4 meses. Além disso, naturalmente que tivemos outros relatos de uma série de problemas pessoais que levaram também outros tantos alunos a desistirem, muitos deles efetivamente ligados a economia solidária.

O conteúdo: socialização do conhecimento acumulado pelos

8 A partir da reunião de finalização e avaliação do curso, que aconteceu nos dias 23 e 24 de novembro de 2012 em Campinas, foi deliberado um prazo até 10 de fevereiro de 2013 para a regularização destes outros alunos. Com isso, a certificação dos alunos deve passar de 270 e se aproximar ainda mais da meta.

professores

NESTE CURSO, optamos por reunir professores marxistas, marxistas autogestionários, membros da economia solidária das vertentes mais críticas, que potencialmente poderiam contribuir para materializar a principal vertente teórica do curso, que é inserida na teoria crítica em geral, e na concepção de administração pública societal, que faz um contraponto teórico ao gerencialismo, em particular⁹.

Mas no fim das contas, podemos perguntar: o curso teve hegemonia marxista? Hoje achamos que não, pois predominou a difusão do pluralismo de tendência crítica. Em todo caso, buscamos pelo menos uma matriz estruturante crítico-dialética, porém, também respeitamos importantes contribuições no campo do pensamento crítico em geral, além também do imperativo de seguir os preceitos normativos de um curso de especialização. Mais precisamente, houve o predomínio do pensamento crítico, com graus variados de crítica ao sociometabolismo do capital, em geral de forma complementar, mas em alguns momentos de forma sobreposta ou mesmo contraditória. Deste ponto de vista, acreditamos que formamos alunos dentro de uma perspectiva totalizante, mas que viram a totalidade sem a primazia do materialismo histórico.

O lado positivo disso foi a riqueza de visões e a diversidade de posições teóricas que os alunos tiveram acesso, fomentando o debate, e evitando quaisquer viés de doutrinação. O lado ruim disso foi a dificuldade em construir uma hegemonia marxista autogestionária e articular conteúdos, evitando lacunas e sobreposições, que acabaram ocorrendo em alguns momentos¹⁰. Como coordenadores, defendíamos a interligação e retomada dos temas para a construção da totalidade/complexos temáticos, mas os alunos reclamaram que em algumas ocasiões isso não aconteceu, prevale-

9 Sabemos que a escolha dos professores é decisiva, pois não queríamos repetir os problemas existentes nas graduações das universidades públicas: falso pluralismo, faxina teórica da esquerda, marxismo defenestrado, etc.

10 Devemos destacar também que, mesmo se houvesse hegemonia marxista no curso, sem uma quantidade adequada de encontros para a articulação dos conteúdos, poderia haver problemas parecidos. Não podemos deixar de lembrar que o marxismo do século XX travou inúmeros embates com o anti-marxismo stalinista e também se fragmentou em inúmeras correntes que não conversam entre si, o que vai exigir neste século XXI altas doses de unificação, tal como fez a Igreja Católica ao transformar os inúmeros catolicismos numa única religião.

cendo a sobreposição ou repetição.

Porém, visto de forma geral, a grande maioria dos alunos concordou que o curso aborda a gestão pública e a teoria do Estado de forma mais aprofundada e muito mais crítica que os demais cursos do gênero, que estão sob nítida influência do gerencialismo ou visões conservadoras de sociedade. Uma percepção que fica, por parte dos alunos, e que nós concordamos, é que a hegemonia dos cursos, nesta área, são essencialmente instrumentais, e o nosso buscou inserir questões políticas e históricas com mais profundidade, permitindo assim fluir o debate na perspectiva da mudança ou transformação social.

Ainda sobre o conteúdo: o livro com artigos de crítica social

Os DOIS livros que publicamos serviram como material didático para as aulas e têm servido de material para aqueles que se interessam pela relação entre gestão pública e economia solidária/autogestão, bem como para os interessados em criar cursos de gestão pública compromissados com as lutas anti-capital.

Os conteúdos que foram abordados pelos professores, cumpriram uma dupla tarefa prática e teórica: prática no sentido de auxiliar na articulação e socialização dos conteúdos, mas também numa tarefa teórica, no sentido de esforço de diálogo com outras perspectivas próximas, isto já no contexto do curso e com os conhecimentos acumulados por cada professor. Serviu também para que os próprios professores lessem o que os demais colegas iriam trabalhar em sala de aula e isso não pode ser desprezado.

Nossa ideia era justamente encomendar para os professores tal tarefa, estimulando a reflexão, e com isso, auxiliando o enriquecimento das aulas¹¹.

Este material, em grande medida, serviu de leitura “obrigatória” para os módulos dados pelos professores. Sob este ponto de vista, o curso procurou romper uma das dimensões da alienação do trabalho docente, isto é, a utilização de materiais estranhos aos professores, que não foram escolhi-

11 A exceção foi justamente a disciplina “A economia solidária como estratégia de desenvolvimento” que por motivos de força maior, as duas professoras não conseguiram elaborar o artigo a tempo.

dos ou elaborados por eles ou que contribuem para a perpetuação da dominação. Além disso, as referências bibliográficas contidas nos artigos bem como as leituras complementares indicadas pelos professores – e postadas no Teleduc – serviram como material de aprofundamento. Num momento onde os trabalhadores públicos estão perdendo o controle da sua vida e de seu trabalho – “não tem tempo para nada”- cumpre salientar que foi baixo o nível de utilização do material complementar, mas acreditamos que o mesmo poderá ser consultado num futuro próximo, tal como nos relatam alguns alunos. Por último mas não menos importante, a parte final do volume II condensou artigos elaborados por militantes ou teóricos da economia solidária que estão atuando direta ou indiretamente no campo das políticas públicas.

As aulas eram oferecidas em quatro blocos, de 4 horas cada, e foram adensadas num período de 12 meses, além de outros 2 meses para a finalização dos Trabalhos de Conclusão de Curso, logo, quase no limite do prazo final do convênio deste curso. Em virtude de atender os prazos do convênio, acreditamos que houve algum tipo de perda, principalmente no primeiro bloco (sexta à tarde) e em módulos que ficaram muito próximos (intervalo de duas semanas). Também devemos sublinhar que os inúmeros compromissos dos alunos e o rigor do curso levaram mais de cem, dos 400 alunos, a desistência do curso.

Como veremos mais a frente, nem sempre estes conteúdos foram apropriados pela maioria dos alunos nos trabalhos finais de conclusão de curso (artigos). Houve uma falha neste aspecto que ainda não sabemos avaliar com precisão, mas tentaremos delinear nas páginas abaixo.

Aspectos metodológicos

O conteúdo complexo temáticos-totalidade

Para oferecer este curso, partimos do conceito de totalidade desenvolvido por Marx e aperfeiçoado por Lukács. Para o último: “O que distingue, decisivamente, o marxismo da ciência burguesa não é a tese de um predomínio dos motivos econômicos da explicação da história; é o ponto de vista da totalidade” (Lukács, 2003).

Mais precisamente, seguindo ainda as trilhas de Lukács, na teoria social de Marx, a totalidade, como categoria fundante da realidade, significa:

em primeiro lugar, a unidade concreta das contradições interatuantes; em segundo lugar, a relatividade sistemática de toda totalidade, tanto para cima como para baixo (o que quer dizer que toda totalidade é construída por totalidades subordinadas a ela e também que, ao mesmo tempo, ela é sobredeterminada por totalidades de maior complexidade...); e, em terceiro lugar, a relatividade histórica de toda totalidade, ou seja, que o caráter-de-totalidade de toda totalidade é dinâmico, mutável, sendo limitado a um período histórico concreto, determinado” (Lukács, 1949 apud Netto, 2009).

No campo pedagógico, Pistrak e os intelectuais do início da Revolução Soviética, desenvolveram o conceito de complexos temáticos, isto é, olhar um problema específico em várias dimensões, trazendo a unidade e as particularidades do problema no campo da geografia, da história, da química, da física, biologia, etc. (Pistrak et. al., 2009)¹². A semelhança entre estas duas categorias ainda não foi suficientemente abordada por nós, pesquisadores marxistas.

Neste curso, nos apoiamos nas categorias totalidade e complexos temáticos para pensar o curso, mas não tivemos tempo, domínio e corpo docente suficiente preparados para utilizá-las.

Articulação e ordem dos módulos

Tivemos neste curso 16 módulos oferecidos num espaço de 12 meses. Segue abaixo a relação de módulos 1) Estado, Reforma do Estado e Políticas Públicas; 2) História e Sociologia do Cooperativismo e da Autogestão; 3) Projetos e Políticas Públicas em Economia Solidária; 4) Metodologia de Pesquisa e do Ensino Superior; 5) Análise Crítica da Teoria Organizacional; 6) Espaço Público e Processo Decisório; 7) Realidade Brasileira; 8) Base Jurídica da Gestão Pública; 9) Gestão e Avaliação de Políticas Públicas; 10) Pedagogias da Produção Associada; 11) Política Habitacional e Reforma

12 Não sabemos se estes dois autores já se encontraram, mas cabe salientar que a compreensão da totalidade era uma preocupação comum ao marxismo do início do século XX que tentava escapar do avanço do “marxismo positivista”, fragmentador, apriorístico e lógico.

Urbana ; 12) Tecnologia Social e Política Científica para a Economia Solidária; 13) A Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento; 14) Tópicos Avançados de Planejamento; 15) Tópicos Especiais em Políticas Públicas de Economia Solidária; 16) Seminários de Pesquisa – Apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso.

Para efeitos de melhor apresentação dos módulos aos alunos¹³, procedemos pelo agrupamento metodológico dos módulos em 3 blocos. Os módulos de 1 a 5 foram agrupados no primeiro bloco, os módulos de 6 a 10 no segundo e os demais foram organizados nos últimos módulos de cada turma/polo do curso. Em raríssimos casos tivemos que retirar um módulo de um bloco para outro, em função de imprevistos como doença dos professores, compromissos de última hora, etc.

Apesar dessa diversidade sequencial do curso, aonde cada polo teve uma agenda diferente de módulos, acreditamos que isso não prejudicou o curso, mas sim, ao contrário, demonstrou a quão rica e variada pode ser uma experiência de formação. Nossa preocupação central foi garantir a qualidade de todas as aulas, buscando a melhor articulação possível entre elas.

O módulo “tópicos especiais” e as particularidades regionais

Acreditamos que o curso teve uma dimensão muito mais nacional-internacional do que regional-nacional. Privilegiamos este enfoque mais generalizante por acreditar que a mundialização do capital tem um peso na determinação das nossas vidas muito maior do que os espaços locais-regionais, mas isso não significa dizer que a realidade local-regional não interfere na dinâmica do capital.

As singularidades regionais locais foram abordadas no módulo “tópicos especiais” e também por uma parte dos professores que conheciam as lutas, as particularidades regionais, a existência de cooperativas, associações, os movimentos sociais da região.

Assim como os outros módulos, o de “tópicos especiais” foi dividido em 4 blocos de 4 horas, sendo um coordenado pela Secretaria Nacional de

13 Uma vez que não era possível ofertar a mesma disciplina em 10 polos simultaneamente, pois para evitar uma maior fragmentação do curso, organizamos 2 a 3 professores por disciplina/módulo.

Economia Solidária, outro pela Rede de Gestores Públicos em Economia Solidária, e os outros dois blocos por professores das Universidades-sede dos polos ou por pessoas que os alunos elegiam para falar pra eles. Em alguns polos, os alunos foram conhecer alguma experiência de cooperativismo ou associativismo. Certamente ficaram algumas lacunas que o curso isoladamente não conseguiu preencher, e a sensação de que o processo de desvelamento do sociometabolismo do capital dá estímulos à continuidade do processo de conhecer - e superar- a irracionalidade do sociometabolismo do capital.

A combinação de metodologias diretivas e participativas

Nós orientamos os professores para que buscassem combinar metodologias numa perspectiva de interação e diálogo, mas também reconhecemos que em determinados momentos os módulos poderiam se orientar por uma educação de tendência mais “bancária”, como sugere Paulo Freire. É preciso ressaltar também que por se tratar de um curso de especialização, deve ter havido uma primazia do conteúdo, isto é, aulas mais expositivas e de socialização do conhecimento do professor. Porém, nota-se que cada aula teve a sua particularidade, havendo desde momentos de grande intensidade coletiva e reflexiva, momentos onde os alunos reclamavam que o professor “dava aula sem parar”, até momentos de estranhamento com conflitos pedagógicos, ideológicos ou mesmo políticos.

Articulação da parte presencial com a parte a distância: a utilização do TelEduc

Sabendo que 20% do curso seria realizado à distância, utilizamos o TelEduc, um software livre desenvolvido pela Unicamp e que foi utilizado no curso de especialização Economia Solidária e Tecnologia Social na América Latina. O TelEduc foi desenvolvido para pessoas com pouca familiaridade com a internet. Este fator contribuiu para o propósito do curso, pois sabíamos que uma parte do nosso público enfrentaria algumas dificuldades na parte à distância.

O TelEduc foi utilizado para os alunos se conhecerem, para os professores conhecerem os alunos, para avisar os alunos quais atividades deve-

riam realizar antes da aula presencial, para a realização de alguns debates virtuais, para a divulgação de eventos, para a avaliação dos professores, etc.

De acordo com a nossa coordenadora de educação à distância, o TelEduc foi subutilizado pelos professores e alunos. Diante da insegurança de trabalhar com algo novo, os professores e coordenadores preferiram o bê-á-bá: indicação de leituras e solicitação de impressões de leitura. Aos monitores coube a tarefa de corrigir as atividades elaboradas por professores que não conseguiram corrigi-las. Cabe salientar que sugerimos aos professores que eles corrigissem as atividades, mas isso nem sempre foi possível em função da enorme carga de trabalho. Ao longo do curso, muitos professores optaram por realizar a atividade avaliativa no último bloco do módulo, principalmente porque os alunos não estavam fazendo os exercícios ao longo da semana prevista.

Para as atividades à distância, utilizamos um leque diversificado de meios pedagógicos, mas sempre privilegiando os fóruns e discussões coletivas. A apropriação do TelEduc foi muito distinta pelos alunos. Tivemos alunos que não se familiarizaram com esta ferramenta, alunos que participavam das atividades apenas para “cumprir tabela” até alunos muito participativos e que exploravam todas as possibilidades desta ferramenta. O TelEduc serviu também para os professores conhecerem os alunos, para saber a sequência dos módulos e para os alunos se conhecerem melhor, principalmente nas primeiras aulas, pois o mesmo continha informações de onde as pessoas trabalhavam, do que gostavam, etc.

Por último, mas não menos importante, gostaríamos de destacar que não somos totalmente contra a educação a distância, mas sim a forma que ela vem ganhando no capitalismo financeirizado, que têm encontrado fórmulas de fabricação enxuta e liofilizada na educação, centrados mais na redução de custos e menos na aumento da qualidade da relação ensino-aprendizagem. Para se ter uma ideia, mais da metade dos pedagogos e pedagogas brasileiros já são formados em cursos totalmente a distância e em corporações universitárias particulares. As consequências deste tipo de economia política da deseducação são claras: formação de graduados analfabetos funcionais, super-exploração do trabalho docente, ausência de condições de trabalho adequadas para professores e monitores, o não con-

tato entre os alunos, universidades como fábricas enxutas e virtuais que reproduzem o capital num ritmo muito maior que os padrões anteriores.

A autogestão do curso

A autogestão do curso surgiu de duas formas, que poderíamos chamar de autogestão contingente e autogestão com consciência.

Alguns autores já refletiram sobre o “desenvolvimento desigual e combinado”, mas poucos refletiram sobre o desenvolvimento desigual e combinado na educação. Temos desde universidades públicas com alto padrão de infraestrutura, a universidades que não têm papel higiênico nos banheiros, estão sujas, salas inadequadas, etc. Para resolver seus problemas imediatos e diante destas contingências, surgiu a autogestão contingente. Cabe salientar também que o edital não previa recursos para o lanche, o que também motivou os alunos a se auto-organizarem.

Nos mesmos polos ou em outros, os alunos criaram o que estamos chamando de autogestão com consciência: surgimento de algumas práticas autogestionárias, por iniciativas dos alunos, coordenadores e monitores que vivenciam nos ambientes de economia solidária e em outros movimentos sociais práticas participativas autênticas, que põem em prática os princípios autogestionários, indo desde a organização do lanche, até a organização de visitas técnicas, seminários, festas, determinação dos rumos do curso, etc. Observamos que tais iniciativas ao mesmo tempo foram resultado e fortaleceram a construção de uma identidade coletiva da turma. Porém tal fato não aconteceu em todas as turmas, sendo em algumas poucas houve mais elementos de fragmentação do que de interação.

Aos coordenadores locais de turma coube a tarefa de divulgar o edital de seleção, selecionar os alunos, conseguir uma sala de aula adequada, receber os alunos, fazer as pontes com os monitores e com os coordenadores gerais, ajudar na auto-organização da turma.

Os “produtos” do curso de especialização

Para nós, houve graus variados de apropriação da teoria difundida no curso, isto é, ao ler os artigos dos alunos, não é difícil perceber que o co-

nhcimento socializado enfrentou um combate assimétrico com as teorias difundidas pelo capital. Sobre isso, no livro “O Poder da Ideologia”, Mészáros observou que a esquerda mundial tem enfrentado batalhas extremamente assimétricas na guerra entre ideologias de dominação e “ideologias emancipatórias”.

Neste artigo, tentaremos identificar os determinantes de primeira ordem que levaram a tal resultado, mas infelizmente não poderemos desenvolver tais temas: a) a “inércia” do conhecimento adquirido pelos alunos na escola estatal, b) nas graduações que fizeram, provavelmente sob hegemonia das ideologias do capital, c) a metralhadora da indústria cultural e dos jornais televisivos que nos bombardeia a cada segundo e tendem a ocultar os problemas essenciais da humanidade, d) a assimilação de teorias dentro da órbita do capital por parte de alguns professores, e) e também o pouco tempo dedicado a atividade de construção do artigo pelos orientadores. Sobre este último ponto, recebemos muitas reclamações dos alunos, em alguns casos injustificados e em outros justificados, de que os orientadores não estavam empenhados nesta atividade. Mesmo reconhecendo e aceitando esta crítica, salientamos apenas que devemos observar as condições materiais que levam a este tipo de atitude. Dentre elas, destacamos também uma dificuldade recorrente - que também se encontra, nos mais variados graus, nos cursos de mestrado ou de doutorado- que é justamente a complexidade de construir um texto científico. Inicialmente tínhamos cerca de 25 orientadores e rapidamente percebemos que os mesmos não estavam dando conta das orientações, uma vez que estas, não raramente, iam além do mera orientação teórica e metodológica, sendo necessário também apoio para outras questões elementares da construção do texto. Chamamos mais 8 orientadores, via processo seletivo simplificado, mas mesmo assim, tivemos inúmeros problemas justamente porque todos nós estamos trabalhando muito, até a exaustão e acumulando inúmeros trabalhos nas nossas universidades e na militância cotidiana. Além disso, fruto de iniciativas locais, articularam-se outros orientadores de forma voluntária. Com isso, chegamos ao total de 48 orientadores.

No que se refere aos “produtos imediatos” de um curso como este, Mauro Iasi (2006) observa que nem sempre os “produtos” dos cursos de formação, de formação política, etc., são imediatos, eles exigem longos

prazos de “maturação”. Isso nos leva a crer que a relação teoria-prática não é tão simples e mecânica como muitos têm feito parecer. Mais precisamente, ao fazer um balanço sobre o Núcleo 13 de maio, Iasi observa que:

Nos últimos anos, temos presenciado uma relação utilitarista das organizações para com a formação. Há uma cobrança, que só na aparência é positiva, de integração prática e de resultados concretos da formação para a ação sindical, partidária ou popular. Cobra-se, na verdade, mais filiados, uma melhor campanha salarial, uma melhor organização, em que atuam determinantes que, via de regra, fogem à área da ação da formação, embora no discurso ela acabe levando a culpa.

Para nós, o produto da formação é algo mais complexo e difícil de medir no curto prazo, como seria o gosto da consciência imediatista e sindical predominante em nosso movimento. Seria algo a ser medido na qualidade efetiva da ação militante, em sua capacidade crítica diante de deformações que vão se produzindo, a constatação, no quadro de militantes, da socialização de novos valores e preocupações, no número de quadros com capacidade de elaboração de políticas de ação e organização. Um produto que deve ser construído cotidianamente, mas que somente se expressa ao final de processos relativamente longos (Iasi, 2006, p. 171).

Cabe destacar também que a esquerda tem enfrentando inúmeras contingências nesta etapa do capitalismo, caracterizada pelo avanço da barbárie e criminalização dos movimentos sociais, que têm nos colocado na defensiva. Certamente este determinante tem dificultado a surgimento de “produtos imediatos” dos cursos de formação política, especialização, aperfeiçoamento, etc. tendo em vista a construção de uma sociedade para além do capital.

Em que pese tais limites e problemáticas, talvez um primeiro indicador a se considerar, no contexto deste balanço geral sobre a experiência do curso, esteja na própria avaliação geral dos alunos. Em formulário on-line que disponibilizamos para este fim, no qual tivemos a participação de 191 alunos, tivemos as primeiras pistas sobre os possíveis desdobramentos desta formação.

Uma delas que destacamos abaixo, diz respeito ao próprio grau de aprendizagem dos alunos, em relação aos processos de ensino do curso

(grau de eficácia básico na educação). Segundo as respostas dos próprios alunos, num grau de variação de 0 (nenhuma aprendizagem obtida), até 10 (aprendizagem completa, inclusive com produção teórica e/ou prática), temos os seguintes resultados na tabela 2:

Tabela 2 – Autoavaliação dos alunos sobre o grau de aprendizagem no curso

Grau	Referências dos limites do intervalo	Numero de respostas	Percentual
1	Nenhuma aprendizagem obtida	0	0%
2		0	0%
3		0	0%
4		0	0%
5		0	0%
6		4	2%
7		12	6%
8		58	30%
9		83	43%
10	Aprendizagem completa, inclusive com produção teórica e/ou prática	32	17%

Já em outra pergunta feita naquele formulário, sobre a avaliação geral do curso, temos o seguinte resultado, na tabela 3:

Tabela 3 – Avaliação Geral do curso

Indicador	Respostas	Percentual
Insustentável	0	0%
Fraco	1	1%
Mediano	18	9%
Cumpriu seus objetivos	97	51%
Ótimo, superou expectativas	73	38%

Outro dado que merece registro é sobre os possíveis desdobramentos do curso, na opinião dos alunos. Como podemos ver na tabela 4, abaixo, foi intensa a marcação de mais de uma opção, refletindo as múltiplas possibilidades que podem ser percebidas a partir da realização deste curso.

Tabela 4 – Possíveis impactos do curso

Tipo de impacto	Respostas	Percentual
Nenhum impacto significativo	1	1%
Melhor formação - novos especialistas	119	63%
Divulgação de ideias gerais a respeito da economia solidária	145	77%
Divulgação de ideias gerais a respeito das relações Estado e Sociedade	108	57%
Produção e socialização de novos conhecimentos e práticas	138	73%
Melhoria na formação intelectual de militantes em economia solidária	120	63%
Melhoria na formação intelectual e política nas lutas pela democratização da política e da economia	122	65%
Contribuição na melhor formação de Gestores em políticas públicas de economia solidária	146	77%
Fortalecimento da Rede de Gestores em Políticas de Economia Solidária	90	48%
Fortalecimento dos movimentos pela economia solidária e pelo trabalho associado	105	56%
Criação de novas redes, contatos ou coletivos	116	61%
Fortalecimento de novas subjetividades/valores e novos protagonistas nas lutas emancipatórias	93	49%
Criação de possibilidades de novas estratégias de luta pela emancipação social plena	87	46%
Aproximação da Universidade e o meio acadêmico com os movimentos sociais	104	55%

OutroOutros	1	1%
-------------	---	----

Obs: As pessoas podem marcar mais de uma caixa de seleção, então a soma das porcentagens pode ultrapassar 100%.

Dessa forma, podemos afirmar que há, de fato, a construção de novas “janelas” e “horizontes” desenhados a partir desse curso de especialização. Em muitos polos observamos a sensibilização de novos militantes e atores sociais da economia solidária, bem com a criação de novos coletivos e novas redes de contato e articulação.

Vários polos organizaram iniciativas extra-aula, como seminários abertos ao público externo (no polo de Belém), visitas técnicas (nos polos de Belém e Belo Horizonte), feiras solidárias (nos polos de Belo Horizonte e Curitiba), entre outros. Como resultado pós-curso, o grupo que mais se desenvolveu, até o momento, foi o de Curitiba, com a criação do chamado “Pote Social”, que é, segundo os alunos, um espaço para continuarem a se encontrar e para organizarem ações coletivas.

Também podemos mencionar outro coletivo em formação, chamado “Via SOT”. Este surgiu a partir de vários debates, promovidos em todos os polos, sobre a proposta de integração orgânica do trabalho associado. A partir de tal “provocação” inicial, vários alunos se envolveram numa discussão virtual coletiva, que culminou na busca pela criação de um novo coletivo, a partir de um curso de auto-formação, que está sendo organizando por ex-alunos e ex-professores do curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade. Dessa forma, temos tanto um amadurecimento do debate sobre a organicidade do trabalho associado, num contexto de profunda reflexão sobre os limites atuais da economia solidária, como também de se buscar ações práticas no sentido da criação coletiva dos meios para se viabilizar tal perspectiva, articulando alunos dos vários polos do curso de especialização, bem como outros professores que se conheceram nesta mesma especialização. A partir disso, o coletivo está se articulando e dialogando para o desenvolvimento teórico do SOT, está buscando novas formas de produção e reprodução da vida com base nos princípios da autogestão e tentando convencer mais trabalhadores públicos, trabalhadores intelectuais e manuais que o socialismo autogestionário é possível e necessário.

No nosso caso, como coordenadores dos cursos de especialização da UFT e da Unicamp, houve um belíssimo aprendizado: construir um curso compromissado com a educação para além do capital numa magnitude que não havíamos enfrentado. Os erros e os acertos certamente ficarão gravados na nossa memória nos próximos cursos e permitirão o aperfeiçoamento dos mesmos.

Por fim, vale ressaltar que este livro reúne 200 resumos dos Trabalhos de Conclusão de Curso, na forma de artigo científico, que foram elaborados pelos alunos, como requisito para a obtenção de certificação. Os artigos completos estarão brevemente na internet, num site de fácil acesso.

Para nós, ao se considerar um universo de 270 alunos concluintes, trata-se de uma amostra expressiva. Nem todos os resumos foram publicados, isso porque respeitamos as opções de cada aluno em publicar ou não o seu artigo, uma vez que, conforme nos foi relatado, muitos gostariam de ainda mais tempo para uma melhoria na sua produção, pós-curso, inclusive para apresentar ou publicar em outros espaços acadêmicos. Além disso, estabelecemos um prazo e o prorrogamos mais duas vezes.

Também optamos pela publicação de resumos por uma série de motivos. Primeiro para fortalecer a própria ideologia da solidariedade, contrária a competição ou a critérios de exclusão. Simplesmente selecionar os melhores artigos traria, entre outras questões polêmicas, discussões sobre o próprio critério do que significa “ser o melhor”, além de fatalmente excluir outras produções, que podem, potencialmente, serem também importantes de se divulgar e valorizar.

Dessa forma, consideramos que abranger o máximo de trabalhos, ainda que na forma de resumos, seria uma forma de prestação de contas, perante a sociedade, que financiou esta especialização via fundo público estatal. Talvez, conforme o rigor teórico, alguns trabalhos apresentem maior ou menor propriedade científica, porém, todos eles ilustram o esforço dispendido, a partir de múltiplas realidades de formação e visão de mundo, por parte dos alunos desta especialização, trazendo reflexões e estudos, como também superações, dentro de uma gama variada de assuntos, mas conectados pelas propostas trazidas por essa especialização. Esperando que isso sirva primeiro como uma última reflexão dos participantes deste projeto, para conhecimento de outros interessados - que podem

se articular com os autores dos artigos, criando assim pontes cognitivas de diálogo-, e para as parcelas da sociedade que pretendem refletir sobre os limites e as possibilidades criados não meramente a partir de um curso de especialização, mas de um curso que se alicerçou no pensamento crítico, e não segmentou processos educativos de formação, em relação aos projetos emancipatórios de solidariedade entre os seres humanos.

Referências

- ALANIZ, E. P. *A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2010): análise do projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e do CFES Nacional*. São Paulo, Usp, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, 2012.
- BENINI, E. FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. Introdução. In: BENINI, E. FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011, vol. I. Disponível em: gestaopublicaesociedade.blogspot.com/
- BENINI, E. *Sistema orgânico do trabalho – arquitetura crítica e possibilidades*. Rio de Janeiro: Ícone, 2012.
- DAGNINO, R. *Planejamento Estratégico Governamental*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- Escola de Formação Sindical SUL- CUT*. <http://www.escolasul.org.br>
- Empírica - metodologia de incubação*. Campinas: ITCPP- Unicamp, 2010.
- IASI, M. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- LIMA FILHO, P. A. ET AL. *O Projeto Universidade Popular: um marxismo para o Século XXI*. In: *II Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: “Concepção e Método”*. Curitiba: UFPR, 2006.
- LIMA FILHO, P. A. *A mão e o sinete notas introdutórias à questão do controle social na UFFS*. In: BATISTA, E.; NOVAES, H. T. (orgs.) *trabalho, educação e reprodução social*. Bauru/Marília: Canal 6/ Praxis, 2011.

- MÉZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editoria, 2004.
- MÉSZAROS, I. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- NOVAES, H. T. (org.) *O retorno do caracol à sua concha – alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- NETTO, J. P. *Introdução*. In: MARX, K. *Miséria da Filosofia – resposta à Filosofia da Miséria, do sr. Proudhon*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PAES DE PAULA, A. P. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- PISTRAK, M. M. (org.) *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PONCE, A. *Educação e luta de classes*. São Paulo: Cortez, 2010. 23ª a ed.

Resumos

Autogestão: uma Proposta de Organização a Partir de Princípios da Economia Solidária e de Sustentabilidade em Projetos Habitacionais da União Nacional por Moradia Popular – UNMP

Alan Rodrigues de Amorim | alanamorim2003@yahoo.com.br

A MORADIA é uma necessidade vital do cidadão e deve ser ponderada como prioridade, uma vez que se torna o elo ou o laço estrutural da família, ou melhor, um meio de abrigo digno e humano. Discutir a política da moradia popular no país remete as questões sobre a participação da sociedade civil organizada e a socialização dos processos burocráticos, princípios e diretrizes que possibilitam a condução para criação e elaboração de projetos e sua tramitação nos órgãos competentes. A construção da moradia popular pela autogestão pela União Nacional Por Moradia Popular – UNMP¹ como processo de empreendedorismo, a partir do mutirão é uma experiência que dá certo e se apresenta pouco a pouco como consolidada no país. Este artigo sugere uma ponderação sobre a concepção da autogestão, a partir de uma

1 UNMP – é um movimento popular nacional organizado por classes populares estruturado em organizações estaduais, que exercitam o controle social através de discussões junto aos conselhos sobre políticas públicas que visem compreender, ou melhor, exercer ações coletivas em prol de melhores condições de vida urbana e de acesso à habitação, ao uso do solo, aos serviços e equipamentos de consumo coletivo que tem a ver com o uso, a distribuição e apropriação do espaço urbano.

discussão a respeito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, formalizando uma concepção sobre a autogestão para edificação de moradias populares e o interesse social pelo regime de mutirão, incorporando princípios de economia solidária e sustentabilidade, através da geração de trabalho e renda. Confia-se que, a discussão sobre a real problemática das precárias condições de moradia da população de baixa renda deverá garantir uma efetiva participação da comunidade nas decisões relativas ao planejamento físico da área e ao projeto das moradias; efetivado pela capacitação profissional e desenvolvimento comunitário pelo exercício pleno da cidadania. Consolida-se o artigo a partir do questionamento: como trabalhar a autogestão para moradias populares pelo regime de mutirão, entendendo que a atual política sobre moradia popular do governo, por meio do PAC retoma os investimentos sobre a construção da casa própria, no entanto, não viabiliza uma maior discussão a respeito dos problemas enfrentados pelas famílias de baixa renda que ainda vivem situações causadas pela falta de políticas públicas? Desse modo, construir um programa de grande porte necessita, entre outros, rever alguns pontos sobre a implantação das políticas públicas, com investimento na qualificação do trabalhador e o seu acesso aos meios produtivos para o resgate da sua dignidade e a qualidade de vida do cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: *Habitação; Autogestão; Participação; Sustentabilidade.*

Nova ATER Pública a partir do Enfoque da Economia Solidária

Alcir Rodrigues Borges | alcirborges@hotmail.com
EMATER-PARÁ

Lidiane de Souza Silva | orientador(a)

ESTE ARTIGO propõe-se a desenvolver a discussão sobre os caminhos trilhados pelas políticas públicas de assistência técnica e extensão rural – ATER e a política pública de economia solidária – ECOSOL empreen-

dida pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, assim como empreender reflexões críticas sobre o potencial das mesmas em se constituírem políticas públicas efetivas de desenvolvimento. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER são realizados no Brasil há mais de 60 anos, de acordo com MOURA (2000) é um trabalho de natureza essencialmente educativa, que visa despertar, encorajar e ampliar as habilidades dos agricultores e de suas famílias para melhorarem seus padrões de bem estar. O meio rural a quem este serviço está diretamente ligado possui uma dinâmica fortemente marcada pela relação de homens e mulheres com a terra. Essa relação marca como se produz, como se organizam, qual o envolvimento dos atores sociais, qual o sentido de apropriação, qual significação cultural, entre outros aspectos que podem ser abstraídos desta relação. No que se refere ao Brasil essas relações foram marcadas por uma história robusta de exclusão social e desmandos políticos. Neste contexto se pode afirmar que a década de noventa marca o início de mudanças significativas no que se refere o acesso às políticas públicas disponibilizadas para esses atores. Essas mudanças foram fortemente influenciadas pela pressão feita pelos organismos internacionais e, ainda como resultado da organização dos movimentos sociais brasileiros. O Estado após longos anos de omissão não podia mais seguir privilegiando os mesmos indivíduos, ou seja os latifundiários e/ou o agronegócio. Baseada nessa constatação e pelo ambiente de mudanças vividas no país foram disponibilizadas duas políticas públicas, a Política nacional de ATER – PNATER, via Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e a política pública de economia solidária, via SENAES/MTE, ambas de caráter extremamente inovador, uma vez que parecerem isoladas, do ponto de vista de sua gestão, apresentam em suas lógicas de concepção várias características em comum, entre essas: valorização do saber acumulado, a trajetória de vida dos indivíduos, laços de confiança e reciprocidade. Este ensaio teórico procura contextualizar historicamente e relacionar as concepções do fazer assistência técnica e extensão rural aos pressupostos da Economia Solidária, tendo como recorte de análise o Estado do Pará e a Empresa Oficial de ATER, EMATER-PARÁ. Esta proposta de trabalho se justifica na necessidade de se fazer um contraponto entre o papel histórico da ATER no Brasil, com enfoque específico aos serviços de ATER disponibilizados no Estado

do Pará, e a possibilidade de adotar os pressupostos da Economia solidária, como princípio básico do fazer Assistência Técnica e Extensão Rural, apontando um novo olhar da extensão na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: *Assistência técnica e extensão rural; Economia solidária; Políticas públicas e Desenvolvimento rural.*

Descontinuidade das Políticas Públicas no Projeto de Geração de Trabalho e Renda para os Catadores de Materiais Recicláveis do Aterro Sanitário do Aurá em Belém-PA

Ana Lúcia Reis dos Santos | anasocial25@yahoo.com.br

Michele Lima de Souza | orientador(a)

A CONSTRUÇÃO deste artigo se manifestou pelo interesse em fazer uma reflexão sobre a descontinuidade das políticas públicas de geração de trabalho e renda dentro do Aterro Sanitário do Aurá, e suas consequências, avaliando a proposta da Prefeitura Municipal de Belém – PA. Tal proposta foi executada no período compreendido entre 2003 e 2004, sendo reavaliada em 2008, por meio do projeto de Desenvolvimento Humano das Comunidades do Aurá que tinha como objetivo, capacitar os catadores de materiais recicláveis do Aterro Sanitário do Aurá, para atuarem nos projetos que disciplina os serviços de limpeza pública, gerando trabalho e renda, tendo como finalidade contribuir para a retirada dos catadores do trabalho insalubre, perigoso e degradante ao qual estavam e ainda estão submetidos naquele espaço, era uma proposta de garantir o resgate da cidadania, o respeito e a dignidade daqueles trabalhadores, e que se faz pertinente devido a observação de como as políticas sociais são colocadas enquanto instrumento do capital. Ao analisar os objetivos propostos e a realidade vivenciada pelos catadores que em sua maioria foram levados inicialmen-

te para cima do lixão do Aurá, pela necessidade imediata de qualquer ser humano que é comer, onde muitos ainda hoje só se alimentam dos restos de uma sociedade que desperdiça, sem se preocupar com os milhares de miseráveis que esperam ansiosos por suas migalhas. Pensando em termos concretos, os projetos sociais voltados para capacitação e geração de renda dos catadores, enfrentam um grande desafio: de um lado estimular o resgate da cidadania, do respeito à dignidade da pessoa humana e de outro a preservação do meio ambiente, contribuindo para a elevação da qualidade de vida dos catadores, proporcionando-lhes outras alternativas de sobrevivência ou seja, o envolvimento do público-alvo em todo o processo de implantação das políticas públicas e o Estado deve alavancar os recursos necessários para as mudanças que queremos. Como resultados temos a criação da Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Aurá – COOTPA e a premiação do Projeto de Biorremediação do Aurá pelas melhores práticas na área de saneamento básico e inclusão social em Dubai – 2003 concedido pela UNESCO. A metodologia utilizada para a pesquisa foi a pesquisa participante e levantamentos bibliográficos e documental.

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas Públicas; Capacitação; Catadores; Geração de trabalho e renda.*

A Economia Solidária Desenvolvendo Processos Educativos: um Olhar sobre a Cooperativa de Artesãos de Icoaraci – PA

Andréa Farias Malcher | amalcher_princ@hotmail.com
Secretaria Estadual de Educação do Pará

Henrique T. Novaes | orientador(a)

O TRABALHO traz uma discussão acerca das transformações no mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva que precariza a força de trabalho e consequentemente se constrói a organização de uma “nova cultura” do tra-

balho e movimento social específico, constituída como economia solidária. Com bases em princípios estruturais de: trabalhadores livres e associados na produção, propriedade coletiva e autogestionada. A discursão começa a perpassar sobre a relevância da educação formal e popular na construção do projeto social de economia solidária fazendo assim uma análise a partir das experiências do Instituto de educação Josué de Castro vinculado ao Movimento sem-terra, que desenvolve projetos educativos vinculados ao cooperativismo e a autogestão. É visto como exemplo para proposição de uma educação formal integral e pública que exerça uma formação politécnica, numa perspectiva de educação pra além do capital atrelada a política de educação. Em relação à Cooperativa de Artesãos de Icoaraci Pará, a qual foi o foco desse estudo, através da pesquisa documental com análise do Estatuto (2001), da sua história e informações cedidas pela presidente da cooperativa Sinéia Pereira. Foi possível perceber que considerando os princípios de economia solidaria e de seus processos educativos que a COARTI desenvolve em sua práxis, a ECOSOL, e assim a educação popular na disseminação do cooperativismo pelos seus associados, a parti dos processos de gestão democrática e participativa onde todos os associados decidem os rumos da cooperativa nas assembleias extraordinária e fiscal. Em seguida, repartem os “ganhos e as perdas”. A COARTI desenvolve ainda processos educativos através da promoção da cultura do trabalho associado com a parceria com o Liceu de Artes e Ofícios mestre Raimundo Cardoso, produzindo e reproduzindo a cultura local e o desenvolvimento territorial.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; educação; COARTI.*

Saúde Mental e Trabalho: Inclusão Social das Pessoas com Transtornos Mentais pela Via da Economia Solidária

Andréa Ferreira Lima da Silva | andreaferreira72@yahoo.com.br

Henrique T. Novaes | orientador(a)

O ARTIGO busca através de um estudo bibliográfico trazer subsídios para a discussão sobre o significado e objetivo de uma política social do Estado capitalista de inclusão social pelo trabalho fora de seus espaços produtivos e dentro dos espaços produtivos de uma economia solidária. Através da reflexão sobre a categoria trabalho busca-se elucidar que o trabalho não é uma simples elaboração de produtos e, ainda que esta atividade laboral humana torna-se condição pressuposta para todo desenvolvimento do ser, nos planos abstrato e concreto. Em seguida, através da discussão do trabalho no Modo de Produção Capitalista (MPC) objetivou-se argumentar que não há possibilidades da pessoa com transtorno mental (TM) ser incluída nos espaços produtivos deste modo de produção. Neste sentido, buscou-se resgatar, primeiramente, o sentido do trabalho para a saúde mental para em seguida apontar as experiências relacionadas a saúde mental e a economia solidária. No entanto, chegar até a compreensão do processo histórico de exclusão/inclusão da pessoa com transtornos mental na sociedade requereu o resgate da loucura no MPC, o que oportunizou o entendimento de que o louco secularmente foi considerado incapaz para o trabalho, sendo esta concepção alterada somente a partir da década de 1990 no Brasil através das experiências de economia solidária. Conclui-se que as iniciativas relacionadas à inserção do usuário de serviços de saúde mental em trabalhos produtivos concretos contribuem para a valorização da conquista de seus direitos sociais, particularmente os ligados à seguridade social, capazes de assegurar sua reprodução social em ambiente aberto na sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: *Trabalho; Modo de Produção Capitalista; saúde mental; economia solidária.*

Analizando o Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), em Belém/PA

Carla Kelen de Andrade Moraes | carlakelen23@yahoo.com.br

Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

Michele Lima de Souza | orientador(a)

ESTE ESTUDO propõe analisar as ações relevantes e pertinentes do Programa de Apoio e Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) implementado na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) no período de 2008 a 2012. A pesquisa foi baseada em 30 links disponíveis no sítio eletrônico do REUNI da UFRA, assim como, em dados oficiais disponibilizados pelos setores da universidade: Comissão de Processo Seletivo (CPS), Superintendência de Gestão de Desenvolvimento e Pessoal (SGDP) e Pró-reitoria de Ensino (PROEN). O desenvolvimento conta com os tópicos: introdução; referencial teórico, com os subtópicos “as políticas públicas e os programas educacionais” e “abordagens sobre o programa REUNI”; metodologia que enfatiza “tipo de estudo” e “coleta e operacionalização dos dados”; análise dos dados, com subtópicos “o aumento da oferta de vagas na UFRA”, “contratação de docentes e técnicos administrativos” e “outras ações do REUNI”; e as considerações finais. Conclui-se com a pesquisa que o programa REUNI possibilitou o aumento de 133,33 % na oferta de cursos e 88,88% na oferta de vagas, ao longo de 5 anos, contudo não houve mudanças significativas com relação a evasão escolar nesse período, que em alguns cursos chegou a 53%. O aumento do quadro efetivo de docentes nesse período correspondeu a 111 contratações, estabelecendo a relação de aluno/professor de 1 para 13, número abaixo das expectativas do MEC de 1 para 18. O programa ainda possibilitou investimentos em infra-estrutura física, pesquisa e melhoria pedagógica, mas são necessários estudos mais detalhados, para se avaliar os impactos dessas ações.

PALAVRAS-CHAVE: *Gestão Pública; Política Pública; REUNI; UFRA.*

Bolsa Semente: uma Experiência de Ação Governamental

Cristhiano Pinto e Silva | crisler-04@hotmail.com

Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Renda do Pará

Édi Augusto Benini | orientador(a)

ESTE TRABALHO retrata alguns aspectos sobre a ação de governo que marca a insipiência das políticas públicas de economia solidária no Estado do Pará. Teve como objeto de estudo o projeto bolsa semente – a primeira ação de governo de economia solidária na esfera estadual. Nos últimos anos, muitas iniciativas de fomento à economia solidária foram impulsionadas visando sua institucionalização nas três esferas da federação, nesse sentido como vem sendo construída sua trajetória enquanto política pública? Quais são suas especificidades e quem são seus sujeitos? Ao dizermos que as políticas públicas são o Estado em movimento, pode-se chamar também, sem dúvida, aquela forma que melhor reflete a natureza do Estado capitalista. Sendo assim, escolhemos como tipo de estudo análise do processo das políticas públicas, que nos permitiu mostrar, através da observação, pesquisa documental e bibliográfica, algumas “regras” e a forma de funcionamento de como anda o processo de elaboração de política pública de economia solidária no Estado do Pará. Vimos que a economia solidária avança, como ação de governo, para assumir a visibilidade econômica e social que o status de política pública exige, assim como se observou que a tendência da intersetorialidade e da transversalidade – potenciais da economia solidária – estimulam sua propagação na estrutura administrativa do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: *Estado; Políticas Públicas; Ação Governamental; Economia Solidária.*

Economia Feminista Habilitando as Mulheres na Economia Solidária: a Experiência do Projeto Brasil Local Feminista na Região Metropolitana de Belém – Pará

Maria Gercina Alves de Araújo | gercinaselementes@yahoo.com.br

Michele Lima de Souza | orientador(a)

O PRESENTE artigo objetiva estudar e analisar as mulheres empreendedoras da economia solidária feminista do grupo de Produção Mãos Solidárias atendidas pelo Projeto Brasil Local: economia solidária e economia feminista, especificamente no Distrito de Icoaraci, região metropolitana de Belém do Pará. A inserção nesse grupo de mulheres e a experiência acumulada no movimento de luta pela economia solidária instigou a produção deste artigo por observar que essas mulheres necessitavam se estabelecer em nível social, econômico, político e cultural para garantir a sustentabilidade de suas famílias. Por considerar a relevância dessa linha de trabalho, utilizou-se a metodologia de pesquisa participante, que segundo Minayo (2010) se realiza do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto. Uma etapa interessante e capaz de garantir ao pesquisador informações novas na medida em que o pesquisador enquanto observador, parte do contexto de observação e estabelece uma relação face a face com os observados. Utilizou-se ainda, a pesquisa bibliográfica em textos e relatórios de atividades da associação “Mãos Solidárias” por entender e reconhecer que de acordo com May (2004) a necessidade de desafiar o manto cientificista e superar as críticas feitas ao feminismo, as noções do papel da mulher e as relações de força no interior da sociedade que são construídas sobre suposições não-examinadas sobre as mulheres e que são depois reproduzidas nas nossas teorias sobre a sociedade. Assim, o artigo será desenvolvido a considerar os seguintes tópicos: O Surgimento da economia solidária, A economia solidária no Brasil; O surgimento da economia solidária no Pará; O desafio da Economia Solidária e Feminista e a questão

de Gênero; e A experiência da Associação Mãos Solidárias.

PALAVRAS-CHAVE: *Mulher; Economia Feminista; Gênero; Economia solidária.*

Economia Solidária como Ferramenta de Transformação Socioeconômica: a Experiência do Banco Comunitário Tupinambá

Ilana Figueiredo Ribeiro | ilana.fr@hotmail.com

Mútua/PA – Caixa de Assistência dos Prof. do CREA/PA

Rodrigo Mauricio Freire Soares | orientador(a)

ESTE ARTIGO tem por objetivo analisar os bancos comunitários como estratégias para o fortalecimento da Economia Solidária, a partir da experiência do banco comunitário Tupinambá, localizado na Ilha de Mosqueiro, região metropolitana de Belém (PA). São identificados os fatores levaram sua formação e que benefícios trouxe à comunidade local. O Banco Tupinambá é o primeiro banco comunitário da região amazônica sendo este uma experiência capaz de comprovar que organizações desse tipo podem contribuir com o desenvolvimento local em comunidades de baixa renda por meio de relações solidárias. Os bancos comunitários contam com importante instrumento no que tange a questão do desenvolvimento local: a moeda social circulante. O uso dessas moedas incentiva o consumo interno, uma vez que só são aceitas na comunidade onde circulam, o que contribui para o fluxo de capital dentro do espaço territorial onde está inserida e por consequência incentivam o desenvolvimento da região, pois valorizam o comércio local e incentiva a geração de trabalho, no caso do Banco Tupinambá objeto de estudo deste artigo, é possível evidenciar que o uso da moeda social é uma característica marcante, o Moqueio, como é conhecida a moeda é bastante utilizada pela comunidade onde se localiza o banco. O presente artigo situa, portanto, as finanças solidárias como estratégia para o crescimento de um território, entendido não apenas como acumulação

de recursos, mas, sobretudo como satisfação social dos indivíduos e estabelecimento de um sentimento de grupo.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; banco comunitário; transformação social.*

Pontos de Cultura e a Questão da Sustentabilidade Econômica

Josimar Olavo Dantas | zhumardenazare@gmail.com

UNESCO/Ministério da Cultura

Euzalina da Silva Ferrão | orientador(a)

O PRESENTE artigo aborda o paradoxo entre a pujança da cultura brasileira e a restrita política pública para ela desenvolvida, com ênfase aos grupos culturais de base comunitária, para os quais só recentemente se começa a inserção em programas de apoio e fomento e o reconhecimento como pontos de cultura, um conceito de política pública em construção.

O objetivo é problematizar a sustentabilidade econômica desses grupos como assunto de interesse público, haja vista a relevância de seu papel na construção da democracia e cidadania brasileira, principalmente por atuarem em territórios historicamente relegados à condição de periferia social.

O texto articula a base vivencial do autor à pesquisa bibliográfica e empírica junto ao Grupo de Cultura Regional Iaçu, na perspectiva de atribuir significado teórico à práxis histórica desses atores culturais

Para uma maior compreensão, o autor faz algumas considerações sobre concepções de cultura e a sua influência na política cultural, ressaltando como o conceito de cultura popular e folclore foram utilizados para desfavorecer os segmentos sociais ditos populares a políticas públicas emancipatórias. Logo após, destaca como estes grupos participaram do movimento pela redemocratização do país até a implementação dos pontos de cultura, refletindo o direito à diversidade cultural reivindicado pelos movimentos populares.

Apresenta e analisa os impactos deste Programa no desenvolvimento da sustentabilidade dos grupos culturais. E por último aponta o universo da economia solidária e da economia criativa como caminhos a serem explorados para o desenvolvimento pretendido.

Por fim a trajetória do Iaçá, a exemplo de como estes grupos se organizam e constroem sua identidade, comprometidos com processos de transformação social mas com grandes dificuldades quanto à sua sustentabilidade econômica e às perspectivas de serem reconhecidos como trabalhadores da cultura. Aponta os impactos desta política durante e após a parceria com o Estado.

PALAVRAS-CHAVE: *Pontos de Cultura; Política Cultural; Sustentabilidade; Economia Solidária; Economia Criativa*

Sistema Penitenciário do Estado do Pará: Experiências de Possibilidades de Ressocialização de Egressos

Lillian Cristina Silva da Silva | lillian_css@hotmail.com

Superintendência do Sistema Penitenciário do Pará – SUSIPE/Centro de Referência de Assistência Social – Prefeitura Municipal de Ananindeua

Núbia Cristina Assunção Miranda | orientador(a)

A REFERIDA pesquisa justifica-se no sentido de avaliar as experiências de trabalho implementadas no sistema penitenciário paraense, buscando através de uma leitura crítica, apreender os fatores determinantes que permeiam este processo e se estes imprimem ao trabalho prisional, uma finalidade produtiva de caráter profissionalizante, objetivando prevenir o crime e orientar os apenados à convivência em sociedade ou numa perspectiva de controle e disciplina dos mesmos. Este trabalho tem por objetivo analisar se o sistema penitenciário está reintegrando presos à sociedade, por meio da formação educacional e profissional para o acesso ao

trabalho e à geração de renda, bem como contribuir para o debate acerca do conceito de ressocialização, sob uma perspectiva crítica. Para isso foi investigada possibilidades de reinserção ao trabalho: uma a partir do modelo capitalista – Fábrica Esperança – e outra pertencente à economia solidária – empreendimentos solidários em Ananindeua/Pará – a fim de analisar a efetividade dessas tentativas de reinserção social, bem como o significado destas frente à economia capitalista. Para alcançar estes resultados foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a temática, análise de dados, ainda foram feitas entrevistas informais com alguns atores destes processos de trabalho. Assegurar aos egressos condições de efetiva reabilitação implica criar alternativas reais, que garantam sua reintegração na sociedade e no mundo do trabalho autônomo, sem essas condições a prisão se reduz a mero castigo e o retorno à sociedade um pesadelo, pois continuarão sendo pessoas estigmatizadas e segregadas. Os prognósticos não são alentadores, pois de um lado, o trabalho formal e as experiências que estão em funcionamento hoje pelo Estado, não suprem as necessidades da realidade carcerária. De outro, se tem uma aposta que a economia solidária possa consolidar uma nova perspectiva, com outro tipo de organização, ou seja, os empreendimentos autogestionários, que por ser uma ideia nova e precisar de certo tempo de maturação, como no caso dos EES de Ananindeua, que terminaram por esvaziar quanto ao público destinado, que seriam os egressos e seus familiares, em face das necessidades imediatas de renda dos mesmos. Dessa forma, a pesquisa deixa clara a necessidade de se investir em políticas públicas que promovam melhores condições para que o preso ao sair do cárcere, tenha meios de sobrevivência e dignidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Sistema Penitenciário; Preso; Ressocialização; Economia Solidária.*

Economia Solidária como Estratégia de Protagonismo Familiar e Desenvolvimento Local no Âmbito das Ações do SUAS

Monique Loma Alves da Silva | nickloma2@yahoo.com.br

Graduada em Serviço Social (UNAMA)

Michele Lima de Souza | orientador(a)

ESTE ARTIGO tem por objetivo demonstrar a experiência da Economia Solidária – ECOSOL no âmbito da proteção social básica gerida pelo Sistema único de Assistência Social – SUAS e pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS, na região das ilhas do município de Abaetetuba – Pará, especificamente nas comunidades ribeirinhas Açacú, Anaquaera, Sapucajuba, Tauerá-açú, Ipanema e Itacuruçá. Logo, buscou-se retratar como se estrutura essa política, tomando por base suas diretrizes legais quando considerada a necessidade de superação das dificuldades socioeconômicas geradas por influência da questão social, a qual implica e compromete as atividades produtivas como estratégia de desenvolvimento local sustentável. Assim, fez-se necessário avaliar a capacidade dessa política em garantir renda a partir da valorização do trabalho desenvolvido pelo público demandante que em contraposição a realidade da população urbana, no que se refere ao contexto econômico, social e de infraestrutura, principalmente, mas que ainda assim, enfrenta consequências do capitalismo. A maioria das famílias nas comunidades ribeirinhas tem como principal forma de geração de renda a agricultura familiar. Entretanto, também procuram novos modelos de aquisição de renda para a subsistência da família, e contam com apoio de políticas públicas como o SUAS e PNAS para a ampliação de seus direitos em uma nova forma de organização social e desenvolvimento local, por conta disso o artigo trata da economia solidária como estratégia de desenvolvimento frente às transformações no mundo do trabalho em um processo de organização do trabalho coletivo/associado nas comunidades ribeirinhas citadas através da parceria dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e SEMAGRI (Secretaria Municipal de Agricultura) na formação de grupos de inclusão socioprodutiva na área da panificação

rural, criações domésticas e biojoias. A pesquisa apresenta a necessidade de constituir políticas públicas e tecnologias ajustadas aos princípios e valores da economia solidária como estratégia de desenvolvimento local sustentável e solidário que promova o livre acesso dos empreendimentos solidários a novas tecnologias sociais e financiamentos com função econômica.

PALAVRAS-CHAVE: *Comunidades de Abaetetuba; Economia Solidária; Política Nacional de Assistência Social; SUAS. Desenvolvimento.*

A Economia Solidária Frente ao Estado Democrático de Direito

Nice Farias da Silva | n1cefs@hotmail.com

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

Angelita Oliveira Almeida | orientador(a)

ESTE TRABALHO discorre sobre alguns aspectos das relações ambivalentes entre o Estado democrático e a Economia Solidária que tem embaraçado sua institucionalização. A partir de considerações acerca do movimento de economia solidária que ganhou reconhecimento do Estado brasileiro em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, como resultado de constante mobilização deste movimento emancipatório, este trabalho vale-se do pensamento filosófico da teoria democrática contemporânea, como referencial teórico. O trabalho se fundamenta em dados empíricos oriundos de pesquisas relacionadas às políticas públicas do governo federal, bem como das ações desenvolvidas pelo Fórum Nacional de Economia Solidária. Acreditamos que para alcançarmos efetivamente sua institucionalização, o reconhecimento da Economia Solidária pelo Estado brasileiro deve ser seguido por garantias de mecanismos institucionais e recursos públicos aos empreendimentos solidários que se encontram em desvantagens quando competem sob as regras do mercado capitalista. Observamos ser necessário que as políticas de cunho solidário sejam re-

alizadas de forma mais frequente na agenda pública, desembaraçando-a do jogo político, partidário e interesses econômicos privados; o que tem pautado as ações de suas instâncias pública e social, no esforço de aprovar seu marco jurídico, com objetivo de garantir, assim, sua consolidação como estratégia de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Democracia; Marco Jurídico; Política Públicas.*

Economia Solidária e Marketing Social: a Experiência da Cooperativa Concaves

Rafaella Contente Pereira da Costa | rafaellacontente@gmail.com

Desenvolve projetos de divulgação para empreendimentos de economia solidária

Núbia Cristina Assunção Miranda | orientador(a)

O ARTIGO teve como objetivo analisar as relações entre economia solidária e marketing social sob a conjuntura de que esta vertente do marketing pode potencializar os empreendimentos solidários por meio de políticas públicas. Pretende-se mostrar que esta ramificação do marketing tradicional pode ser usada em empreendimentos de economia solidária sem “escravizar” o indivíduo por meio do capital e torná-lo mero consumidor, mas atuar na transformação da sociedade. Desta forma, observaram-se componentes específicos dos temas pelas suas relações mútuas e possibilidades de fluir para a mesma finalidade quando o assunto é desenvolvimento social.

As diferenças sociais existentes condicionam comunidades a viverem às margens da sociedade por não possuírem acesso aos direitos sociais básicos como educação, saúde, moradia e emprego. Dentre estes problemas, atualmente existem os impactos ambientais, ocasionados em meio a tantas outras justificativas ao consumismo pregado pelo sistema capitalista. Neste âmbito, destaca-se o marketing social para divulgar a ideia de melhor qualidade de vida e para colaborar para o desenvolvimento de ações

que minimizem problemas sociais.

A relação de semelhança e complementação entre marketing social e economia solidária propõe uma alternativa de ação conjunta para o fortalecimento da gestão de empreendimentos de economia solidária e apresenta o marketing como uma ferramenta que defini o papel desempenhado pela sociedade no significado dos rumos da política pela visibilidade que dá as propostas sociais da economia solidária.

As ações de marketing se mostram essenciais para que a economia solidária se potencialize e almeje afirmação ainda maior contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da sociedade, a partir de suas concepções filosóficas e de desenvolvimento de políticas públicas de assistência social como forma de prevenir problemas sociais, muitas vezes irreparáveis. Usar o marketing social na economia solidária é perceber que a informação social é fundamental para a construção do espaço público crítico e consciente. O artigo abordou a experiência da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Terra Firme.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; Marketing social; Políticas públicas; comunicação; CONCAVES*

A Moeda Social da Ilha: Estratégia de Circulação do “Moqueio” do Banco Tupinambá em Belém-PA

Rosevany Mendonça Valente | rosyecosol@hotmail.com
Universidade Federal do Pará

Edson de Jesus Antunes Corrêa | orientador(a)

ESTE TRABALHO, objetiva analisar o potencial de circulação da moeda social “moqueio” do Banco Tupinambá na comunidade Baía do Sol, Ilha de Mosqueiro, região metropolitana de Belém no Estado do Pará, buscando refletir sobre o poder de circulação da moeda social no campo das finanças

solidária, fundamento estratégico para o desenvolvimento endógeno regional, de forma a demonstrar seu potencial, limites e desafios, bem como, à eficácia da circulação na geração de trabalho e renda dentro da comunidade. O trabalho aborda a relação entre o desenvolvimento endógeno da comunidade Baía do Sol com a articulação da moeda social “moqueio”, dividido em três momentos: O primeiro diz respeito à relação intrínseca entre a proposta da economia solidária com o desenvolvimento endógeno, na perspectiva das finanças solidárias; no segundo momento aborda a história desta alternativa, ou seja, a ilha, a comunidade, o banco e a moeda, apresentando dados e resultados do “poder do circulante local” como estratégia eficaz para o caminhar de desenvolvimento da comunidade e por fim, o terceiro momento, contempla as reflexões sobre o apresentado, frente a tantos desafios a serem superados tanto pelos Bancos Comunitários, quanto pelas comunidades que optam por esta estratégia de desenvolvimento. Ao final da pesquisa, pode-se apresentar que o fenômeno das moedas alternativas é de grande relevância para a melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais de comunidades as quais políticas públicas de fomento ao desenvolvimento local não chegam, ou se chegam é de forma muito incipiente e com foco somente para as questões de assistência social, e também a eficácia desta metodologia para superação desta vertente, no sentido de viabilizar políticas de empoderamento comunitário e desenvolvimento local. Enfim, procura-se apresentar neste artigo, a eficácia desta metodologia/tecnologia social, para comunidades, seus aspectos mais relevantes e os desafios que ainda precisam ultrapassar para avançar.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Finanças Solidárias; Moeda Social; Desenvolvimento Endógeno.*

Economia Solidária no Estado do Amapá: Avanços, Desafios e Possibilidades para Autonomia do Fórum Amapaense de Economia Solidária – FAES

Maria Sonale de Queiroz | mqueiroz.sonale@gmail.com

Núbia Cristina Assunção Miranda | orientador(a)

O ARTIGO apresenta a trajetória histórica do movimento de economia solidária no Estado do Amapá. A escolha do tema se deu em virtude do enfrentamento no cotidiano e pela diversidade de elementos que apontam o quanto é desafiador a luta do movimento ou coletivo que se organizam em prol da sensibilização da sociedade sobre as concepções e/ou princípios de economia solidária, da importância de um movimento fortalecido na busca de conquistas por espaços de produção, comercialização, na perspectiva de gerar renda, e consequentemente, melhorar as condições de vida dos sujeitos da economia solidária. Essa melhoria pode ser entendida como um desafio em se tratando de políticas públicas direcionadas à economia solidária de modo que venham garantir a sustentabilidade socioprodutiva e econômico-ambiental dos empreendimentos econômicos solidários – EES.

Para construção deste utilizou-se do processo metodológico que considerou a pesquisa documental: atas, relatórios, sistematizações, pesquisa participante e observação participante a partir de pesquisa bibliográfica, baseados em autores como: Miranda (2009), Arruda (2006), Singer (2006), Gadotti (2009), Freire (2000), Schiochet, (2012), Touraine (1977), Falchetti (2010), Lojkin (1981), Mascarenhas (2001), May (2004), Brandão (2009), dentre outros. Neste trabalho foram abordados seguintes tópicos: Processo histórico do movimento de economia solidária no Brasil e no Amapá; A mobilização; Resgate da mística no processo formativo; A identificação do sujeito no processo histórico; Avanços; desafios e possibilidades para autonomia do Fórum Amapaense de Economia Solidária – FAES.

Dessa forma, a produção do artigo possibilitou a contextualização do processo histórico do FAES, e ainda oportunizou a disseminação do movimento de economia solidária do Estado do Amapá que, estrategicamente, visa despertar críticas e olhares dos gestores públicos, dos próprios EES e da comunidade em geral, para que juntos possam fortalecer esta “outra economia” que também acontece no Amapá.

PALAVRAS-CHAVE: *Movimento; economia solidária; FAES.*

EJA e o Alfabetismo Solidário: Novos Desafios para a Afirmação de um Compromisso Social

Suelene Maria dos Santos | suelene_santos_1@hotmail.com

Michele Lima de Souza | orientador(a)

A CONSTRUÇÃO deste artigo esteve fundada nas atividades com o Ensino de Jovens e Adultos – EJA e o Alfabetismo Solidário, na escola estadual Waldemar Henrique, em Belém do Pará. Objetivando verificar as dificuldades e os novos desafios, relativos à realidade da educação pública, para crianças portadoras de necessidades especiais tais como surdez, autismo, deficiente físico entre outros. Foram consideradas as limitações que ocasionam no atraso educacional, com base na abordagem precisa e análise das implicações sociais, políticas e pedagógicas do processo de Educação, elucida-se que a EJA não se estabelecer apenas com a função de suprir, ou de compensar a escolaridade perdida, mas, com base nas funções fundamentais (equalizadora, reparadora, qualificadora) que são ações de acesso a direitos civis para os cidadãos. Assim, com base na metodologia da pesquisa participante e bibliográfica para subsidiar tal discussão, observou-se a necessidade de qualificar os educadores do EJA para melhor atender a demanda do programa, garantir o acesso à escola e reduzir o índice de evasão. Uma experiência fundada no método de Paulo Freire por defender educação de qualidade inclusiva e empírica, tornando-se um aliado na luta contra o analfabetismo, e nas alianças entre os movimentos sociais e a

criação de projetos inovadores e modelos populares da alfabetização que tem avançado nesta questão. Deste modo, a considerar o nível das dificuldades através das diversidades de projetos e de propostas curriculares nacionais, o programa EJA resulta no rompimento com a padronização que marcou a educação de adultos a partir da Lei de Diretrizes e Bases – LDB 5.692/71, que de acordo com o art. 208, constituindo-se um desafio para o estabelecimento do ensino obrigatório e gratuito e afirmação do compromisso social para tornar os educandos pessoas capazes de garantir melhores condições de vida através da educação.

PALAVRAS-CHAVE: *Alfabetismo Solidário; EJA; Desafios; Compromisso Social.*

A Expansão do Agronegócio, Expropriação e os Conflitos pela Posse das Terras em Moju, para Produção da Monocultura do Dendê

Waldinei Lima dos Santos | wal-dinei@hotmail.com

Elias Dinis Sacramento | orientador(a)

“A gente não vai dormir nunca com medo de uma guerra entre os países que produzem petróleo. A gente não vai dormir mais com medo de que um dia pode acabar o petróleo que existe no território brasileiro. Na hora que acabar, nós não precisamos cavar o chão. Nós vamos é plantar mamona, soja, dendê, girassol e vamos extrair essa matriz energética extraordinária, que pode fortalecer ainda mais a independência do nosso país”.

Luís Inácio Lula da Silva Presidente da República do Brasil – Moju-PA – 27/04/2005. In: www.uniblog.com.br

ESSE TIPO de discurso mostra bem qual o interesse dos governos Municipal, Estadual e Federal para o campo. A visita inédita do Presidente da República em 2005 no município de Moju, acompanhado do governo do

estado do Pará, Simão Jatene e do prefeito de Moju Iran Lima, além de quatro ‘importantes’ Ministros só faz concretizar a ideia de que a agricultura do Brasil precisa tomar novos rumos, em outras palavras, ao invés de investir na produção de grãos que venham gerar alimento para a população brasileira, o caminho mais indicado a seguir, será o de um grande investimento na produção do biodiesel, então, de acordo com o Ministério das Minas e Energia, tudo o que puder ser plantado para ser transformado em combustível, diga-se de passagem, para alimentar uma grande quantidade de automóveis, vai ter o apoio do Presidente.

Expulsar camponeses para a implementação de projetos desenvolvimentistas no Brasil e mais precisamente na Amazônia não é nenhuma novidade na história atual. Diversos métodos sempre foram utilizados, dos mais simples como a compra de terras por valores irrisórios até os mais perversos como a expulsão de suas pequenas propriedades, intimidação a violência explícita, ora por espancamentos e até assassinatos. Tudo isso possuía um significado, aumentar a expansão do agronegócio.

Agora, a nova modalidade de expansão do agronegócio que se pretende instalar na Amazônia, mais precisamente no município de Moju, sem sombra de dúvida é algo novo que está sendo posto dentro de um mundo capitalista que nunca primou por pensar o pequeno como algo que pudesse fazer com que a região pudesse se desenvolver.

PALAVRAS-CHAVE: Produção de grãos; Produção do biodiesel; Expansão do agronegócio.

Economia Solidária como Eixo Estratégico do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia

Wellington Monteiro Lucas | wlucas@ufpa.br

Edson de Jesus Antunes Corrêa | orientador(a)

O PRESENTE trabalho analisa a importância da Economia Solidária como eixo estratégico do desenvolvimento sustentável na superação de desi-

gualdades históricas, existentes de modo particular, na região Amazônica. Enquanto texto está estruturado em dois eixos analíticos: (i) por um lado, verifica-se a o contexto histórico de ocupação e desenvolvimento imprimeados pelo Estado brasileiro à região Amazônica e discuti os principais modelos de desenvolvimento e seus impactos em debate na sociedade nas ultimas décadas (ii) por outro lado, defende amplas perspectivas de avanço da Economia Solidária na conquista de espaço e hegemonia na sociedade em busca de uma nova concepção de desenvolvimento, ao tempo que destaca a necessidade de fortalecimento de oposição e de pauta alternativa do projeto de Economia Solidária na agenda decisória do Estado a partir do fortalecimento de arranjos produtivos, sociais e institucionais na formulação de políticas publicas. Trata-se de uma produção resultante de estudo bibliográfico que articula investigação teórica consubstanciadas em Benini et. al (2011; 2012), Becker (1997), Filho (2006), Furtado (1974), Genari (2011), Mance (2003) e Souza (2011), entre outros. Em suma, conclui-se que a Economia Solidária enquanto política intersetorial e multiterritorial constitui um eixo estratégico de desenvolvimento, pois carrega em si um projeto de sociedade que considera todas as dimensões do desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Desenvolvimento Sustentável; Amazônia; Política Pública.*

SURICATO – uma Experiência de Trabalho Autogestionado da Economia Solidária no Cotidiano da Saúde Mental

Amilton Alexandre da Silva | amiltonalexandre@ig.com.br

Prefeitura de Belo Horizonte | Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social

José Marcos Resende Oliveira | orientador(a)

O MOVIMENTO de Luta Antimanicomial e o Movimento da Economia Solidária, vindos de campos diferentes, se entrelaçam quando propõe a inclusão do indivíduo na sociedade, através do trabalho. Percebendo o trabalho diferente do senso comum, que sustenta o sistema capitalista, neste artigo o trabalho é visto como forma de construção e criação da vida, imbuído de um sentido próprio, para a realização do ser humano. A Associação de Trabalho e Produção Solidária – Suricato – destaca como um novo sentido é construído na relação com os portadores de sofrimento mental e com o trabalho, sendo possível para todos que se propõe a percorrer pelos princípios da Economia Solidária.

A dimensão trabalho se mostra como uma possibilidade presente e real para público. Não é somente de “oficinas terapêuticas” que o portador de sofrimento mental se ocupa para o trabalho. Ele é capaz de organizar sua vida em suas várias dimensões e que o trabalho dá um novo significado nesta organização. Os integrantes da Suricato reafirmam seu desejo de

estar naquele ambiente, sujeitos a todos os tipos de situações e aspectos que um ambiente de trabalho proporciona: conflitos, trocas, incertezas, insatisfações, e principalmente, a criação, como parte essencial do trabalho enquanto labor.

O trabalho aparece como mais uma forma de convívio com o portador de sofrimento mental. Ele contribui para romper com resquícios de práticas segregatórias, da medicalização indiscriminada e da visão de que a internação, muitas vezes involuntária e definitiva, é a melhor saída para aquele cidadão. O portador de sofrimento mental tem interesse pelo trabalho, em, por produzir algo que parta dele.

A experiência da Suricato demonstra que diferentes habilidades e capacidades são respeitadas e aproveitadas no trabalho associativo autogerenciário. Ela não é apenas estratégia de inclusão, mas do reconhecimento de que o trabalho na lógica do capitalismo, de somente valorizar o lucro e a produção, não é uma alternativa possível para qualquer ser humano.

Esta experiência de empreendimento solidário na Saúde Mental demonstra que é possível acolher na diferença de cada participante, em cada um sua loucura e nas formas de relacionar-se que se apresenta ao longo da vida, de diversas formas. Formas que na lógica capitalista de trabalho e exploração, torna-se pouco viável para medi-las.

PALAVRAS-CHAVE: *trabalho; autogestão; Suricato; luta antimanicomial; economia solidária*

Economia Solidária Causas e Implicações: Análise de Caso – Implementação Manancial de Vida

Anália Aparecida Souza Lima | manancial42@yahoo.com.br

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

NO ATUAL contexto da grande extensão territorial e da discrepância so-

cial na federação brasileira, a atuação governamental torna-se insuficiente para combater situações de miséria, desigualdade social e riscos sociais. Desta insuficiência surgem instituições que almejam promoção humana, geração de emprego e renda, tentando propiciar “recuperação” de valores sociais e culturais já perdidos e proporcionando dignidade aqueles envolvidos no processo.

A não integração social presente no modelo capitalista globalizado, refletida também em localidades brasileiras, conciliadas a falta de propostas e projetos assistenciais, revela a visível necessidade de ações inovadoras para contornar a situação de exclusão social e ações com o intuito de resgatar os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade. Dentro desse cenário desigual, surge o conceito de Economia Solidária, como proposta de modelo econômico alternativo. No contexto dessa outra economia, contrapondo a acentuação da exclusão social, surge um projeto idealizado no ano de 2000, em uma cidade da região metropolitana de Belo Horizonte, recebendo o nome de MV (Manancial de Vida), buscando gerar mudanças sociais para aqueles moradores.

Utilizando-se de conceitos como solidariedade, cooperativismo, associativismo o grupo baseado nas características da Economia Solidária, se organizou de forma isolada com perspectivas futuras de crescimento e sustentabilidade, para geração de renda promovendo o trabalho de modo artesanal e coletivo em oficinas permanentes, observando o princípio de reciclagem, sem visão de lucro. Definindo como prioridades geração de renda, e consolidação da dimensão cultural no município de São José da Lapa.

Neste artigo faz-se uma análise dessa experiência, deste o marco teórico da Economia Solidária e encontram-se como estas ações proporcionam melhorias da qualidade de vida tanto economicamente, quanto no aspecto da sustentabilidade. Além disso, a ação promove a preparação dos envolvidos para inserção no mercado de trabalho e se mostra como uma importante ferramenta contra o processo de exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; grupo economicamente solidário.*

A Política Pública de Economia Solidária no Contexto do Estado de Minas Gerais: Trajetória Recente

Andréa Leão Calicchio Demétrio | alcdemetrio@yahoo.com.br

Secretaria de Estado do Trabalho e Emprego – SETE

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

O ARTIGO buscou descrever alguns aspectos relacionados à implementação da Política Pública de Economia Solidária em Minas Gerais. Para isso foi dada ênfase às principais inovações introduzidas pela Lei estadual Nº 15.028, de 19 de janeiro de 2004, que instituiu a Política Estadual de Fomento a Economia Popular Solidária – PEFEPS – e a descrição das políticas de economia solidária financiadas com os recursos do Estado.

Na primeira seção o artigo analisou, sucintamente, as raízes históricas da economia solidária e as origens do pensamento sobre da Economia Solidária. Na segunda seção, analisou o contexto histórico, especificamente, a partir da segunda metade da década de 70, quando nova crise do sistema capitalista trouxe um quadro crítico para a classe trabalhadora, promovendo o fenômeno do florescimento de uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, por meio de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores, favorecendo uma nova onda de estímulo à economia social. Na terceira seção, o artigo expos os principais modos de intervenção da política pública de economia solidária, no Governo Federal, e sua participação no Plano Plurianual – PPA 2012-2015. Na quarta seção, tratou das questões relacionadas à criação e evolução da política pública de economia solidária no Estado de Minas Gerais e sua participação no Plano Plurianual do Governo – PPAG 2012-2015.

À guisa de conclusão o artigo destacou que a consolidação das políticas públicas no campo da economia solidária em Minas Gerais demanda, sobretudo, a junção de forças, a articulação em diversos campos institucionais, como o poder legislativo, o executivo e os movimentos sociais.

É preciso fortalecer a organização social dos trabalhadores e a constituição do sujeito político deste segmento, elementos essenciais para a

institucionalização dos direitos, e a legitimação das demandas em busca de uma economia solidária enquanto estratégia de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: *Política Pública; Economia Solidária; Implementação de Política Pública;; Origens da Economia Solidária.*

A Necessidade de Emergência de Outra Economia

Angela Francisca Ferreira da Silva | angferreirabh@cbtu.gov.br

Orientador: **Eraldo Leme Batista** | orientador(a)

ESSE ARTIGO tem por finalidade descrever as mudanças ocorridas no mundo do trabalho no Brasil a partir da década de 1970 e que tiveram grande impacto nos países centrais e periféricos, levando-os a buscar novas formas de manter a centralidade do capital, precarizando ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho.

Visando mostrar a transição ocorrida, especificamente a partir da década de 1970, nos modos de produção capitalista, tentaremos colocar em evidência a degradação da classe trabalhadora que se encontra refém do sistema e estabelecer um paralelo entre a crise no mercado de trabalho e a Economia solidária, “entendida como organização de produtores e consumidores, através da autogestão e da solidariedade com os trabalhadores, numa perspectiva de uma outra economia, em contraposição ao capitalismo”. (LIMA, 2008, pg. 10).

Neste trabalho, sugere-se pensar ações de superação da crise no mercado de trabalho, através de ações de desenvolvimento capazes de promover auto-sustentação e autonomia da população excluída.

PALAVRAS-CHAVE: *Capitalismo; Cooperativas; Trabalho; Economia Solidária.*

Reflexões sobre o Trabalho e Empoderamento das Catadoras

Ângela Rosane de Oliveira | angelaoliveira5@gmail.com

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

A PRODUÇÃO de resíduos sólidos urbanos tem aumentado progressivamente nas últimas décadas, sobretudo, após sua apropriação ou valorização pelo capital dos recicláveis. A reciclagem, embora seja economicamente viável para os países em desenvolvimento, sustenta o trabalho informal e camufla as relações sociais desiguais. Culturalmente, a nossa sociedade apresenta valores em que mulheres e homens desempenham papéis e lugares sociais diferentes. Discutir gênero é fundamental para entender o sentido desta construção social. Embora a economia solidária tenha como estratégia a resistência dos grupos produtivos ao modelo capitalista e a participação das mulheres é crescente, torna-se necessário avançar no sentido de buscar a emancipação das mulheres, avançar na compreensão de que a solidariedade deve desconstruir o individualismo e, ampliar as relações igualitárias nos espaços de trabalho das associações e cooperativas. O artigo pretende demonstrar o protagonismo das mulheres catadoras no seu ambiente de trabalho e nos diferentes papéis que assumem na Economia Solidária, e principalmente, na construção da autogestão. Ao resgatar o processo histórico da Asmare Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis, observou-se que esta organização surgiu no auge da crise do desemprego, portanto, a trajetória das catadoras e catadores são marcados desde o seu início por lutas intensas pela moradia, local digno de trabalho, acesso aos excessos de uma sociedade consumista. É notável sua capacidade de ofertar oportunidades de trabalho a pessoas que vivem em condições extremas. São nas sutilezas que se revelam as relações de gênero, as estratégias adotadas para o empoderamento das mulheres, os conflitos, o companheirismo, a confiança e respeito. E é aí que tudo se mistura: a luta, a exploração, a coragem, a resistência, a superação, o empoderamento. É no meio de toda essa contradição que se destaca a força dessas mulheres guerreiras. O cenário mostra uma divisão nítida de

trabalho que deixa as mulheres em situação de desigualdade, no entanto, as lideranças estimulam o envolvimento das mulheres nos debates, para que possam colocar sua voz e participar das decisões.

PALAVRAS-CHAVE: *trabalho; catadores/as; gênero; empoderamento.*

Experiência do Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte

Cezar Duarte Medeiros | cezarduartemedeiros@yahoo.com.br

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

ESTE TCC tem como objetivo destacar a importância de Centros Públicos como estratégia operacional para apoio às políticas públicas de Economia Solidária. Entre os principais argumentos, cabe ressaltar: o processo de desenvolvimento com inclusão social favorece políticas públicas sociais, tais como: consolidação de empreendimentos econômicos solidários; criação e fortalecimento institucional sintetizam a prioridade e a evolução institucional de apoio à ECOSOL. Neste sentido cabe chamar a atenção para a importância da análise e da avaliação visando aperfeiçoar o funcionamento de Centros Públicos.

O Capítulo 1 aborda as possibilidades para evolução das políticas públicas de ECOSOL em um ambiente favorável como o Brasil que, desde 2004, vem priorizando programas de inclusão social. O capítulo 2 pretende mostrar, de forma sumária, a evolução da concepção e dos programas de apoio e de fomento à Economia Solidária que vem sendo priorizados pelo Governo Federal através da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).

O capítulo 3 procura destacar o papel estratégico de Centros Públicos Municipais para implementar e fomentar políticas públicas, principalmente de apoio à E.E.S (Empreendimentos Econômicos Solidários) em um contexto de rede intersetoriais e intermunicipais, mas também como espaço para discussões, reivindicações e aprimoramentos de políticas públicas. O

capítulo 4 toma como estudo de caso a experiência do Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte. Críticas e sugestões são ressaltadas com a finalidade de aperfeiçoar o funcionamento do Centro Público mencionado de modo a torná-lo referência para outros Centros Públicos, porém em obediência às realidades específicas de cada município e/ou de cada região.

O capítulo 5 chama a atenção para a importância do acompanhamento, da avaliação e da análise de políticas públicas, particularmente, da ECOSOL. O capítulo 6 compreende sugestões e proposições para aperfeiçoamento do Centro Público de Economia Solidária de Belo Horizonte.

PALAVRAS-CHAVE: *Ecosol; Inclusão; Centro Público; Estratégia Operacional; Senaes.*

A Contribuição da Economia Solidária no Desenvolvimento Social das Famílias Beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda Sob o Olhar do Serviço Social

Cleusa Domingos de Miranda | cdm.miranda@yahoo.com.br

Assistente Social na Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Jonas de Oliveira Bertucci | orientador(a)

O PRESENTE artigo pretende discutir as contribuições das iniciativas de Economia Solidária no desenvolvimento social das famílias em situação de vulnerabilidade social, beneficiárias dos Programas de Transferência de Renda, especialmente do Programa Bolsa Família; relatar a experiência do município de Contagem, analisando como a ação foi implementada e como passaram a se organizar após sua inserção nas estratégias de Economia Solidária. O trabalho é focado na experiência do município de Contagem/MG, devido à ação realizada de forma intersetorial entre os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – equipamento social de proteção

social básica ligado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e o Centro de Formação do Trabalhador (CEFORT) – Centro Público de Economia Solidária, vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda, a qual consiste na inclusão de integrantes de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, nos grupos produtivos, gestados pelo Centro Público de Economia Solidária.

Como as famílias aqui referidas, beneficiárias do Programa Bolsa Família, são referenciadas e acompanhadas sistematicamente pelas equipes técnicas dos CRAS em nível local, composta por Assistentes Sociais e Psicólogos, a metodologia utilizada foi a observação participante pela autora deste trabalho, como Assistente Social – Gerente responsável pelos Centros de Referência da Assistência Social, lotada no nível central, na Diretoria de Proteção Social Básica. Além disso foram levantadas as impressões baseadas nos relatos sobre o acompanhamento e desenvolvimento dessas famílias. Os resultados confirmam a positividade dessas ações. Visto que tais recursos possibilitam o desenvolvimento dos aspectos sociais, solidários e relacionais dos participantes.

PALAVRAS-CHAVE: *Desenvolvimento Social; inclusão produtiva; intersectorialidade; vulnerabilidade social.*

Juventude, Pobreza e Economia Solidária: Considerações sobre o Processo de Constituição de um Empreendimento Econômico Solidário em Minas Gerais

Daniela Dias Gomes | danieladiasg@gmail.com

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – CREAS Centro de
Referência Especializado de Assistência Social.

Cristhiane Falchetti | orientador(a)

A ECONOMIA Solidária apresenta-se como uma nova proposta de geração

de renda, alternativa e contrária aos modos de produção capitalista hegemônico. Enquanto neste último as atividades econômicas encontram-se pautadas na competitividade, desigualdade, na expropriação e abuso de poder de uns sobre os outros visando o aumento dos lucros financeiros, a perspectiva da Economia Solidária apresenta-se fundamentada na autonomia, cooperação, colaboração, igualdade, solidariedade e no fortalecimento dos vínculos coletivos e humanitários. O presente trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre o processo de implementação de um empreendimento solidário (ES) composto por jovens mulheres moradoras de uma comunidade marcada por inúmeras vulnerabilidades sociais, a Vila Bispo de Maura, situada no município de Ribeirão das Neves – Minas Gerais. A partir do relato de experiência sobre a constituição e desenvolvimento do ES Salão de Beleza AFROARTE, serão apresentados pontos relevantes para o debate sobre políticas públicas de economia solidária que surgem como estratégia de enfrentamento a vulnerabilidades sociais, bem como algumas considerações sobre a relação entre juventude em situação de pobreza e ações coletivas de geração de renda perpassadas pelos princípios da Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *políticas públicas; economia solidária; juventude; pobreza; geração de renda.*

Uma Educação que Leva ao Trabalho Associado, Solidário e Sustentável

Denise Lacerda Beirão | dbeirao@gmail.com

Ioli Wirth | orientador(a)

O ARTIGO apresenta que séculos e séculos de domínio capitalista acarretaram inúmeros problemas em todo o planeta, principalmente quanto à exploração da força de trabalho e aumento do individualismo e da competição. O trabalho tem por finalidade apresentar a Economia Solidária como alternativa de enfrentamento das desigualdades sociais causadas pelo sis-

tema capitalista, buscando na educação popular de Paulo Freire a base para a mudança da hegemonia do capital. A pedagogia associada à produção é o que se desenvolve na Cooperativa Dedo de Gente, um dos projetos do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), em Minas Gerais. Experiência de trabalho associado, que tem como base a participação do grupo e a autogestão, elementos fundamentais da Economia Solidária. A cooperativa surgiu da necessidade de fabricar jogos e materiais didáticos do próprio Centro, além de criar oportunidades para jovens que atingiram a idade máxima para ali permanecerem. Com respeito pela opinião do colega e de artesãos da comunidade surge a valorização do indivíduo e de sua cultura.

O presente trabalho apresenta um apanhado de temas ligados ao nosso estudo de caso, partindo do trabalhador inserido num mundo sem oportunidades reais, passando pela Economia Solidária como forma de emancipação e por Paulo Freire com sua pedagogia de valorização do homem, de preparação para o cooperativismo. Este é o tipo de educação empregada no Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD). A Cooperativa é um ramo desse amplo projeto, geradora de renda e detentora de valores de produção associada, de solidariedade, de incentivo à cultura e à autogestão. Os jovens cooperados da Dedo de Gente são os protagonistas do projeto e, em cada peça, eles se deparam com cenas do cotidiano. Retratar a essência do dia a dia, resgatar fazeres esquecidos, mostrar o homem e a mulher, é o que renova a autoestima de toda a equipe.

PALAVRAS-CHAVE: *Capitalismo; economia solidária; educação popular; cooperativa*

Turismo como Estratégia de Desenvolvimento na Economia Solidária: Provocando um Debate

Edilaine Albertino de Moraes | edilaineturmoraes@hotmail.com

Aline Mendonça dos Santos | orientador(a)

ORIENTADA POR questões emergentes da economia solidária no Brasil, como alternativa possível de desenvolvimento, e por suas relações possíveis com o turismo, que se reconfigura em um cenário atual de crise capitalista global, pesquisa-se algumas propostas teóricas e práticas nesse novo campo de reflexão, bem como, o desafio de formulação de política pública nessa perspectiva, como um novo horizonte para o fenômeno turístico no terceiro milênio. Em uma abordagem ensaística, sinaliza-se o turismo ser estratégia possível de desenvolvimento, desde que a economia solidária seja o modo de produção dos bens e serviços utilizados por turistas. Nessa reflexão, entende-se economia solidária ser uma manifestação plural, ao contrário do pensamento hegemônico capitalista, mas se constitui de alguns princípios comuns (relações solidárias de colaboração, propriedade coletiva dos meios de produção, igualdade de direitos e responsabilidades, e luta contra a subordinação do trabalho pelo capital). Estes princípios se parecem muito com as noções de turismo de base comunitária, sobretudo, quando esse é referido como alternativa ao modelo de turismo baseado nos padrões capitalistas; protagonismo e mobilização política dos grupos sociais locais envolvidos; busca pelo desenvolvimento local; estratégia de conservação do patrimônio natural e cultural; pequenos empreendimentos domiciliares e familiares; e modo de vida como atração principal. Apesar disso, nem todas as iniciativas que se intitulam turismo de base comunitária estão ligadas à economia solidária, apresentando também um quadro diverso de perspectivas e experiências, que começam em meados da década 1990 e se organizam independentemente de ações públicas. No sentido de se criar uma política pública em sintonia com o turismo de base comunitária, é importante inserir o tema nos diversos espaços de poder público e fortalecer movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se mobilizam em torno da questão, reconhecendo suas

especificidades, suas trajetórias e seus sujeitos. A organização social e política, no desenho e legitimação das ações em turismo, parece ainda ser um dos caminhos mais viáveis para quem vive, onde a atividade é produzida e consumida, se beneficiar das mudanças decorrentes desse processo, no limiar de disputas e conflitos socioambientais. Nessa perspectiva de reflexão acadêmica, busca-se contribuir com o pensar social sobre turismo na economia solidária, para além de alcances inflexíveis, paliativos e subordinados ao capital.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Capitalismo; Turismo; Turismo de base comunitária; Desenvolvimento local.*

Educação Popular e Economia Solidária como Alternativas para o Desenvolvimento Social

Jane Marisa da Silva | janelukka@yahoo.com.br
Secretaria de Estado Trabalho e Emprego

Eraldo Leme Batista | orientador(a)

COM O aumento do desemprego, da exclusão social e da miséria, que tem se agravado cada vez mais com o atual processo de globalização econômica, parte significativa da população em todo mundo, vive sobre o controle do modo de produção capitalista que se baseia na acumulação de capital, fortalecendo assim, a exploração humana. Nesse sentido, à classe trabalhadora vê a necessidades de organizar as relações sociais e produtivas com outras perspectivas entre os humanos e estes com a natureza, sendo que o movimento da Economia Solidária vem se apresentando como um caminho rico de possibilidades, portanto, um projeto de desenvolvimento integral que visa à sustentabilidade, à justiça econômica, social, cultural e ambiental e à democracia participativa. Pois a Economia Solidaria se pauta por princípios como: a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mu-

lher numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade. Assim, a Economia Solidária reafirma a emergência de atores sociais, ou seja, a emancipação de trabalhadoras e trabalhadores como sujeitos históricos.

Entretanto a Educação Popular é um trabalho humano, pois se dá em e pela prática do indivíduo. Faz com que o cidadão real perceba suas próprias forças e instrumentos para criar suas formas de organização e a emancipação política, tendo uma relação de trabalho mais humana, mais justa e mais solidária. Essa prática, ou melhor, essa formação deve ser continuada, com aperfeiçoamento constante para que esse cidadão possa não só poder ler e conhecer o mundo em que vive, mas também poder transformá-lo.

Como podemos perceber, existe uma forte sinergia entre educação e trabalho, especialmente a maior parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido notou que se juntos educação e trabalho fortaleceriam, e ainda criando grupos possibilitariam aos seus participantes uma alternativa para o desenvolvimento social.

PALAVRAS-CHAVE: *educação popular; economia solidaria; capitalismo; desenvolvimento social*

Para Além das Cooperativas

Jordão Vieira Silva | jordaofedereal@gmail.com

Rede de Ecovilas

Shirley Silveira Andrade | orientador(a)

EM TEMPOS de crises econômicas globais, colapsos naturais, escassez de recursos, desemprego e terrorismo a Economia Solidária aponta para o que talvez seja a única economia viável. A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES – foi criada em 2003 para fomento aos Empreendimentos de Economia Solidária, na esfera do governo federal. No entan-

to, com respeito a todos os avanços concretizados ao longo destes nove anos, sendo este artigo mais uma expressão de seu fomento, o fato é que os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) ainda não encontram no atual ordenamento jurídico brasileiro uma forma jurídica adequada que os identifique e promova suas ações. Pesquisadores indicam a forma jurídica de cooperativa por ser a que mais se assemelha aos propósitos da Economia Solidária.

Segundo dados coletados entre os anos de 2005 e 2007 pelo Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (Sies) existem atualmente cerca de 21.859 EES, sendo que mais de 50% dos EES estão formalizados como associação, outros 36% dos EES são informais e apenas 10% deles são estruturados sob a forma de cooperativas, que supostamente seria a forma jurídica apropriada para a maioria dos EES. É visível que, apesar de serem indicadas como a melhor forma jurídica para os Empreendimentos de Economia Solidária, muitas instituições não a adotam a foram de cooperativa como modelo, provavelmente em virtude da complexidade de sua gestão. Essa informalidade econômica dos EES aprofunda a dificuldade concreta para se desenvolverem, em três frentes principais: comercialização, crédito e formação.

Partindo do desvirtuamento dos princípios cooperativistas originais é notório que as cooperativas servem mais aos interesses do lucro individual do que aos princípios da Economia Solidária, de modo que não se prioriza a autogestão e a solidariedade. Por todo exposto, o artigo pretende demonstrar a resistência política ao desenvolvimento de Empreendimentos de Economia Solidária, que se faz por meio da negativa do requisito mais básico para que o Estado os reconheça: a formalização.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Pessoa Jurídica; Cooperativas; Inovação*

Economia Solidária, Políticas Públicas e o Grupo de Produção Ecobloco – um Estudo de Caso

Manuella Pagy Ferreira | manupagy@yahoo.com.br

Juliana Braz | orientador(a)

O ARTIGO discorrerá a respeito da Gestão Pública suas necessidades de elaboração e implementação de políticas e projetos para atender a demanda das diversas áreas da sociedade, os ditos incluídos e os ditos excluídos, os que pagam impostos e os que não pagam. Onde será pontuado a respeito da Assistência Social e o público com trajetória de vida nas ruas e em situação de rua.

Fazendo uma relação com o Projeto da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte. O projeto da Cooperativa Ecobloco concilia a proteção ambiental e a inclusão social de usuários da assistência social em situação de rua, os quais encontram-se em vulnerabilidade pessoal e social, através da inserção destes no processo de fabricação de blocos de concreto a partir do resto de entulho de obras da construção civil.

Sendo relacionado o papel da gestão pública na criação e implementação desta cooperativa para estes usuários como forma de re-inserção deste público na sociedade, em busca de promover sua autonomia, resgatar sua auto estima, ensiná-los a trabalhar em conjunto e a trabalhar com um material visto muitas vezes como descartável e como lixo para a sociedade. Tal iniciativa pode ser caracterizada como uma forma de Economia Solidária gerido por uma Secretaria Municipal, mas cabe ressaltar que as diversas experiências e o processo histórico da Economia Solidária nos mostra que devemos evitar que os investimentos sejam apenas em uma economia solidária que busque somente estratégias próprias ou apoio de políticas públicas residuais ou inadequadas, as quais permitam que hajam grandes oportunidades de continuidade da reprodução da pobreza, seja ela da população em situação de rua ou não, proporcionando formas de precárias sobrevivência.

PALAVRA-CHAVE: *Gestão Pública; Economia Solidária; Ecobloco*

Os Desafios da Economia Solidária: um DESTAQUE à Comercialização em Empreendimentos Econômicos Solidários

Márcia de Sousa Araújo | soumarciaaraujo@gmail.com

Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego – SETE. Técnica da
Superintendência de Geração de Renda e Empreendedorismo

Jonas de Oliveira Bertucci | orientador(a)

ESTE ESTUDO tem como base a análise do processo de comercialização na Economia Solidária, mais especificamente em Minas Gerais, e busca detectar os desafios vividos pela mesma – enfatizando e problematizando questões referentes à inserção dos empreendimentos solidários no mercado – a fim de suscitar ideias que permitam aprimorar as formas de comercialização dos produtos fabricados de forma solidária e fundamentada nestes princípios. Com o intuito de demonstrar possíveis caminhos para a concretização e o fortalecimento da Economia Solidária, destacou-se a experiência das Feiras de Economia Solidária. Estas se configuram como espaços importantes e necessários para a Economia Solidária a fim de minimizar e erradicar os desafios mencionados e presenciados em suas ações. Vale ressaltar que as avaliações das Feiras, por exemplo, se tornam possibilidade singular de reflexão acerca das práticas da Economia Solidária e a manutenção dos aspectos positivos e discussões mais aprofundadas e empenhadas acerca dos erros e desafios identificados. Estas avaliações são compreendidas possibilitam maior reflexão acerca dos preceitos da Economia Solidária, aprofundando discussões, favorecendo trocas de experiências, possibilitando a qualificação e requalificação dos empreendedores, criando um espaço comum de avaliação desta prática, com vistas à correção de rumos e definição de novas estratégias para melhorar a qualidade de seus produtos. Para tanto, é importante destacar que a existência de desafios e dificuldades pelos caminhos da Economia Solidária não pode se configurar como um obstáculo para seu aprimoramento.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; Desafios; Comercialização; Problemática; Diretrizes.*

A Informalidade no Mercado de Trabalho, Sua Importância e Seus Desafios – a Dicotomia da Falta de Oportunidade x Exclusão Social

Maria Clarissa Villani Correa

Henrique T. Novaes | orientador(a)

O PRESENTE artigo pretende modestamente enaltecer o trabalhador informal, a nobreza de seu trabalho e de sua capacidade incontestável de luta muito maior até do que a luta empreendida pelo trabalhador formal, relativamente garantido pelo salário mensal, enquanto os ditos informais travam batalhas diárias para garantir o “ganha pão”.

O trabalhador informal brasileiro, ainda injustamente ligado à marginalidade e à malandragem, advém de uma condição de exclusão social, talvez por não se adequar aos desmandos do capitalismo e ao império do poder estatal, que, ao invés de considerá-lo um cidadão integrante da sociedade brasileira e dar-lhe condição de sobreviver, continua a considerá-lo um estereótipo estatisticamente mal definidos, embora tenham sido formuladas algumas políticas públicas efetivas com o objetivo de superar a informalidade, mas foram insuficientes e permanece demarcado o contexto social que os desequilibra, impiedosamente, na corda bamba de sua subsistência diária.

A Economia Solidária vem rompendo em passos vagarosos com a proposta idealista de considerar a integralidade do homem como sujeito e finalidade da atividade econômica em contraposição à exploração do trabalho e dos recursos naturais.

Esta proposta depende de coragem, desprendimento para repartição de ganhos, solidariedade, livre convencimento, espírito de cooperação, igualdade, democracia, lutas emancipatórias, valores humanos estes há

muito, abandonados pela sociedade capitalista. Não há como blindar estes valores sociais, há apenas como difundi-los em pequenos grupos que, posteriormente, possam se unir e formar grupos maiores de resistência. Alimenta-se então a esperança de que somente através da organização de grupos em redes de trabalho poder-se-á alcançar melhores condições de empreender a árdua luta pelo seu bem estar, preocupando-se com seus direitos e habilidades sem perder de vista os aspectos mais significativos da convivência em comunidade que são o respeito aos bens culturais, sociais e ambientais.

Occupy Movement: a Busca Global por uma Economia Mais Solidária

Nicole Maria Turcheti e Melo | nicoleturcheti@gmail.com

International Institute of Social Studies

Ioli Wirth | orientador(a)

ESTE ARTIGO tem como objetivo discutir a Economia Solidária (EcoSol) como um movimento social que está em expansão. Argumenta-se, portanto, que a EcoSol é um conceito mais amplo do que conjunto de empreendimentos autogestionários. O Occupy Movement (em português, Movimento Ocupe) é apresentado aqui como indício de que a Economia Solidária é um movimento global. Procura-se demonstrar neste artigo que os preceitos da Economia Solidária têm sido demandados por um inúmeras pessoas ligadas através de uma rede de interação informal, baseada no compartilhamento de uma identidade coletiva à qual se referem como “os 99%”. As contradições e desigualdades inerentes ao sistema capitalista, questionadas pelo Occupy Movement, são discutidas à luz da teoria da Sociologia das Ausências de Boaventura de Sousa Santos. Em conformidade com o marco teórico, a discussão sobre o Occupy Movement é feita a partir da voz dos próprios manifestantes. Relatos dos manifestantes do movi-

mento publicados na mídia são, juntamente com outras fontes, a base da análise documental, metodologia utilizada para a análise. A contribuição feita por este trabalho está, em primeiro lugar, no fato de colaborar para a promoção dos ideais de Economia Solidária e para a intensificação do debate em torno da temática. Ademais, este artigo traz à luz uma discussão inovadora ao propor um entendimento da Economia Solidária como um movimento social de caráter global.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Movimento social; Occupy Movement; Sociologia das Ausências*

Educação Solidária e Medida Socioeducativa: Novos Olhares

Priscila Ferraz Dias Barcelos | priscilabarcelos@hotmail.com

FIEMG/SESI/ Belo Horizonte

Lalo Watanabe Minto | orientador(a)

O PRESENTE trabalho é uma reflexão sobre economia solidária e educação na medida socioeducativa de internação aplicada aos adolescentes que cometem atos infracionais, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Esta legislação dá visibilidade às crianças e adolescentes reconhecendo-os como sujeitos de direitos e deveres em processo de desenvolvimento, o que abre espaço para a criação de políticas públicas em defesa dos direitos humanos.

A unidade socioeducativa de internação aparece como espaço educativo e privilegiado para a formação dos adolescentes. E a economia solidária se apresenta como princípio de reflexão do viver pressupondo a produção no coletivo de forma a atingir o bem-viver com justiça e igualdade. Tais elementos são imprescindíveis para o ato pedagógico no qual podem se recobrir os projetos educativos voltados aos adolescentes em situação de violência proporcionando novas formas de sentir, pensar e agir desses sujeitos na sociedade.

A nova concepção educativa, inspirada na perspectiva da educação libertária e popular de Paulo Freire e das bases conceituais da economia solidária tem como objetivo indagar a atual lógica social excludente que fomenta a precariedade da qualidade de vida da população.

Para esta argumentação, é feita uma revisão bibliográfica abordando o entrelaçamento dos temas da educação e da economia solidária no campo socioeducativo. Com essa reflexão, o trabalho também busca ampliar as possibilidades de instauração de uma nova forma de viver com pilares na emancipação dos sujeitos no contexto de uma sociedade estruturada para além da lógica do capital. Nesse sentido, a economia solidária se apresenta dentre as suas múltiplas manifestações vinculada à noção do coletivo, da solidariedade e da autogestão no contexto socioeducativo aos adolescentes.

Assim, novas demandas advêm, com o propósito de discutir e enfrentar as expressões da violência através da educação. Nesse sentido, evidenciam-se as práticas pedagógicas pautadas pela economia solidária nas medidas socioeducativas como uma estratégia de construção de um projeto democrático de sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: adolescente autor de ato infracional; medida socioeducativa; educação; economia solidária.

As Mulheres na Economia Solidária: a Busca pela Emancipação e o Enfrentamento às Desigualdades Sociais e de Trabalho na Sociedade

Sueli Lisboa | susulisboa@yahoo.com.br

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

A ECONOMIA Solidária é uma forma de trabalho e de geração de renda em que todas as pessoas envolvidas passam a ter os mesmos direitos de tra-

balho, lucro, participação de decisões, portanto, sem distinção de gênero. Contudo, podemos perceber, através de alguns estudos e de grupos já existentes, que as mulheres vêm conquistando cada vez mais espaços dentro deste processo de trabalho. Porém, historicamente, no período considerado patriarcalismo, elas viveram situações de extrema submissão aos homens, inclusive em relação ao trabalho. Elas eram educadas para cuidarem da família e sequer tinham o direito de estudarem, diferente dos homens. Além disso, eram impedidas de exercerem funções e circularem em espaços públicos. Porém, ao longo da história, as mulheres vêm lutando contra essa dominação masculina.

Várias mulheres foram exemplos de lutas pelos seus direitos à cidadania e igualdade frente aos homens. Nísia Floresta, por exemplo, foi precursora no Brasil na luta pela igualdade de educação para as mulheres. A história começou a se modificar a partir destas lutas. Elas se organizaram e, assim, surgiram os movimentos feministas que podem ser considerados as maiores formas de manifestação das mulheres pelos seus direitos e emancipação. Hoje, uma grande parcela de mulheres se encontra engajada no mercado de trabalho e várias atuam na Economia Solidária. Porém, podemos considerar que na Economia Solidária, as mulheres garantem a sua autonomia e emancipação?

Considerando que a Economia Solidária, de acordo com vários estudos é uma forma de trabalho coletivo e autogestionária, ou seja, não há explorados nem exploradores, Singer (2002), sendo assim, as mulheres também participam do trabalho produtivo, das decisões e dos lucros. Neste sentido, a Economia Solidária pode ser uma forma de emancipação para as mulheres, no entanto, o trabalho de pesquisa tem como objetivo responder a pergunta colocada.

PALAVRAS-CHAVE: *Gênero; Emancipação; Lutas; Feminismo; Economia Solidária.*

Articulação em Rede – uma Estratégia de Acesso ao Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar

Tarcirlei Mariniello de Brito | consultortarcirlei@gmail.com

Paulo Marques | orientador(a)

O PRESENTE artigo visa explorar as nuances impactadas pelo PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, no que diz respeito à operacionalização desse programa como uma oportunidade de comercialização dos produtos da agricultura familiar e economia solidária localizados no estado do Espírito Santo.

O PNAE é uma política pública implementada pelo governo federal, regulamentada pela lei 11.947/09, que visa garantir a segurança alimentar dos alunos matriculados nas escolas públicas do país. E para garantir tal façanha, tem como uma de suas finalidades que, o fornecimento de no mínimo 30% dos produtos alimentícios adquiridos para serem servidos na alimentação escolar advenha da agricultura familiar, garantindo assim o alcance a outra finalidade dessa política que é a dinamização econômica da agricultura familiar através das compras institucionais.

Na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo existem organizações da Agricultura Familiar e Economia Solidária que vem transacionando com o PNAE acerca de dois anos, e nesse tempo desenvolveram estratégias sobre a operacionalização do PNAE que vale a pena serem divulgadas. Mas apesar do PNAE representar uma grande oportunidade, representa também enorme desafio para a agricultura familiar, uma vez que possui complexidade própria, com uma série de especificidades que demandam dos empreendimentos capacidades múltiplas (compreensão das tributações, adequações sanitárias, logística, capacidade de gestão e outros), o que não é negativo, pois verifica-se nesse aspecto uma oportunidade de estimular o desenvolvimento de tais competências no âmbito dos empreendimentos da agricultura familiar. E para minimizar tais desafios, organizações coletivas da agricultura familiar do Espírito Santo entenderam que, para conseguir acessar o mercado do PNAE em âmbito estadual era necessário se

juntarem e assim se uniram e constituíram uma Rede de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária – RECAFES, que tem a missão de promover comercialmente as organizações da agricultura familiar, provendo o acesso aos mercados institucionais como o PNAE e viabilizando outras alternativas de mercados, como feiras locais e regionais.

PALAVRAS-CHAVE: *Cooperativismo; Comercialização; Redes; Agricultura Familiar.*

Economia Solidária a Partir do PNAE – Estudo de Caso

Wemerson Barra | wemerson.barra@emater.mg.gov.br
EMATER MG

Vanessa Moreira Sigolo | orientador(a)

ESTE TRABALHO apresenta um estudo de caso da implantação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerando o que rege a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. A implantação foi feita com a participação de um grupo informal de agricultores familiares de Barão de Cocais, MG, que foi possível graças às articulações com as entidades representativas da agricultura familiar, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barão de Cocais e o poder público local. Além disso, foram observados também os gargalos para implementação da política pública, tais quais as questões tributárias, organizativas e sanitárias. A metodologia consistiu em relatar, a partir de minha experiência profissional no município, como extensionista agropecuário, no escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), todas as etapas de implantação do programa, segundo a visão de Economia Solidária, considerando também a articulação de forma autogestionária do grupo informal, os avanços na organização dos agricultores familiares, comercialização com certificação sanitária, isenção de tributação estadual para comercialização de seus produtos no PNAE. Tendo em vista também as dificuldades

que ainda existem para avançar na implementação do PNAE no município.

PALAVRAS-CHAVE: *PNAE; economia solidária; articulação; política pública*

Economia Solidária como Política Pública: uma Agenda Social em Formação

Alba Simone Barbosa Mendes | albas Mendes@hotmail.com

Milena Pavan Serafin | orientador(a)

ESTE TRABALHO, desenvolvido a partir de conceitos de economia solidária, de políticas públicas, pluralismo e elitismo, investiga as dificuldades da economia solidária em se estabelecer como política pública. O levantamento da trajetória do movimento procura estabelecer nexos desta construção com o que a ciência política entende cientificamente como necessário para o processo de formulação de política pública. O trabalho é apresentado em quatro capítulos mais conclusão. Das quais adotei uma metodologia qualitativa e conceitos de economia solidária, de políticas públicas. A proposta foi investigar a implantação da economia solidária como política pública no Brasil através da análise dos marcos legais, comparando com os pré-requisitos estabelecidos na teoria múltiplos fluxos a partir daí categorizá-la como política pública inovadora através dos indicadores propostos.

Por fim é realizado uma conclusão revendo cada capítulo e analisando as chances do programa social se tornar uma política de Estado.

A análise da teoria dos múltiplos fluxos revelou que não se enquadra ao processo de formulação para esta política, pois ela é inovadora e propõe ações através de desenvolvimento social que o Governo Federal ainda não

reconhece ou não sabe como agir.

O debate acadêmico sobre políticas inovadoras devem aumentar, pois percebi que dentre as teorias analisadas, o conjunto bibliográfico está em transição e o debate acadêmico sobre algumas teorias aponta o quanto o cenário já mudou e precisa entender o cenário atual dessas mudanças. Consegui obter embasamento em grande parte realizando pesquisa através de artigos e teses para confirmar este quadro.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Política Pública; Política Pública de Economia Solidária; Cooperativas; Múltiplos Fluxos.*

Metodologia de Incubação de Empreendimentos Sociais – Análise da Metodologia de Incubação da Incubadora Social e Solidária

Aline de Sousa Nascimento | alinedsnn@gmail.com

Airton Cardoso Cançado | orientador(a)

O PRESENTE artigo tem os seguintes objetivos: (i) relatar a experiência e apresentar a metodologia de Incubação da Incubadora Social e Solidária do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – CDT/UnB, (ii) analisar criticamente o atual método de Incubação com base nos pressupostos da Economia Solidária, da Educação Popular e da Autogestão e (iii) os resultados obtidos e propostas de melhorias para o aprimoramento da atual metodologia de Incubação.

PALAVRAS-CHAVE: *Metodologia; Empreendimentos Econômicos Solidários; Economia Solidária; Autogestão e Educação Popular.*

Perspectivas Sócio Psicológicas do Trabalho na Contemporaneidade: o Olhar sobre a Sociedade na Lógica do Capitalismo e da Economia Solidária

Arij Mohamad Radwan Omar Chabrawi

Jonas Bertucci | orientador(a)

O PRESENTE estudo buscou fazer uma breve análise da sociedade contemporânea sob a perspectiva de teorias psicossociais para entender como esta sociedade cria sentidos, valores e concebe sua própria realidade. Dado que o trabalho assume importância central na vida do homem contemporâneo, procedeu-se à análise do contexto e dos aspectos da vivência do trabalho sob a lógica do capitalismo e da economia solidária, contrapondo seus elementos, valores, significações e práticas. Neste sentido, o estudo procurou demonstrar os meios pelos quais a economia solidária busca alternativas, ainda que incipientes, em alguns âmbitos da vida humana para fazer frente ao modelo hegemônico do capitalismo, apesar das dificuldades e contradições que estas iniciativas, necessariamente acarretam em seu âmago, buscam ser polifônicas, legítimas, plurais, inclusivas e comportam em seu desenvolvimento a qualidade de vida do homem e do meio em que ambienta.

A Política Pública de Economia Solidária: Limites e Potencialidades

Gerson Fernandes Martins | gersonfmartins@yahoo.com.br

Édi A. Benini | orientador(a)

ESTE ARTIGO tem por objetivo refletir a respeito dos limites e potencialidades da política pública de fomento a Economia Solidária, enquanto intervenção estatal, na busca da gênese de novas relações sociais e de produção, em uma sociedade capitalista. A partir da observação dos discursos e práticas, tanto do governo federal quanto do movimento social, pretendeu estabelecer as convergências e contenciosos entre o modelo proposto pela economia solidária e a ação governamental em curso. Assim, para que Economia Solidária seja assumida como uma estratégia de desenvolvimento no âmbito do governo, a configuração atual do Estado apresenta-se como fator limitante. Enfim, as relações produtivas e sociais geradas pela atual forma de organização das forças produtivas, servem de anteparo para que a Economia Solidária gere novas formas de sociabilidade. No entanto, as práticas autogestionárias, participativas e democráticas, contribuem para a ampliação do conceito de espaço público e apontam para processos que contribuam para a transformação da sociedade e da civilização.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Política Pública; Desenvolvimento Econômico; Espaço Público.*

Políticas Públicas de Economia Solidária: a Relação Estado e o Fortalecimento da Cidadania

Dora Sugimoto | dora.sugimoto@gmail.com

Édi A. Benini | orientador(a)

A ECONOMIA Solidária (ES) no Brasil principalmente a partir dos anos 1980, seguiu a trajetória dos diversos movimentos sociais, conheceu avanços significativos nos processos democráticos de participação e de organização da sociedade, de oportunidades de reestruturação produtiva e na elaboração de políticas públicas, no entanto ainda insuficientes para diminuir as injustiças sociais, a violência na construção de uma sociedade justa e solidária.

O presente trabalho, Políticas Públicas de Economia Solidária: a relação Estado e o fortalecimento da Cidadania, faz uma análise do papel do Estado na implementação das Políticas Públicas – PP, na relação com os movimentos sociais no Brasil, e os diversos atores envolvidos com a ES.

Traz argumentos constatando que trocam-se identidades construídas e tecidas em longas jornadas de lutas por políticas de identidades, tecidas em gabinetes burocratizados. São cidadanias tuteladas, geradas nos processos de modernização conservadora.

No ano de realização da V Plenária Nacional da Economia Solidária e que está em curso a coleta de assinaturas para a Lei de Iniciativa Popular da Economia Solidária, não são poucos os desafios a serem enfrentados.

PALAVRAS-CHAVE: *Movimentos Sociais; Políticas Públicas; Cidadania*

Reflexões Acerca da Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria

Celiana Nogueira Cabral dos Santos | celianancs@gmail.com

Cristiane Fachetti | orientador(a)

ESTE TRABALHO traz reflexões sobre a adoção da economia solidária como estratégia de superação da pobreza extrema, no eixo de inclusão produtiva urbana, do Plano Brasil Sem Miséria. As questões levantadas ao longo do texto remontam os reflexos da grande crise capitalista dos anos 1970, a qual levou os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho a desenvolverem estratégias para sobreviver – em processos que se correlacionam tanto com a informalidade quanto com a inserção de trabalhadores na economia solidária. Ressalta-se que, em consonância histórica com o período de repercussão e reestruturação produtiva da crise do mundo do trabalho dos anos de 1970, a Constituição Federal transforma a proteção social brasileira de forma a garantir condições mínimas de sobrevivência à população pobre. Dessa maneira, denota-se a necessidade de intervenção do Estado frente à incapacidade de absorção de significativa parcela de trabalhadores pelo mercado de trabalho. Além disso, discute-se o espaço conquistado pela economia solidária na agenda pública governamental como uma política de trabalho e renda. Por fim, avalia-se que a entrada da economia solidária enquanto estratégia do Plano Brasil Sem Miséria assume caráter inclusivo, com foco na geração de renda, o que reflete uma apropriação da economia solidária com propósitos distintos dos princípios daqueles que a norteiam enquanto alternativa econômica.

PALAVRAS-CHAVE: *Plano Brasil Sem Miséria; economia solidária; trabalho; inclusão produtiva*

Desafios para a Realização do Trabalho como Centro do Processo Educativo e Inclusão Social de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais

Heloisa Alves Altoé | heloisaaltoe@gmail.com

Lalo Watanabe Minto | orientador(a)

O PRESENTE trabalho contempla um relato que revela em seus meandros as possibilidades para uma pedagogia desenvolvida na prática do trabalho associado, na perspectiva de uma educação emancipatória. Busca contemplar em sua análise os subsídios pressupostos na Economia Solidária como perspectiva de conhecimento e uma prática crítica, na transformação efetiva das relações de trabalho para a superação de uma sociedade baseada na exploração e no preconceito. O estudo foi realizado com base em análise e observação sobre um projeto de qualificação profissional de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE), desenvolvido em parceria da Universidade de Brasília (UnB) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no Distrito Federal (APAE-DF), com a expectativa de delinear os limites e possibilidades de uma práxis pedagógica, quanto ao trabalho associado como centro do processo educativo. O objetivo deste artigo é revelar os elementos educativos inerentes ao projeto, buscando apreender a relação do trabalho e educação, ao convergir às proposições da Economia Solidária, no resgate da dignidade do sujeito excluído das possibilidades de participação no mundo do trabalho; bem como apresentar um espaço de atuação do Pedagogo, permeado pelas relações entre educação, política, trabalho, autonomia e emancipação; entendendo-se essa constituição nas contradições das relações sociais de classe, presentes na sociedade. O texto vislumbra um possível panorama de educação comprometida com as transformações necessárias a uma dinâmica social e cultural que resgate a constituição da autonomia do sujeito nos diversos espaços de educação e trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Trabalho; Educação; Emancipação.*

Segurança Alimentar e Nutricional: o Programa de Aquisição de Alimentos na Perspectiva da Organização Econômica e Solidária dos Agricultores Familiares

Isis Leite Ferreira | isisleitef@gmail.com

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Fabiana Rodrigues | orientador(a)

A TEMÁTICA da Segurança Alimentar e Nutricional ganhou espaço na agenda governamental a partir da implementação da estratégia Fome Zero, em 2003. Considerado uma política estruturante, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), vem alterando a realidade do meio rural brasileiro, ao garantir a compra direta da agricultura familiar pelo Estado brasileiro. Estudos apontam a relação do PAA com o surgimento de novos empreendimentos associativos, além do estabelecimento de novos processos de relação com o atual modelo padronizado de mercado, apresentando inovações nas relações “comerciais”, passando a incorporar a dimensão da solidariedade e do desenvolvimento local. Como alternativas de mercado e formas de garantir a sustentabilidade dos empreendimentos, são apontados “novos mercados”, baseados em outros valores e outras formas de comercialização, atualmente em curso no Brasil. O presente artigo tem por objetivos discutir o PAA na perspectiva da política nacional de SAN, relacionando – o com a organização coletiva e solidária dos agricultores familiares e as alternativas para acesso a outros mercados.

PALAVRAS-CHAVE: *Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Aquisição de Alimentos; empreendimentos associativos; mercados alternativos.*

A Economia Solidária e o Projeto de Lei Nº 865/2011: Divergências e Convergências

Josué Raphael Barbosa | josueraphael@gmail.com

Lalo Watanabe Minto | orientador(a)

O PRESENTE artigo objetiva explicitar a trajetória da Economia Solidária no Brasil, evidenciando os conflitos de ideias que têm motivado o debate sobre o tema, destacando posicionamentos dos poderes Legislativo e Executivo e do movimento social, debate este deflagrado pela proposição do PL 865/2011, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. A partir da análise desse cenário de debate, são explicitadas as convergências e as divergências de posicionamentos desses atores, com a perspectiva de tornar o debate mais claro e, de algum modo, favorecer o alcance de consensos mínimos necessários para o avanço da política.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; PL 865/2011; convergências; divergências.*

Metodologia de Incubação da Incubadora Social e Solidária da Universidade de Brasília

Luís Fernando C. da Costa | luisinho85@gmail.com

Juliana Ipolito | orientador(a)

O PRESENTE artigo procura identificar os avanços e desafios enfrentados pela Incubadora Social no processo de Incubação de empreendimentos econômico solidários. Dessa maneira pretende-se descrever como funciona a metodologia de incubação, seus impactos positivos nos últimos anos, as dificuldades enfrentadas tanto pela incubadora quanto pelos empreendimentos e discorrer sobre os princípios e valores da Economia Solidária, afinal, os empreendimentos devem praticá-los visando maior solidarieda-

de e autogestão.

O associativismo/cooperativismo surge como uma nova alternativa para o desenvolvimento sustentável e para a geração de trabalho e renda por meio do trabalho coletivo e autogestionário. O novo cooperativismo é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.

Essa aderência ao cooperativismo mostra o quanto a Economia Solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista. No entanto, para atuar como cooperativas os associados precisam compreender o que é essa modalidade de organização de pessoas. Para dar apoio a esses associados, entram em cena as Incubadoras Sociais. Estas oferecem apoio a empreendimentos sociais, como as associações e cooperativas. Nesse sentido esse artigo procura estabelecer parâmetros em relação às Incubadoras Sociais como um tudo, bem como seus avanços e desafios.

PALAVRAS-CHAVE: *Metodologia; Incubação; Economia Solidária.*

Condicionantes e Estratégias para Planejamento de Empreendimentos Rurais Autogestionários Equitativos Integrando Compradores de Imóveis Rurais e Trabalhadores

Luiz Henrique Silva de Moraes | moraissdalopes@gmail.com

Airton Cardoso Cançado | orientador(a)

ESTE ARTIGO relata a busca da integração dos interesses de trabalhadores do meio rural e de adquirentes de espaço no campo com objetivos de lazer, vida saudável e investimento. O estabelecimento de empreendimentos solidários é a forma encontrada para viabilizar seus interesses. Com base te-

órica em Olsem, Mancur – A Lógica da Ação Coletiva, propõe se atividades e uma fórmula de coerção positiva que permita a conciliação e convivência promissora, o Índice de Solidariedade – IS.

Este índice leva em conta os fatores que mensuram todas as contribuições individuais para o coletivo em relação ao somatório de contribuições auferidas, ponderadas conforme sua efetividade para alcance dos objetivos, numa lógica em que o importante é a satisfação das pessoas em termos de Felicidade Interna Bruta. A distribuição de sobras e acúmulo dos bens do coletivo, bem como o poder de voto individual são ponderadas por este índice na forma de um ranqueamento periódico.

As atividades propostas são produção de alimentos saudáveis, ecoturismo, reflorestamento, beneficiamento, comercialização e atividades meio. Fundamentou-se nos conceitos de condomínio e empreendimentos econômicos solidários e em conhecimentos correlatos visualizados durante o curso, experiências do autor e pesquisas pela internet. A organização é composta de um condomínio patrimonial que origina recursos para compra de imóveis, investimentos necessários e capital de giro e uma cooperativa de trabalho que gere e promove o funcionamento do sistema; Investidores e trabalhadores compõem a cooperativa; paulatinamente a todos é permitida a participação no condomínio patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Imóveis rurais; Cooperativas; Qualidade de vida; Índice de Solidariedade

Representação Cooperativista: a Unicafes como Estratégia para o Cooperativismo Solidário da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Luzia Amélia Ferreira | amelialuzia@hotmail.com

Unicafes Nacional

Ioli Wirth | orientador(a)

A CONSTRUÇÃO de novos instrumentos de políticas de desenvolvimento sustentável ganha, cada vez mais, importância em um panorama social em que é crescente a busca pelo fortalecimento da agricultura familiar, da economia solidária e do cooperativismo. Estes três temas estão correlacionados, uma vez que pensar em agricultura familiar remete à discussão do tema economia solidária e consequentemente ao cooperativismo solidário, os quais são refletidos neste artigo. É notório que o cooperativismo está cada vez mais em evidência, principalmente, quando 2012 é considerado pela Organização das Nações Unidas como o ano internacional do cooperativismo, em um cenário de crescentes desafios impostos pela globalização da economia na sociedade contemporânea. O cooperativismo brasileiro a partir da última década tem experimentado modificações em sua estrutura de representação com o aparecimento de uma nova vertente – a da Economia Solidária – em detrimento do cooperativismo econômico empresarial. A democratização e surgimento de novas formas de organização, tem sido estimuladas sobretudo com o debate e aprofundamento da temática da Economia Solidária. A representação cooperativista é o tema central discutido neste artigo, de forma associada a reflexão sobre a experiência da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, considerada como estratégia para o cooperativismo solidário da agricultura familiar e economia solidária, às vistas das políticas públicas setoriais. Em um debate complexo sobre o que significa esta nova forma de representação social e política, específica para a economia solidária e agricultura familiar, a UNICAFES proporciona uma oportunidade singular de ampliação da discussão deste tema. Quando o debate se torna mais amplo, muitos são os focos, pressupostos e paradig-

mas que podem ser analisados, o que se busca configurar neste artigo. Na abordagem do tema, são descritos os principais conceitos e termos, evidenciadas as diferenças entre a representação tradicional da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e a nova vertente de representação solidária a UNICAFES, bem como os avanços e os desafios deste processo.

PALAVRAS-CHAVE: *cooperativismo solidário; agricultura familiar; economia solidária e representação cooperativista.*

Design e Artesanato: Fragilidades de uma Aproximação

Maíra Fontenele Santana | mairafs05@gmail.com

Rafael de Brito Dias | orientador(a)

DESDE SEU surgimento, na Revolução Industrial, o design traçou seu caminho distante do artesanato e foi ator na separação do trabalho intelectual para o trabalho mecânico. A história das origens do design no Brasil também segue similar trajeto de distanciamento, e em alguns momentos até de negação. A aproximação começou na década de 1980 e partiu dos próprios designers. Até então, o artesanato no Brasil vivia da própria sorte e somente na década de 1990 surgem as primeiras instituições de apoio ao artesanato, que ratificaram a reaproximação.

O artesanato seguiu sendo estudado por técnicos, acadêmicos e por representantes dos poderes público e privado. As instituições apoiadoras promoveram discussões com gestores de programas de artesanato, técnicos e estudiosos do assunto para organizar e classificar o artesanato brasileiro. Esses conceitos balizaram as ações dos gestores e devem servir como orientação para elaboração de políticas públicas e políticas de acesso a mercado. Dentre eles está o artesanato de referência cultural, que define o artesanato que sofre alguma intervenção de designers, o que legitima a aproximação. O Brasil já possui vários casos e resultados que conseguiram mudar a realidade de artesãos e designers. No entanto, ainda há intera-

ções com benefícios unilaterais, principalmente para o designer ou para o mercado, que espelha problemas históricos da relação entre design e artesanato.

Os motivos do insucesso são comuns, mas fáceis de serem percebidos apenas por quem acompanha o desenvolvimento do artesanato. Há projetos de visibilidade nacional ou internacional com conflitos nos resultados, que não ficam aparentes apenas na apresentação do produto artesanal. É necessário emancipar o artesão. O designer precisa trabalhar para que ele seja desnecessário em qualquer processo de criação do artesão, e trabalhar para ser dispensável não parece algo concebível. A melhor forma de intervenção consiste em, apenas, ajudar o artesão a aperfeiçoar seu trabalho, a ver se produto com outro olhar, mas respeitando sua essência.

Economia Solidária, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Remodelação ou Remodulação do Modelo Produtivo Capitalista?

Roque João Tumolo Neto | rqneto@yahoo.com.br
UnB/CDS UFT

Juliana Braz | orientador(a)

ESTE ESTUDO, de natureza teórica e conceitual, tem como objetivo fundir as noções de economia solidária, sustentabilidade e desenvolvimento em um novo arranjo dentro do campo social. Os embasamentos teóricos que orientam essa proposta são a formulação da produção e reprodução do capital em Marx; o entendimento de economia solidária e transição em Nascimento, Sardá e Novaes; a teoria do campo em Bourdieu; a noção de crise e paradigma em Kuhn e, por fim, as formulações sobre desenvolvimento em Daly. A abordagem metodológica centrou-se em revisão de literatura sobre as três expressões. Como resultado, foi visto que as limitações de or-

dem teórica e prática contidas nesses termos validam a hipótese de que os esforços empreendidos pela economia solidária e pela sustentabilidade na busca de um novo e justo modelo de desenvolvimento socioambiental não lograriam êxito isoladamente, juntos, no entanto, têm chances concretas de sucesso.

PALAVRAS-CHAVE: *economia solidária; sustentabilidade; desenvolvimento; sinergia.*

A Contribuição dos Centros de Formação em Economia Solidária para a Educação na Economia Solidária no Brasil

Sergio Mariani | sermariani@gmail.com
Instituto Federal de Educação de Brasília

Jonas Bertucci | orientador(a)

A SECRETARIA Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego – Senaes/MTE definiu em 2007 a política pública para educação em Economia Solidária, criando condições orçamentárias e institucionais para execução dos Centros de Formação em Economia Solidária – CFES. Para sua implementação, a partir de 2009, foram selecionadas seis entidades da sociedade civil ligadas ao movimento de Economia Solidária (uma para gerir o CFES Nacional e cinco para um CFES em cada região do país), com orçamento total de R\$ 10 milhões, por um período de três anos. Este artigo aborda a estruturação desta política, a partir das demandas e debates do movimento de Economia Solidária para a Educação em busca do atendimento das necessidades formativas dos empreendimentos econômicos solidários e suas redes e cadeias produtivas. E a contribuição dos Centros de Formação em Economia Solidária e os limites para implementação desta política pública são apresentados, a partir da avaliação feita pelos integrantes do Conselho Gestor do CFES Nacional, espaço de repre-

sentação democrático constituído dentro da própria política.

PALAVRAS-CHAVE: *educação; economia solidária; CFES; política pública.*

A Importância de Políticas Públicas à Eficaz Construção da Economia Solidária

Washington Luiz Campos Júnior | washiszora@yahoo.com.br

Universidade Federal de Tocantins

Profª Drª Paula Arcoverde Cavalcanti | orientador(a)

O OBJETIVO deste artigo é apresentar a importância das políticas públicas na construção da Economia Solidária no Brasil e no mundo. Para tanto, implica demonstrar qual o papel do Estado na construção e na manutenção de alternativas que ofereçam ao cidadão uma nova forma de regular suas atividades, seja no âmbito econômico, social ou político-ideológico. Por isso, torna-se indispensável ao menos uma breve análise histórica acerca das práticas da Economia Solidária no Brasil e no mundo, assim como considerações a respeito de suas relações com as políticas públicas, que tornam mais democráticas às maneiras que cada comunidade se relaciona com o trabalho, mercado e gestão.

O estabelecimento de políticas públicas de fomento à economia solidária torna-se parte da construção de um Estado Democrático, pois reconhece a existência uma nova classe de trabalhadores, novos direitos de cidadania e de novas formas de produção, reprodução e distribuição social, além de propiciar o acesso aos bens e recursos públicos para seu desenvolvimento, tal qual permite a outros segmentos sociais. O papel do Estado frente à economia solidária é o de dar incentivos por meio de políticas públicas que disponham de instrumentos e mecanismos adequados para o reconhecimento e o fomento deste setor.

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas Públicas; Economia Solidária; Democracia; Sociedade.*

O Marco Legal da Economia Solidária no Brasil Perspectivas a Partir do Anteprojeto de Lei de Iniciativa Popular para Instituir a Política, o Sistema e o Fundo Nacional de Economia Solidária

Zilmar Pereira de Sousa | zpdf@hotmail.com

Bacharel em Direito, pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN

Vanessa Moreira Sígolo | orientador(a)

A ECONOMIA Solidária – forma de produção, consumo e distribuição de riqueza (economia) centrada na valorização do ser humano e dignidade do trabalhador – tem se tornado uma alternativa diante da precarização do trabalho e da visão consumista e de acumulação imprimida pelo sistema capitalista. No Brasil esse “novo sistema” de desenvolvimento econômico-social é alavancado por milhares de empreendimentos solidários espalhados pelo país, situados especialmente nas zonas rurais e nas periferias das cidades. Embora diversos estados e municípios venham editando leis para instituir políticas de fomento à economia solidária, a ausência de legislação específica, a nível federal, acaba por deixar uma verdadeira lacuna jurídica que prejudica de forma considerável o avanço dessa nova política. Diante da inércia do Estado, o movimento nacional em prol da economia solidária capitaneado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) vem mobilizando a sociedade no intuito de apresentar um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, no Congresso Nacional, para dispor sobre a Política, o Sistema e o Fundo Nacional de Economia Solidária, a fim de estabelecer definições, princípios e diretrizes, bem como consolidar e fortalecer as ações e os mecanismos de efetivação desse “novo” e promissor sistema de desenvolvimento econômico e social-sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária. Políticas Públicas. Marco Legal. Projeto de Lei de Iniciativa Popular.*

As Políticas de Transferência de Renda e as Mulheres: um Estudo de Caso no Município de Itu/SP

Adriana Micheli Machado | jhamachado@yahoo.com.br

Bianca Lima Costa | orientador(a)

O ARTIGO busca compreender as opções e os caminhos trilhados no desenvolvimento dos Programas de Transferência de Renda brasileiro e a participação das mulheres como principais beneficiárias destas ações. Para tanto, são apresentados informações do Programa de Transferência de Renda da Secretaria Estadual de Assistência Social do Estado de São Paulo – SEADS, especificamente o Programa Renda Cidadã. A ação tem como objetivo atender famílias em situação de pobreza, mediante a transferência direta de renda, com apoio financeiro temporário e atividades socioeducativas e de geração de renda. Apresentamos o resultado de uma pesquisa realizada com um grupo de mulheres inscritas atualmente no programa no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Bumba Meu Boi no município da Estância Turística de Itu/SP. Concluimos sobre a importância da realização de políticas intersetoriais que compreendam a realidade das mulheres e, a partir disso, a possibilidade para o desenvolvimento de projetos no campo da economia solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *pobreza; políticas de transferência de renda; mulheres.*

Circuito Literário Periférico – Estratégias de Produção e Distribuição na Literatura Periférica

Amanda Prado | amandalaprado@gmail.com

Angelita Oliveira | orientador(a)

O ARTIGO busca identificar as estratégias utilizadas pelos escritores da literatura periférica para produção e distribuição de seus livros na cidade de São Paulo. Estas publicações estão à margem do mercado editorial tradicional e para garantir a circulação de suas obras, os autores criaram um circuito alternativo a este mercado.

O fazer literário, que documenta em livros as paisagens, histórias e modos de vida das periferias, é também um ato político fazendo contraponto à literatura vigente que não representa os mais pobres, nem os negros, nem as mulheres.

Existem experiências de editoras e selos editoriais criados para a publicação de livros da literatura periférica, como as Edições Toró, que entre 2005 e 2010 venderam mais de sete mil livros, custando entre R\$10,00 e R\$ 15,00.

Frente ao pequeno consumo de livros no Brasil, causado pelos baixos níveis de escolaridade, falta do hábito de leitura, dificuldade de acesso à bibliotecas e livrarias e os altos preços das publicações, os autores reinventaram os saraus e criaram seu próprio mercado. Na falta de dinheiro, tomaram emprestado e fizeram circular além de produtos, sua forma particular de ver e estar no mundo.

Os saraus, que em muitos bairros periféricos da cidade inauguram espaços culturais e de encontro congregam função social, fazem o papel do mercado ao fortalecer um circuito de distribuição dos livros, de contato e de formação do público leitor e ouvinte.

Na prática, a Economia Solidária se aproxima muito dos saberes e fa-

zeros demonstrados pelos coletivos de jovens escritores periféricos. Isso porque propõe ações que coincidem com as práticas há muito adotadas nas periferias das grandes cidades, sendo a principal delas a solidariedade.

PALAVRAS-CHAVE: *Mercado editorial; literatura periférica; economia solidária.*

A Abordagem de Instrumentos de Políticas Públicas e Sua Aplicação Nos Estudos Organizacionais sobre Administração Pública Brasileira

Cassiana Montesião de Sousa | camontesiao@gmail.com

Especialista em Políticas Públicas. Secretaria de Gestão

Pública – Governo do Estado de São Paulo

Cristhiane Falchetti | orientador(a)

O ARTIGO pretendeu, a partir da reflexão sobre como os estudos organizacionais orientam as práticas das organizações públicas brasileiras, demonstrar as possibilidades de contribuição da abordagem dos instrumentos de políticas públicas, enquanto categoria de análise, para a produção de conhecimento naquela área. Apesar de a multiplicidade de correntes metodológicas e paradigmáticas contribuir para o entendimento sobre a realidade organizacional, a forte influência de abordagens positivistas e funcionalistas e das prescrições gerencialistas, nos estudos voltados ao campo das organizações públicas, tende a limitar a produção de conhecimentos sobre a organização aos aspectos descritivos da ação, pretensamente neutros e desconsiderando as peculiaridades do contexto histórico e sociocultural ao qual se insere o fenômeno organizacional analisado. O reconhecimento de que implementar políticas públicas é um processo político de escolha de prioridades de governo, relativas à seleção dos meios e das ações empregados pelos órgãos e estruturas governamentais para sua execução, e que, em um contexto republicano, este processo deve focalizar

práticas democráticas e de justiça social, levou-nos a privilegiar abordagens que enfatizem a realidade socialmente construída e não isolada da ação para compreensão das organizações públicas brasileiras, reconhecendo-as como espaços de relações de forças e de lutas dos agentes, explorando os aspectos estruturais do campo, em suas dimensões histórica e social. Isto implica reconhecer as especificidades sociais, econômicas, culturais, jurídicas e políticas que orientam a constituição, a estrutura e a ação do Estado, no contexto da sociedade contemporânea. Esta concepção chama a atenção para uma questão: a de se considerarem abordagens que reconheçam e analisem a importância dos meios, dos instrumentos e das práticas de gestão na formulação e implementação de políticas públicas, em suas dimensões política, técnica e ética. Tem-se que a utilização da abordagem dos instrumentos de políticas públicas nos Estudos organizacionais voltados ao campo da administração pública é significativa, vez que enfatiza a importância da escolha e do uso dos instrumentos, como parte inerente do processo de formulação e implementação das políticas pública, permitindo ultrapassar a sua pretensa neutralidade, além de mostrar que eles são habitados por regras, normas, procedimentos que dão estabilidade e previsibilidade à ação estatal.

PALAVRAS-CHAVE: *Estudos organizacionais; organizações públicas; instrumentos de políticas públicas.*

O Contato – Festival Multimídia Colaborativo: um Modelo de Política Pública Sustentável e de Práxis Organizacional

Dener Santos Silveira | silveiradener@gmail.com

Depto de Apoio a Economia Solidária/SMTER/PMSC

Édi A. Benini | orientador(a)

ESTE ARTIGO pretende analisar a experiência do Festival Contato – Festi-

val Multimídia Colaborativo, que acontece anualmente na cidade de São Carlos, a luz do texto do Prof. Edi Augusto Benini – Sistema Orgânico do Trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de Economia Solidária, contribuindo para compreensão das relações de trabalho praticadas nesse contexto. O argumento do Prof. Edi Benini é de identificar no movimento de Economia Solidária uma práxis organizacional com múltiplos arranjos e possibilidades que forneçam meios de integração econômica do trabalho que orientem para um Sistema Orgânico do Trabalho. A partir dessas conclusões identifiquei algumas dessas mediações construídas pelo Prof. Edi Benini na experiência do Festival Contato, que não opera apenas como um projeto de extensão bem sucedido, mas um sistema dinâmico de ações integradas que possui uma inteligência administrativa que garante uma intersecção de vários atores. Trata-se de um empreendimento que ganhou notoriedade pela capacidade de aglutinação, respeitando as relações interpessoais tendo como linguagem uma perspectiva de transformação social. A conclusão é que o Festival Contato, não apenas possui características do modelo de reconversão de um sistema de acumulação capitalista para um sistema orgânico de trabalho, tais como moeda social e rede interorganizacional, como também aponta para um modelo de política pública sustentável com práxis organizacional que ressignifica a lógica do trabalho de forma criativa.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Sistema Orgânico do Trabalho; Festival Contato.*

O Estado Neoliberal e a Reforma Necessária Um Debate sobre as Políticas Sociais e o Neoliberalismo no Estado Brasileiro

Denílto Carlos de Carvalho | deniltocarlos@yahoo.com.br

Milena Pavan Serafim | orientador(a)

O ESTADO atual se molda conforme a conjuntura político-econômica vigente no plano internacional, no mundo contemporânea a interdependência entre as nações é fato inegável e os acordos em busca da austeridade econômica se tornaram o trunfo de várias sociedades ante bancarrota anunciada sobretudo em países historicamente estáveis na esfera econômica. Muitas demandas sociais paradoxalmente encontram suas motivações nos resultados das políticas econômicas aplicadas pelos governos que seguem as orientações ditadas majoritariamente por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. As reformas realizadas a partir da década de 1990 no Brasil demonstraram serem insuficientes para eliminar o grave problema da desigualdade social. No bojo da reforma do Estado o governo Lula (2002-2010), implementa pesados investimentos em políticas sociais com destaque na Educação Superior com o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e no programa de transferência de renda (Bolsa Família). Contudo, as políticas sociais do governo evidencia a clara necessidade de uma reforma ampla e contundente a fim de que não sejam apenas medidas paliativas. Este, aliás, é um dos debate constantes entre especialistas sobre a incongruência da estabilidade econômica com a igualdade social. Dados mostram que os caminhos podem ser diversos e até convergentes, mas não completamente distintos.

PALAVRAS-CHAVE: *Estado; Políticas Sociais; Neoliberalismo; Reforma*

Estudo de Caso sobre as Decorrências de um Novo Modelo de Contrato e da Unificação de Cooperativas de Coleta Seletiva no Município de São Carlos

Eduardo de Carvalho Martins | dupsimart@yahoo.com.br

Angelita de Oliveira Almeida | orientador(a)

O PRESENTE trabalho procura analisar e discutir as consequências do processo de unificação de três cooperativas de Coleta Seletiva e decorrências de um novo modelo de contrato estabelecido entre a cooperativa unificada e o poder público no município de São Carlos. Pretendemos evidenciar os indicadores quantitativos que atestam a melhoria qualitativa das atividades do novo grupo em comparação aos três anteriores e apontar para as variáveis do novo contrato que também contribuíram para tal melhoria. Em virtude da proliferação de cooperativas de Coleta Seletiva na última década em todo o país, discutimos alguns aspectos da economia solidária e da formulação de políticas públicas no âmbito da gestão de resíduos sólidos recicláveis dos municípios brasileiros. Procuramos demonstrar a importância do poder público para a superação de algumas condições de exploração do trabalho de catação, em consonância com pautas defendidas pelo Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR). Apontamos também para a importância da organização dos grupos de catadores de materiais recicláveis a fim de obter melhorias nas condições de trabalho desta categoria profissional historicamente marginalizada.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Cooperativas; Coleta Seletiva; Gestão Pública.*

Análise da Implantação do Projeto Piloto Família Acolhedora no Município de São Paulo Entre 2004 e 2008

Fabiana de Oliveira Lopes Brentan | fabipsi@yahoo.com.br

Cristiane Falchetti | orientador(a)

ESTE ARTIGO constitui-se em um estudo sobre o processo de implantação do projeto piloto Família Acolhedora no município de São Paulo, que se desenvolveu entre 2004 e 2008 pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS e parceiros. O Programa teve como prerrogativas principais o fortalecimento e a difusão da convivência familiar e comunitária e da provisoriedade da medida de abrigo de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, proporcionando a ampliação do arcabouço da política pública de acolhimento familiar como um programa social que oferece suporte às famílias de origem e que promove a guarda familiar.

Procuro discutir o acolhimento institucional e familiar no Brasil, a partir das conceituações teóricas que nortearam o desenvolvimento do referido projeto nestes quatro anos de sua execução. Uma das questões importantes que vou explanar neste artigo é a defesa de alguns autores na fundamentação do direito à convivência familiar.

O objetivo geral deste artigo é mostrar em que medida o projeto piloto Família Acolhedora possibilita com maior efetividade o atendimento dos preceitos legais ligados à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes acolhidos em instituições e suas famílias.

A metodologia utilizada baseou-se na análise histórica, documental e bibliográfica, tendo por finalidade explorar o presente tema de forma coerente e objetiva. Foram coletados dados qualitativos e quantitativos em fontes secundárias obtidos principalmente na SMADS.

Início este artigo com uma pequena reconstrução histórica sobre a política de acolhimento a criança e adolescente no Brasil, depois a descrição do projeto piloto composto da sua apresentação, histórico, justificativa, objetivos, metas, parcerias – principais e âncoras, e os processos de

desenvolvimento, para que o leitor tenha ciência de como foi pensado e formatado o projeto piloto. Após esta etapa, realizo a análise dos dados, apontando questões e sugerindo algumas reflexões no escopo inicial do projeto piloto.

PALAVRAS-CHAVE: *Acolhimento Familiar; Família Acolhedora; Institucionalização; Convivência Familiar e Comunitária.*

A Tecnologia Social e Sua Possível Relação com a Dinâmica Produtiva e de Geração de Renda no Âmbito da Economia Solidária no Brasil

Fernando Ramalho Gameleira Soares | frgsmaceio@gmail.com

Escola Nacional de Ciências Estatísticas / IBGE

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

O CARÁTER sócio-político por trás da concepção e do uso da ciência e da tecnologia, bem como sua centralidade na organização e funcionamento das sociedades modernas capitalistas, suscita reflexões acerca de que tipo de tecnologia a sociedade deveria almejar e qual seria a forma adequada para a sua construção. Sob essa e outras perspectivas o conceito ainda em disputa de Tecnologia Social tem se consolidado no Brasil e implicado na criação por todo o país de vários projetos que buscam sua operacionalização. Paralelamente, e com a possibilidade de contribuir na mesma direção, a Economia Solidária se pretende constituir como forma econômica de produção e reprodução ampliada de meios de vida sob princípios solidários. É a possível relação que se poderia estabelecer de forma efetiva entre esses dois conceitos e suas práticas que se busca compreender melhor. A exploração das bases de dados publicamente disponíveis, tanto acerca dos investimentos (Rede de Tecnologias Sociais) quanto da materialidade territorial das iniciativas de Tecnologia Social (Banco de Tecnologias Sociais) e da Economia Solidária (Sistema de Informações da Economia Solidária),

não dão conta de expressar essa relação, mas ampliam a percepção sobre essas dimensões. Os projetos de Tecnologia Social, reconhecidos como tais, ligados à geração de trabalho e renda, têm se configurado territorialmente como projetos levados a cabo por organizações não governamentais e instituições públicas de localidades centrais, envolvendo maior ou menor participação social, priorizando coleta de materiais recicláveis através de cooperativas nas cidades e projetos agrícolas e extrativistas a partir da agricultura familiar no campo, de forma associada ou não. Os empreendimentos solidários, por sua vez, embora muito diversos, ainda não conseguiram de forma efetiva construir mecanismos de criação de tecnologias próprias e verdadeiramente adequadas a um empreendimento solidário, o que as caracterizariam como tecnologias sociais. A investigação de relatórios institucionais e das bases de dados ratifica, portanto, a visão de que essa relação importante e necessária, embora citada por vários autores, ainda não figura de forma significativa no modelo cognitivo dos atores que atuam em ambos os movimentos.

PALAVRAS-CHAVE: *Tecnologia social; Economia Solidária; Rede de Tecnologia Social; Território; Sistema de Informações em Economia Solidária.*

O Acesso ao Crédito pela Economia Solidária: Cenário de Restrição Num Universo em Expansão

Fernando Farias Valentin | fernando.valentin@ufabc.edu.br
Bacharel em Ciências Sociais pela USP. Mestrando em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC.

Vanessa M. Sígolo | orientador(a)

NOS ÚLTIMOS anos o Brasil vem presenciando uma forte expansão na oferta de crédito para o consumo e para a produção. Em maio de 2012 a oferta de crédito na economia brasileira ultrapassou o patamar de 50% do PIB,

batendo um novo recorde histórico. Nesse contexto, a Economia Solidária vem lutando pela criação de uma política nacional para o segmento que permita o acesso ao crédito de modo desvinculado do sistema financeiro nacional. Na tentativa de melhor compreender os desafios subjacentes a esse processo o presente artigo traça um panorama do acesso ao crédito no Brasil, destacando as iniciativas empreendidas ao longo dos últimos 40 anos pela sociedade civil e pelos segmentos da economia popular. Paralelamente analisa os mais recentes números do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e discute as dificuldades encontradas para o acesso ao crédito pela Economia Solidária. Como conclusão o estudo aponta para necessidade de capacitação dos empreendimentos econômicos solidários visando a obtenção dos financiamentos atualmente disponíveis na economia, especialmente os do Programa Crescer, e para a necessidade de se aperfeiçoar o funcionamento dos bancos comunitários.

PALAVRAS-CHAVE: *crédito; economia solidária; microcrédito; banco comunitário*

Tecnologia Convencional e Tecnologia Social: Fundamentos e Trajetórias Nos Métodos de Trabalho e Produção

Helen de Oliveira Scremin | helenscremin@hotmail.com

Rafael de Brito Dias | orientador(a)

O ARTIGO se pauta em pesquisas e revisões bibliográficas, relacionando as estratégias administrativas aplicadas nos últimos anos que explicitam os modelos de produção convencionais, assim como é também apresentada a trajetória da Tecnologia Social, relatando seu marco inicial e sua história, abrindo o caminho para uma reflexão consciente e responsável em relação ao cunho social, e também econômico, para as relações de trabalho.

Propõe-se uma breve explanação sobre as praticas e fundamentos das tecnologias, e o conhecimento das ações e reações dos trabalhadores fren-

te tais Tecnologias.

Focando sobre o trabalhador, observou-se que em relação à Tecnologia Convencional, a probabilidade de detrimento do ser, os efeitos das hierarquias, a coerção do trabalhador, incluindo o poder das máquinas que promovem e coordenam o ritmo de trabalho, enquanto que entender o ser humano enquanto trabalhador, sobre a ótica da Tecnologia Social, trouxe-nos a possibilidade de ele tornar-se agente participativo, consciente, e construir de maneira coletiva ações de inovação, democracia e solidariedade, rompendo com a lógica de alienação, e limitações que lhes são impostas.

Ainda sim, foi notória a preocupação em buscar e elencar algumas das limitações que se colocam na transposição de uma relação de organização de trabalho para outras, sendo que ao trazer a proposta da autogestão, não ignorando as deficiências e limitações que se colocam na inserção dos trabalhadores, nesta forma de organização, como a quebra de paradigmas, o condicionamento operacional, a concorrência interna, o individualismo, os princípios de poder, de hierarquia, entre outros, sendo possível observar, através de relatos, que estes atores estão conquistando um espaço adequado na sua atuação profissional, em paralelo, na sua constituição enquanto seres humanos no campo do trabalho e suas relações.

PALAVRAS-CHAVE: *fordismo; toyotismo; tecnologia social; autogestão.*

Processo de Implantação da Política de Economia Solidária no Município de São Carlos

Itamar Portioli de Oliveira | itamarvareta@yahoo.com.br

Edi Benini | orientador(a)

NA SOCIEDADE contemporânea, os processos da globalização geram o fenômeno da vulnerabilidade do trabalho, demonstrado pelo desemprego estrutural e a precarização do trabalho, implicando em condições adversas de vida para uma imensa massa de excluídos do mundo do trabalho e tam-

bém de outras esferas sociais, tais como: educação, cultura, saúde, lazer etc; vítimas de uma sociedade injusta, vivencia um sentimento de naturalização da pobreza, e conformismo com essa realidade; consequentemente, sentimentos como, cooperação e solidariedade perdem lugar para o individualismo, competição e egoísmo, os quais acabam ditando as regras atuais das relações humanas. Infelizmente, tal situação não é diferente no município de São Carlos, localizado na região central do Estado de São Paulo, considerado o 12º município em qualidade de vida no país (FIRJAN, 2009), possuir o melhor IDH da região central (17º do Estado) e ser conhecida como a “Capital da Tecnologia”, possui mais de 4.000 famílias em situação de pobreza, conforme dados do mapeamento dos bolsões de pobreza do município (2002). Como reação a esse quadro, a Prefeitura Municipal de São Carlos implantou diversas medidas para controle dessa situação, entre elas a política de Economia Solidária, a qual como prática de geração de trabalho e renda, vem sendo aplicada em vários municípios no Brasil como estratégia para amenizar a crise do desemprego e desassalariamento provocada pelo modelo econômico neoliberal implementado no Brasil no final da década de 1980 e consolidado na década de 1990. No início dos anos 2000, a Economia Solidária ganha status de política nacional, porém, encontra grande dificuldade em se consolidar como política de Estado.

Esse estudo tem por objetivo apresentar a trajetória histórica da política pública de Economia Solidária na cidade de São Carlos, sua implementação e sua institucionalização a partir da lei aprovada em 2010 e a formação do Conselho e do Fundo de Economia Solidária ambos aprovados em 2012. Inicialmente são apresentados aspectos relevantes do contexto histórico e dados geoeconômicos da cidade, os quais corroboraram para a implantação da política de Economia Solidária no município de São Carlos.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Políticas Públicas; Gestão Pública.*

Economia Solidária e Saúde Mental: Aliando Trabalho e Renda ao Desenvolvimento Social

Jeane Santos Andrade | ssjeane@gmail.com

Jonas de Oliveira Bertucci | orientador(a)

O TEXTO analisa as abordagens de políticas públicas intersetoriais entre Economia Solidária e Saúde Mental, a partir de um panorâmico traçado histórico das mobilizações sociais desse segmento no processo de redemocratização brasileira. Pesquisa documental e bibliográfica das experiências de iniciativas de trabalho e renda voltadas para segmentos vulneráveis da população acometida por transtornos mentais. Foram coletados dados das principais leis e políticas públicas que estruturam essas mobilizações e dados das iniciativas cadastradas de Cooperativismo Social no Brasil, analisando mais detidamente essas iniciativas em Campinas-SP, com foco na experiência desenvolvida no “Armazém das Oficinas” (2002). Logomarca dos produtos artesanais e serviços das oficinas do Projeto Núcleo de Oficinas e Trabalho (1991), programa que une em parceria a Associação Cornélia Maria Elizabeth Van Hylckama Vlieg (1993) e o Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira (1924), para atender as necessidades de trabalho da população de baixa renda que apresenta quadros de doença mental, vulnerabilidade e não tem oportunidade de inserção no mercado formal de trabalho. Foram também selecionadas bibliografias que abordam aspectos relacionados à Saúde Mental e Trabalho, tendo por base as pesquisas no campo de estudos da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT), que abrange a dimensão psíquica e a dimensão social do trabalho. A SMRT percorre diversas disciplinas, interconectadas ou conectadas e passou a produzir conhecimento a partir de investigações multidisciplinares relevantes, compostas de questões políticas, econômicas e socioculturais, assumindo diretrizes éticas ao analisar os fatores que promovem a saúde e os que são adoecedores; e questões relativas à Saúde Mental e Serviço Social, a partir de uma apreciação desse enquanto área profissional que tem crescente compromisso para com os interesses públicos, se manifesta sobre a política de saúde em defesa do SUS e com o fortalecimento da luta

e plena efetivação da Reforma Psiquiátrica, em defesa dos direitos sociais dos cidadãos e dos usuários dos serviços de saúde mental, álcool e outras drogas. Apesar das conquistas alcançadas há muito a ser trilhado no sentido de fortalecer as iniciativas já identificadas e possibilitar a estruturação de novas experiências que atendam a grande demanda social por trabalho e renda dentro dos princípios da Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Saúde Mental; Trabalho e Renda; Serviço Social.*

Por uma Outra Mundialização: Recuperação da Soberania Nacional pela Economia Solidária

Josielle Martinuzzo Costa | josielle2003@yahoo.com.br

Depto de Estatística – Prefeitura Municipal de Indaiatuba

Fabiana de Cássia Rodrigues | orientador(a)

O PRESENTE estudo analisa o papel da economia solidária na recuperação da soberania nacional. Trata-se de uma análise do Estado Global e dos impactos da globalização que conseqüentemente geram a perda de soberania dos Estados Nacionais.

Nesse sentido, o artigo parte do princípio que a soberania nacional é pilar basilar da economia solidária. Verifica-se as mudanças ocorridas com o conceito de soberania ao longo do tempo, segundo as diversas abordagens, acompanhando a modificação do Estado-Nação, e o processo de globalização em um mundo que se torna cada dia mais complexo.

Parte-se do princípio que a globalização e mundialização são processos sociais que transcendem os grupos, as classes sociais e as nações, e caracterizam a emergência de uma sociedade global (Ianni 2000). Sob esse prisma, a problemática nacional adquire novo sentido.

O neoliberalismo e a globalização implicaram em cada vez mais pessoas morando nas ruas e comendo lixo, são homens, mulheres, jovens, crianças e idosos que não têm alternativas a não ser comer lixo para so-

breviverem.

Pela pressão do desemprego em massa, a situação de muitos trabalhadores se tornou muito pior. Esses trabalhadores foram obrigados a aceitar flexibilização de seus direitos, redução de salários, instabilidade e competição dentro das empresas.

De acordo com Singer (2002) é nesse contexto que se verifica uma reinvenção da economia solidária. Para o autor a economia solidária se fundamenta na tese de que cria oportunidades nas contradições que o capitalismo geral.

Dessa forma, analisou-se como a economia solidária recupera elementos de soberania e autodeterminação no Brasil. E como a economia solidária possibilita apropriar-se dessa soberania novamente, entendendo a economia solidária e seus princípios como cidadania ativa para o fortalecimento do exercício da democracia.

Parte-se do princípio de que a economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras e outros uma vida melhor.

A metodologia consiste na revisão bibliográfica sobre o tema e análise de dados qualitativos da dinâmica do trabalho no Brasil nas seguintes fontes; Ministério do trabalho e Emprego (MTE), OIT, revistas científicas, periódicos, bancos de dados, jornais.

PALAVRAS-CHAVE: *Estado global – Globalização; Desenvolvimento; Soberania Nacional*

Programa Cultura Viva: Análise da Construção de uma Política Pública Participativa

Joyce Alves Waquil | joywaquil@gmail.com

Édi A. Benini | orientador(a)

LEVANDO EM consideração o movimento de lutas pela ampliação da democracia no Brasil, reiniciado nos anos 70 e 80, em resposta ao período

mais duro da Ditadura Militar, e o amadurecimento dos movimentos sociais como reação ao avanço do neoliberalismo no mundo, também neste período, este artigo parte do princípio de que uma sociedade democrática virá da consolidação de uma cultura de participação da qual fazem parte políticas públicas que promovam o exercício da democracia. Assim, buscamos analisar o contexto no qual se concebeu o Programa Cultura Viva (no ano de 2004) com o olhar antropológico da cultura, além de buscar nesta política pública formas e ferramentas que visam garantir e estimular a participação popular, o empoderamento sobre o funcionamento do Estado e a autonomia da população mais oprimida que desencadeie ações transformadoras da sua própria realidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Política Pública; Democracia; Participação; Cultura.*

Espaços da Economia Solidária no Mercosul

Kena Azevedo Chaves | kenachaves@gmail.com

Milena Pavan Serafim | orientador(a)

O MERCOSUL, resultado da aproximação comercial entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, foi estabelecido em 1991 a partir do Tratado de Assunção sob a premissa de dinamizar as economias por ele integradas. Os principais beneficiários dos acordos foram as burguesias locais associadas a capitais internacionais, que aprofundaram suas ações e ganharam espaço regionalmente. A problemática social da integração foi protelada em função da circulação de capitais na região, e, aos poucos, por meio da pressão da sociedade civil organizada, demandas de movimentos sociais foram incorporadas às pautas do bloco, ainda que de forma discreta.

Tomada pelos governos dos Estados parte como uma das estratégias de geração de emprego e renda, a Economia Solidária no Mercosul ocupa espaços periféricos. É praticada como um paliativo à pobreza, que possibilita a reprodução da vida e do trabalho, porém sem permitir emancipação política e econômica por parte dos trabalhadores envolvidos. Forma par-

te das atividades que compõe o Circuito Inferior da Economia (SANTOS, 1979), circuito econômico periférico que abriga a população pobre dos países ditos subdesenvolvidos, e que atua de forma combinada às atividades capitalistas hegemônicas, como amplamente discutido por Milton Santos. A tentativa de ampliação desse debate, no presente trabalho, visa contribuir para a crítica à Economia Solidária, destacando seus limites ao competir em mercados capitalistas e depender de políticas públicas promovidas por Estados capitalistas.

A incorporação da Venezuela como membro efetivo do Mercosul gera expectativas. Deparamo-nos com o Sistema de Economia Comunal, que apresenta não apenas a possibilidade de inserção econômica da população, como se faz instrumento da participação popular no processo de transformação econômica e social na Venezuela, abrindo novos horizontes aos trabalhadores da economia solidária no Mercosul.

PALAVRAS-CHAVE: *Mercosul, Economia Solidária, Circuito Inferior da Economia.*

A Transformação Social em Várzea Paulista por Meio de Políticas Públicas de Economia Solidária

Luciane Aparecida dos Santos Mosca | lucianemosca@gmail.com

Supervisora Departamental de Economia Popular e Solidária – Prefeitura de Várzea Paulista – SP

Alzira Josefa de Siqueira Medeiros | orientador(a)

ATUALMENTE a economia solidária vem sendo uma importante estratégia no combate a hegemonia capitalista no Brasil, e em muitos países subdesenvolvidos, sendo protagonista e interventora nas ações de desenvolvimento econômico sustentável, responsável em algumas políticas governamentais de níveis municipais e estaduais, compreendida também como uma estratégia de enfrentamento da exclusão social e da precarização do

trabalho, sustentada em formas coletivas, justas e solidárias de geração de renda e trabalho. Dessa forma se faz fundamental estudos relacionados ao tema no intuito de ampliar as estratégias replicando tecnologias e ações exitosas de economia solidaria em municípios e Estados. O objetivo deste estudo foi analisar como políticas públicas de economia solidária podem ser estratégias de desenvolvimento com vistas à transformação social em Várzea Paulista, interior de São Paulo. O método utilizado foi a análise de pesquisas com dados primários, ou seja coletada durante quatro anos de gestão por mim e pela equipe técnica do departamento de Economia Solidária em Várzea Paulista, por meio dos relatórios, e questionários aplicados nas famílias beneficiárias dos programas sociais envolvidos nas atividades do programa de inclusão produtiva e economia solidária no município. Os autores consultados para este trabalho foram: Paul Israel Singer e Boaventura de Souza Santos. Como gestora do programa foi enriquecedor e esclarecedor o processo de pesquisa sobre a economia solidaria no município de Várzea Paulista. Foi possível perceber como é importante e necessário que a Economia Solidária seja de fato uma Política Publica e não uma Política de Governo, e o quanto ela pode ser uma política emancipatória e transformadora. Em Várzea Paulista ainda é preciso quebrar alguns paradigmas, mas já é possível afirmar que hoje a economia solidaria é uma grande estratégia e ferramenta para o desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas Publicas; Desenvolvimento Local; Economia; Autogestão.*

Economia Solidária no Brasil: Considerações Acerca da Trajetória Histórica com a Fundação da Senaes em 2003

Marcia Cristina de Moraes | marcianow@bol.com.br

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Miguel Pacífico Filho | orientador(a)

A FUNDAÇÃO da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego no ano de 2003 possibilitou a centralização num único órgão das ações, financiamento e transferência de tecnologia para apoiar e fomentar as iniciativas de Economia Solidária em todo o Brasil. A SENAES tem a finalidade de apoiar os empreendimentos coletivos, proporcionar a geração de renda como uma alternativa de inclusão social de pessoas e comunidades de baixa renda. Os empreendimentos de Economia Solidária compreendem uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, clubes de troca, redes de cooperação, realizando atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. A fundação da SENAES é objeto deste artigo, na medida em que pretende tecer considerações acerca do contexto histórico do intenso processo de desemprego no Brasil na década de 1990, bem como a chegada ao poder de um governo popular no ano de 2003, passando pela ostensiva mobilização de movimentos sociais que culminou na realização do Fórum Social Mundial em 2001, marco importante para a compreensão de todo o processo. A análise leva em consideração os diferentes tempos históricos pelo qual perpassou a economia solidária. Destaca-se o cooperativismo agropecuário de corte conservador da primeira metade do século XX, bem como o fortalecimento da autogestão dos empreendimentos coletivos na década de 1980 e 1990.

PALAVRAS-CHAVE: *economia solidária; autogestão; participação popular; cooperação.*

Considerações Acerca da Comercialização em Empreendimentos Econômicos Solidários: uma Análise do Setor de Artesanato na Cidade de São Carlos-SP

Marco Aurélio Maia Barbosa de Oliveira Filho | mambofilho@yahoo.com.br
NuMI-EcoSol/UFSCar

Airton Cardoso Cançado | orientador(a)

A ECONOMIA Solidária representa um modo de organização das atividades econômicas que opera com uma lógica oposta àquela que rege o modelo capitalista. As iniciativas econômicas que atuam sob o paradigma desta outra economia, denominadas empreendimentos econômicos solidários (EES), são constituídas em base coletiva e primam pelo estabelecimento de relações nas quais as práticas de cooperação e de solidariedade existam enquanto fatores determinantes na realidade da produção da vida material e social. Dentre os obstáculos enfrentados pelos EES, a comercialização da produção é um dos mais cruciais, uma vez que implica na própria sobrevivência dos grupos. Este trabalho tratou de analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos de artesanato solidário existentes em uma cidade de médio porte do interior paulista, que conta com instituições de apoio e fomento à Economia Solidária. As dificuldades foram levantadas por meio de entrevistas realizadas com representantes de cada grupo, sendo que a baixa divulgação e a falta/insuficiência de espaços adequados para a comercialização foram os pontos considerados como os mais críticos. Acredita-se que muitos dos problemas apontados poderiam ser enfrentados mediante a criação de políticas públicas de fomento à Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; empreendimentos econômicos solidários; comercialização; dificuldades; artesanato.*

Economia Solidária: Possíveis Pilares Pedagógicos

Marcos Vinicius de Moraes Terra | marcosvmterra@gmail.com

Ioli G. Wirth | orientador(a)

O PRESENTE artigo apresenta em forma de revisão bibliográfica e discursiva a questão da economia solidária, pautando-se sobre as possibilidades advindas da educação e dos processos pedagógicos, ainda sobre a luz de três diferentes perspectivas, que posteriormente se complementam para a alusão da construção de conhecimentos pertinentes sobre a ação transformadora e emancipadora que surge sobre a ideia de uma mudança de paradigma, que favoreça a transformação social dentro e fora da educação, pautando-se sobre a luz da autogestão.

As perspectivas em questão contextualizam dois temas amplamente discutidos dentro do universo da economia solidária entre eles os complexos temáticos de Pistrak e temas geradores de Paulo Freire, ainda apresentamos uma contribuição externa, embora não usual dentro do universo dos estudos sobre a Economia Solidária, mas que dialogando com outros conceitos possibilita um enriquecimento do processo de construção de uma pedagogia renovadora, o tema em questão é a transdisciplinaridade e toda a complexidade que está sobre a sua formação, que norteiam um pensamento efervescente sobre o desenvolvimento humano e social na perspectiva da Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Pedagogia; Transdisciplinaridade; Complexidade; Autogestão.*

A Política de Assistência Social e Economia Solidária – um Diálogo Necessário

Margareth Silva Gonçalves Alvarenga | margarethalvarenga1@hotmail.com

Milena Serafim | orientador(a)

A POLÍTICA da Assistência Social como um todo sofreu mudanças históricas através de suas legislações. A partir da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) de 1993 a Assistência Social passou a ter uma maior influência nas políticas públicas, incluindo a promoção da integração ao mercado de trabalho. Tendo como base os recursos disponibilizados pelo governo para as famílias de baixa renda e a dificuldade desses cidadãos entrarem no mercado de trabalho, partimos do pressuposto que a Economia Solidária se tornou uma alternativa de superação das condições socioeconômicas desfavoráveis para essas famílias. Assim, este estudo visou compreender os conceitos de economia solidária e de qual maneira a Política Pública de Assistência Social poderia atuar no desenvolvimento desta política. Através dos achados bibliográficos, percebemos que a Economia Solidária vem sendo implantada em diversos lugares e trouxe resultados positivos, ou seja, é uma alternativa que poderá auxiliar no desenvolvimento das famílias de baixa renda, porém é necessário que outros órgãos atuem em conjunto com a Assistência Social, disponibilizando recursos físicos e humanos, para que a Economia Solidária desenvolva-se de maneira adequada nas comunidades carentes.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Assistência Social; Sustentabilidade; Políticas Públicas.*

Políticas Públicas Intersectoriais na Superação da Pobreza: uma Experiência em Osasco

Margarida Maria Lazaro Silverio | margarida.lazaro@hotmail.com

Ex coordenadora metodológica da Incubadora Pública de Empreendimentos Solidários do Município de Osasco

Milena Serafim | orientador(a)

A ADOÇÃO de programas/projetos de inclusão econômica e social bem sucedidos, incorporando parcela significativa de sua população, transformou Osasco/SP como referência em políticas públicas, atraindo a atenção das três esferas governamentais, transformando a cidade em constante fonte de consultas à implementação dessas experiências em diversos locais permitindo que o Governo Federal convidasse a Secretária de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão de Osasco a contribuir na elaboração do plano “Brasil Sem Miséria”.

A responsabilidade do Município frente ao desafio de possibilitar acesso aos serviços públicos, garantir trabalho e renda à população mais vulnerável mobiliza os agentes públicos das diversas secretarias, a sociedade em geral e os mais diversos parceiros na construção de oportunidades para a superação da pobreza.

Pensar uma política para e com esta população é levar em consideração o cotidiano da mesma, suas expectativas, seus desejos, suas necessidades substituindo os valores mercantis fundados na ideologia do crescimento e da globalização, pelos da solidariedade e da cidadania.

O papel do Estado e da sociedade civil, elaborando programas que atendam às suas demandas expressa o sentido do desenvolvimento histórico – social dos envolvidos na disputa por construir a hegemonia, refletindo assim as concepções que têm sobre o papel do Estado e da sociedade civil.

A perspectiva de trabalho intersectorial exige a superação de justapor ou compor projetos formulados e realizados setorialmente. É necessário uma mudança de paradigmas, o que significa uma alteração do pensamento e da prática de formulação e implementação de políticas públicas.

Segundo Inojosa (2001), a intersetorialidade possibilita a maior participação popular, pois o cidadão olha para suas necessidades sob o prisma da vida real, ou seja, estão interligadas. Ainda segundo Inojosa, sob o paradigma da intersetorialidade, é possível se ter uma visão mais completa dos processos que acontecem no mundo real e que conexões são estabelecidas entre os diversos contextos.

PALAVRAS-CHAVE: *Política pública; intersetorialidade; Estado; sociedade civil.*

A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores em Articulação com a Economia Solidária no Município de Rio Claro – SP

Marta Adriana Barbosa Ceccato | martaceccato@terra.com.br

Universidade Federal do Tocantins

Laurença Santiago Ribeiro | orientador(a)

NESTE ARTIGO foram contempladas algumas reflexões sobre o ensino de jovens e adultos no Brasil, e sua condição perante a sociedade. Teve por objetivo conhecer o nível de escolaridade e as condições em que sobrevivem os catadores da COOPERVIVA, em Rio Claro – SP, assim como uma panorâmica sobre a situação do Brasil em termos de escolaridade de seus jovens. A metodologia utilizada foi uma pesquisa descritiva e exploratória, caracterizada como um estudo de caso. Consta levantamento teórico e de uma pesquisa de campo realizada na Cooperativa dos Catadores de Materiais Reaproveitáveis – COOPERVIVA. Sendo que a primeira possibilitou o entendimento da situação dos catadores e catadoras em todo Brasil, além de possibilitar a apresentação de informações sobre o segmento economia solidária e sobre a educação de jovens e adultos no país. A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de maio e junho de 2012, período no qual a pesquisadora realizou visitas no empreendimento estudado, realizou observações e aplicou questionários.

O mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente busca cada vez mais pessoal qualificado para compor seus quadros funcionais. O jovem que por um motivo ou outro deixou de estudar na idade convencional vê-se às voltas com o desemprego e com sua dignidade humana comprometida. O estudo após a idade convencional oferece oportunidade para aqueles que pretendem algo melhor para suas vidas. O trabalho informal leva muitos jovens para se associarem em cooperativas de reciclagem, de onde tiram o sustento e as mínimas condições de sobrevivência muitas vezes para si e seus familiares.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação; Educação de Jovens e Adultos; Economia Solidária; Cooperativa de Catadores.*

Trabalho Cooperado em Presídios: Viabilidade e Desafios

Martim Nagayama Nogueira | martimn@gmail.com

Édi A. Benini | orientador(a)

O PRESENTE trabalho objetiva debater o trabalho cooperado prisional. Para tanto, tenta construir um panorama histórico do sistema prisional desde sua criação até os dias atuais para que se possa compreender o seu sentido histórico e sua função social. Outro ponto importante que aborda diz respeito às características do sistema penitenciário atual, seus atores, deficiências e características. Ao mesmo tempo, procura compreender na atualidade que papel o trabalho prisional desempenha na sociedade, população presa e demais agentes envolvidos. Em seguida, busca compreender as dificuldades, resistências e interesses que envolvem a política pública de trabalho interno e de reintegração social, seção que reúne comportamentos, expectativas, principais atores e limites encontrados até o momento. Neste sentido, procura entender quais seriam os pontos de contato entre trabalho cooperado e sistema prisional, assim como as incompatibilidades. Por fim, este trabalho procura fazer um comparativo que permita o leitor

perceber vantagens e dificuldades de se adaptar novas formas de organização do trabalho em unidades prisionais. Por último, cita alguns exemplos existentes de trabalho cooperado de matrizes e atividades diversas na tentativa de ilustrar o que seria uma atividade cooperada dentro do sistema penitenciário, possíveis parcerias e modelos de sucesso parcial existentes no estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: *trabalho; cooperativismo; penitenciário; reintegração.*

O Circuito Carioca de Feiras Orgânicas como Espaço de Práticas de Comercialização e Consumo Solidários

Nívea Patrocínio de Almeida | nivea_patrocinio@yahoo.com.br

Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário/PCRJ

Laurença Santiago Ribeiro | orientador(a)

O PRESENTE estudo destaca os empreendimentos econômicos solidários, sua gestão e comercialização e tem como objetivo buscar a compreensão da complexa dinâmica que envolve a comercialização solidária em suas dimensões econômica, política e social na cidade do Rio de Janeiro, tomando como referência a experiência de criação do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas-CCFO, política pública implantada pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES) da Prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com a Associação dos Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro-ABIO. Busca-se apresentar os conceitos fundamentais da economia solidária; fazer um breve resgate histórico da criação e do trabalho da SEDES; descrever de forma geral o perfil econômico existente no cenário carioca; e apresentar a experiência do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas (CCFO), levantando informações sobre a forma de organização e comercialização da produção orgânica através deste equipamento. A metodologia envolveu pesquisa bibliográfica a partir de pro-

duções disponíveis nos campos da Economia Solidária e suas interfaces, textos acadêmicos e técnicos, análise documental, publicações legislativas e acompanhamento de reuniões e processos cotidianos da política analisada. A análise do circuito promoveu reflexões sobre a atuação política do produtor e do consumidor, a criação de alianças entre o campo e a cidade, e a geração de espaços de solidariedade. Foi possível identificar o grande potencial tanto do produtor quanto do consumidor como agentes sócio-econômicos. A partir de estudos como este podemos reunir argumentos que nos permitam questionar oposições que porventura venham se apresentar em relação às esferas econômico-social-ambiental, promovendo a economia solidária como uma política de desenvolvimento que deve ser construída de forma transversal, articulando diferentes áreas do Estado como a educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, cultura, desenvolvimento agrário, entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: *Rio de Janeiro; política pública; comercialização solidária; feiras orgânicas.*

Para Além da Participação: uma Proposta Autogestionária de Cogestão de Equipamentos Públicos

Og Oliveira Pinto | ogpinto@gmail.com

Especialista em Políticas Públicas – Secretaria de
Gestão Pública – Governo do Estado de SP

Jonas de Oliveira Bertucci | orientador(a)

O ARTIGO objetiva colocar em discussão uma proposta, no contexto da economia solidária, que indica uma possibilidade de promoção, por parte do Estado, de trabalho autogestionado em seu interior. Tal proposta é apresentada a partir da análise de uma política pública específica: a políti-

ca cultural do Governo do Estado de São Paulo.

Para isso, inicia-se com uma discussão da conformação do estado nas últimas décadas, em especial os condicionamentos de cunho neoliberal que o permeiam. Passa-se então a uma discussão entre gestão pública gerencialista e societal, com enfoque no papel dos conselhos e conferências de políticas públicas, sendo consideradas essas instituições participativas e a superação de seus desafios um aspecto chave para a disputa com a dupla neoliberalismo/gerencialismo, buscando demonstrar a essencialidade de tais espaços de participação para a demarcação da diferença entre os modelos de gestão citados, especialmente no que tange à relação estado-sociedade.

Por fim, ao se analisar a política específica, empreende-se esforço no sentido de demonstrar as possibilidades de inserção de princípios próprios da autogestão e de empreendimentos de economia solidária na gestão de equipamentos e projetos culturais, a partir do aprofundamento dos espaços participativos.

PALAVRAS-CHAVE: *Conselhos de Políticas Públicas; Autogestão; Relação Estado-Sociedade; Administração Pública Societal.*

Empreendimentos Econômicos Solidários e Suas Implicações

Raquel Ribeiro dos Reis | rarireis@yahoo.com.br

Paulo Marques | orientador(a)

NESTE ARTIGO são apresentados e discutidos alguns importantes temas relacionados aos empreendimentos de economia solidária, observadas as correntes teóricas mencionadas pela autora FRAGA, S. Lais e as correntes teóricas da Análise do Discurso. Após uma breve introdução sobre os fundamentos da Economia Solidária, são discutidas questões relacionadas à formação de grupos, a auto organização e autogestão, o lugar histórico-social de onde se enuncia, as atividades dos empreendimentos que trami-

tam nos diversos setores bem como as atividades de treinamento e suas implicações nos empreendimentos econômicos solidários com o propósito de avançarmos cada vez mais nas estratégias e diretrizes da Economia Solidária

PALAVRAS-CHAVE: *economia solidária; empreendimentos solidários; atividades de treinamento; formação de grupos.*

POLO CAMPO GRANDE

Análise do Programa Cultura Viva Sob a Perspectiva da Economia Solidária – Autogestão e Tecnologia Social para o Desenvolvimento Local

Adriano Pereira e Castro Pacheco | adrianopcastro@gmail.com

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

O PROGRAMA Cultura Viva tornou-se nos últimos anos uma importante política cultural de desenvolvimento local. A implantação da ação Pontos de Cultura no estado de Mato Grosso do Sul representou um avanço expressivo no fomento às iniciativas voltadas a economia da cultura e solidária. Diversas organizações, hoje certificadas pelo programa como Ponto de Cultura, desenvolvem ações de inclusão produtiva e formação profissional transferindo tecnologia social e de gestão aos participantes dos projetos e garantindo mecanismos que asseguram a autonomia de produção e desenvolvimento através da participação coletiva e autogestionária. Nessa perspectiva, este trabalho busca estabelecer uma análise da política pública do Programa Cultura Viva tendo como objeto os Pontos de Cultura do estado, suas características, alinhamentos e aproximações com a Economia Solidária. Ao final, o trabalho delimitará sua análise no ponto de cultura Moinho Cultural Sul-Americano desenvolvido pela organização não governamen-

tal Instituto Homem Pantaneiro situada no município de Corumbá – Mato Grosso do Sul. Por fim, uma breve análise da importância da iniciativa popular e suas tecnologias utilizadas para tornar a autogestão uma alternativa real de superação do sistema capitalista através dos elementos da Adequação Sociotécnica em seus participantes.

PALAVRAS-CHAVE: *Cultura Viva; Pontos de Cultura; Tecnologia Social.*

Elementos de Economia Solidária: Subsidiários de um Estado Democrático e de uma Economia Pública

ADRIELE BENITES DAS NEVES | adrielebenites@yahoo.com.br

Graduada em Enfermagem pela UNIDERP/ANHANGUERA.

Getúlio R. de Lima | orientador(a)

O PROJETO de economia solidária não pode ser entendido como instrumento para atender as urgências das necessidades dos desastres do neoliberalismo globalizado e criar consensos passivos para obter a boa governança em uma sociedade de mercado, dividida em classes, com níveis maciços de exclusão e empobrecimento. Não há democracia, em uma sociedade, sem estruturas políticas e meios econômicos que engendre igualdade e liberdade para todos. O poder político da Economia Solidária passa pela capacidade de transformar seus objetivos em demandas públicas e inverter as relações de poder dominantes na sociedade capitalista para a de um novo modelo de sociedade. Os princípios da economia solidária são axiomas subsidiários de um projeto alternativo de sociedade, que busca a construção de um Estado do povo, democrático e de uma economia com interesse público, combatente da economia e do Estado dominado pelo capital. Procuraremos com o presente artigo fazer uma breve introdução aos axiomas da economia solidária como princípios norteadores para um estado democrático e uma economia com interesse público. Para tal buscaremos

apoio em vários textos que tratam da relação estado e democracia, bem como, da economia solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; capital; Estado e democracia.*

Tecnologia Social: Ferramenta para Novas Práxis Pedagógicas

Aline Florentino Balta

Rafael de Brito Dias | orientador(a)

ESTUDOS DEMONSTRAM que a maior parte das tecnologias sociais desenvolvidas não tem o desígnio de promover a inclusão social, estando em sua maioria, atreladas aos interesses capitalistas e se fundamentando numa ciência determinista e alienante. Os espaços educacionais brasileiros ainda caminham a curtos passos para oferecer uma educação indiscriminatória e de qualidade para todos, pois agrega um sistema educativo que estimula e propaga inúmeros conceitos capitalistas, especialmente a competitividade. Para instaurar um sistema educacional que transponha esse segregamento historicamente construído em nossa nação é fundamental um novo modelo educacional fundamentado em conceitos solidários e cooperativistas adequados a contribuir para formação de atores sociais capazes de transformar sua realidade de maneira cidadã. Este trabalho tem por objetivo demonstrar como novas práxis pedagógicas podem – e devem – buscar recursos na tecnologia social para formação de indivíduos capazes de ter uma participação qualificada nas decisões sobre investimentos públicos para produção de recursos tecnológicos, científicos e pedagógicos comprometidos com a promoção da justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: *Tecnologia social; educação; jogos cooperativos.*

Economia Solidária e Gestão Pública: Possibilidades, Limitações e Desafios

Angela Maria Teixeira | angela_teixeira25@hotmail.com

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Juliana Braz | orientador(a)

O PRESENTE artigo foi elaborado com o objetivo de abordar alguns aspectos importantes na estruturação da Economia Solidária na atualidade, considerando suas origens e desenvolvimento.

Inicialmente foi realizado um resgate histórico do cooperativismo e da autogestão, relatando a gênese destes princípios que hoje estão presentes nas formulações e iniciativas da economia solidária. Foi possível observar que a economia solidária não é um movimento homogêneo com influências de diversas forças teóricas como o socialismo utópico, o socialismo científico e o anarquismo. Foram apresentadas algumas discussões sobre o socialismo utópico e seus idealizadores, tendo destaque a figura de Robert Owen, Fourier e a Cooperativa de Rochdale.

Em seguida, o texto aborda o contexto do fortalecimento da economia solidária no Brasil e as iniciativas do setor público para sua estruturação. Foram apresentadas as principais iniciativas da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e seus possíveis alcances e limitações como política pública. Uma das discussões levantadas refere-se ao questionamento da economia solidária ser uma estratégia de desenvolvimento na busca da superação do capitalismo ou uma alternativa para minimizar as consequências desse sistema econômico.

Dessa maneira, pensar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento requer uma análise constante, por isso este trabalho buscou trazer contribuições a partir do contexto de desenvolvimento e execução de políticas públicas, principalmente, as desenvolvidas no âmbito federal.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; política pública; capitalismo; SENAES; estratégia de desenvolvimento.*

Política Nacional de Assistência Social e Economia Solidária: interfaces, possibilidades e limites

Camila de Oliveira Pinto | camila_olip@hotmail.com

Milena Pavan Serafim | orientador(a)

A ECONOMIA solidária se insere na atualidade como uma alternativa possível ao modo de produção capitalista e seus empreendimentos se baseiam nos princípios do cooperativismo, associativismo, autogestão, utilização responsável dos recursos naturais e conscientização no consumo. O presente trabalho apresenta a reflexão a respeito das possíveis interlocuções entre as ações de geração de trabalho e renda desenvolvidas por meio da Política Nacional de Assistência Social e a práxis econômica solidária, à luz da crítica aos aspectos mantenedores do status quo implícitos na elaboração e execução das políticas sociais. A metodologia utilizada foi a qualitativa, concretizada por meio de revisão bibliográfica de documentos pertinentes a estes dois campos de atuação. Infere-se que as unidades de proteção social básica do sistema único de assistência social, os CRAS, pensados enquanto espaços de possível transformação da realidade por meio das potencialidades emancipatórias contidas no processo de fortalecimento das famílias atingidas pelas ações ali desenvolvidas, se constituem como lócus estratégico nas ações de afirmação em Economia Solidária. Apesar das contradições estabelecidas historicamente na trajetória da implementação das políticas sociais pode-se afirmar que o terreno é propício para fortalecimento e integração das comunidades para consecução de um movimento social legítimo em economia solidária, já que os espaços necessários para a problematização das contradições sociais e da vida em comunidade se fazem presentes por meio das reuniões e grupos socioeducativos pertinentes à esfera da proteção social básica da assistência social. Não se pretende apontar que os CRAS sejam o lócus de desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, o que se considera é que o trabalho social com famílias visa a promoção do protagonismo das populações e comunidades, logo, esta entidade pode ser capaz de desenvolver ativida-

des que promovam aos seus usuários a informação a respeito de possíveis estratégias de intervenção na realidade imediata.

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas sociais; Assistência social; Economia solidária; CRAS.*

Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil: Processo de Construção e Desafios

Carlos Augusto Ferreira Sá | carlos.sa@mte.gov.br
SRTE/MS/MTE

Lalo Watanabe Minto | orientador(a)

O ARTIGO busca possibilitar uma reflexão sobre as experiências recentes do movimento de economia solidária no Brasil e suas relações com as políticas públicas construídas para dar respostas a essas demandas. Iniciando com uma breve contextualização histórica e uma síntese das ações e políticas de Governo, introduz um necessário debate sobre a presente conformação e os próximos passos dos atores no campo da economia solidária, considerando-se o momento histórico em que se apresentou como alternativa à crise econômica e o atual cenário, onde as políticas públicas inclusivas desenvolvidas pelo Governo Federal, no geral, promovem significativas alterações no perfil do trabalho, emprego e renda no Brasil. Apresenta ainda algumas análises sobre as relações estabelecidas na captação de recursos públicos, além de resgatar e refletir sobre a trajetória do movimento no Estado de Mato Grosso do Sul, onde se observa que, junto às dificuldades de funcionamento e expansão dos empreendimentos de economia solidária, estão os desafios da participação democrática na gestão dos meios de produção e das atividades econômicas desenvolvidas. Ao lado dos desafios na construção e desenvolvimento de políticas públicas para o setor, surgem necessárias indagações sobre a eficiência, eficácia e efetividade das ações propostas na transformação da realidade econômica, social e política do público alvo, em função da inexistência de critérios objetivos

para a destinação de recursos públicos, somadas à fiscalização precária ou inexistente dos produtos e serviços oferecidos. Pelas próprias características de sua organização, a economia solidária carrega possibilidades objetivas de desenvolvimento, dependendo, no entanto, de assumir o seu papel de protagonista de sua História, construindo a sua política independente dos estímulos governamentais para suas ações.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Estado; Governo; Políticas Públicas.*

Sobrevivência Pelo Lixo: uma Alternativa de Renda para Pessoas Excluídas do Mercado de Trabalho

Cristina Rodrigues de Mendonça | cristinamendonca71@hotmail.com

Bianca Aparecida Lima Costa | orientador(a)

ESTE ARTIGO apresenta o resultado de uma pesquisa que teve por objetivo analisar as condições sociais dos catadores de materiais recicláveis da Associação dos Trabalhadores de Materiais Recicláveis do Aterro Sanitário de Mato Grosso do Sul – ATMARAS que atuam no lixão de Campo Grande/MS. Mostra que a atividade de catação de material reciclável é para muitos trabalhadores a única alternativa de sobrevivência e de inclusão no mercado de trabalho.

A pesquisa investigou os motivos de o porquê essas pessoas estarem nesta atividade sendo possível perceber que a maioria gosta do que faz, apesar das condições precárias em que trabalham. Os dados revelaram que os catadores de materiais recicláveis da ATMARAS elencam como vantagens de ser catador a flexibilidade de horário, cada um faz seu horário e o ganho rápido, pois conseguem ter dinheiro todos os dias.

Apesar de possuírem um rendimento baixo, condições de trabalho precárias estão satisfeitos com a sua profissão, pois os mesmos não têm que cumprir horário, trabalham o dia que querem e não tem patrão. Por

conta da baixa escolaridade, falta de oportunidade e experiência, esta é a única atividade onde podem conseguir uma renda melhor, além do que, os mesmos são seus próprios patrões. A associação é começo para a formalização de uma cooperativa.

PALAVRAS-CHAVE: *catadores de materiais recicláveis; perfil; inclusão social; baixa escolaridade.*

Política Pública: Desafios e Entraves na Política Pública de Microcrédito Produtivo e Orientado: o Caso Banco da Gente em MS

Janir Gonçalves Leite | janirmcc@yahoo.com.br

Ludmila Meira | orientador(a)

ESTE TRABALHO tem como objetivo principal verificar a importância do crédito e a contribuição do Banco da Gente de Mato Grosso do Sul através da concessão de microcrédito produtivo e orientado para o fortalecimento dos micros empreendimentos e seu impacto na melhoria da renda dos empreendedores. Tendo o trabalho como tema a Política Pública, Desafios e entraves na Política Pública de Microcrédito Produtivo e Orientado: O Caso Banco da Gente em MS. Como problema da pesquisa se o Banco da Gente contribui através do microcrédito para a melhoria econômico social dos seus clientes? O microcrédito ganhou importância nas agendas dos governos, estadual, municipal e federal, como importante instrumento de geração de renda e de oportunidade de investimento para micros e pequenos empreendedores. A oferta de crédito produtivo e orientado de baixo valor passou a ser importante instrumento para o fortalecimento dos pequenos empreendimentos formais e informais contribuindo de maneira efetiva para a geração de trabalho e renda aos pequenos empreendedores.

PALAVRAS-CHAVE: *Microcrédito Produtivo e Orientado; geração de renda; empreendimentos.*

O Processo de Construção Social Integrado às Tecnologias Sociais: Caso da Comunidade Bom Jardim e Comunidade Vida Nova no Estado do Ceará

Jaqueline Laurino Joris | jaquelaaurino@hotmail.com

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

PRETENDE-SE COM a análise discutir o conceito de tecnologia social para a construção social e desenvolvimento local nas comunidades. A abordagem demonstra à necessidade de fundamentar a importância da tecnologia social em comunidades carentes no contexto econômico-social, tendo em vista a organização de atores em um sistema de autogestão aliado à tecnologia para o desenvolvimento de um local. O objetivo da pesquisa foi avaliar a importância da tecnologia social para o desenvolvimento local nas comunidades. Os dados coletados são provenientes de pesquisas realizadas sobre esse enfoque em duas comunidades que se utilizam de um processo dinâmico entre a base social, cultural e política, direcionando os atores a interagir de forma articulada, implantando mudanças capazes de elevar as oportunidades, viabilidade econômica e as condições de vida da população local. Nessa abordagem verifica-se a importância das dinâmicas territoriais no favorecimento de ações solidárias, sendo originadas pelas mobilização entre os moradores da comunidade e associações, contribuindo para a geração de renda, emprego, preservação das especificidades culturais e demais características do local.

PALAVRAS-CHAVE: *tecnologia; social; desenvolvimento; local*

Perspectivas e Relevância do Programa Bolsa-Família no Município de Aquidauana-MS

Juliane Antunes Martins Ribeiro | ribeiro.juliane@gmail.com

Tatiana Araújo Reis | orientador(a)

ESTE ARTIGO realizou a análise do programa Bolsa-Família no município de Aquidauana, estruturado em forma de pesquisa com usuários do bairro Nova Aquidauana para o delineamento da efetividade desta política pública de transferência direta de renda.

Ao longo do texto buscou-se relacioná-lo ao Estado capitalista brasileiro e as políticas públicas representadas em tal regime, principalmente as políticas sociais subservientes às necessidades de nossa política econômica.

Foi pontuada a criação das políticas públicas assistenciais, seus fatores de desenvolvimento e a congruência da ação estatal e social na formulação dos programas de assistência social.

Na aplicação de questionário aos titulares do Programa relacionamos o perfil dos usuários com a inserção desta renda auxiliar, verificando se há uma mudança efetiva em sua realidade, como ela se desenvolve e as consequências geradas de tal política pública na organização e desenvolvimento destas famílias.

Com base na coleta e análise dos dados foi pontuada a necessidade de uma reavaliação deste programa e das próprias políticas públicas sociais, visto que esta política pública tornou-se a renda principal das famílias ao invés da complementação de renda como originalmente proposta no projeto, com esta faceta a importância e as relações estabelecidas com o Programa adquirem uma realidade diferenciada e oposta ao resgate da vulnerabilidade social da população.

PALAVRAS-CHAVE: *neoliberalismo; políticas públicas; programa bolsa-família; Aquidauana.*

Projeto Tecendo Novos Caminhos: Avaliação de uma Proposta para Geração de Renda para as Famílias do Jardim Noroeste – Campo Grande/MS

Kelem Karem Gomes Barbosa | kelemkarem@gmail.com

Odilon Rawlinson Gomes Barbosa | orientador(a)

A AVALIAÇÃO de Programas Sociais é uma preocupação relativamente nova para as instituições que se prestam a realizar ações sociais se utilizando dos recursos financeiros de instituições públicas e privadas. A forma como a avaliação de um projeto era realizada a cinquenta anos atrás é muito diferente da forma como hoje é realizada, os avaliadores passaram não apenas a se preocupar com números, mas com os aspectos qualitativos de uma ação. Dentro desta nova realidade é proposta a avaliação desde a fase de anterior ao projeto, definida como ex-ante, perpassando pela avaliação de processo, e finalizando na avaliação definida como ex-post. O Projeto “Tecendo Novos Caminhos” realizado pela Organização Não Governamental denominada Obras Sociais Caridade: O Caminho que buscou estabelecer todos estas avaliações, inicialmente utilizado um questionário que serviu de base para se traçar o perfil da população a ser atendida e conhecer quais eram suas demandas. Partindo deste estudo chegou-se a conclusão que a qualificação profissional em corte e costura era um anseio desta população, assim com a parceria da Fundação Banco do Brasil a Oficina Profissionalizante de Corte e Costura se tornou uma realidade. Este projeto ainda se encontra em fase de execução, sendo realizada neste momento a avaliação de processo, para isso foi utilizando as metas traçadas para o projeto. Este processo é feito através da participação dos treinandos que por meio de assembleias que discutem com a direção da ONG quais os problemas identificados e como podem ser solucionados. Esta é uma tentativa de se trabalhar a auto-gestão através da participação de todos os atores envolvidos na gestão deste projeto. Outros conceitos também foram trabalhados buscando uma formação crítica dos participantes, como por exemplo, saúde

do trabalhador; direitos trabalhistas; economia solidária e cooperativismo. Acredita-se que somente através de ações como esta será possível formar o homem que tenha uma maior preocupação social e perceba na Economia Solidária uma proposta para que a sociedade repense sua postura diante do capital e do consumo, respeitando os limites do planeta donde vivemos.

PALAVRAS-CHAVE: *Avaliação; Projetos; Participação Popular.*

Aprendendo Economia Solidária no Grupo Ypoti Porã

Lucélia Benites Sanabria | luceliabenites@hotmail.com

Eraldo Leme Batista | orientador(a)

A GESTÃO pública e sociedade são temas bastante discutidos nos dias de hoje, devido à política neoliberal que vem de encontro aos interesses do capitalismo e propriedade privada inclina-se a um aumento do desemprego, fazendo com que surjam famílias em vulnerabilidade social em busca de apoio com as políticas públicas para saírem do estado de precariedade emergencial, com isso neste trabalho fundamentou uma discussão de pesquisa em artigos científicos e do intermédio de observação em um grupo de convivência e geração de renda que inclui essas pessoas, para estudar a proposta da educação a economia solidária unida ao objetivo das políticas públicas dando ênfase aos aspectos de desemprego, autogestão, trabalho coletivo, e como isso pode interferir positivamente no trabalho na política pública de assistência social, bem como na vida dessa demanda que permeia o desemprego.

Considerando que o objetivo geral da economia solidária é a cooperação e autogestão dos trabalhadores, viu-se uma viável transformação educacional no grupo de convivência e geração de renda que são ambientes e ferramentas utilizadas pelos profissionais da Assistência Social para oferecer empreendedorismo e autogestão à fim de atingir metas como autonomia, qualidade de vida e protagonismo social a esse excedente e assim

conquistar um lugar no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: *política pública; vulnerabilidade social; desemprego; economia solidária.*

Política Habitacional no Município de Naviraí – MS e a Autogestão: Desafios e Possibilidades

Maria Vanderléia dos Santos Andrade | vanderleiajatei@yahoo.com.br

Pedro Fiori Arantes | orientador(a)

ESTE ARTIGO busca evidenciar a política habitacional no Município de Naviraí, bem como a viabilidade de aplicação dos princípios da Economia Solidária na produção de habitações sociais através de mutirão por autogestão, como manifestação de enfrentamento da questão social urbana em âmbito habitacional. O objetivo desta pesquisa entre outros é discutir a possibilidade de fortalecer comunidades e adotar princípios de a autogestão na construção de moradias, em municípios de pequeno e médio porte do interior do País.

PALAVRAS-CHAVE: *Política Pública de Habitação; Economia Solidária; Autogestão e Mutirão.*

As Experiências em Economia Solidária no Assentamento Monjolinho Município de Anastácio Mato Grosso do Sul

Maria Luiza Rivas Leite | maria-rivas@hotmail.com

Fabiana de Cássia Rodrigues | orientador(a)

O ARTIGO se propõe uma análise de experiência em economia solidária, e sua organização no Assentamento Monjolinho no município de Anastácio/MS. Nas condições de vida dos trabalhadores(as), na participação da mulher nos movimentos sociais no campo. A idéia principal é que unidas às mulheres pudessem ter mais chances de enfrentar a inclusão social, as adversidades impostas pelo mercado capitalista, expandir suas atividades e gerar renda para a sua família. Dessa forma considera a pratica de economia solidária na teoria como conceito de produtividade e sustentabilidade. E criando novas idéias de consumo saudável e forma de valorização humana. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre os principais eixos temáticos, utilizou-se também de relatos de trabalhadora que vive no assentamento, pois, o mesmo servira como subsidio de reflexão para as questões levantadas. Com esses dados, elaborou-se um breve comentário sobre as motivações e relações sociais. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo principal á discussão acerca de que “um novo mundo é possível”. Tendo como base a economia solidária, na reivindicação dos seus direitos, que tentam fazer autogestão e da cooperação solidária uma estratégia de luta e resistência democrática e políticas publicas, pressionando governo e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Assentamento Rural; Anastácio/MS.*

Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS): uma Alternativa de Sustentabilidade para os Pequenos Agricultores de Ribas do Rio Pardo

Micheila Glaziela Hopka | micheilapsi@yahoo.com.br

Angelita de Oliveira | orientador(a)

ESTE ARTIGO teve por objetivo observar os impactos sócios econômico de 25 famílias a serem beneficiadas pelo projeto Tecnologia PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) no município de Ribas do Rio Pardo, ou seja, quais as mudanças e ou benefícios esse projeto poderá proporcionar a essas famílias beneficiadas pelo referido projeto. O projeto PAIS é uma iniciativa do Governo Federal em parceria com o SEBRAE, Fundação do Banco do Brasil e municípios, como intuito de auxiliar famílias de baixa renda, assentados e quilombos a desenvolver atividade produtiva para fins de geração de trabalho, renda e melhora da qualidade de vida. Foi feito uma revisão bibliográfica sobre o tema em análise e realizado uma pesquisa empírica por amostragem com três produtores representando as famílias da agricultura familiar no município especificado, a qual evidenciou que os problemas enfrentados pelos agricultores se referem aos itens discutidos na parte teórica deste artigo, como a falta de recursos financeiros para investir na propriedade, dificuldades para adquirir insumos, falta de mão de obra e inabilidade para comercialização pela falta de conhecimento e interação com os demais agricultores. Entre os resultados obtidos, verificou-se também a necessidade de medidas a serem tomadas por parte do poder público, no intuito de resolver tais problemas enfrentados pelos pequenos produtores. Verificou-se ainda uma grande perspectiva por parte dos produtores em relação à implantação do projeto PAIS em suas propriedades.

PALAVRAS-CHAVE: *pequeno agricultor; agricultura familiar; PAIS; produção; comercialização.*

Desafios da Democracia e da Economia Solidária no Estado Neoliberal

Getúlio Raimundo de Lima | miostilima@gmail.com

Graduado em Ciências Sociais pela UFMS, Mestrado em Geografia UFMS e

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Milena Pavan Serafim | orientador(a)

O ESPAÇO empírico da economia solidária é o sistema capitalista e suas instituições prototípicas, propriedade privada, Estado, mercado, democracia liberal, individualismo, concorrência, competição, etc. Na sociedade capitalista quem organiza a força de trabalho é o capital, aqueles que vivem da venda da sua força de trabalho – os trabalhadores-, estão subordinados aqueles que detém os meios de produção. Os trabalhadores estão submetidos a um processo constante de embrutecimento, alienação e desumanização, reduzidos e transformados em “homem boi”. O neoliberalismo reforçou esse processo e criou mecanismos econômicos, políticos, jurídicos e tecnológicos com apoio do Estado para atender as necessidades de reestruturação produtiva e ideológica do capital no contexto hodierno. Os desafios da Democracia e da Economia Solidária no Estado neoliberal é propugnar pelo poder como patrimônio do povo, uma soberania não domesticada pelo Estado, mas que se sustenta em uma base material, que é a “coisa pública” e a organização solidária da economia e da sociedade, cujos princípios fundamentais sejam a superação da concentração de riqueza, dos meios de produção, garantindo igualdade de acesso a bens materiais e as estruturas de poder do Estado. Portanto, o maior desafio da Economia Solidária é desenvolver processos estruturantes que se sustentem em uma lógica de desintegração múltipla dos vetores de reprodução do capital e de seu modelo societal anti-solidário, bem como, da consolidação da comunalidade do poder, alimentado por fluxos de reciprocidades em direitos e condições reais de vida. Pretendemos com o artigo em foco desenvolver uma breve reflexão entorno dos desafios da economia solidária e da democracia no contexto das forças hegemônicas do neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: *Neoliberalismo; Economia Solidária; Democracia; Estado; Política.*

A Economia Solidária como Estratégia de Diversificação Produtiva e Aumento de Renda em um Grupo de Mulheres no Assentamento Juncal – Naviraí – MS

Dalva Mirian Coura Aveiro | mirian.coura@ufms.br

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campo Grande MS

Juliana Chioca Ipólito | orientador(a)

A CONQUISTA de autonomia econômica frente à crise mundial do trabalho no contexto da globalização é o grande anseio de milhares de trabalhadores que estão excluídos do processo produtivo e neste caminhar, muitos trabalhadores ou mesmo agricultores sem renda, buscou na Economia Solidária, sua realização econômica. Entendida como modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo de forma associada, a Economia Solidária fundamenta-se na cooperação e na autogestão e está sendo construída por inúmeras organizações coletivas, sob a forma de associações, cooperativa, rede de cooperação e até grupos informais. Com levantamento de dados realizados através de um questionário aplicado para as 21(vinte e uma) integrantes da Associação das mulheres do assentamento Juncal – em Naviraí MS-AMAJU, este trabalho objetivou conhecer a trajetória de um grupo de mulheres em busca da diversificação produtiva e melhoria de renda através da Economia Solidária, e confirmar se o coletivo alcançou os seus objetivos. O resultado da pesquisa apresentou que 90% das famílias das entrevistadas, tinham como atividade principal a produção do leite, com os seguintes rendimentos: 40% das famílias recebiam em média meio salário mínimo ao mês, e, 60% das famílias recebiam em média um salário mínimo ao mês. Basicamente direcionado a produção

do leite, o Assentamento Juncal padecia da submissão aos preços baixos definidos pela indústria, sem oportunidade de diálogo. Após a organização do grupo em busca da diversificação produtiva e melhoria de renda, os dados da pesquisa informou que: 65% das mulheres estão participando em dois núcleos produtivos: leite e frango caipira, recebendo um salário mínimo ao mês. 35% das mulheres participam em mais de dois núcleos de produção, como: leite, frango caipira, pão e doces, recebendo mais de dois salários mínimos ao mês. Foi notória a melhoria de renda, principalmente para as associadas que participam de mais núcleos produtivos. Esta pesquisa confirmou que a diversificação produtiva foi fundamental para melhoria da renda das associadas, desconstruindo a cultura predominante da monocultura e o temor de nova produção. A gestão coletiva na organização do grupo foi determinante para superar as dificuldades, rompendo a lógica de exploração econômica vivenciada.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Autogestão; Associativismo; Sustentabilidade; Diversificação produtiva.*

Gestão Social: Análise da Prática

Rosemeire Gomes Travasso | rosegt@hotmail.com

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do MS

Airton Cardoso Cançado | orientador(a)

GESTÃO SOCIAL é um tema recente que tem despertado práticas inovadoras entre algumas organizações não governamentais, presentes na sociedade brasileira, e que vêm ocorrendo no Brasil desde os anos 90, traduz-se por um processo de práticas de transformação no modo de gerir, levando vários teóricos contemporâneos a um olhar mais atento sobre a necessidade de ampliar o debate para a área acadêmica, aprofundando questões como atuação social, participação, cidadania, Estado democrático de direitos, sociedade civil e emancipação na área acadêmica. Embora o tema gestão social seja considerado ainda novo entre as próprias organizações sociais,

as universidades, cumprindo, seu papel disseminador de conhecimentos e saberes, vêm também se dedicando ao estudo, reflexão e debates sobre esse novo modelo de gestão, acompanhando e avaliando a sua prática e sua viabilidade para além do social. Esta pesquisa, fundamentada na leitura de conhecidos estudiosos da área, se propõe também a dar sustentação prática a este debate, pois apresenta dados gerados por entrevistas realizadas com profissionais que atuaram ou estão atuando no Instituto Brasileiro de Inovações pró-Sociedade Saudável Centro-Oeste, localizado em Campo Grande – MS desde 1993, sendo uma ONG de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, e com bases fundamentada numa lógica realmente democrática, tornando-se autônoma em 2000. As citadas entrevistas revelaram que, após quase três décadas de seu surgimento no Brasil, ainda existe um grande lacuna no setor de gestão social, havendo necessidade premente de formação de recursos humanos que possam atuar, como gestores sociais para garantir, cada vez mais, a fomentação de uma cidadania deliberativa, em que seja garantido um diálogo permanente entre gestores públicos e privados e a sociedade para que as decisões sejam tomadas e compartilhadas entre todos, legitimando, assim, um verdadeiro Estado de direito.

PALAVRAS-CHAVE: *Gestão social; Cidadania; Análise da prática.*

Questão Fundiária e Agrária: Políticas de Estado, Neoliberalismo e o Nascimento da Economia Solidária como Política Pública Durante o Governo FHC (1995-2002)

Zeila Dutra | zapd_dutra@ibest.com.br
SED/MS

Fabiana de Cássia Rodrigues | orientador(a)

NO TRANSCORRER da história os trabalhadores tornaram-se parte da socie-

dade altamente vulnerável, sendo essa característica aceleradas, sobretudo, pelas mudanças nas relações sociais, econômicas e culturais ocorridas a partir do século XIX, momento em que se registra o fruto do alastramento, aprofundamento e desenvolvimento no ocidente da produção industrial. O desenvolvimento tecnológico com a crescente mecanização das linhas de produção, a ampliação dos parques industriais em escala global e o dinamismo na reprodução e comercialização de mercadorias não representaram avanços sociais significativos para a grande maioria da população mundial. Diante desse contexto, marcado por constantes mudanças no Mundo do Trabalho, tanto na sua forma de organização quanto nas relações trabalhistas, é possível refletir sobre os mais diversos ambientes e configurações de trabalho, seja do operário urbano ao trabalhador camponês, a riqueza produzida não é distribuída igualitariamente. O conteúdo disposto neste artigo explora a realidade do cenário rural brasileiro contemporâneo evidenciando as alterações ocorridas nas questões trabalhistas do campo caracterizadas pelo acentuado processo exploratório da mão de obra dos trabalhadores rurais enfocando também o surgimento da Economia Solidária como uma alternativa de renda que antagoniza com o processo capitalista de desmobilização e desvalorização dos pequenos proprietários e comunidades rurais.

PALAVRAS-CHAVE: *Capitalismo; Economia; Solidária; Trabalhador; Rural.*

Ética no Contexto Coletivo: uma Reflexão ao Não-Individualismo

Adalberto Sabino | sabinoada@ig.com.br

Ioli Wirth | orientador(a)

ESTE ARTIGO tem como foco a investigação do individualismo, o qual tem crescido sobremaneira em nossa sociedade. Saber suas causas e como ele interfere nos movimentos sociais é a resposta que buscamos. Vivemos um momento de apatia das pessoas frente às preocupações sociais, nas decisões em que o envolvimento do coletivo se faz necessário. O que se vê é um esvaziamento das participações, o indivíduo se tornando mais importante que o coletivo, contrariando, assim, historicamente a experiência do homem nos grupos originários.

Na busca por entender o que vem a ser indivíduo e individualismo no contexto atual dos empreendimentos da Economia Solidária, que tem como foco a vivência coletiva, a autogestão e a ajuda mútua, o individualismo parece-nos um comportamento não apropriado para membros desses grupos. O que podemos constatar é uma incidência muito alta de pessoas individualistas nesses meios, o que acaba gerando disputas internas, descontentamento generalizado, desistência por parte de muitos e, em alguns casos, extinção do próprio empreendimento.

O ser humano não é individualista em si mesmo, ele é sim indivíduo

com potencialidades criativas e reafirmando as palavras de Marx, um ser social. Portanto sua transformação em ser individualista tem como base a forma de vida imposta pelo sistema capitalista. Cabe a nós e as próximas gerações mudarmos os rumos de nossas vidas e para tanto é necessário que homens e mulheres já transformados pelo conceito coletivo, solidária, busquem as formas de efetivá-los.

PALAVRAS-CHAVE: *Indivíduo; Individualismo e coletivismo social.*

Mulher e Associativismo: um Olhar sobre o Trabalho Feminino em uma Associação de Reciclagem

Ana Karla Pazda | karlinhapazda@hotmail.com

Bianca Lima | orientador(a)

COM o passar dos tempos diversas mudanças refletem a consolidação de novos e diferentes arranjos sociais, nos quais a mulher assume um papel muito importante e até então desconhecido pela sociedade, principalmente no que concerne a emancipação feminina junto ao mercado de trabalho. Nesse contexto, o presente artigo aborda a relação existente entre as questões de gênero dentro de um empreendimento solidário, tendo como principal objetivo investigar a condição de trabalho de um grupo de mulheres que atuam em uma Associação de Reciclagem no município de Palmeira – Pr. Entrelaçada a pesquisa outros objetivos foram necessários, tais como: investigar a trajetória ocupacional dessas catadoras, identificar as diferenças existentes entre o trabalho delas e dos homens no empreendimento, e o motivo que as leva a se manter nessas atividades. Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas visitas a esse empreendimento e feitas entrevistas com essas mulheres a fim de coletar os dados. A receptividade do grupo foi boa e os resultados alcançados positivos, uma vez que a partir do trabalho foi possível reconhecer a real situação que

se encontram as mulheres nesse exemplo de empreendimento solidário, bem como identificar o perfil das mulheres que atuam nas Associações de Reciclagem e o que as levam a ser inseridas nessa realidade. Pode-se concluir também, que mesmo havendo ainda uma discriminação mascarada em relação ao trabalho feminino, as Associações de Reciclagem podem se mostrar como bons exemplos de espaços em que as mulheres estão cada vez mais presentes, e mesmo que estes sejam espaços invisíveis ou mal vistos pela sociedade, eles desempenham papéis importantíssimos no que tange não só a questão ambiental de um município, mas também social, uma vez que muitas famílias tiram seu sustento desse trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: *Mulheres; Catadores; Economia Solidária; Associação de Reciclagem.*

Obstáculos para a Geração de Renda em Empreendimentos da Economia Solidária

Antonio Saraiva Junior | antonio.saraiva@outlook.com

Airton Cardoso Cançado | orientador(a)

O ARTIGO tem como objetivo apresentar informações, coletadas de diversos estudos recentes, a respeito das dificuldades que os Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil enfrentam para alcançar viabilidade econômica, entendida como a capacidade de produzir resultados econômicos suficientes para a manutenção regular de suas atividades e para garantir a seus participantes uma renda condizente com o trabalho realizado. Depois de um breve relato histórico da Economia Solidária no Brasil, são descritos os principais fatores que limitam o êxito econômico dos EES: (i) dificuldades na comercialização dos produtos e serviços; (ii) falta de capital financeiro e crédito para estruturação do empreendimento; (iii) relação de dependência com elos não solidários da cadeia produtiva; e (iv) falta de capacitação para a autogestão. Defende que a viabilidade econômica dos EES é fundamental para proporcionar um nível razoável de segurança mate-

rial a seus participantes, e que precisamos proporcionar ao maior número possível de pessoas a oportunidade de experimentar uma vida segundo os princípios da Economia Solidária. Conclui que precisamos trabalhar pela introdução de práticas autogestionárias nos programas de educação de todos os níveis, e pela institucionalização de técnicas e normas legais que garantam condições favoráveis àqueles que desejam se organizar coletivamente para trabalhar em prol da própria subsistência e de sua comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: *Empreendimentos de Economia Solidária; Geração de Renda; Viabilidade Econômica e Autogestão.*

O Enfoque Participativo na Educação para a Economia Solidária: Aspectos Metodológicos

Débora Tiemi Scottini | deborats@ig.com.br

Lalo Watanabe Minto | orientador(a)

A EDUCAÇÃO para a economia solidária não é apenas a “introdução de novos valores”, o que se resumiria a uma possibilidade de doutrinação. É por isto que se fala que a educação para economia solidária é essencialmente participativa, democrática e altamente sensibilizadora e não dogmática. Com base neste entendimento, percebe-se que uma educação mais democrática e sensibilizadora pode ser alcançada com metodologias participativas de envolvimento. Princípios tais como os de organização, trabalho coletivo, processos decisórios, socialização de informações, podem ser desenvolvidos por meio de oficinas de metodologia participativa entre os participantes da economia solidária.

Acredita-se que a sensibilização das pessoas por meio da educação

para a economia solidária é uma das possibilidades para a emancipação do cidadão e uma fonte para as mudanças em nossa sociedade, com a abertura de novos caminhos para o desenvolvimento dessa atividade no país. Mas apenas sensibilização não basta; é preciso a utilização de metodologias participativas na educação para a economia solidária para que as ações voltadas a essa seara sejam efetivadas por meio da participação dos agentes envolvidos neste processo.

Além disso, o empoderamento das pessoas é necessário para que elas possam praticar a própria economia solidária. Por meio do planejamento participativo é possível estabelecer um diagnóstico situacional por parte das pessoas para que se mobilizem e consigam avançar no propósito a que a economia solidária se propõe, que é o de se visualizar e de se praticar um novo sistema econômico, político e social de desenvolvimento mais justo, mais fraterno e mais solidário.

Neste sentido, as metodologias participativas podem ser um dos caminhos para que projetos de economia solidária sejam mais autogestionários e que possam ser levados adiante de uma forma mais objetiva, estratégica e com a base principiológica do movimento ecosol como pilares de sustentação deste novo modelo de desenvolvimento econômico, social e político visualizado pelos adeptos da economia solidária. Em razão deste contexto é que se propõe neste trabalho a abordagem de metodologias participativas que corroborem com autogestão, considerada um dos principais pilares da Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *autogestão; economia solidária; educação participativa; empoderamento e cidadania ativa.*

Mulheres, Artesanato e Economia Solidária

Durce Rdorigues de Figueiredo | durcef@yahoo.com.br

Eliana Maria dos Santos | [orientador\(a\)](#)

O ARTIGO aborda a experiência dos empreendimentos de economia soli-

dária que produzem artesanato em São José dos Pinhais, compostos em sua maioria por mulheres, a partir da implantação de políticas públicas de fomento à economia solidária no município, em 2010. Tem como objetivo analisar se a organização dessas mulheres seguindo os princípios de cooperação e solidariedade, pode significar, além dos ganhos econômicos, um instrumento emancipatório e permitir o estabelecimento de novas formas de relações sociais. O estudo foi feito a partir de consultas a dados documentais do Programa Municipal de Economia Solidária e entrevistas com as artesãs. A autora adota a perspectiva da teoria econômica feminista para identificar mudanças na subjetividade causada por esta experiência. Considera que os grupos ainda são dependentes das políticas públicas do município, recorrendo ao Programa para realização de feiras, superação de conflitos, custeio de despesas e solução em organização. Apesar disso, conclui que o exercício da autogestão em si mesmo já representa uma prática pedagógica que pode levar a uma transformação social. A autora destaca que a motivação para as mulheres participarem de um grupo de artesanato de economia solidária é a falta de estrutura do estado para atender as necessidades da família como mais vagas em creches, escolas em tempo integral e uma política de atenção ao idoso. Isto significa que elas tem uma carga maior de trabalho, pois além da demanda da produção, da comercialização ainda são responsáveis pelo trabalho doméstico. A dupla jornada também é um problema a ser solucionado e um fardo para as artesãs que se dedicam a esta forma de produção e comercialização.

PALAVRAS-CHAVE: *Mulheres; autogestão; artesanato; economia.*

Economia Solidária e Assistência Social: uma União Possível

Emanuelle Pereira | manu_etufpr@hotmail.com

Jonas Bertucci | orientador(a)

NA ATUAL conjuntura de hegemonia neoliberal, o mercado, o lucro e o indi-

vidualismo são primazia. O acesso ao emprego formal pela faixa da população mais pobre e sem instrução está cada vez mais restrito, fazendo com que a classe trabalhadora busque estratégias de sobrevivência através do emprego informal ou ainda do subemprego. Nesse contexto surge a economia solidária, que busca na base das relações de trabalho contestar às relações de trabalho capitalistas. Se no capitalismo predomina a hierarquia e exploração da força de trabalho, na economia solidária deve prevalecer a solidariedade e a autogestão, na qual todos os trabalhadores possam deter o poder de decisão sobre todos os aspectos relativos ao empreendimento, fomentando o protagonismo da classe trabalhadora e objetivando um novo modelo de sociedade. Por conseguinte, essas propostas transcendem alguns princípios fundamentais da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) em seu caráter de proteção social básica através dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Os CRAS são espaços públicos que visam a garantia dos direitos de cidadania de seus usuários. Tem como objetivo principal ser referência local da PNAS, ofertando serviços, programas, benefícios e projetos que visam a diminuição dos riscos e das vulnerabilidades sociais, inclusive desenvolvendo programas de inclusão produtiva.

Neste artigo discute-se sob a perspectiva da economia solidária, formas de orientação de ações de inclusão produtiva nos CRAS diante de um caráter preventivo de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, de atividades geradoras de renda e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Também se discute perante a transversalidade da PNAS e da economia solidária como políticas públicas que podem contribuir para a construção de ações para o enfrentamento do trabalho alienado e de transformação para uma nova ordem societária.

PALAVRAS-CHAVE: *Trabalho; Assistência Social; inclusão produtiva; Economia Solidária.*

Educação para uma Transição da Economia de Competição para uma Economia de Valorização das Relações. Cfes e Educação Gaia: Inspirando Novos Caminhos

Ézio Alves Faganello | eafaganello@gmail.com

Henrique T. Novaes | orientador(a)

A EDUCAÇÃO é um dos principais caminhos para mudanças sociais. O Centro de Formação em Economia Solidária – CFES e o Programa de Educação Gaia são propostas educacionais que podem contribuir para que as pessoas vivam a transição para um mundo com equilíbrio social e sustentabilidade ambiental. O CFES tem como objetivo fortalecer os empreendimentos econômicos que adotam os princípios da cooperação, da autogestão, da solidariedade, da valorização da diversidade e do cuidado com o meio ambiente. O Educação Gaia associa teoria e prática nas dimensões econômica, ecológica, social e visão de mundo, com foco na transição para um mundo mais sustentável. Ambos os projetos trazem novos olhares para a crise sistêmica que estamos vivenciando. Fatos evidentes como crises econômicas, poluição, desigualdade social, guerras, desequilíbrio ambiental merecem atenção especial. É preciso transformar o modelo vigente, a forma de produzir, comercializar, consumir e se relacionar. Diante dessa necessidade imediata, este trabalho tem como meta destacar processos educacionais mais inclusivos e participativos. Educação que pode ser universal, mas de aplicação local, empoderando as comunidades para a liberdade e a prática do bem-viver. Experimentar as metodologias dos dois projetos de educação mostra que é possível construir resultados significativos, reforçando a esperança em mundo melhor.

PALAVRAS-CHAVE: *Crises; Educação; Economia Solidária; Sustentabilidade e transição.*

A Lei Nº 5.764/1971 e a Regulação Jurídica do Cooperativismo da Economia Solidária

Giuliana Iarrocheski | giulianaiarrocheski@depen.pr.gov.br

Aline Sueli de Salles Santos | orientador(a)

A LEI nº 5.764/1971 não atende a realidade dos fenômenos de cooperação no Brasil, posto que 88,5% dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil são informais ou não possuem finalidade econômica. Adiante, a formalização destas organizações de trabalho associado em uma forma jurídica ainda é embaraçosa. Desta feita, procurou-se desenvolver uma análise histórica do fenômeno do cooperativismo, da economia solidária, dos modelos de cooperativa, relacionando os princípios norteadores da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o cenário atual da legislação especial das cooperativas. Foram realçados a dignidade da pessoa humana e o direito ao trabalho associado. Especialmente no que se refere aos ditames da legislação atual e a perspectiva da economia solidária, foram relacionados às controvérsias da lei n. 5.764/1971 e a multiplicidade de organizações dos empreendimentos econômicos solidários. Observou-se que o direito à organização do trabalho associado por meio do cooperativismo da economia solidária não foram objetos de concretização de pelo Legislador, mesmo estando consagrados em texto constitucional. Como resultante, visualizou-se a necessidade de uma reformulação da legislação especial, de modo que venha a atender as demandas sociais, para garantir uma vida digna às pessoas, saída da informalidade e consequentemente a instrumentalização de políticas públicas.

PALAVRAS-CHAVE: *Cooperativismo; economia Solidária; lei nº 5.764/1971; dignidade da pessoa humana; trabalho associado.*

Ensaio de um Militante: a Economia Solidária dentro da lógica do capital

João Henrique Souza Pires | bobpires2@yahoo.com.br

Hayrton Francis Ximenes de Andrade | orientador(a)

O ENFOQUE teórico e prático deste ensaio parte da negação ao determinismo e a neutralidade tecnocientífica, assim, a causa é abordada enquanto problema intrinsecamente político ideológico, isso significa que se considera o desenvolvimento tecnocientífico não como linear e inexorável, mas como resultado de escolha.

Focado na perspectiva de que na atual conjuntura os Empreendimentos Solidários (ESs) não tem condições de estabelecer uma hegemonia alternativa para sua organização produtiva, buscou descrever o comportamento de três atores (Estado, ESs e Entidades de Apoio) essenciais no contexto da luta por uma “outra” hegemonia da organização sócio produtiva, voltado à emancipação da classe trabalhador e democratização das políticas públicas.

O trabalho foi desenvolvido sob a abordagem de duas metodologias distintas, porém complementares, que simetricamente buscam dar aporte e fidedignidade aos fatos. A primeira é etnográfica observando e analisando a realidade através de uma perspectiva particular, e a segunda é bibliográfica, relacionado aos temas de Políticas Públicas, Tecnologia Social e Economia Solidária.

Buscando compreender a complexidade da correlação de forças que existe dentro da conjuntura histórica do processo político brasileiro, se busca trazer ao leitor algumas considerações de relevância considerável para superação dos obstáculos políticos que o modelo produtivo capitalista impõe ao modelo produtivo solidário.

Pode-se dizer que esse confronto, se dá num ambiente onde uma classe dominante restrita, consegue se organizar em aparelhos de hegemonia dentro do Estado, nesse caso, a classe trabalhadora adota como seus, projetos e valores elaborados pela classe dominante, sendo esse o princípio do funcionamento da hegemonia.

PALAVRAS-CHAVE: Estado; Hegemonia; Entidades de Apoio; Tecnociência; Empreendimentos Solidários.

Os Empreendimentos Econômicos Solidários de Catadores e a Política Nacional de Resíduos Sólidos: a Problemática Socioambiental Acerca da Possibilidade de Incineração de Resíduos Sólidos

Jonas Roberto Schaurich | jonas.schaurich@gmail.com
Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESol-UEPG)

Shirley Silveira Andrade | orientador(a)

O PRESENTE artigo pretende apresentar a problemática socioambiental resultante da possibilidade de incineração de resíduos sólidos prevista na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), com relação aos empreendimentos econômicos solidários de catadores. O tema se justifica em razão da grande discussão gerada pelo advento da PNRS e a posituação daquela forma de gestão dos resíduos sólidos. Daí a necessidade em se problematizar os aspectos e os reflexos sociais, ambientais e sanitários trazidos à tona por esta. Para tanto, buscou-se delinear, primeiramente, sobre a economia solidária e a sua intrínseca relação com o meio ambiente, além das características dos empreendimentos econômicos solidários de catadores. Passou-se, então, para um breve panorama acerca dos catadores de materiais recicláveis e o contexto da reciclagem no Brasil, com o objetivo de se demonstrar a importância destes para o processo da reciclagem no país. No último item, buscou-se delinear acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a possibilidade de incineração destes resíduos, discutindo-se a problemática socioambiental referente ao tema, objeto central do trabalho, bem como alguns aspectos acerca da legalidade do dispositivo. Para isso, buscou-se amparo na legislação nacional e internacional, na bibliografia e

nos demais documentos pertinentes ao tema. Ao final, procurou-se apontar algumas possíveis alternativas social e ambientalmente viáveis para a gestão de resíduos, com base em especialistas no assunto.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; Empreendimentos econômicos solidários de catadores; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Incineração de resíduos sólidos.*

Movimento de Economia Solidária e Análise da Lei de Fomento de Economia Solidária de um Município do Estado do Paraná

José Aparecido de Oliveira | jptcido@pop.com.br

Marilene Zazula Beatriz | orientador(a)

O PRESENTE artigo tem como objetivo analisar se a Lei de Fomento à Economia Solidária de um município do estado do Paraná está incluída tanto nas estratégias do Plano Plurianual, 2010 – 2013, quanto na Lei Orçamentária de 2012.

Os dados foram obtidos junto a fontes secundárias, por meio de consultas bibliográficas e de documentos de domínio público, a saber: Lei de Fomento à Economia Solidária; Lei do Plano Plurianual, Lei Orçamentária de 2012 e o quadro de planejamento de economia solidária do município. A presente pesquisa constitui um estudo de caso e utilizou-se de uma abordagem metodológica fundamentalmente qualitativa.

Com relação ao tratamento dos dados, foram empregados procedimentos descritivo-qualitativos.

Concluir-se que a economia solidária aparece mais no discurso do gestor e nas questões pontuais, de comercialização, sendo que os instrumentos que indicam de onde vem os recursos e ações a serem desenvolvidas como o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária não mostram o programa de Economia Solidária como uma política efetiva de Estado.

Porem, o Movimento de Economia Solidária no âmbito do município ainda é objeto na condução das ações, pois não se tornou um sujeito social que demanda para o município a efetividade de tal política.

PALAVRAS-CHAVE: *Leis; Economia Solidária; Movimento; Sujeito Social; Política Pública.*

Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira (SP)

Juliana Ferreira da Silva | juliana_fs2@yahoo.com.br

Thais Mascarenhas | orientador(a)

O PRESENTE estudo tem como objetivo observar de que maneira a Economia Solidária e a cultura são trabalhadas em conjunto com o turismo de base comunitária nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira de São Paulo. Os específicos são verificar as três abordagens (cultura, Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária) como fatores de desenvolvimento local, e observar a relação dos conceitos teóricos com a realidade das comunidades analisadas. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas, que contextualizam e conceituam a Economia Solidária, o desenvolvimento local, o turismo de base comunitária e a noção de cultura, com vistas no impacto que o turismo proporciona em comunidades tradicionais, e pesquisas documentais: Agenda Socioambiental de Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira, de 2008; Relatório Técnico do I Encontro Nacional de Turismo em Comunidades Quilombolas, de 2010; e o encarte do Circuito Quilombola, de 2012. Por fim, concluiu-se que a abordagem cultural, a Economia Solidária e o turismo de base comunitária são fatores que se fortalecem mutuamente e são aspectos que devem caminhar juntos e de forma sinérgica em prol da inclusão social, do desenvolvimento local e da valorização sociocultural dos quilombos do Vale do Ribeira de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: *Turismo de base comunitária; Economia Solidária; Cultura; Quilombos do Vale do Ribeira de São Paulo.*

Gestão e Políticas Públicas. do Lixão à Cooperação com Preservação Ambiental: Trajetória dos Recicladores na Cidade de Paçandu-PR, Junto à COOPERCENTRAL

Márcia Bianchi Costa | mbianchicosta@gmail.com

Alzira Medeiros | orientador(a)

A PROPOSTA deste artigo é provocar a discussão sobre a necessidade de se ter um Programa de Política Pública de Economia Solidária em todas as instâncias de governo. Como também avaliar a forma que a autogestão acontece dentro dos empreendimentos e como os integrantes lidam com as dificuldades que ocorrem dentro deste processo. Tentarei demonstrar as mudanças na vida dos integrantes da Cooperativa de Reciclagem existente em Paçandu-PR, demonstrando como era o grupo quando viviam da exploração do “lixão”, e os reflexos da interdição do mesmo no ano de 2004, procurando apreender as mudanças que ocorreram após este período na vida dos cooperados, em especial com a construção da Coopercentral, um Complexo Cooperativo que engloba as cooperativas da região compostas por moradores de Paçandu/Sarandi e Maringá. Tomei como referência teórico-metodológica a contribuição das/os autores como Singer e Souza, Sader e outros.

PALAVRAS-CHAVE: *Desenvolvimento; autogestão e políticas públicas.*

Autogestão: Possibilidades e Limites no Contexto da Economia Solidária no Brasil

Marco Antonio Barbosa | mabarbosa@marista.org.br

Rede Marista de Solidariedade

Angelita Oliveira Almeida | orientador(a)

O ARTIGO apresenta reflexões sobre o conceito de autogestão no contexto da Economia Solidária no Brasil, Percorrendo um itinerário de estudo que engloba alguns conceitos comumente utilizados como representativos do termo autogestão no contexto brasileiro, apresentando algumas reflexões sobre as possibilidades e limites da autogestão no contexto da ES no Brasil

Historicamente, a autogestão emerge em momentos de crise dos sistemas político e econômico, momentos de tensão e confronto entre concepções, ideários societários antagônicos em disputa.

Limites e Possibilidades da Autogestão na Economia Solidária

O Limite central da autogestão no contexto da ES no Brasil está no antagonismo e nas tensões contidas nas relações capitalistas de assalariamento, exploração dos trabalhadores, e fragmentação do processo produtivo (gestão e execução; trabalho intelectual e trabalho manual).

Entende-se que não é possível generalizar as análises, porém, essa forma de organização dos trabalhadores, mesmo trazendo perspectivas de mudança para além do capital, reproduz comportamentos adaptativos à produção capitalista e combina elementos da autogestão na relação entre capital e trabalho, reproduzindo por vezes as mesmas relações de alienação do processo de produção burocratizada e hegemônica do capital.

Para competir no mercado, acaba introduzindo tecnologias e padrões organizativos e de gestão tipicamente burocráticos, adaptando os trabalhadores às condições do mercado, aos modelos produtivo e mercadológico, às tecnologias dominantes. Reproduz práticas limitadas de autogestão, ou melhor, formas de participação, sob a lógica hierarquizada de empresa capitalista, com base na propriedade privada. Reproduz a fragmentação produtiva e os mecanismos da lógica do capital, sob um discurso equivocado e alienado, vinculado ao conjunto de princípios e práticas autogestionárias ou pelo menos à parte deles.

Identificamos um cenário de fragilidades que permite inferir que a ES no Brasil carece, urgentemente, de um projeto político ousado, estruturado sobre os princípios do socialismo, com distribuição da riqueza e uma forma de gestão pública participativa, com controle social efetivo e menos burocrático.

Políticas públicas concretas e intersetoriais que tenham em seu cerne elementos fundantes do ideário de uma sociedade mais justa e igualitária que promova, a partir de práticas de autogestão, processos emancipatórios que propicie o desenvolvimento de consciência coletiva crítica, capaz de reconhecer os limites estruturais do capital e os mecanismos de dominação que caracterizam o sistema hegemônico.

Com certeza, as impressões apresentadas, nos suscitam dilemas e desafios para os quais não temos respostas e não tínhamos pretensão de tê-las. Existia apenas a intencionalidade de explicitar alguns caminhos para a reflexão e debates futuros e necessários sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; Autogestão; Heterogestão; Trabalho.*

Movimentos Sociais e Economia Solidária na Região de Curitiba

Marcos José Ferreira | markinhointerlocutor@hotmail.com

Ioli Wirth. | orientador(a)

ESTE TRABALHO pretende fazer uma análise das ações dos movimentos sociais no período pós-redemocratização, décadas de 1980/90 e a sua busca por cidadania, e a inclusão social a partir das alternativas ao desemprego estrutural, na região de Curitiba. A análise apresenta a crítica ao sistema capitalista e o desenvolvimento de grupos solidários no processo de Economia Solidária com foco na geração de trabalho e renda dentro da autogestão.

Também é discutido o desenvolvimento de organização de cadeias produtivas analisando o desenvolvimento de tecnologias sociais. Neste

contexto aparecem exemplos de grupos urbanos e rurais que vem interagindo e se organizando na região.

Analisa a década de 1990 onde o país entrou no sistema neoliberal, com o apoio das elites brasileiras e de alguns setores dos trabalhadores, em um governo como o de Fernando Collor de Mello.

Analisa o sistema neoliberal e sua fundamentação baseado na abertura dos mercados dos países em desenvolvimento às empresas multinacionais e também a busca da privatização de empresas públicas, diminuindo o estado, no chamado estado mínimo. E como entram nos países produtos estrangeiros em demasia desvalorizando os produtos nacionais o que prejudica a economia interna.

E também com foi o governo Fernando Henrique Cardoso quem fortaleceu as políticas neoliberais e a consequência que foi à exclusão de milhares de postos de trabalho causando no período um forte desemprego.

Historicamente, contra tudo isso os movimentos sociais se organizaram e promoveram ações fazendo o contra ponto, resistindo e combatendo todo tipo de exploração, criaram a resistência, pois não podiam aceitar de forma pacífica o desmonte do estado brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Economia; Solidariedade; Autogestão; Movimento; Cooperativismo.

As Possibilidades e Limites da Lei Municipal Nº 1591 no Fomento da Economia Solidária para o Município de São José dos Pinhais

Marilena Silva | marilena-silva@ig.com.br

Milena Serafim | orientador(a)

O ARTIGO faz uma análise sobre a Lei 1591, de 2010, que regulamenta a Política Pública de Economia Solidária no município de São José dos Pinhais, estado do Paraná. São trabalhados os conceitos da matéria pautados

na construção coletiva, resultante dos debates da Conferência Nacional e das formulações dos atores sociais que atuam na política de Economia Solidária do país, nos espaços dos fóruns e plenárias regionais e nacionais, além do referencial teórico de diversos autores que estudam o tema. Aborda também os aspectos da inserção da economia solidária na agenda pública brasileira e o movimento constituído no Paraná e o contexto da formulação da Lei em São José dos Pinhais. O estudo comparativo da Lei 1591 é apresentado destacando os principais dispositivos da Lei e sua convergência ou divergência com os pressupostos expressos nas propostas aprovadas na Conferência Nacional de Economia Solidária e nos registros produzidos pela representação do movimento social articulado no Conselho Nacional de Economia Solidária. O estudo faz a comparação entre o que expressa a legislação para o âmbito do município e os conceitos manifestos pelo movimento da Economia Solidária representado no projeto da futura lei que virá regulamentar a matéria no âmbito federal. A partir da análise do conteúdo da Lei o estudo levanta elementos positivos na construção da política pública municipal e aponta os desafios a serem superados para sua consolidação como política de Estado.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Política Pública; Marco Legal; Participação Popular.*

O SUAS e Suas Dimensões Locais: Implementação do CRAS em Florianópolis (SC) e Suas Possibilidades em Torno do Desenvolvimento Local e Sustentável

Mary Kazue Zanfra | tsuchidazanfra@yahoo.com.br
Prefeitura Municipal de Florianópolis

Cristhiane Falchetti | orientador(a)

O TEMA central deste artigo é a Proteção Social Básica (PSB) do Sistema

Único de Assistência Social (SUAS) do município de Florianópolis/SC e a implementação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). A partir da reflexão das atribuições da equipe de referência do CRAS buscou-se estabelecer uma relação com as noções de “Desenvolvimento de Comunidade (DC)” e “Desenvolvimento Local e Sustentável”, apontando possibilidades de articulação entre estes e a política de assistência social. Com isso, discute-se a Gestão Pública e os vários desafios para sua consolidação no nível municipal, como: a exigência de uma nova cultura institucional, a democratização do Estado, o controle e a participação social efetiva dos sujeitos de direito na política de assistência social, entre outros. O artigo foi dividido em Introdução, I. Estado, Sociedade, Políticas Sociais e Administração Pública, II. SUAS e a implementação do CRAS em Florianópolis/SC, III. Desenvolvimento de Comunidade, Desenvolvimento Local e Sustentabilidade e Considerações Finais. Do diálogo entre os conceitos de Desenvolvimento de Comunidade, Desenvolvimento Local e Sustentável e Trabalho Social com Famílias (PSB/SUAS), foram identificados três conceitos em comum: “família, território e participação”, no entanto com diferentes concepções acerca do conceito de participação, explicitando os projetos políticos em disputa. As diferentes práticas descritas por Ammann (1985) e Wanderley (1993) no DC enfatizam a ação de pessoas e indivíduos para prover seus próprios benefícios, tem base na tradição liberal das comunidades americanas, pressupondo um estado não interventor e, de acordo com Falchetti (2010), esse discurso é reapropriado pelo gerencialismo no Estado Mínimo. O SUAS tem diretrizes condizentes com o projeto democrático participativo e apesar dos limites impostos pela estrutura estatal patrimonialista, traz possibilidades de ação governamental para a indução para a organização, apoio e fortalecimento do protagonismo dos titulares de direito da política de assistência social.

PALAVRAS-CHAVE: *SUAS; Proteção Social Básica; CRAS/Florianópolis; Gestão Pública.*

Estratégias de Desenvolvimento e Economia Solidária

Orlando Uliano

Diretor Geral da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social
de Balneário Camboriu-SC., gestão 2008/2012, advogado.

Aline Mendonça | orientador(a)

A ECONOMIA Solidária é uma ferramenta que resume em si, uma amplidão tão grande de possibilidades, que a própria percepção das pessoas envolvidas, não consegue visualizar totalmente em seus horizontes. Mesmo as Escolas mais avançadas, que eclodiram suas lutas com fronteiras territoriais bem delimitadas, contra o sociometabolismo do capital, não conseguiram o descondicionamento necessário, para psico-mecanizar, um horizonte, sem terremotos políticos, sem paredes, sem becos sem saída, sem inimigos escondidos embaixo do colchão, sem caça as bruxas. A Civilização montada pelo Capital, moldou a subjetividade humana a tal ponto, que o próprio vislumbre da luta pela liberdade, não é mais apenas uma questão de força, nem somente de estratégia de mobilização política, pois a concepção da teoria política, enroda-se num profundo lençol negro dentro da noite, forçando o contestador poder de organização política contra o Capital, a repetir fórmulas, numa corrida tecnológica contra o tempo, onde a degeneração do poder assume até proporções maiores, dos que os donos do capital poderiam conseguir se estivessem gerenciando pessoalmente o negócio. Assim vemos o nascimento da Burocracia Socialista, como um verdadeiro entrave para o avanço da civilização. Vemos governos de esquerda, revogando direitos que os governos de direita não tiveram força suficiente para revogar, como o juro de 1% da constituição de 88 revogado por Lula em seu primeiro mandato. A luta contra o sócio metabolismo do capital, é uma combinação do trabalho diário da abelha, com a percepção projetante do arquiteto. A montagem da teoria ainda, passa por uma reeducação dos próprios sentidos, onde Lênin, sem opções descondicionadas

mais amplas, mandou os operários soviéticos estudar o Teylorismo, para superar em velocidades, o sistema do capital. Achava que se fizesse uma linha de montagem mais rápida que a Ford, estaria garantindo a vitória do Socialismo. A autogestão, nesse aspecto, vem preencher a destruição da família provocada pelo regime capitalista. Na autogestão, o condicionamento do mecanismo socialista começa moldar por analogia as demais dimensões da vida do trabalhador. A Teoria psico-mecanizante da prática diária que vai nos levar a uma sociedade sem mais valia, sem alienação e sem burocracia, passa por uma práxis autogestionária, livre de condicionamentos culturais, livre da descrição escravizadora do próprio diálogo, livre da descrição organizadora dos próprios opressores. Não se trata de uma tarefa de escola, trata-se da missão de toda uma vida.

PALAVRAS-CHAVE: *Percepção; Condicionamento; Liberdade; Economia Solidária; Marxismo; Física Quântica; Xamanismo; Desenvolvimento;*

Turismo Comunitário na Economia Solidária

Patrícia Betti | patibetti@gmail.com
Universidade Federal do Paraná

Angelita de Oliveira Almeida | orientador(a)

A PROBLEMÁTICA ambiental surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica do modo de produção capitalista e padrões tecnológicos dominantes, que determinam a maximização dos lucros e excedentes econômicos em curto prazo. Para muitos países e regiões, principalmente para os detentores de vastos recursos naturais, riquezas de paisagens, forte herança cultural e dificuldades de crescimento econômico, a atividade turística vem sendo identificada como uma oportunidade ímpar de desenvolvimento. Porém, pode ser vista como mais uma forma de exploração se não considera a participação das comunidades, suas especificidades culturais e seus interesses. Alguns espaços não são ocupados pelo grande capital e possibilitam a

realização de serviços turísticos por pequenos empreendedores, pequenos núcleos receptores, comunidades que descobrem no turismo opções de trabalho, sendo estas atividades estratégias de sobrevivência no chamado turismo de base comunitária – TBC. Investigar a relação entre o TBC, enquanto forma alternativa de organização e desenvolvimento do turismo, com a economia solidária conforma-se no principal objetivo deste artigo. Neste sentido, através da teoria sócio-histórica e do método do materialismo histórico dialético realizou-se pesquisa bibliográfica para início desta investigação. A autogestão nos movimentos sociais pode desencadear o começo de uma tendência ou o desenvolvimento de lutas que tendam à autonomia. No TBC, a gestão democrática e solidária da força de trabalho, dos recursos naturais, produtivos, do conhecimento, dentre outros, surge como proposta frente à problemática ambiental e suas mudanças globais que afetam as condições de sustentabilidade do planeta.

PALAVRAS-CHAVE: *turismo de base comunitária; autogestão; solidariedade; economia solidária;*

Do Individual ao Coletivo: Apontamentos sobre a Economia Solidária

Priscila Ferreira Fortini | priscilafortini@gmail.com

Milena Pavan Serafim | orientador(a)

O PRESENTE artigo tem por objetivo compreender a relação entre o modelo econômico neoliberal e a constituição do individualismo em nossa sociedade, apontando a Economia Solidária como uma saída contra-hegemônica possível. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, do tipo qualitativa. Estudos apontam que o modelo econômico neoliberal, influi diretamente na produção de subjetividades individualizadas, o que conseqüentemente gera sofrimento psíquico e novas formas de produzir cultura. O neoliberalismo refere-se a um modelo econômico e ideológico, no qual prediz que o homem possui todas as capacidades para alcançar seus objetivos, sendo

outro, um obstáculo a realização destes. Em contraponto, a Economia Solidária, pressupõe o ato cooperativo e a lógica da reciprocidade, nas quais o sujeito na ação cooperativa ressignifica seu modo de existir individualizado, por meio de uma percepção politizada da sociedade e da autogestão. Conclui-se que A Economia Solidária pode assim ser vista, como uma possibilidade de construção de sujeitos, que caminha na direção contrária ao capitalismo dominante.

PALAVRAS-CHAVE: *Neoliberalismo; Economia Solidária; Individualismo; Autogestão.*

O Papel da Cáritas Arquidiocesana na Construção do Movimento da Economia Solidária em Cascavel/PR

Rosângela Silva Ferreira | caritascascavel@certto.com.br

Cáritas Arquidiocesana de Cascavel

Ioli Wirth | orientador(a)

CASCADEL É uma cidade de porte médio com aproximadamente 300 mil habitantes, é a quarta maior cidade do Estado, ela é extremamente agrícola, a existência de grandes fazendas, eleva-a uma das maiores cidades produtoras de grãos do País.

Estamos vivendo numa sociedade complexa estruturada a partir de um sistema capitalista que estabelece um modo de vida de consumo e de desenvolvimento, cujo fruto é um sistema pautado na desigualdade social geradora das agressões a dignidade humana, a fome, o preconceito, a violência, a devastação do meio ambiente entre outras, produzindo uma legião de pessoas que lutam diariamente por sua sobrevivência. O avanço do capitalismo como modo de produção dominante, também vai influenciar diretamente tanto os fundamentos da vida material como as crenças e os princípios morais, religiosos, de convivência, de igualdade, de justiça etc.

O tema do artigo surgiu da necessidade de contribuir para a reflexão sobre a relação da Igreja Católica seus mecanismos que interferem nas transformações das estruturas e sua colaboração através da Cáritas Arquidiocesana na construção do Movimento da Economia Solidária em Cascavel, tendo como referencia os Projetos Alternativos Comunitários e suas conquistas no cenário da Economia Popular Solidária.

Os PACs têm sua história ligada a busca de alternativas de sobrevivência a partir de atividades produtivas e de consumo na perspectiva de organização de grupos que, solidariamente, perseguem sua autonomia e dignidade.

É com base nestas experiências que o movimento da Economia solidária em Cascavel está sendo construído desde 2010, com o olhar voltado ao processo educativo que sem dúvida garantirá as mudanças nas vidas das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: *dignidade; solidariedade; Movimento da Economia Solidária.*

A Política de Geração de Trabalho e Renda e a Percepção dos Jovens sobre o Mundo do Trabalho no Município de Piraquara – PR

Sandra de Paula Soares | sandra_assistentesocial@hotmail.com

Cristhiane Falchetti | orientador(a)

ESSE TRABALHO apresenta uma reflexão acerca da atual conjuntura social que permeia as políticas de geração de trabalho e renda e a percepção dos jovens sobre o mundo do trabalho em Piraquara. Pretende-se avaliar em que medida essas políticas atendem as expectativas dos jovens em relação ao mundo do trabalho.

Esta pesquisa tem com principal objetivo promover uma reflexão acerca da atual conjuntura social que permeia as políticas de geração de trabalho e renda, a partir da análise da percepção dos jovens sobre o mun-

do do trabalho em Piraquara – Pr . Pretende-se avaliar em que medida essas políticas atendem as expectativas dos jovens em relação ao mundo do trabalho

O trabalho foi desenvolvido com base em estudos teóricos e análise empírica, a qual está baseada em pesquisa qualitativa e quantitativa. Para isso, utilizou-se de levantamento bibliográfico sobre o tema, bem como de documentos e entrevistas, obtidas por meio de fontes eletrônicas e questionários. A pesquisa qualitativa possibilita verificar uma relação entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (MINAYO, 2007).

A pesquisa está dividida em duas partes, na primeira fizemos uma discussão e contextualização acerca das diferentes conceituações de juventudes presentes nos referenciais que referendam a pesquisa, bem como uma análise documental as políticas voltadas para a juventude. Na segunda parte apresentamos a pesquisa de campo realizada com jovens matriculados do 3º ano do ensino médio da escola Estadual Romário Martins situada na região central no município de Piraquara, e que atende a demanda do município todo. Foram aplicados dois questionários um para alunos que trabalham e outro para os que não trabalham.

Iniciamos a pesquisa com autorização da direção da escola e agendamos a aplicação do questionário. O questionário aplicado continha questões fechadas e abertas, com perguntas referentes às condições socioeconômicas, principalmente questões relativas ao trabalho e suas experiências, e a relação com o mundo. Foram feitas entrevistas em duas classes, num total de 47 entrevistados.

PALAVRAS-CHAVE: *Jovens; Trabalho e Renda*

Gestão e Políticas Públicas

Soraya Kawakami Maeda | smaeda@sepl.pr.gov.br

Jonas Bertucci | orientador(a)

No INÍCIO, faz-se uma breve abordagem sobre o que é o Estado e suas responsabilidades e características no processo de evolução social; É na democracia que o Estado, teoricamente, é representante do povo, atuando a seu favor e administrando seus recursos. Em seguida, é apresentada a distinção entre gestão pública e administração pública, explicitando os principais tipos que compõe esta, ou seja, a administração burocrática, gerencial e a gestão mais recente, que é a chamada societal. Para compreender a formulação e execução de uma política pública ou programa de governo é fundamental também discutir o que é orçamento público e como ele funciona para que a administração possa tomar decisões sobre o que fazer, como fazer, por que fazer, quando e por quem será feito. E os principais instrumentos legais que a gestão pública necessita para planejar suas ações são: PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), LOA (Lei Orçamentária Anual) e LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal). A demanda por políticas e ações públicas novas resulta do surgimento de problemas mal ou não resolvidos devido às transformações econômicas e sociais ocorridas interna ou externamente do país como, por exemplo, a globalização e o neoliberalismo. Por fim, discorre-se um pouco sobre políticas públicas, sua importância como medida de orientação e regulamentação das atividades governamentais de interesse público e faz-se uma breve contextualização da Economia Solidária no plano de governo do Estado do Paraná.

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas pública; Planejamento; Gestão pública; Participação social; Economia Solidária*

Empreendimentos Econômicos Solidários e a Legislação Tributária

Valmir Dos Santos Pereira | valmir_pereira@hotmail.com

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

ESTE TRABALHO teve o objetivo de identificar as especificidades tributárias dos tipos jurídicos amparados em lei que possam ser alternativas de formalização dos EES. Apresentamos cinco tipos jurídicos que podem ser úteis à formalização dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES: Associação Civil, Cooperativa, Sociedade Empresária, Empresário Individual e MEI – Microempreendedor Individual, assim como identificar os principais impostos que incidem na atividade destas organizações.

Não se trata de defender a formalização dos EES através dos modelos capitalistas de empresas e sim identificar os principais modelos já consolidados juridicamente, assim como tributariamente. Não foi possível identificar um modelo de organização devidamente adequado para formalização dos EES. Mas existem modelos mais apropriados que são as cooperativas por exemplo, que apesar de sua operacionalização burocrática, são baseadas na organização mútua de seus associados. As associações civis são juridicamente inadequadas, mas podem ser um primeiro passo para formalização e no desenvolvimento da organização amadurecer para transformação em cooperativa.

O movimento de economia solidária deve mobilizar-se para aprovação de uma legislação que preveja a existência formal dos EES, com suas características próprias.

Não são necessárias alterações significativas nas regras existentes atualmente. As associações podem ser uma importante ferramenta de formalização, basta alterar a lei, permitindo que elas tenham caráter econômico, desde que sejam comprovadamente autogestionárias, democráticas e de economia solidária. E que os órgãos fiscalizadores permitam seus devidos registros e cadastros nas respectivas agências de rendas de todos os níveis de governo.

Foi possível identificar que estrategicamente os EES urbanos podem

formalizarem-se através dos modelos empresarias consolidados da economia capitalista. Sendo isto de caráter melindroso, dado a vulnerabilidade de desvirtuamento da essência da economia solidaria e seus EES.

PALAVRAS-CHAVE: *economia solidária e tributação; associação; EES; cooperativa.*

Análise da Viabilidade da Construção de um Escritório do Centro de Formação do MNLM – Palmas – TO

Chryss Ferreira Macêdo | chryssfm@hotmail.com

Rafael Dias | orientador(a)

ESTE ARTIGO possui o intuito de analisar a viabilidade da construção de um escritório do Centro de Formação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM no município de Palmas – TO, com uso de tecnologias sociais e sustentáveis. São grandes as vantagens na construção com a utilização de garrafa pet, além de existir uma ampla gama de propriedades físicas que vão desde a rigidez, em ser seguro o seu manuseio, resistente a corrosão e grande durabilidade que pode levar cerca de 450 anos para se decompor no meio ambiente, possuindo excelentes propriedades de isolamento térmico e também sendo usado menos material de construção (cimento e areia) pois a mesma é usada para enchimento para uma parede comum, não existe a necessidade de ser rebocada, pois sua superfície após seca fica lisa, sendo assim, diminuindo o valor do custo da construção.

Importante frisar o papel da reciclagem na metodologia de construção, sabendo-se que os plásticos ocupam de 15 a 20% do volume o que dificulta sua compactação e prejudica a decomposição dos materiais biodegradáveis. A reutilização da garrafa pet poderá ser relacionada à redução

considerável no volume dos resíduos urbanos a serem destinados aos lixões ou aterros sanitários, aumentando seu tempo de vida útil, como também o resgate de valores a resíduos que seriam perdidos.

Diante de alguns modelos que utilizam a garrafa pet como material construtivo, o método se dará no modelo da Ecocasas. No primeiro momento será feita pesquisa de resistência, durabilidade, eficiência, conforto térmico e acústico no uso de garrafa pet entre outros em uma construção sustentável. Serão apresentadas, ainda, análises das experiências e recomendações de aplicabilidade da tecnologia na construção de casas populares.

PALAVRAS-CHAVE: *Reciclagem; Garrafa Pet; Casa Ecológica; Tecnologias Sociais.*

Cooperativa de Crédito: Fonte Alternativa de Crédito e Instrumento de Desenvolvimento Local

Cleuma Teixeira de Vasconcelos Fragoso | cleumafragoso@gmail.com

Pós-Graduanda da Universidade Federal do Tocantins-UFT

Aline Sueli de Salles Santos | orientador(a)

O COOPERATIVISMO de crédito é um tipo associação de pessoas com interesses comuns, cuja importância para a sociedade consiste na promoção e a aplicação de recursos privados e em assumir os inerentes riscos do processo de concessão de crédito em favor da própria comunidade onde se desenvolve. Neste contexto, considerando o crescimento e importância das microfinanças para o desenvolvimento local, o presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre o tema instituições de apoio a economia solidária. Os tópicos apresentados abrangem o conceito de cooperativa de crédito, as normas regulamentadoras, suas vantagens, a relação com o Banco Central, os associados, as diferenças em relação aos Bancos e seus sistemas financeiros, seu papel no desenvolvimento local e as cooperativas de crédito tocantinense. A metodologia para acesso aos dados e informações consistiu de uma pesquisa bibliográfica em literaturas existentes

sobre a temática, como livros, artigos científicos em bibliotecas virtuais e bancos de teses das principais universidades do país e aos dados do Banco Central do Brasil sobre cooperativismo de crédito. A sistematização destas informações neste artigo, além da finalidade acadêmica, objetiva contribuir para entendimento da estrutura e processos de uma cooperativa de crédito como fonte de crédito e instrumento de desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia aplicada; Cooperativismo; Microfinanças; Crédito.*

Controle Social como Política de Contenção da Criminalidade

Edilson Barros de Macedo

Especialista em Gerontologia, Terapeuta Comunitário, Bacharel em Psicologia

Angelita de Oliveira Almeida | orientador(a)

O CONTROLE social como política pública de contenção da criminalidade, exercida pelo Estado não tem dado certo. São inúmeras as estatísticas que testam a incapacidade dessa política em sanar problemas relacionados a criminalidade. Cresce ano a ano o número de presidiários no Brasil, sendo que muitos dos atuais presos já pertenceram ao sistema no passado. Dados recentes demonstram que o Estado não tem levado em consideração, para implementação desta política pública, as recentes estatísticas. Assim, Investe-se cada vez mais no que não tem dado certo, e cada vez menos no que poderá dá certo.

PALAVRAS-CHAVE: *Controle social; política pública; de contenção da criminalidade; Estado e ressocialização*

A Relação Trabalho Educação na Cooperativa dos Catadores de Material Recicláveis de Palmas Tocantins

Franci Barreira R. Lustosa

Lalo W. Minto | orientador(a)

O PRESENTE trabalho tem como propósito chamar a atenção para uma reflexão pedagógica, política e social no nível acadêmico, com profissionais que acreditam na força da economia solidária e para os que acreditam que uma educação pensada para os grupos associados, pode fazer a diferença. Pedagogia do homem e não para o homem. O público pesquisado, os associados da Cooperativa de Catadores de Material Recicláveis de Palmas – TO, tem uma rotina diária de atividades na cooperativa. Essa rotina acontece em um espaço físico cheio de material e não oferece a menor condição para reuniões e debates. A economia solidária é praticada por esse grupo de forma tímida, sem conhecimento de seus princípios e objetivos, nem do poder da autogestão nesse processo. O referencial teórico o qual nos detemos, como fonte principal foi à obra de Paulo Freire Pedagogia do Oprimido (1987) pela sua forma inovadora de propor e realizar alfabetização para Jovens e Adultos. A sua visão de que a leitura de mundo deve anteceder a leitura e/ou a decodificação das letras, confrontou o sistema político brasileiro no período da ditadura militar, golpe militar (1964), propõe uma nova Pedagogia e a chama de Problematicadora e um processo dialógico e politizado. Na Cooperativa de Catadores de Material Recicláveis foi desenvolvido um projeto de alfabetização com duração de dois (2) anos, no primeiro ano aconteceu no espaço da cooperativa, período vespertino, mas no segundo ano no bairro Santa Bárbara período noturno, e mudou também o professor. Essa mudança trouxe evasão e desilusão, uma das entrevistadas chegou a dizer que o professor não era “bom”. Relatou o momento que lhe apresentou um livro de história e ele disse que ela não tinha condição de entender. Esse foi o último dia que foi à aula. Compreendendo que a educação é a porta para o exercício pleno da cidadania, que a economia solidária valoriza o ser humano enquanto SER e companheiro,

que a autogestão também é uma forma de libertação, queremos finalizar com as palavras do educador Moacir Gadotti diz (2009, p33) “As práticas de Economia Solidária envolvem uma mudança cultural que só a formação pode estabelecer. A eficácia econômica está ligada não só a valores econômicos, mas também a valores culturais da prática solidária”.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação; Libertação; Autogestão e Economia Solidária.*

A Produção de Leite, a Economia Solidária e a Alimentação Escolar

Geraldo Noronha Junqueira Filho | geraldo.junqueira@ibge.gov.br
Supervisor de Pesquisas Agropecuárias – IBGE-TO e Coordenador das
Comissões Municipais de Geografia e Estatística – CMGE's.

André de Oliveira | orientador(a)

O PRESENTE trabalho tem como objetivo analisar a Produção de Leite, a Economia Solidária e a Alimentação Escolar. Partindo da hipótese que o alimento deve ser produzido o mais próximo possível do consumidor, busca-se demonstrar que a Economia Solidária é o elo entre o produtor rural e o consumidor final – Mercado Justo. Uma das principais e mais tradicionais fontes de proteínas usadas na alimentação é o leite, cuja produção não vem acompanhando a crescente demanda. A Economia Solidária é uma estratégia de desenvolvimento rural que visa induzir, apoiar e estimular o processo de desenvolvimento autogestionário das Cooperativas e de outras Instituições Associativistas rurais, objetivando o desenvolvimento humano de seus associados e da microrregião onde estão inseridas, com sustentabilidade econômica – produtiva, social, cultural e ambiental. Nessa investigação constata-se que existe a Associação dos Pequenos Produtores de Leite de Cabra de Palmas-TO – ASCABRAS, que inaugurou, em 26 de setembro de 2006, um laticínio, que apesar de inicialmente ser leite de cabra, boa parte dessa produção é de leite de vaca, com investimentos realizados de R\$ 503.140,68, dados atualizados em julho de 2012. O Laticínio

Leite Jalapão (nome fantasia) tem 36 produtores de leite de vaca, ativos, que vendem para o laticínio, totalizando em média 47 mil kg de leite por mês. Sendo que apenas 40% dessa produção é destinada à alimentação escolar. Constatou-se que esses produtores receberam em média R\$ 0,70 por kg de leite, sendo que em outros estabelecimentos o preço para o mesmo produto é de apenas R\$ 0,64, e ainda, se o preço de venda para a alimentação escolar é em torno de R\$ 1,50, sendo que no comércio convencional os estabelecimentos educacionais pagam R\$1,80 pelo mesmo produto, infere-se que isto é Mercado Justo – Economia Solidária, ou seja, o mercado em que o produtor recebe mais pelo produto e o consumidor paga menos.

PALAVRAS-CHAVE: *Produção de Leite; Economia Solidária; Alimentação Escolar*

A Comercialização dos Produtos Hortifrutigranjeiros de um Empreendimento Rural na Comunidade Matinha – Guaraí – TO

Geylson Galvão Sales | ggsales74@gmail.com

Airton Cançado | orientador(a)

O RESPECTIVO artigo tem por objetivo estudar as ações estabelecidas por uma comunidade rural no município de Guaraí quanto às formas de comercialização dos produtos do empreendimento. A partir das referências bibliográficas a cerca do tema, estabelecer-se-á um paralelo com os conceitos que fundamentam a Economia Solidária no Brasil e que relação a organização dos Empreendimentos econômicos Solidários possui com as seguintes temáticas: diversificação de produtos comercializados; os canais de comercialização definidos pelo empreendimento e o incremento na renda dos produtores/empreendimento com a realização da atividade comercial.

A Associação prima pela base de produção familiar e busca sempre que possível capacitar os associados e demais moradores da comunidade quanto a diversas temáticas, tais como: formação política, produção cole-

tiva, boas práticas para manuseio e manipulação de alimentos, agroextrativismo e agroecologia, segurança alimentar, etc. As práticas comunitárias são expressões e saberes produzidos de forma coletiva, com base na troca de informações e transmitidos de geração em geração. Por fim, podemos concluir que o esforço da comunidade e do empreendimento em dar manutenção das atuais condições de produção e comercialização de maneira associativa e solidária, conforme pressupõe todo o histórico de organização coletiva das famílias ali residentes, é pressuposto fundamental e definidor para que a capacidade de produção e organização grupal traga melhorias aos aspectos de venda e geração de renda, adequando e aperfeiçoando as atividades de comercialização nos moldes exigidos não só pelo mercado, mas também dentro de uma lógica de consumo consciente.

PALAVRAS-CHAVE: *Comercialização; empreendimento; autogestão; olericultura orgânica.*

A Prática da Autogestão em Empreendimentos Econômicos Solidários – Desafios e Possibilidades: a Coopter no Tocantins

Gildene Carvalho | gscarvalho9@hotmail.com

Angelita Oliveira | orientador(a)

O PRESENTE artigo tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da prática da autogestão em empreendimentos econômicos solidários, a partir da experiência da Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural (COOPTER), localizada no estado do Tocantins, uma cooperativa popular que atua na área da extensão rural. Inicialmente procuramos conceituar a economia solidária a partir do referencial teórico apresentado durante o curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade. Neste sentido, Schiochet (2012), considera que a economia solidária é um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas

coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão. Por sua vez Nascimento (2011) considera que apesar da diversidade de conceitos a economia solidária pode ser caracterizada como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, que possui certo grau de democratização interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, no campo quando na cidade. Na economia solidária a autogestão é caracterizada pelo modo de agir coletivo, que vai além do contrato estabelecido entre os cooperadores. E como afirma Nascimento (2011) não é possível haver autogestão sem economia solidária e nem economia solidária sem autogestão. Acreditamos que o trabalho associado é uma das maneiras de se ter acesso ao exercício da democracia, que abre possibilidades para garantia de direitos para os trabalhadores. Portanto, concordamos com Moura e Meira (2012), quando afirma que o principal desafio da gestão dos empreendimentos econômicos solidários encontra-se no aprendizado da gestão coletiva, na quebra do distanciamento entre a produção e gestão, que só será possível com um amplo e demorado trabalho de envolvimento, capacitação e aprendizagem dos cooperantes dos empreendimentos.

PALAVRAS-CHAVE: *Empreendimento; Economia Solidária; Autogestão; Cooperativismo; Trabalho Associado.*

Microcrédito no Brasil como Sustentação da Economia Solidária para o Desenvolvimento Local Sustentável

Goiaci da Silva Cunha | yasmim-filha@hotmail.com

Ioli Wirth | orientador(a)

O PRESENTE trabalho consiste em realizar uma reflexão sobre o tema “Microcrédito no Brasil como Sustentação da Economia Solidária para o Desenvolvimento Local Sustentável”, além de analisar as condições em que

essas políticas econômicas são oferecidas aos pequenos empreendedores que não têm recursos para entrar no mercado, e mesmo que tenha como produzir produtos ou serviços, esses são ineficientes ao sustento de suas famílias, também se procurou mostrar que os empreendimentos de economia solidária ainda não estão totalmente disseminados nas populações de baixa renda que precisam desses financiamentos para abrir ou investirem em seus empreendimentos. Entretanto, chegou-se ao entendimento que a Economia Solidária pode vir a ser uma ferramenta importante no desenvolvimento local, agindo como um propulsor de geração de renda.

Segundo Fontes (2003, p. 15):

O conceito de finanças solidárias insere-se neste modo na produção social de economia solidária e deve ser vista como um processo no qual se acumula socialmente; mudam-se as relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores, configurando novas regras e novo marcos legais.

Essas experiências de microfinanças ou microcréditos trazem à tona a possibilidade de surgimento de um novo tipo de economia alternativa. Dentro desse contexto a economia popular é retomada como aquela que atende às demandas imediatas da população e possui giro local atuando de forma sustentável em prol da comunidade (ARROYO, 2006).

A Economia Popular significa uma opção, um modo de vida, com um modo de produção, o que acarreta em um projeto de sociedade e novos valores. Ela não se baseia nos critérios de rentabilidade e de lucro do sistema. Com isso, aponta algo diferente do capitalismo, embora nasça nesse universo (GADOTTI, 2001).

Os empreendimentos solidários possuem como fundamento a participação ativa e coletiva, o pertencimento comunitário, a autogestão dos meios de produção, a geração de trabalho, a preservação ambiental, a socialização da propriedade e da renda. A cultura de valorização da coletividade está alicerçada numa reinvenção do trabalho, baseada na autogestão (democracia e igualdade dentro dos empreendimentos) e nas redes de colaboração.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; desenvolvimento sustentável; microcrédito; economia popular.*

Habitações Autogestionárias e Economia Solidária: uma Perspectiva de Implantação

Ionara Mariani Carvalho | ionara.mariani@bol.com.br

Pedro Fiori Arantes | orientador(a)

O PRESENTE artigo está centrado nas questões de autogestão na habitação e na Economia Solidária como possibilidade para o empoderamento social, e tem por objetivo constatar nas Associações de Moradores existentes no município de Miracema do Tocantins o conhecimento prévio acerca da Economia Solidária e da construção de habitações por meio da autogestão, e ainda, disposição e capacidade destes grupos para levar adiante uma construção autogestionária de moradias, que se articule com a Economia Solidária. Para alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa foram realizadas entrevistas com os presidentes das Associações de Moradores, confrontadas com a análise de atas e de outros documentos, bem como a observação de reuniões. A partir do resultado verificou-se que as Associações estão enfraquecidas e que desconhecem na teoria e na prática a construção do “poder popular”. Deste modo, em um Município carente de geração de emprego, de expectativa de melhorar a qualidade de vida, de moradias decentes, é imprescindível que a população unida e organizada busque as respostas aos seus problemas. Diante deste cenário, percebe-se a necessidade de um projeto de fortalecimento social para que as associações possam se organizar e enfrentar seus problemas, conscientes do trabalho que irão desenvolver unidos por uma mesma ideologia. Para tanto, há uma proposta pedagógica de capacitação, formação e elevação da escolaridade dos associados, com currículo e metodologia relacionados à Economia Solidária e a autogestão. Desta forma, a experiência prática de um projeto piloto de construção autogestionária de habitações articulada com a Economia Solidária é o primeiro passo para que a população mostre sua força.

PALAVRAS-CHAVE: *Habitações Autogestionárias; Economia Solidária; Associação de Moradores; Fortalecimento Social.*

Sobre os Desafios e as Possibilidades de uma Sociedade Justa: um Olhar sobre a Economia Solidária

Isabel Cristina Rocha da Silva Barbosa | isabelrocha_@hotmail.com

Ioli Wirth | orientador(a)

ESTE ARTIGO mostra que, com a Economia Solidária é possível desenvolver uma sociedade justa, cujo objetivo é o bem-estar básico de todos e uma economia justa que promova o desenvolvimento econômico igualitário. Este modelo de sociedade se aproxima ao modelo da teoria de Galbraith, conforme o autor, é uma sociedade alcançável. O prodígio da Economia Solidária surgiu como réplica ao capitalismo. A classe operária, sendo oprimida pelo sistema, desvendou na EcoSol a exultação de desenvolver o trabalho coletivamente, erradicando as desigualdades pessoais e materiais, os solidários participam desde a produção até a distribuição da renda, de forma combinada, sem concorrência, ou procura de ganhos abusivos, respeitando os princípios do movimento, expandindo a ética e a solidariedade. Nascimento (2011) aborda autogestão sob dois ângulos, articulados e interdependentes: por um lado, como conteúdo do socialismo, ou seja, modo de organização da sociedade; por outro, como linha de ação e mobilização dos trabalhadores e cidadãos no cotidiano, em busca da construção desta sociedade.

A Cooperativa Popular de Produção é compatível com os princípios da sociedade justa, pois insere a população menos favorecida no meio de produção, consumo e distribuição de riquezas associadas e autogeridas. No entanto, a parceria é indispensável para os empreendimentos econômicos solidários, o apoio das Instituições é de grande valia, assim como do Estado.

PALAVRAS-CHAVE: *Sociedade Justa; Economia Solidária; Cooperativismo Popular de Produção.*

Situações de Vida Frente à Crise do Trabalho e a Emergência da Economia Solidária

José Celso Carbonar | jcarbonar@hotmail.com

MTE/SRTE-TO

Alzira Medeiros | orientador(a)

DOS SÉCULOS XIX ao século XXI ocorreram transformações de diversos tipos e dimensões sobre o trabalho e no trabalho. Identifico em três fases a minha trajetória de reflexões sobre o trabalho que cabem num período de mais de três décadas (1980/2012). É sobre esses acontecimentos contemporâneos que têm provocado uma crise do trabalho e as respostas que vêm sendo construídas em torno da economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável, que este artigo se debruça. O objetivo geral do estudo visa analisar situações de vida a partir da crise do mundo trabalho e a emergência da economia solidária na construção de outro modelo de desenvolvimento justo, sustentável e solidário. Especificamente, serão abordados aspectos relacionados: a) ao resgate das experiências profissionais no tempo, evidenciando as implicações que as transformações no trabalho exercem sobre as pessoas; b) reflexões sobre os impactos da crise do modelo de acumulação do capital, a partir dos anos 1990, no Brasil, particularmente sobre a vida; c) a organização da Rede de Gestores e sua importância para a economia solidária enquanto política pública. Para a reflexão histórica tomei Singer; sobre as questões relacionadas às transformações no cooperativismo tomei Medeiros, e sobre a Economia Solidária França Filho, Mance, entre outros. A metodologia partiu de um estudo documental, com base em fontes secundárias e a sistematização de vivências, com análises qualitativas dos processos. A conclusão é de que as crises proporcionam oportunidades de reflexões sobre vida e trabalho das pessoas levando-as a novos comportamentos, bem como lutar por um desenvolvimento mais justo, sustentável e solidário, proporcionando mudanças de comportamento.

PALAVRAS-CHAVE: *Cooperação; Economia Solidária; Trabalho*

Pesca Profissional Artesanal como Estratégia de Inclusão para os Pescadores da Colônia de Pescadores de Palmas – Z 10

Jozafá Ribeiro Maciel | jozafamaciel@ig.com.br

Servidor efetivo da Universidade Federal do Tocantins, cedido ao Ministério da Pesca e Aquicultura. Atualmente ocupa cargo de Superintendente Federal da Pesca e Aquicultura no Estado do Tocantins. Engenheiro Agrônomo, Pós-graduado em Extensão Rural e Agricultura Familiar.

Juliana Braz | orientador(a)

ESTE ARTIGO tem objetivo de discutir o papel da Pesca Profissional Artesanal como estratégia de inclusão produtiva e social dos pescadores da Colônia de Pescadores Profissionais de Palmas – TO – Colônia Z 10. Os pescadores filiados na Colônia Z 10 começaram a exercer a atividade de forma legal a partir de 2008. Para o estudo foram selecionados 85 pescadores que comprovaram o exercício da pesca profissional artesanal através da Guia de Procedência do Pescado em pelo menos 5 meses durante o ano de 2011. Da Guia de Procedência do Pescado foram extraídos os seguintes dados: espécies capturadas, quantidade em kg, preço unitário e total por espécie. Foram analisados a produção e o valor gerado por cada pescador, produção total por espécie no mês e no período, quais espécies de maior importância de produção e econômica. Observou-se que das 30 espécies capturadas a curvina foi à espécie de maior importância quanto à produção e a geração de divisas. A formação do preço sobre influencias de vários fatores. Dos 85 pescadores analisados houve uma variação muito grande quanto à quantidade produzida e o valor gerado. Durante o estudo pode se constatar a importância da colônia na organização dos trabalhadores para o exercício da pesca de forma legal.

PALAVRAS-CHAVE: *Pescador; Colônia; Produção; Economia;*

Associação dos Artesãos e Artífices de Porto Nacional: uma Experiência de Economia Solidária

Luciana Pereira de Souza | lucabiell@gmail.com

Angelita de Oliveira Almeida | orientador(a)

O ARTIGO é dividido em duas partes na primeira trata de um modelo econômico que procura responder à pobreza e a falta de emprego, a partir de uma perspectiva histórica da Economia Solidaria, ressaltando seu papel na sociedade, em especial nas práticas presentes nos empreendimentos econômicos solidários. A segunda parte trata das práticas de Economia Solidária presentes na Associação dos Artesãos e Artífices de Porto Nacional (ASSOCIARA), localizada na cidade de Porto Nacional-TO. Para tanto, a metodologia adotada foi a da abordagem de teóricos e especialistas em Ecosol, seguidas de verificação dos documentos existentes na Associara e por fim, a comparação entre a literatura existente e a prática da referida associação.

Propõe-se, com esse artigo, fazer inicialmente uma breve revisão da literatura sobre a temática da Economia Solidária e ressaltar algumas particularidades dos empreendimentos solidários. No entanto, analisaremos um caso específico de empreendimento solidário em Porto Nacional, a Associação dos Artesãos e Artífices (ASSOCIARA), fundada em 1987 pela organização não governamental Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (Comsaúde). A COMSAÚDE é um exemplo de entidade de assessoria e fomento, ao lado de outras ONGS existentes no estado do Tocantins. A partir dessa análise, faremos uma analogia entre a Associara e as características da Ecosol, para percebermos se tal empreendimento pode ser considerado uma experiência de Economia Solidária.

A Solidariedade é a preocupação permanente com a justa distribuição dos resultados e a melhoria das condições de vida de participantes. Comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade, com movimentos emancipatórios e com o bem-estar de trabalhadoras e consumidoras.

Em relação à produção, sabe-se que além dos produtos que ficam expostos para as vendas na sede da Associação, os associados comercializam o artesanato em feiras, casas, ou nas oficinas que realizam. A função da associação é dar apoio ao artesão e ao artífice.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Associara; Trabalho; Capitalismo*

Os Impactos das Políticas de Inclusão Produtiva no Trabalho Associado da Economia Solidária: a Experiência do Governo do Estado do Tocantins

Mara Nolêto Dorta | maranegra@gmail.com

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Édi A. Benini | orientador(a)

ESTE ESTUDO é resultante de uma pesquisa bibliográfica sobre a economia solidária, partindo-se das ações implementadas pelo governo do Estado do Tocantins, através da SETAS – Secretaria do Trabalho e da Assistência Social. Sabe-se que devido a diversas circunstâncias sociais e políticas o Brasil é um país que tem uma significativa parcela da população que vive à margem da do direito ao trabalho, ou seja, estão desempregados e por isso se tornam excluídos socialmente e economicamente. A economia solidária, portanto é um forma de minimizar e até de acabar com esta exclusão. Dessa forma, a SETAS, elaborou projetos programas que contemplam essa parcela da população, incentivando o trabalho associado, os quais se apreciam neste estudo. O objetivo foi descrever as principais políticas públicas implementadas pelo governo do Estado do Tocantins referentes ao mundo do trabalho e resgate da cidadania, a partir do uso de ações e princípios que estejam ligadas à Economia Solidária. A metodologia para a elaboração do artigo foi implementada a partir de uma investigação bibliográfica de natureza qualitativa, descritiva e explicativa. O material examinado foi colhido por meios eletrônicos e através de bibliotecas em instituições estaduais

de educação escolar e outras congêneres. O trabalho teve como principal conclusão que a economia solidária, quando se refere às relações de produção é, na verdade, uma válvula de escape para as crises do mercado de trabalho. Sua existência, neste sentido, claro, é vista com certas reservas para quem sonha com um mundo melhor. Contudo, não se pode negar sua grande importância exatamente na contenção de uma grande convulsão social, pois o ser humano entra em desespero a partir da hora que lhe são negados os direitos básicos e o trabalho é um desses direitos. Conclui-se também que a experiência vivida pelo Tocantins neste sentido, através da SETAS, é louvável e está dando bons resultados.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Trabalho Associado; Autogestão; Setas; Estado do Tocantins.*

O Paradoxo Entre a Política Pública de Economia Solidária da Senaes/ Mte e o Projeto Nacional de Economia Solidária

Marcos Miranda | marcosturismologo@hotmail.com

UFT/UNICAMP. Bacharel em Turismo – CEULP / ULBRA; Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócios – UFT.

Rodrigo Soares | orientador(a)

ESTE ARTIGO trata de analisar as diretrizes da economia solidária que integram a agenda pública do governo federal, pós-criação da SENAES, em confronto com Projeto Nacional de Economia Solidária, advindo das bases sociais. Foram levantadas divergências e convergências entre a política pública de economia solidária praticada pelo governo federal, e a proposta teórica de economia solidária discutida na rede de gestores e conferências do setor. A pergunta norteadora deste artigo é: as políticas públicas empreendidas pela SENAES / MTE vem promovendo a inclusão social dentro da reprodução de uma lógica capitalista ou está promovendo a emancipa-

ção dos indivíduos e grupos em relação à lógica capitalista?

Foi observado que não há orientações da política de economia solidária que apontem para uma organização alternativa da sociedade e de sua base produtiva, ou seja a política pública de economia solidária não aponta para os mesmos princípios ideológicos do Projeto Nacional de Economia Solidária, restringindo-se principalmente a políticas compensatórias de inclusão social.

O poder da ideologia dominante – com um arsenal político-cultural à disposição – ainda exerce um poder enorme e esmagador sobre a sociedade e política de economia solidária apresenta com diversas limitações, não só para atingir os objetivos propostos no Projeto Nacional de Economia Solidária, mas também para implementar a sua própria proposta do governo.

A principal estratégia identificada para mudar tal cenário seria a ampliação da participação social nas tomadas de decisões políticas e governamentais, assim como o aumento do controle social e da organização da base de empreendedores solidários na construção de propostas para o setor na construção e fiscalização de projetos para o setor.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Política Pública de Economia Solidária; Projeto Nacional de Economia Solidária.*

Economia e Ecologia Solidária – Diagnóstico Desde a Coleta à Comercialização de Materiais Recicláveis do Município de Guaraí/TO

Maria Ivanilde Machado da Penha | ivanilde.machado@yahoo.com.br

Angelita de Oliveira Almeida | orientador(a)

ESTE ARTIGO é resultante de uma pesquisa bibliográfica sobre a economia solidária, focando a questão da reciclagem do lixo urbano como instrumento de sobrevivência entre os catadores de lixo. Discute-se a exclusão social em que vive esse segmento da população, mas destaca-se sua gran-

de importância para o equilíbrio ambiental, mesmo estando atuando em vários casos à margem da legalização. O estudo mostra que quando os catadores de lixo se organizam em associações, sendo esta uma dos empreendimentos que caracteriza a economia solidária, a probabilidade de serem incluídos socialmente, bem como, participar de todos os direitos de cidadãos é muito maior. Mas infelizmente nem sempre isso é possível, pois falta apoio das autoridades e da sociedade em geral, como é o caso de Guaraí, município do interior do estado de Tocantins, em que os catadores de lixo são facilmente explorados pelos atravessadores e vivem à margem da verdadeira cidadania. O estudo foi desenvolvido metodologicamente a partir de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, apoiando seu discurso em uma observação direta sobre as atividades dos catadores de lixo em Guaraí – TO. Assim, o objetivo desse estudo foi discutir a questão do lixo urbano, destacando prioritariamente o perfil dos catadores de lixo e sua importância social, ambiental e econômica, no âmbito da economia solidária. O estudo conclui que grande parte dos catadores de lixo não consegue se organizar porque praticam esta atividade eventualmente, ou seja, não são “profissionais” e só trabalham na coleta de lixo para reciclagem em alguns períodos do ano quando suas outras atividades estão em “recesso”. Geralmente eles são agricultores que estão em período de entressafra. Logicamente esta falta de profissionalismo os deixa mais vulneráveis aos aproveitadores.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Catadores de Lixo; Reciclagem; Exclusão Social.*

Os Reflexos da Organização do Quadro Social para o Desenvolvimento da Cooperativa: um Estudo de Caso na Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (Coapa)

Maria José Andrade Leão de Oliveira | superintendencia@ocbto.coop.br
Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO.

Aline Mendonça | orientador(a)

ESTE ARTIGO pretende apontar como as dinâmicas sociais existentes na organização local dos diferentes produtores rurais associados da Cooperativa Agroindustrial do Tocantins (COAPA), localizada no município de Pedro Afonso, região central do Tocantins, considerada um dos maiores potenciais agrícolas do estado, pode contribuir no fortalecimento da sociedade cooperativa e por meio da organização do quadro social (OQS) criar mecanismos para uma melhor sustentação do negócio coletivo, tanto no ambiente econômico quanto social. A participação é crucial nas organizações cooperativas uma vez que o modelo de gestão dessas sociedades seguem a linha autogestionária. Deste modo, o trabalho de OQS se mostra como uma ferramenta capaz de permitir que o cooperado tenha além do voto, voz ativa na cooperativa e ao mesmo tempo seja mais consciente de seu papel e de sua responsabilidade. Metodologicamente, a pesquisa que trata este artigo se caracteriza como exploratória e descritiva e utilizou-se de um estudo de caso para identificar as principais características da OQS na COAPA. Os resultados mostram que a organização social está aliada às dinâmicas sociais vivenciadas tanto por pequenos e grandes produtores, quanto pela participação da mulher por meio do núcleo feminino e a própria organização dos produtores em seus núcleos produtivos da soja e do leite, o que possibilita definir estratégias de desenvolvimento tanto para a cooperativa (coletivo) quanto para os seus cooperados (individual) e ainda, respeitando suas aptidões e dessa forma alcançar o equilíbrio na dimensão social, econômica e financeira.

PALAVRAS-CHAVE: *cooperativismo; organização; quadro social; coapa.*

As Formas de Produção das Comunidades Camponesas em Porto Nacional – TO

Maria da Penha da Silva | penha15@hotmail.com

Fabiana de Cássia Rodrigues | orientador(a)

ESTE ARTIGO apresenta um estudo sobre as relações familiares camponesas de trabalho e produção de comunidades camponesas no Município de Porto Nacional-Tocantins, a partir de resultados dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos de extensão rural e assessoria técnica do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), junto a vinte e duas (22) associações de agricultores familiares.

Os agricultores em estudo têm suas origens como moradores ou parceiros cultivadores que possuíam uma roça dentro da grande propriedade e que hoje estão em assentamentos de reforma agrária, nas áreas de reassentamentos rurais, oriundos das regiões ribeirinhas, estão em terras herdadas de seus pais e naquelas que foi comprado pelo programa crédito fundiário.

As comunidades rurais são os projetos de assentamentos Santo Antônio, São Salvador, Almécegas, Zé Pereira e Pau D'arco; os reassentamentos rurais Flor da Serra, São Francisco de Assis, Pinheirópolis Rural e Olericultores; os Projetos de assentamento do crédito fundiário Renascer, Santa Fé, Água Branca e Família Feliz e as comunidades da região da Taboquinha, da Promissão, da Matança, da Escola Brasil e da Beira do Carmo.

Estudou-se as semelhanças e as diferenças existentes nas comunidades, em três aspectos: formação das comunidades; organização do trabalho e da produção e atuação do Estado em relação as políticas públicas. Na abordagem do tema, são descritos os principais conceitos e termos, evidenciando as diferenças e semelhanças sobre produção camponesa e agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: *Camponeses; Agricultura Familiar; Produção Familiar e Políticas Públicas.*

Regularização Fundiária na Concepção do Programa Terra Legal no Município de Guaraí-TO

Michely Milhomem Pereira | mmilhomem@hotmail.com

Fabiana de Cássia Rodrigues | orientador(a)

A REGULARIZAÇÃO fundiária no Tocantins foi reiniciada com o Programa Terra Legal em 2009, o programa foi anunciado como um processo simplificado para a regularização das ocupações, em conjunto com inovações como georreferenciamento e sistema informatizado. Foram editados ainda novos normativos e alterada a estrutura do INCRA, que passou as competências da regularização na Amazônia Legal para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, através das Divisões Estaduais. A regularização fundiária na Amazônia Legal é um tema complexo, que deve envolver todo o histórico da população dessa região. As políticas de colonização e de reforma agrária foram conduzidas durante muitas décadas de forma equivocada, sem considerar as características da população e da região, originando desigualdades sociais e econômicas que refletem negativamente até hoje na vida dos trabalhadores do campo. Neste trabalho foi necessário apontar as falhas na reforma agrária e regularização fundiária no estado, para facilitar o entendimento relacionado à grande quantidade de terras públicas sem destinação e ocupadas irregularmente.

Apesar da quase totalidade da área do município de Guaraí-TO ter sido arrecadada pela União, 211 mil hectares, o modelo de destinação trabalhado ao longo dos últimos anos foi a regularização fundiária, pois metade dessa área foi regularizada, contudo foram criados apenas dois projetos de assentamento em 5.861 hectares, com um total de 146 famílias.

Mesmo com todas as inovações no processo de regularização fundiária, tais como a informatização na destinação de terras, o aumento do limite das áreas a serem regularizadas, a dispensa de vistoria e o cadastro declaratório, a pequena quantidade de títulos entregues no município de Guaraí-TO demonstram parte das dificuldades enfrentadas na condução dos trabalhos. Neste município foram georreferenciados 79 lotes, dos

quais 36 originaram títulos. Percebe-se ainda a ausência de uma política agrícola após a entrega de títulos. Assim seria imprescindível facilitar o acesso às políticas públicas para os ocupantes de terras públicas, bem como fomentar a integração entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: *Amazônia Legal; georreferenciamento; regularização fundiária; reforma agrária.*

Um Estudo Acerca das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil

Nadja Maria Reis Arruda Sales | nadja.arruda@yahoo.com.br

Secretaria de Estado da Saúde

Miguel Pacífico | orientador(a)

A ECONOMIA Solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como uma inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, é compreendida como o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados sob a forma de autogestão, possuindo como principais características a cooperação entre os participantes, a autogestão nos processos de trabalho e a solidariedade nos empreendimentos. Este tipo de economia traz como resultado a diminuição da pobreza, mais capital introduzido no comércio brasileiro e, trabalha de forma positiva o desenvolvimento sustentável.

As principais organizações das redes de Economia Solidária são as Cooperativas, além destas, existem ainda os clubes de trocas, as associações de finanças solidárias, entre outros.

No Brasil, a economia solidária vem se expandindo através de instituições e entidades que apoiam as iniciativas cooperativistas e associações comunitárias. No entanto, as lutas continuam, com o intuito de aprovação do Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária.

Este Projeto de Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, ob-

jetivos e composição da Política Nacional de Economia Solidária e do Sistema Nacional de Economia Solidária, onde prevê a formulação e implementação de programas e ações com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado. Outro destaque desse projeto refere-se às ações educativas e de qualificação de economia solidária que devem ser realizadas periodicamente.

Dessa forma, a sociedade brasileira vem enfrentando grandes desafios em relação às práticas de Economia Solidária. Pois, além das diversas lutas por parte da comunidade para se criar a Lei que regulamenta as Políticas Nacionais de Economia Solidária no Brasil, as cooperativas enfrentam outros dilemas como o comércio justo e o dinheiro, não tendo o reconhecimento necessário diante do grande sacrifício empregado nesse comércio.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Cooperativas; Projeto de Lei; Comércio Justo.*

Elaboração de Projeto de Políticas Públicas de Economia Solidária na Exploração Sustentável de Recursos Naturais

Paulo Roberto Rodrigues | paulorr64@hotmail.com

Ludmila Meira | orientador(a)

ESTE TRABALHO expõe procedimentos para elaboração de projeto de políticas públicas bem como apresenta regras gerais para a sua elaboração, apresentando modelos e técnicas específicas de planejamento que justifiquem de forma confiante a necessidade da implementação de uma política pública voltada ao social e ecológica e economicamente sustentável, discutindo um modelo organizado para solução de determinado problema social, com conscientização e formação de seus partícipes como forma e garantia de sucesso das políticas públicas e parcerias ao projeto. Todo projeto nasce do desejo de transformar determinada realidade. É o produto

inicial de uma ideia para solucionar uma questão específica. Para ser bem sucedido, o projeto deve ser bem elaborado. Isso significa conter o maior detalhamento possível das atividades propostas, de forma clara e organizada, para revelar aos interessados o que a instituição pretende fazer, por que deve fazer, e quais as possibilidades reais de obter os resultados esperados. Um projeto bem elaborado contribui para obter aprovação e captar recursos e, ao mesmo tempo, é mecanismo de trabalho e subsídio para o planejamento, a implantação e o gerenciamento de suas próprias etapas. Existem diversos roteiros para a elaboração de projetos. Cada qual corresponde às exigências específicas do Agente Financiador, dos Apoiadores, ou de ambos, que pretendem conhecer a capacidade real da instituição de elaborar, implantar e administrar um projeto, de reunir as informações pertinentes e atender às solicitações de maneira precisa, inteligível e bem redigida. As etapas a seguir contêm os itens necessários à apresentação e ao desenvolvimento de um projeto. No entanto, é importante salientar que a forma de apresentação deve adequar-se às exigências do Agente Financiador.

PALAVRAS-CHAVE: *Políticas; Planejamento; Projeto; Financiador; Apoiadores.*

A Origem e Conceitos da Economia Solidária: Limites e Desafios

Silvio Miotto Figueiredo Nôvo | miottonovo@hotmail.com

Secretaria de Estado da Saúde

Miguel Pacífico | orientador(a)

O PRESENTE trabalho trata de um fenômeno social, cujo foco é identificar a origem da economia solidária na História do Brasil, as transformações que surgiram decorrentes do avanço do capitalismo bem como ressaltar na história do Brasil os primeiros aparecimentos dos conceitos ligados à economia solidária.

As Transformações Societárias em Decorrência do Capitalismo

De acordo com alguns autores da História do Brasil, nossa formação sócio-histórica já se originou na exploração, de forma alienante, mascarada de boa intenção, repercutindo e perpetuando-se em nossos dias, apresentando-se a nossa sociedade com novas formas e roupagens, porém, com a mesma essência da época da colonização brasileira.

A Origem e Conceitos da Economia Solidária: Limites e Desafios

A partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento desde 1840, diante desse contexto surgem as primeiras iniciativas da Economia Solidária, de acordo com Singer 2011, se trata de organizações coletivas, elas optam, quase sempre, pela autogestão, ou seja, pela administração dos empreendimentos.

A Economia Solidária e as Perspectivas Democráticas e Sociais no Atual Cenário Brasileiro

Com tantas mudanças e tentativas de superação da pobreza no Brasil, diversas alternativas têm apontado possibilidades de mudanças das condições de vida do povo brasileiro, para tanto, a economia solidária têm se apresentado na atualidade com características sociais marcantes na perspectiva e busca de autonomia das classes sociais com menor poder aquisitivo.

PALAVRAS-CHAVE: *Capitalismo; Classes sociais; Economia Solidária; Superação.*

Empreendimentos Solidários e Sua Participação nas Hipóteses de Dispensa de Licitação

Anelise Lui Barbosa | aneliselui@tj.rs.gov.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Assessora de Juiz de Direito, formada em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada junto à Escola Superior da Magistratura.

Aline Sueli de Salles Santos | orientador(a)

A LICITAÇÃO não visa apenas à obtenção da proposta mais vantajosa para o Poder Público, mas também destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Parte-se da premissa de que toda vez que um ente da federação necessite realizar alguma despesa, este deverá respeitar os princípios elencados na Constituição Federal. Situações há, no entanto, em que se permite que a Administração Pública contrate independentemente de prévio processo licitatório. Tais são as hipóteses de dispensa e inexigibilidade previstas na Lei 8.666/1933 e em leis esparsas, como as do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Nesse diapasão, os empreendimentos solidários podem ser beneficiados pela contratação direta, por meio de dispensa. Sendo de relevância indiscutível, o assunto em epígrafe, interessa a todos os órgãos e entidades públicas, especialmente, aqueles que possuem interesse me

contratar junto à Administração Pública, em especial os empreendimentos solidários agrícolas. Nesse contexto, criado pela Lei nº 11.947, o PNAE tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, de forma que, 30% dos valores enviados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o PNAE são utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural através de dispensa de licitação. Assim, diante desta perspectiva a Lei de Licitações e Contratos Administrativos regula os atos de contratação pública, além de leis esparsas, observando-se que sempre que a Administração Pública decidir contratar um serviço ou objeto, deverá observar as normas que regem estes procedimentos, pois, quando o assunto é de enfoque público, somente é permitido fazer o que for autorizado por lei.

PALAVRAS-CHAVE: *Dispensa de Licitação Pública; empreendimentos solidários; Programa Nacional de Alimentação Escolar; Programa de Aquisição de Alimentos.*

A Experiência do Projeto Economia Solidária como Estratégia de Prevenção à Violência

Carmelita Lutkmeier | carmelitalutkmeier@gmail.com

Assistente de Economia Solidária. Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade

Rodrigo Maurício Freire Soares

O PRESENTE artigo propõe uma discussão sobre a estratégia dos Projetos do Pronasci a partir da experiência da OSCIP – Guayí que executa o Projeto de Economia Solidária como Estratégia de Prevenção à Violência e suas implicações nas políticas públicas já implantadas nestes espaços, sua interlocução com gestores públicos, entidades parceiras e a expectativa em relação aos resultados quanto à implantação destas políticas. Pretende também associar a importância destas políticas para o desenvolvimento

local considerando que a meta principal é a constituição de empreendimentos autogestionários, a partir de parcerias com os poderes públicos e entidades que atuam no território.

O objetivo geral do Projeto é desenvolver, nos Territórios de Paz – PRONASCI/RS, processos voltados a fomentar a economia solidária para geração de trabalho e renda como parte central de uma política mais ampla de prevenção à violência, com mobilização das comunidades e articulação com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas.

Como objetivos específicos o projeto tem as seguintes metas:

1. Fomento a economia solidária e ao desenvolvimento local em comunidades em situação de vulnerabilidade social submetidas à violência e à criminalidade;
2. Apoio à organização e ao fortalecimento comunitário e
3. Articulação com os municípios Pronasci e às instituições do sistema de justiça criminal e execução penal, com o objetivo de criar condições de reinserção social a partir da economia solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; segurança urbana; políticas públicas e autogestão.*

Economia Solidária e Saúde Mental: a Construção para um Caminho de Inclusão Social

Carmen Vera Passos Ferreira | carmenpf@via-rs.net

Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Saúde

Angelita de Oliveira Almeida | orientador(a)

A REFORMA psiquiátrica e a constituição da rede de reabilitação psicossocial mudaram a maneira como a sociedade entende o trabalho para as pessoas com transtornos mentais. Hoje em dia, o trabalho passou a ser compreendido como um direito. Duas contextualizações são fundamentais para a discussão deste tema. A primeira refere-se ao surgimento e desenvolvimento da economia solidária como uma possibilidade inclusi-

va para as populações em vulnerabilidade social; nesse caso, a economia solidária é uma resposta à exclusão social e à acumulação do capital. A segunda retoma o potencial da reforma psiquiátrica como resultado de um movimento de inclusão social. Os empreendimentos solidários em saúde mental, os quais são frutos dessa reforma, são importantes dispositivos da rede de reabilitação psicossocial. A partir dessas contextualizações, a contribuição deste artigo consiste na reflexão da articulação da economia solidária com a saúde mental na construção de uma política pública inclusiva. O cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários em saúde mental nesta articulação é analisado com seus avanços e desafios, tendo como referência o GerAção POA, serviço da rede de saúde mental do município de Porto Alegre/RS. Para finalizar, este artigo reforça a importância do fortalecimento de uma política pública que invista no direito ao trabalho e na inclusão social das pessoas com transtornos mentais.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária. Inclusão social. Saúde Mental.*

Trabalho Solidário como Princípio Educativo

Claudia Ribeiro Köhler | claudia_kohler@yahoo.com.br

Henrique Novaes | orientador(a)

ESTE ARTIGO aborda o trabalho como princípio educativo na reestruturação da proposta de Ensino Médio do Colégio Estadual Jacob Arnt – Bom Retiro do Sul/RS. Os objetivos se referem a conhecer o trabalho, como princípio educativo, e também trazer novos elementos para o debate sobre este tema, contribuindo com o desenvolvimento de aspectos da lógica solidária do trabalho e da autogestão. Identificamos contradições entre a proposta de Ensino Médio da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS) voltadas às necessidades do mundo do trabalho, mas com sua centralidade no indivíduo, e as expectativas dos estudantes em relação às contribuições do Ensino Médio e ao mundo do trabalho, que para eles estão voltadas a conseguir bom emprego e ter boas oportunidades no mer-

cado de trabalho. A visão dos estudantes do mundo do trabalho se refere ao crescimento individual e competitivo, apresenta também a dificuldade de organização coletiva. Os professores demonstram preocupação por entenderem que a escola reproduz o modelo de sociedade atual, ficando cada vez mais distante de outras instituições. A partir destes nós críticos propomos ações que podem ser organizadas pela escola na superação das contradições presentes na prática cotidiana. Propomos como ação central a ser desenvolvida pela escola a identificação de alternativas de desenvolvimento econômico numa lógica solidária e a identificação do trabalho como ação realizada para satisfazer as necessidades próprias do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: *trabalho; solidariedade; educação; desenvolvimento.*

Sistematização do Processo de Aprendizado em uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Ijuí/Rs

Elizandra Cristiane Pinheiro da Silva | elizandra.pdsilva@gmail.com

UNIJUÍ, assistente administrativo

Fabio Moraes Lemes | orientador(a)

ESTE ARTIGO apresenta uma sistematização do processo de aprendizado de trabalhadores da reciclagem – catadores – ao longo do processo de formação de uma associação dentro dos princípios da Economia Solidária. O processo de aprendizagem ocorre primeiramente em torno de necessidades objetivas, como a elaboração de uma sistemática de registros para mensurar as atividades e controlar as finanças, sendo que gradativamente os catadores vão sentindo a necessidade de um processo de alfabetização e para tanto demandam políticas públicas que levem a sala de aula para dentro do galpão e que a educação ocorra baseada em suas necessidades cotidianas. Este processo reforça os laços de solidariedade e cooperação do grupo, empoderando-o socialmente, tornando a gestão do empreendi-

mento mais eficiente e contribuindo na formação de novos grupos. O referencial teórico está baseado na compreensão do que é economia solidária e como se dá a aprendizagem em um processo coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação; Participação e Cooperação.*

Projeto Hortas Comunitárias: Construindo o Desenvolvimento Local pela Inclusão Social

Gisele Moura Kowalski Ferreira | giselemkf@yahoo.com.br

Assistente Social da Prefeitura Municipal de Bagé

Lourença Santiago Ribeiro | orientador(a)

O TEXTO que se apresenta é resultado de reflexão que mostra as possibilidades de trabalho e geração de renda, a partir do projeto Hortas Comunitárias, desenvolvido no Bairro Ivo Ferronato na periferia do município de Bagé no Rio grande do Sul no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, promovendo a inclusão produtiva, emancipação socioeconômica. Como forma de enfrentamento do desemprego o objetivo consiste em um estudo acerca da Economia Solidária como movimento de resistência ao processo de acumulação flexível e seus reflexos, dada a sua complexidade e o desafio de construir uma proposta de trabalho contrária a lógica capitalista vigente. O projeto mostra como é possível resgatar a cidadania, ao mesmo tempo, criar trabalho de renda para este público beneficiário do programa bolsa família. A metodologia desenvolvida foi à pesquisa-ação que busca o planejamento participativo e a observação participativa e que esta compreensão tem sido aproveitada para intervenção pedagógica junto às famílias, visando à superação das dificuldades do coletivo em suas atividades cotidianas vivenciadas, de forma conjunta aperfeiçoem as suas habilidades e conquiste o mercado de forma estruturada.

PALAVRAS-CHAVE: *Hortas comunitárias; Economia Solidária; CRAS*

Reforma Agrária: uma Abordagem Crítica no Assentamento Abrindo Fronteiras

Jairo Simão Lima Jacobsen | jairojacobsen@hotmail.com

Fabiana de Cássia Rodrigues | orientador(a)

ESTE TRABALHO tem por objetivo analisar a situação atual e as influências da economia solidária e da autogestão no assentamento “ABRINDO FRONTEIRAS” localizado na cidade de Hulha Negra, na micro região de Bagé, as margens da BR 153. O estudo parte de uma abordagem superficial da estruturação do espaço agrário nacional, passando pela ocupação do território gaúcho e também da micro região da fronteira. Em seguida será feito uma análise mais criteriosa a cerca do espaço escolhido para o assentamento, observando, por exemplo, a localização, o clima, hidrografia, topografia, vegetação, saneamento básico, educação, saúde, estradas entre outros. Também será observado a criação do assentamento na região da campanha, as formas de produção no assentamento e políticas públicas aplicadas ao longo da implantação e decorrer do período de existência do assentamento.

Busca também analisar o desenvolvimento da propriedade familiar em um lugar considerado como o berço do latifúndio pecuarista no Estado.

PALAVRAS-CHAVE: Assentamento Rural; Economia Solidária; Agricultura Familiar; Cooperativismo;

Desenvolvimento da Política Pública de Economia Solidária na Cidade de Porto Alegre – RS

Lorecinda Ferreira Abrão | lorecinda@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Édi A. Benini | orientador(a)

O PRESENTE artigo tem como objetivo identificar o desenvolvimento das políticas públicas de economia solidária na cidade de Porto Alegre – RS e definir conceitualmente se essas ações estão consoantes ao fundamento da autogestão. Porto Alegre é uma das capitais mais populosas do Brasil com 1.409.939 habitantes (Censo 2010) e promove políticas públicas de geração de renda através das secretarias municipais de Indústria e Comércio e de Trabalho e Emprego. A capital possui tradição na participação popular pelo desenvolvimento do orçamento participativo implantado em 1989 e adotou desde 2005 o Modelo de Gestão na administração centralizada. Sob esse escopo verificamos as condicionantes que associam ou afastam a eficácia dessas políticas, estabelecendo uma relação analítica entre a perspectiva dos trabalhadores que participam da política pública de economia solidária e dos gestores governamentais que as desenvolvem. Dessa forma consideramos que a implementação da política pública de economia solidária na cidade carece de um procedimento para sua plena implantação, pois por um lado está no rol de ações do governo com referências legais e por outro lado possui lacunas conceituais e metodológicas.

PALAVRAS-CHAVE: *Política Pública; Economia Solidária; Porto Alegre.*

Recicladores: Construindo Historia, Superando Desafios, Símbolos de Luta e Construção Coletiva de Políticas Públicas

Lourdes Candida da Silveira | anajezo@yahoo.com.br

Eraldo Leme Batista | orientador(a)

O PRESENTE estudo se propõe a fazer uma análise histórica da população que vive da reciclagem, considerando os motivos que a levaram a esse campo de trabalho. O estudo tem por base análises dos sociólogos José de Souza Martins e Paul Singer, autores que abordam o capitalismo e suas consequências para os trabalhadores. O objeto deste estudo parte de uma pesquisa qualitativa feita com depoimentos de quatro lideranças representativas de duas gerações: duas da Cooarlas e duas da Cooperativa de Reciclagem Renascer, ambas localizadas no município de Canoas. A pesquisa parte de um levantamento histórico das lutas e conquistas destes trabalhadores e avança no debate acerca dos desafios que essas conquistas proporcionam à categoria.

Para a obtenção de conquistas, as lideranças são exigidas ao máximo. Além de saber triar, é preciso dialogar com os sócios, com as entidades de apoio e com os gestores públicos. É necessário, também, conhecer as leis que protegem os catadores, ler e interpretar contratos. Soma-se a tudo isso a importância de compreender, saber comunicar e entender o processo produtivo e comercial. Isso tudo coloca a elevação da escolaridade como um desafio a ser perseguido.

Hoje, as leis voltadas à profissão de catador fomentam a importância do empoderamento do processo de conhecimento. Neste sentido, a elevação da escolaridade deve ser vista como um meio de compreensão das relações humanas e políticas. Para a pesquisadora Acacia Zeneida Kuenzer, as práticas não falam por si e os fatos práticos precisam ser identificados, contados e analisados. De acordo com Kuenzer, é preciso ver além da imediatidade para compreender as relações, as conexões, as estruturas internas, as relações entre as partes, a escola como lugar de organizar estas conexões e de aprofundamento do conhecimento.

O conteúdo desenvolvido permite-me dizer, com uma elevada dose de certeza, que o catador/reciclador que se inserir neste novo contexto social, político e econômico sobreviverá; os demais, que já foram excluídos do mercado de trabalho e viram o lixo como única forma de sobrevivência, terão que buscar outra forma de sobrevivência.

PALAVRAS-CHAVE: *Reciclador; Educação; Apoderamento; Sobrevivência; Mercado*

Geração de Trabalho e Renda para Surdos – Inclusão de um Grupo Social por Meio de Desenvolvimento de Tecnologias Específicas na Produção Associada

Luciana Carrion Carvalho | lucarvalho1212@hotmail.com

Bruna Mendes de Vasconcellos | [orientador\(a\)](#)

ESTE TRABALHO ambiciona sensibilizar a comunidade de pesquisa e os gestores públicos em abrir espaços e oportunidades para as pessoas com alguma deficiência na geração de trabalho e renda; minorias esquecidas e marginalizadas em uma sociedade capitalista, onde são valorizadas eficácia e eficiência, sufocando os trabalhadores, escravizando-os ao máximo em busca de maiores taxas de lucro e competitividade, em nome da inovação e do empreendedorismo. E neste caso, chamo a atenção sobre a comunidade surda, pois ainda resiste um pensamento instituído na sociedade e vigora desde a antiguidade: a “incapacidade intelectual e moral” do surdo para o trabalho.

Um caminho possível para se materializar o tão sonhado “grito de liberdade” deste grupo social dá-se por oportunizar espaços para formação e desenvolvimento de tecnologias específicas na produção associada para os surdos, pois estes permanecem sendo os excluídos dos excluídos há séculos até os dias de hoje.

A falta de estudos, publicações e bibliografias sobre este tema dificultou o desenvolvimento da pesquisa. O pouco material encontrado retrata a visão de deficiência (déficit de eficiência), ratificando a visão da caridade aos menos favorecidos, reforçando uma visão assistencialista.

Uma vez que o movimento da Economia Solidária (ES) tende a orientar os processos de conscientização e empoderamento dos trabalhadores dos empreendimentos solidários (por meio de uma proposta que busca projetar-se como paradigma e modelo de desenvolvimento), a expectativa é que a ES venha se transformar numa alternativa de organização da classe trabalhadora, e assim, impedir o aumento da exclusão. É neste contexto que a Tecnologia Social (TS) se apresenta como uma plataforma de lançamento para a ES para se construir uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

Os quesitos língua e cultura são fundamentais para a consolidação de um povo, de uma comunidade e esse processo de identificação tem expandido o sentimento de pertencimento do sujeito surdo não somente a uma comunidade, mas também a uma nação. Mas não basta sentimento, há a necessidade de emancipação do ser e que pode ser viabilizada por meio da ES.

PALAVRAS-CHAVE: *Gestão Pública; Surdez; Economia Solidária; Tecnologia Social.*

Economia Solidária nos PCNS – um Tema Relevante?

Maria da Luz Cavasotto Botão | marialuzcb@ig.com.br

Henrique T. Novaes | orientador(a)

ESTE TRABALHO tem por objetivo analisar o tema Economia Solidária nos Parâmetros Curriculares Nacionais (de agora em diante, PCN) da EJA ou Educação de Jovens e Adultos. A partir daí, verificar qual a abordagem adotada, problematizando o tipo de inserção curricular realizada, ou re-

apresentação. Para cada sociedade existente, pressupõe-se um plano e uma pré-visão de que tipo de ser humano se deseja como cidadão. Os PCNs trazem ou deveriam trazer, uma orientação inicial e um olhar crítico em relação à sociedade pré-existente, buscando um melhor foco para o trabalho do professor. Analisando os problemas elencados nos PCNs, como a exclusão de trabalhadores ou formação de exército de reserva para o mercado de trabalho, constatou-se que o foco predominante do ensino vinculado à economia capitalista cria e recria um imaginário social referenciado a partir de concepções de escassez, às concepções monetaristas, e à financeirização fictícia intermitente da economia, bem como ao *habitus* vigente nas concepções capitalistas. Tudo isso passa a ser rompido a partir de ausências do sistema, que não dá conta dos excluídos acolhidos pela EcoSol, cujo objetivo não é somente econômico, visa a autogestão e a livre-associação, uma nova constituição dos sujeitos e também busca democratizar o sistema de governo. A metodologia de pesquisa adotada será a da pesquisa exploratória qualitativa, com investigação realizada em meio eletrônico, se delineando para conformar numa pesquisa do tipo bibliográfica.

PALAVRAS-CHAVE: *EcoSol*; *PCNs*; *habitus*; *imaginário social*.

Análise do Programa Socioambiental Reciclagem, Vivência e Valorização (Reviva) do Município de Ijuí-RS

Marlise Sozio Vitcel | marlise.vitcel@gmail.com

Fabio Roberto Moraes Lemes | orientador(a)

ESSE TRABALHO tem por objetivo apresentar uma análise da política pública “Programa Socioambiental Reciclagem, Vivência e Valorização” (Reviva) implementada pelo município de Ijuí/RS, buscando avaliar sua efetividade como uma política pública socioambiental. O programa Reviva destina-se a apoiar a organização dos trabalhadores da reciclagem (catadores), que

atuam na coleta de materiais nas vias urbanas e no aterro municipal. Fez-se uma contextualização do capitalismo, que tem gerado um contingente de excluídos do mercado formal de trabalho. Tais trabalhadores, na busca por sua sobrevivência, dedicam-se a esta atividade de forma precarizada e insalubre. Dada a importância da reciclagem, do ponto de vista da geração de renda, bem como do enfrentamento de problemas ambientais, ao mesmo tempo em que muitas experiências de auto-organização solidária têm surgido (espontaneamente ou estimuladas), a formatação de políticas públicas para os mesmos tem sido crescentes, embora, nem sempre sistêmicas e por vezes, sem continuidade ou efetividade. Apresenta-se uma historicização do processo de criação da coleta seletiva e da criação do Programa Reviva no município de Ijuí, demonstrando o contexto local em que ele se inseriu. Posteriormente faz-se uma análise do programa, discorrendo sobre o que ele se propõe, a partir da lei municipal e de instrumentos de apoio e das condições objetivas de efetivação. Conclui-se que, apesar dos instrumentos legais e da construção técnica e política em torno do mesmo terem sido elaborados, a falta de prioridade, em termos de recursos, tem afetado os resultados esperados do Reviva. A criação, entretanto, de políticas públicas que dialoguem com setores marginalizados da sociedade são relevantes, por possibilitar condições imediatas de sobrevivência aos excluídos do processo produtivo social; pela formação de massa crítica que podem vir a questionar o status quo em que estão inseridos; para disputar recursos públicos, geralmente destinados as políticas tradicionais em prol do desenvolvimento pró-capitalista. Esses exemplos de políticas públicas são pequenos frente à enormidade da luta a se travar por “outro mundo possível”, mas fundamental para a experimentação de uma nova forma de gestão pública, partilhada e coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: *Reviva; Catadores; Inempregáveis.*

Surgimento da Economia Solidária no Brasil: a Resposta dos Movimentos Sociais ao Contexto de Crise dos Anos 1980 e 1990

Marlo do Nascimento | marlo_kn@hotmail.com

Lalo Watanabe Minto | orientador(a)

O OBJETIVO desta pesquisa foi apresentar uma visão sobre o surgimento da Economia Solidária no Brasil, numa dimensão econômica, destacando o período das décadas de 1980 e 1990. Discutiu-se, num primeiro momento, o contexto de crise vivida pelo Brasil nas referidas décadas, enfatizando a questão da crise do capitalismo e o advento da fase neoliberal que culminou em um cenário nacional de alto índice de desemprego e de precarização do trabalho. Posteriormente, discorreu-se sobre os movimentos sociais e as instituições que se organizaram a fim de dar uma resposta ao contexto de crise, dentre os quais: “o novo cooperativismo rural” do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), as empresas recuperadas por trabalhadores com base na autogestão, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs) da Cáritas Brasileira e as incubadoras tecnológicas de cooperativas (ITCPs) das Universidades. Foi através do esforço empreendido por estes movimentos e instituições que surgiu o que hoje conhecemos como economia solidária. Para dar conta deste tema, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com destaque a alguns autores, tais como: DAL RI & VIEITEZ (2008), FRANÇA FILHO & LAVILLE (2004), GUIMARÃES (2003), MARQUES (2011), POCHMANN (1999) e SINGER (1998). Por fim, pode-se destacar que a classe trabalhadora do Brasil afetada profundamente por um ambiente de crise e articulada em movimentos sociais fez originar o movimento da economia solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; crise de 1980 e 1990; movimentos sociais; raízes da Ecosol.*

Políticas Públicas Integradas na Capital dos Gaúchos: Experiências em Rede de Sustentabilidade e Cidadania

Patrícia da Silva Pereira | patriciasp@smed.prefpoa.com.br
Supervisora em Educação do PIMPIA/SMED/PMPIA

Dr. Lalo Watanabe Minto | orientador(a)

O PRESENTE trabalho de Conclusão de Curso apresenta a Rede de Sustentabilidade e Cidadania, surgida pela necessidade de participação da comunidade do Loteamento Santa Teresinha, na cidade Porto Alegre/RS, e sua relação com os parceiros estatais e não estatais, que atuam direta e cotidianamente nesta localidade. Além da descrição do Loteamento, sua história e qualificação do espaço comunitário, estão relacionados os principais atores sociais, e seus papéis precípuos dentro e fora da Rede, bem como a forma como surgiu esta Rede de Sustentabilidade, diferente das demais Redes de Proteção já estabelecidas setorialmente. Trata das relações sociais, as reflexões sobre esta comunidade, e com ela, suas necessidades e interesses, e a forma como estão organizando as ações, para que sejam implementadas o mais completa e democraticamente possível, numa busca de emancipação social, mas que segue ainda articulada pelas forças governamentais democraticamente postas, numa correlação de forças constante, na busca de se abrir espaços decisórios, sem perder as rédeas do poder de decisão política. Aponta a necessidade de buscar a autonomia deste grupo social, a partir do empoderamento dentro da Rede, da capacitação nas atividades econômicas de interesse, e na ampliação da escolarização, como meios de emancipação, e conquista da cidadania plena. E também a busca dos EES no espaço econômico e social, alternando seu papel e espaços de participação dos moradores e usuários dos serviços locais.

PALAVRAS-CHAVE: *gestão; cidadania; redes; comunidade.*

Projeto de Lei da Economia Solidária: uma Forma de Efetivação da Democracia Participativa Através do Instituto da Iniciativa Popular

Paula Vaz Pinto Alves | paula.vazpinto@terra.com.br

Aline Sueli de Salles Santos | orientador(a)

HÁ DIVERSOS tipos de democracia descritos na doutrina, pois muitos são os sistemas pelos quais se procura realizar o ideal de fazer coincidir os governantes e os governados. Desde a Idade clássica o termo sempre fora empregado para designar uma das formas de governo, ou ainda um dos modos com que pode ser exercido o poder político, todavia a democracia não é algo estanque. Trata-se de um processo em constante movimento; que acompanha a evolução da sociedade que a acolhe como forma de exercício do poder.

A democracia requer a participação ampla do povo e de suas organizações de base do processo político e na ação governamental. A efetiva participação daquele que é o sujeito passivo e ativo de todo o poder legítimo ocorre através dela.

Neste contexto se insere o Anteprojeto de Lei da Economia Solidária, demonstrando a viabilidade atual do instituto da iniciativa popular de lei, como forma de estratégia e consolidação da democracia.

Através da democracia participativa e de seus mecanismos, podem ser corrigidas as distorções de um regime representativo deficiente aos olhos do ideal democrático. Através do incentivo a participação, em todas as esferas públicas, podemos vislumbrar um trajeto rumo ao regime democrático que melhor se molde as aspirações do povo brasileiro, ou seja, que as formas diretas predominem sobre a obsoleta fórmula representativa, para que assim, o povo, fonte da soberania, seja o último a dar a palavra nas decisões políticas, assim como esta iniciativa do movimento de economia solidária, que com garra e de forma destemida, se utiliza do expediente para concretizar suas conquistas.

O marco legal que está sendo proposto pelo movimento da Economia Solidária é de suma importância para a consolidação das conquistas do movimento. A alternativa de um mecanismo de democracia participativa revela-se como forma estratégica e de consolidação da própria democracia, para que se torne realidade um desenvolvimento econômico mais justo e solidário.

PALAVRAS-CHAVE: *democracia; democracia participativa; Projeto de Lei de Iniciativa Popular; Economia Solidária*

Geração de Renda na Vila Chocolatão em Porto Alegre

Silvia T. dos Santos Steinstrasser | silviats@demhab.prefpoa.com.br
Departamento Municipal Habitação

Ana Carolina Ribeiro | orientador(a)

O OBJETIVO central deste trabalho consistiu em investigar os resultados da aplicação das políticas públicas para geração de trabalho e renda na comunidade reassentada da Vila Chocolatão em Porto Alegre – RS. Atualmente a Caixa Econômica Federal financia a maior parte dos empreendimentos habitacionais do Governo Federal. Uma das exigências é a elaboração do PTTS – Programa de Trabalho Técnico Social. O Programa é constituído de um conjunto de ações que visam promover a autonomia, o protagonismo social e o desenvolvimento da população beneficiária, de forma a favorecer a sustentabilidade do empreendimento, mediante a abordagem dos seguintes temas: Mobilização e Organização Comunitária (MOC), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) e Geração de Trabalho e Renda (GTR).² O tema GTR abrange, entre suas intenções a capacitação, requalificação profissional e o estímulo a processos cooperativos de produção, tendo como referência os conceitos de Economia Solidária.

Em pesquisa aplicada na comunidade da Vila Chocolatão foi possí-

2 Ministério das Cidades – Anexo I Instrução Normativa nº8, de 26 março 2009.;

vel perceber que os projetos para qualificação profissional não atingiram a maior parte dos moradores. Exceção feita à Unidade de Triagem de Resíduos, onde os trabalhadores formaram a Associação de Catadores e Recicladores da Vila Chocolate, apoiados pelo DMLU³ e outros parceiros. Percebe-se que onde houve o estímulo ao processo cooperativo de produção houve adesão por parte da comunidade, diferente da qualificação através de cursos, que sem a educação para o associativismo nada acrescentou em termos de geração de renda para as famílias.

Os PTTS aparecem como uma grande oportunidade de implementação de políticas públicas na área da Economia Solidária e Autogestão. Aos PTTS poderiam ser associados fundos que fomentassem a Autogestão e a Economia Solidária, através da SENAES⁴, que tem entre suas atribuições, a colaboração com outros órgãos de governo em programas de desenvolvimento e combate ao desemprego e a pobreza, estimulando a criação, manutenção e ampliação de oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionados, organizados de forma coletiva e participativa.⁵

PALAVRAS-CHAVE: *Autogestão; Cooperativa; Reassentamentos Urbanos; PTTS; Vila Chocolate*

Cultura da Comercialização na Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos – Univens: uma Experiência Prática de Economia Solidária

Tânia Maria de Oliveira | tania.poa@hotmail.com

Vanessa Moreira Sígolo | orientador(a)

ESTA PESQUISA buscou entender a dinâmica da organização do trabalho

3 DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre.

4 SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

5 http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/secretaria_nacional_atribuicoes.asp

da Cooperativa UNIVENS, localizada no bairro Sarandi, em Porto Alegre. Este trabalho tem por objetivo analisar se a forma pela qual o empreendimento realiza a comercialização dos seus produtos fortalece a autogestão, o empoderamento das mulheres, a distribuição de renda, a autonomia. Esse trabalho também visa verificar se as estratégias utilizadas pelas trabalhadoras resultaram numa melhoria de qualidade de vida. A escolha da UNIVENS se deu pelo fato da cooperativa estar no mercado de trabalho há 16 anos e também participar do movimento da economia solidária, gerando trabalho e renda, além de trazer benfeitorias para sua comunidade e seu entorno. A metodologia utilizada foi análise qualitativa, envolvendo a observação, análise documental, entrevista, análise de questionários e da história de vida, utilizando como referenciais teóricos os autores: Singer (2002), Nascimento (2003), Andrada (2005), Santos (2005), Sígolo e Mascarenhas (2012) entre outros. Os resultados da pesquisa apontam que todos os (as) associados (as) que vivem do trabalho da UNIVENS, consideram positivamente o retorno financeiro, acreditam no discurso e princípios solidários e são reconhecidos e respeitados pelos demais grupos do movimento de economia solidária. Além disso, eles expressam também que elas apreciam a vida comunitária experimentada dentro e fora da cooperativa.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; Autogestão; Autonomia; Trabalho.*

As Contribuições da Economia Solidária no Programa Nacional de Crédito Fundiário no Estado do Rio Grande do Sul

Vânia Lúcia Pavan | vania_pavan@hotmail.com

Fabiana de Cássia Rodrigues | orientador(a)

A NECESSIDADE de aprimorar os programas existentes em relação às Políticas Públicas para fortalecimento da Agricultura Familiar no Rio Grande

do Sul, traz implicações importantes no que tange a revisão teórica de conceitos referentes a estes Programas Governamentais voltados para a Reforma Agrária principalmente o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que oferece condições aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra para poderem adquirir uma área rural por meio deste financiamento. Além da terra, o agricultor pode acessar outras linhas de crédito como habitação, aquisição de implementos, acompanhamento técnico para desenvolver as atividades rurais de forma independente, autônoma e sustentável.

A economia solidária se apresenta na última década como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda sendo uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário o que no meio rural se torna mais visível.

Este estudo busca identificar se e como a economia vigente contribui para o aprimoramento deste Programa e como as outras economias como a Economia Solidária por vezes invisível aos olhos dos preocupados apenas com o capital, fazem parte do cotidiano dos grupos que pertencem ao meio rural mais especificamente a Agricultura Familiar e que por sua vez podem estar contribuindo para que a Reforma Agrária possa atender realmente os beneficiários que necessitam de terra e que se enquadram nos critérios do PNCF para contribuir com a consolidação deste Programa que é uma política pública específica a este meio.

PALAVRAS-CHAVE: *Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); Economia Solidária; Agricultura Familiar.*

Recursos Financiadores das Atividades da Economia Solidária – Ecosol: Acesso, Aplicação, Prestação de Contas e Sua Problemática

Alexandre José de Souza | alexandresouza@hotmail.com

Aline Sueli Salles Santos | orientador(a)

BUSCAMOS TRAZER para mira de nossas atenções, neste artigo, um tema que tem carreado vultosos problemas para o fomento das atividades da Economia Solidária: o acesso aos recursos, além da aplicação e a prestação de contas dos parques recursos acessados. Ofertamos uma construção científica do que seja a metodologia, a pró-forma, os gargalos que desembocam na problemática do acesso às montas financiadoras de projetos e programas da EcoSol. De canto a canto, lei a lei, organismo a organismo, percebemos a grande dificuldade que o movimento se depara ao tentar dar lastro as suas atividades produtivas, de comercialização e de consumo. Pomos em relevo o pouco zelo com que foi construído do Anteprojeto de Lei da Economia Solidária, no que toca a questão da transparência para com os recursos públicos mobilizados para financiamento de suas atividades. Como substância catalizante, julgamos ser o cerne da problemática a organicidade, ainda frágil, da economia solidária, visto sua carência de Lei que a tire da “clandestinidade”, isto posto, à lupa legalista do Estado, fronteiras postas pelos requintes legais, cruéis, de nosso calhamaço de peças jurídi-

cas. Trabalhamos os dados do orçamento da União, do MTE e SENAES para nos dar a noção de como vem sendo destinado recursos para o movimento e demonstrar a latente necessidade de articulação política e ocupação de espaço no seio governista. De maneira ampla, expomos num prato a economia tradicional, do capital, que, comprovadamente, por idéias, não prima pela horizontalidade da divisão de riquezas e do acesso a tudo por todos e todas. Noutro, a que visa à solidariedade, o crescimento dos indivíduos de maneira coletiva, sustentável e equilibrada com o meio ambiente. O fiel desta balança somos nós, que pudemos fazer a diferença em nosso favor, em que pese o interesse da esmagadora maioria.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Recursos Públicos; Prestação De Contas; Anteprojeto De Lei De 2010.*

Políticas Públicas para Economia Solidária: Análise do Marco Legal

Ana Claudia Lima da Silva | anaclaudialima.adv@hotmail.com

Shirley Silveira Andrade | orientador(a)

O ARTIGO em vista pretende colaborar no debate a cerca da discussão jurídica sobre a institucionalização do marco legal da economia solidária, assim como, a construção de políticas públicas para fortalecer a economia solidária no Brasil. Para tanto, aborda inicialmente a concepção dos princípios norteadores da economia solidaria, como modelo econômico que possui bases autogestionárias, cooperativistas e associativistas. O entendimento relativo às políticas públicas para economia solidária dimana de processos reivindicatórios, lutas históricas e sociais, negociações e outorgamento, determinado pelo encadeamento de forças estabelecidas entre o Estado e a sociedade. Pretendemos tecer algumas considerações acerca da participação social como instrumento relevante nos processos da economia solidária, envolvendo a promoção e articulação entre o Estado e o cidadão. Intuímos que as práticas comuns à economia solidária,

contribuem com o pleno desenvolvimento sustentável. Partimos do entendimento que a sustentabilidade significa construir possibilidades, a partir da intervenção humana, visando ampliar as condições de bem-estar para a humanidade atual, assim como, das populações futuras, percebendo que é parte de um ecossistema, que dele necessita e deve preservá-lo. Esse estudo foi fundamentado em revisão bibliográfica, a princípio adotamos critérios e parâmetros pertinentes a elucidação da temática em seguida nos pautamos metodologicamente e optamos por avaliar qualitativamente os subsídios obtidos através do acesso aos diversos teóricos via leituras bibliográficas. Os dados dessa pesquisa revelam que a institucionalização de uma política de Estado, com vistas a fortalecer a Economia Solidária é algo plenamente possível dentro de um Estado Democrático de Direito, na garantia de igualdade, justiça social, cujos princípios convergem para a valorização social do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; Políticas públicas; Participação social; Desenvolvimento sustentável; Estado Democrático.*

Economia Solidária, Desemprego e Alternativas Penais: Proposta de Contribuição para a Redução da Violência Doméstica em Pernambuco

Ângela Maria de Souto Barreto | barretoangela@yahoo.com.br

Lalo Watanabe Minto | orientador(a)

ESTE ARTIGO aborda o respeito aos Direitos Humanos, a incessante busca por sanções que não atentem contra os direitos fundamentais do homem, as Regras de Tóquio e as Medidas não Privativas de Liberdade, reforçando o caráter sociopedagógico dessa atuação, além dos benefícios sociais proporcionados pela Economia Solidária, demonstrando preocupação com a reintegração da pessoa em conflito com a Lei.

O Governo de Pernambuco, ante o crescimento acelerado da violência criou, em 2005, a Gerência de Penas Alternativas e Integração Social – GE-PAIS, no âmbito da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, com a finalidade de planejar, coordenar e executar a Política Pública das Alternativas Penais no Estado.

O texto aborda a Economia Solidária como uma das saídas para o desemprego, porém, desmistificando-a no que diz respeito a ser último recurso para as pessoas que se encontram em apuros financeiros. Nesse aspecto foi realizado paralelo entre alguns pontos em comum que se pode perceber entre as Penas Restritivas de Direitos e a Economia Solidária, reafirmando a verdadeira função social de ambas, o que foge ao ideário comum.

Outra importante abordagem é realizada, situando violência e desemprego, sendo sugerido o encaminhamento de cumpridores das Alternativas Penais a grupos que se organizam segundo os preceitos da Economia Solidária, como forma de reinseri-los na sociedade, colocando à sua disposição oportunidades diferenciadas das praticadas normalmente, naturalmente respeitando habilidades e objetivos.

Sendo assim, da mesma forma como eles são encaminhados para tratamento, físico ou mental, bem como ao retorno à educação formal, encaminhá-los a grupos que se estruturam dentro dos princípios da Economia Solidária poderá ser valioso aliado na redução do número de cumpridores que se encontram fora do mercado de trabalho, consequentemente mais propensos a cometer atos de violência.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Alternativas Penais; Violência; Desemprego.*

Empreendimentos Econômicos Solidários, Gestão e Comercialização

Astanilsen Duarte De Lima | astanilsen@hotmail.com

Lourença Santiago Ribeiro | orientador(a)

O PRESENTE estudo tem como objetivo demonstrar que os empreendimentos econômicos solidários possuem um modelo de gestão que apresenta características próprias, principalmente no que diz respeito à gestão e comercialização. A autogestão como modelo de gestão e a cooperativa como modelo de organização, no âmbito da economia solidária, são elementos que permitem as comunidades com dificuldades de terem atendidas suas demandas na economia de mercado e nas relações mercantis capitalistas vigentes. Este trabalho foi desenvolvido com base na leitura de textos, nas reflexões resultantes dos diálogos estabelecidos com os diretores de cooperativa que nos serviu de campo de estudo e na experiência da autora no trabalho com a economia solidária, a pesquisa bibliográfica permitiu o domínio de dados e informações que demonstram que a economia solidária poderá viabilizar as comunidades pobres, com fragilidades econômicas e financeiras, utilizar os fatores de produção que lhes são abundantes, isto é, fatores mão de obra e capacidade inventiva e isto têm a ver com suas potencialidades, tornando-se instrumentos úteis aos segmentos das nossas comunidades de baixa renda carentes de empregos e ao mesmo tempo sem a formação que o mercado de trabalho formal exige. O estudo permite concluir que as comunidades carentes de nossa região, nordeste do Brasil, pode, utilizando os recursos da economia solidária, encontrar alternativa de sobrevivência que não seja o emprego de baixíssima remuneração. Justifica-se, pois o domínio do recurso Economia Solidária como elemento a se mobilizar para atuação nas comunidades carentes onde há carência de recursos financeiros, mas é possível mobilizar pessoas, onde há possibilidades diversas a partir das necessidades do mercado local e do conhecimento e alguma experiência de produção de bens e serviços a atender essas necessidades. O poder público ao utilizar esta ferramenta tem que estar atento à necessidade de aportar o capital e oferecer capacitação e as-

sistência técnica para dar suporte adequado durante o período de implantação e consolidação dos empreendimentos solidários. (SINGER, 2002)

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Autogestão; Cooperativa; Empreendimento solidário.*

A Importância do Planejamento Estratégico para Elaboração do Plano de Trabalho na Gestão Pública

Beatriz Barbosa Gomes | bgomes_29@hotmail.com

Cristhiane Falchetti | orientador(a)

O PRESENTE trabalho tem como objetivo avaliar a implementação do planejamento estratégico como forma de garantir a consecução de um serviço de qualidade na administração pública. O órgão que serviu de base para elaboração deste trabalho foi a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), vinculada à Secretaria de Cultura, responsável pelo fomento da política pública das ações previstas para o setor cultural do estado de Pernambuco. O estabelecimento de ações no setor público é algo inerente a sua dinâmica funcional, todavia a eficácia nos resultados requer atenção ao aspecto estrutural como um todo, conforme destaca Carvalho (1979), que a experiência acumulada em implantar sistematicamente o planejamento em instituições governamentais e privadas permite recomendar que se atente para dois grupos distintos de características: as qualidades do processo de planejamento e os aspectos substantivo e processual do procedimento lógico. Foi abordada a utilização do planejamento estratégico na administração pública como instrumento que contribui para elaboração do seu plano de trabalho de forma a viabilizar e otimizar a prestação do serviço, considerando os fatores externos e internos que influenciam no desenvolvimento do trabalho executado. Maximiano (2008), ao afirmar que o planejamento estratégico é o processo de estrutu-

rar e esclarecer os caminhos da organização e os objetivos que ela deve alcançar destaca o quanto este instrumento permite uma análise precisa dos aspectos inerentes aos resultados almejados, considerando os princípios que regem a administração pública, eficácia e eficiência. Logo, para que esta ferramenta possa fornecer bons resultados é necessária uma equipe que saiba fazer uma utilização, de forma que seja adequada a realidade existente à lógica estrutural do instrumento do planejamento estratégico.

PALAVRAS-CHAVE: *planejamento estratégico; gestão pública; burocracia e economia solidária.*

Associação dos Recicladores de Olinda: uma Experiência de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local

Breno Nascimento Nunes Gonçalves¹ | brenogn5.0@gmail.com
Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco

Ludmila Meira | orientador(a)

O PRESENTE artigo tem o objetivo de refletir sobre a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento local na Associação dos Recicladores de Olinda (ARO), localizada no Aterro Sanitário, no município de Olinda/PE. A coleta de dados foi realizada através de pesquisa bibliográfica e documental. O artigo é resultado do curso de especialização em Gestão Pública e Sociedade, realizado através da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade de Campinas (UNICAMP), no período de 2011/2012. O texto aborda a experiência de trabalho desenvolvida junto aos recicladores e recicladoras da ARO, na perspectiva da economia solidária. Discute a incorporação na sua prática teórico-metodológica, temas como desenvolvimento sustentável, ecologia, justiça social, cultura local que serviram de base para a construção do trabalho. Descortina o cenário dos lixões e aterros sanitários, no qual estão inseridos os recicladores e recicladoras e

os estigmas, preconceitos e invisibilidade advindos do processo de exclusão social. Aponta as estratégias desenvolvidas a partir da experiência, de organizar o trabalho de recicladores e recicladoras na atividade de coleta de materiais recicláveis, fomentando questões relacionadas a identidade cultural, a solidariedade, ao meio ambiente, ao trabalho comunitário, a autonomia e organização autogestionária. Qualifica a economia solidária como uma alternativa para a re (inserção) de indivíduos marginalizados socialmente ao mercado de trabalho e sociedade, uma vez que amplia os seus enfoques além da construção dos empreendimentos solidários, conseguindo trabalhar com questões estruturais, propondo um novo padrão de desenvolvimento humano. Demonstra a contribuição da economia solidária para o desenvolvimento local, na medida em que os recursos e potencialidades dos grupos são valorizados e dialoga com questões relacionadas a sustentabilidade e qualidade de vida das populações mais pobres e marginalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia solidária; Desenvolvimento local; Reciclagem; Sustentabilidade.*

A Educação e o Trabalho na Associação Lar de Clara: uma Prática de Solidariedade

Célia Dias | ceditasgasas@gmail.com

Juliana Ipolito | orientador(a)

ESTE ARTIGO tem como objetivo apresentar a temática da solidariedade sua maneira de compartilhar na associação Lar de Clara, que através da educação e do saber popular e com trabalho associado entre parceiros, voluntários e a comunidade integra vivências, gera arte de criar, desafia a aprender, no fazer, no saber, no ser e no convívio entre todos. A metodologia descritiva buscou autores que abordam sobre educação popular, sua análise através dos saberes do trabalho associado no aporte à Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Solidariedade; educação popular; trabalho associado; economia solidária.*

Políticas Públicas e Economia Solidária: Alternativas de Geração de Trabalho e Renda no Brasil

Dayane Cristina da Costa | dayane_fitness@hotmail.com

Cristhiane Falchetti | orientador(a)

ESTE TRABALHO trata da relação entre as políticas públicas de economia solidária e o mercado de trabalho brasileiro, e de que forma a economia solidária se apresenta como possível alternativa aos que se encontram excluídos deste, a partir da geração de trabalho e renda. Num cenário de aumento do desemprego e ascensão das iniciativas indutoras de geração de trabalho e renda – que têm caráter distinto das políticas de emprego –, faz-se necessário adotar uma determinada concepção de economia solidária que permita analisar a relação entre esses dois fenômenos, bem como explorar os seus desafios institucionais e regulatórios e seus reflexos no sistema de relações de trabalho no Brasil.

A economia solidária traz consigo uma nova forma de entender as relações econômicas. Ao conquistar espaço nos setores públicos, vêm influenciando os conceitos e as formas de se fazer programas políticos de trabalho e renda.

Sendo assim, com esta reflexão procuramos discorrer sobre a categoria do trabalho e de que maneira a inclusão social pode acontecer de modo concreto na perspectiva da economia solidária, além de apresentar a organização na atualidade da economia solidária como uma proposta transformadora.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Políticas Públicas; Trabalho; Renda; Inclusão Social.*

O Desafio da Autogestão para as Mulheres da Economia Solidária: a Experiência das “Mulheres da Beira da Linha”

Edinaldo Rosendo Barbosa | eros.bar@bol.com.br

Incubadora de Empreendimentos Solidários – INCUBES/UFPB – Colaborador

Maurício Sardá de Faria | orientador(a)

A QUESTÃO central do artigo refere-se aos desafios da autogestão na visão das mulheres, a partir de práticas vivenciadas no dia-a-dia por um grupo de mulheres que constituíram um empreendimento informal com base nos princípios da economia solidária, denominado “Mulheres da Beira da Linha”, localizado no bairro Alto do Mateus, em João Pessoa, Paraíba. Essas mulheres trabalham de forma associada no ramo da confecção, tendo como principal produto a confecção de bolsas de tecidos para eventos.

A motivação do autor para tratar deste tema decorre do próprio trabalho que vem realizando há vários anos na assessoria a grupos produtivos do campo da economia solidária, como membro colaborador de uma Incubadora Universitária do campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Sendo a autogestão um princípio das iniciativas de economia solidária, que deve se expressar nos fazeres do dia-a-dia das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo e da cidade, o nosso ponto de partida foi realizar um resgate histórico dessa experiência, através da memória das próprias trabalhadoras. A recuperação dessa história foi realizada através de rodas de diálogo, nas quais se buscou estimular uma reflexão sobre os avanços e as dificuldades para o desenvolvimento do trabalho associado, coletivo e autogestionário.

Por fim, apresentamos apontamentos sobre a importância da autogestão para a efetivação desse novo jeito de produzir e comercializar baseado na economia solidária, bem como diretrizes metodológicas para o trabalho de assessoria e de incubação de experiências de trabalho associado, coletivo e autogestionário.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Autogestão; grupo produtivo; Mulheres; Trabalho associado.*

A Gestão Pública e os Processos Decisórios Experimentados no Governo Municipal de Quipapá/PE: Limites e Possibilidades

Emanuelina Rodrigues de Siqueira | ceu_terra@hotmail.com

Cristhiane Falchetti | orientador(a)

BUSCAMOS ANALISAR, por meio desse trabalho, a administração pública experimentada no município de Quipapá, no período de 1992-2012, apresentar os elementos políticos e culturais que incidiram nos modelos de gestão verificados, bem como, observar os processos decisórios correlacionados, e quais os espaços correspondentes à participação social. Dito de outra forma, pretendemos discutir como cada modelo de gestão pública compreende e insere a participação social nas respectivas gestões. A análise empreendida nesse trabalho divide-se em duas partes, e compreende a seguinte estrutura: na primeira parte discutimos o legado e a história dos movimentos sociais no século XX, no período da redemocratização, assim como o enfrentamento à política neoliberal; em seguida, analisamos o advento do neoliberalismo, as mudanças provocadas no âmbito da administração pública e o gerencialismo como resultante da filosofia neoliberalista, apontando as características desse modelo de gestão, os limites, organização e a permeabilidade social. A metodologia adotada, nessa primeira parte, apoiou-se em estudo teórico da bibliografia sobre o neoliberalismo, administração gerencial e movimentos sociais. A contextualização da gestão municipal a ser analisada, representa a segunda parte do artigo, e está dividida em três tópicos, quais sejam: as raízes do município de Quipapá, história e economia; os governos e os processos decisórios no período de 1992 a 2012; e a proposta de uma nova gestão pública para Quipapá, que contemple o aspecto sociopolítico e que experimente a participação

como núcleo central das políticas e ações da administração. Para essa parte do artigo, além da pesquisa empírica, utilizamos a metodologia baseada em levantamento de dados estatísticos e análise documental sobre o município de Quipapá. O resultado dessa pesquisa revela que a participação nas gestões gerenciais ocorre de maneira limitada e no nível do discurso, sem profundidade na prática. A pesquisa apresenta um caráter propositivo para gestões posteriores que visem à construção de uma plataforma pública municipal democrática e participativa atenta aos anseios sociais e comprometida com a dimensão sociopolítica da gestão pública.

PALAVRAS-CHAVE: *gestão pública; participação; gerencialismo; processos decisórios.*

Política Pública de Juventude no Estado de Pernambuco – Governo Eduardo Campos 2007/2010

Gilmar Correia Dias | gilmardias13@hotmail.com

Secretaria Estadual da Criança e da Juventude – PE

Paula Arcoverde Cavalcante | orientador(a)

ESTE ARTIGO tem como objetivo analisar o processo de institucionalização das Políticas Públicas de Juventude no Estado de Pernambuco no primeiro governo de Eduardo Campos no período de 2007 a 2010. Pernambuco destaca-se no cenário nacional, pelo avançado processo de institucionalização das Políticas Públicas de Juventude.

Em 2007, foi criada, de forma pioneira, a Secretaria Especial de Juventude e Emprego com objetivo de articular e fomentar as políticas de juventude em âmbito estadual. No mesmo ano, foi instituído por meio do Decreto nº 30.966/2007 o Comitê Intersectorial de Políticas Públicas de Juventude com o objetivo de subsidiar e de contribuir para a elaboração e o desenvolvimento do Plano Integral de Juventude do Estado. Fruto da

estruturação do Comitê foi realizado grande processo de mobilização e escuta da juventude pernambucana chamado Dialogando. Este processo reuniu, em todas as Regiões de Desenvolvimento do Estado, os mais diversos grupos, coletivos e organizações juvenis com o propósito de identificar as demandas da juventude.

Os documentos estratégicos construídos no âmbito do novo mandato reforçam essa atenção e assim o Plano Plurianual, o Plano Estadual de Segurança Pública (“Pacto pela Vida”) e o Plano Estadual de Juventude, elaborados em diferentes momentos exprimem as preocupações e o entendimento acerca de juventude e de ações em seu benefício.

Entretanto, como poderemos constatar ao longo deste artigo, pode-se afirmar o discurso ainda está distante de uma real disposição do Governo em dar centralidade aos problemas vividos nessa fase da vida e às ricas possibilidades que fazem da juventude uma época muito importante para construir as bases do desenvolvimento do indivíduo. Por fim, é importante dizer que o artigo em tela revela uma quantidade expressiva de ações sendo executadas (ou intermediadas) pelo Governo do Estado, mas isso não significa que estas ações partam de um planejamento contextualizado às demandas dos lugares e das pessoas que vivem onde elas são realizadas.

PALAVRAS-CHAVE: *Pernambuco; Governo; Juventude; Institucionalização*

Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis e Economia Solidária – Diálogos Possíveis para o Desenvolvimento Local Sustentável

Gliedson Alves da Silva | gliedson@gmail.com

Agência Pernambucana de Planejamento e Pesquisas – Condepe/Fidem

Thais Silva Mascarenhas | orientador(a)

O BRASIL com suas dimensões territoriais apresenta o desafio de concenar ideias locais para minimizar as desigualdades encontradas no país.

Dentro do Estado de Pernambuco existem esforços dentro do Serviço Público para atender tais demandas no âmbito estadual que podem contribuir para a construção de novas tecnologias sociais que ampliem as discussões acerca do Desenvolvimento Local Sustentável. Duas destas estratégias estão localizadas em diferentes Secretarias de Governo, possuem marcos teóricos dialógicos, públicos alvo comuns, mas apresentam dificuldade de diálogo entre si para uma atuação sistêmica. Este artigo visa iniciar uma discussão acerca das similitudes de princípios entre a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis – RPMS e a Política de Economia Solidária em Pernambuco de modo a trazer à tona novas possibilidades de diálogos para a construção de estratégias sistêmicas de Desenvolvimento Local no Estado. Busca dessa forma, contribuir para a reflexão do conceito de Políticas Públicas enquanto ação sistêmica e complementar entre diferentes secretarias e níveis de governo visando o alcance de objetivos comuns para beneficiários comuns. A partir dos princípios que norteiam estas ações governamentais que estão pautadas no diálogo com a comunidade para o reconhecimento real das demandas e o seu desenvolvimento levando em conta a sustentabilidade são traçados indicativos de diálogos possíveis para atuação conjunta no fortalecimento do desenvolvimento local.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis; Desenvolvimento Local e Políticas Públicas.*

A Associação e Solidariedade como Fatores para a Permanência na Terra e do Bem Viver: o Olhar da Assessoria Técnica sobre a Experiência de Assentadas/Os de Maracajá – PE

Íuse Núbia da Silva Ramos | iusenubia@hotmail.com

Governo do Estado de Pernambuco/ProRural

Alzira Medeiros | orientador(a)

ESTE ARTIGO busca apresentar a experiência de convivência entre famílias a resistência e organização dos moradores do assentamento Maracajá, localizado na Zona Rural do município de Passira, região do Semiárido nordestino do Brasil. O texto busca refletir sobre em que medida os vínculos sociais pelos laços de parentesco favoreceram a organização associativa e a permanência com dignidade na terra? O objetivo desse artigo é analisar a experiência dos agricultores a partir do sentimento de união e organização do grupo, no sentido de buscar a concretização de seus sonhos e a convivência em comunidade e enfatizar a participação efetiva das mulheres tanto na vida cotidiana quanto na vida orgânica da associação, como agentes transformadoras na construção de uma comunidade melhor para viver. A metodologia baseia na pesquisa empírica, com análise qualitativa das informações, a partir observação e registros de acompanhamento técnico à comunidade, entrevistas, e arquivos da associação e consulta a documentos. Tomei como referencial teórico Sardá e Sanchez, Medeiros, Santos e Buarque para analisar economia solidária, educação e economia solidária e gênero. O estudo conclui que os laços sociais de parentesco dos assentados de Maracajá são fundamentais para a permanência na terra, a luta pela efetivação de seus direitos e a busca por uma qualidade de vida melhor buscando políticas de convivência com o Semiárido. Do ponto de vista da relação técnico /comunidade, quando ocorre um trabalho de construção coletiva, tem que aprender com os conhecimentos populares, que nem sempre o que os técnicos imaginam ser o correto é o que as comunidades querem para si. Saber ouvir e valorizar as experiências dos grupos

sem invadir seu cotidiano, seus espaços, sua cultura e sem subestimar suas idéias, capacidades e conhecimentos. A participação efetiva das mulheres foi fundamental para que a comunidade se fortalecesse cada vez mais na sua luta por dias melhores. Nenhum investimento teria dado certo naquela comunidade se não tivesse a disponibilidade e a semente da organização e da união plantada por elas. As assentadas e assentados são os verdadeiros donos do projeto. Muitas vezes as entidades financiadoras simplesmente vão embora quando acaba o prazo de execução dos projetos. Tudo faz crer que a metodologia de trabalho e o respeito às famílias tem proporcionado bons frutos. Mas não é uma fórmula a ser aplicada em outros lugares, pois cada comunidade, cada empreendimento, cada público, cada ator tem sua especificidade que deve ser observada e muito bem analisada em cada território. Antes de qualquer iniciativa, um diagnóstico participativo é sempre necessário para entendermos o universo em que iremos atuar para poder melhor contribuir para a construção dos sonhos e de uma sociedade mais solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Organização; Cooperação; Convivência; Resistência; Protagonismo.*

A Importância dos Bancos Comunitários no Desenvolvimento Comunitário Sustentável e Solidário

Ivalcir de Sousa Gomes | ivalcir2@yahoo.com.br

Incubadora de Empreendimentos Solidários da Paraíba – INCUBES

Maurício Sardá de Faria | orientador(a)

O PRESENTE artigo tem como ponto de partida compreender alguns princípios da economia solidária a partir da formação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES) e de suas relações com a rede de “prosumidores” (existentes ou não) no seu território (comunidade) de origem. Um

dos principais objetivos é compreender tais relações estabelecidas quanto ao conceito de Desenvolvimento Comunitário, Sustentável e Solidário (DCSS) na correlação Empreendimento X Comunidade. Para tanto, foi realizado um questionário com um empreendimento, que já existe há mais de 10 anos, no conjunto Palmeiras, em Fortaleza/CE e é chamado de “Palma Limpe” (grupo de produção de materiais em higiene e limpeza).

Pretendemos, também, apontar as estratégias dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) como eficaz instrumento para a criação de redes, facilitando o comércio e o consumo local, fortalecendo a comercialização desse grupo, utilizando conceitos sobre ações e produtos que estão ligados a essas experiências de economia solidária. Assim, traçamos o histórico do grupo, bem como de sua comunidade, apresentando a proposta dos BCDs e a formação de rede de consumo e produção local como principal articulação possível e necessária para a sustentabilidade de empreendimentos ligados a economia solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *redes; desenvolvimento comunitário; economia solidária; bancos de desenvolvimento comunitários;*

Economia Solidária e Política Habitacional: um Novo Viver Construído pela Habitação

Lucilene Carvalho Torres | lucitorres07@hotmail.com

Pedro Arantes | orientador(a)

A PARTIR das experiências vivenciadas como técnica social em programas habitacionais realizados nos municípios de Olinda, Paulista e Recife, no Estado de Pernambuco, este artigo pretende descrever como ocorreu nos municípios acima referidos, e como ocorre em todo o Estado, a participação popular nos programas habitacionais. Se realmente existe, como acontece na prática e que impactos gera desde o planejamento à implantação.

Tomando como base o referencial teórico da Economia Solidária – Ecosol, a análise fundamentou-se na experiência vivenciada, nos dados

secundários (atas de reuniões, estudos de bibliografias sobre o tema) e diálogo com gestores, técnicos e sociedade civil (moradores e lideranças). A partir da construção dos discursos desses atores, relacionados com o referencial teórico da Ecosol, concluiu-se que apesar dos avanços, a participação popular ainda não se configura como uma participação cidadã, seja pela desarticulação e fragilidade da população das comunidades no exercício das práticas participativas, seja pela falta de uma pedagogia adequada de participação, seja, ainda, pela gestão tecnocrática da política local, bem como pelas divergências entre as equipes técnicas (social e de engenharia), que não comungam das mesmas lógicas participativas democratizantes, fundamentais para se construir um novo viver.

PALAVRAS-CHAVE: *habitação; participação; democracia; economia solidária.*

As Raízes Históricas e a Atualização do Debate Conceitual da Chamada Economia Solidária

Marco Antônio Levay Filho

Alzira Medeiros | orientador(a)

O ATUAL processo de degradação da vida humana em sociedade, em grande parte, é fruto do modelo capitalista de desenvolvimento que visa essencialmente o lucro e vive em constante conflito com a resistência organizada dos trabalhadores. Nesse sentido, este estudo busca levantar as raízes históricas da luta dos trabalhadores partindo das primeiras experimentações de cooperativismo operário na Europa dos séculos XIX e XX à luz, basicamente, das elaborações dos chamados socialistas utópicos como inglês Robert Owen e o francês Pierre Proudhon e os reflexos dessas movimentações de trabalhadores no Brasil desde o século XIX até os dias de hoje. Levando em consideração este processo histórico, este artigo busca também atualizar o debate conceitual da chamada economia solidária trabalhando com autores como Paul Singer, Jose Luís Coraggio, Luiz Inácio Gaiger e Marcos Arruda. O principal objetivo é organizar a discussão sobre

os elementos históricos que contribuem para o surgimento da economia solidária Europa e no Brasil e da recente emergência do fenômeno buscando analisar os aspectos que contribuem para a reação dos trabalhadores, tendo em vista o acúmulo conceitual em curso nas produções acadêmicas. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica com a leitura pré-determinada de títulos relativos ao tema. Após a leitura, foram identificadas e analisadas as aproximações e divergências. O estudo conclui que há uma espécie de bifurcação teórica entre os autores citados. De um lado Singer e Coraggio trazendo um debate acerca da necessidade da existência da economia solidária como forma de resistência ao capitalismo e por outro Gaiger e Arruda defendendo uma posição que articula as dimensões materiais e imateriais da chamada economia solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Cooperativismo; Economia Solidária; Resgate Histórico; Conceitos.*

As Teorias da Autogestão e os Limites e Possibilidades da Política Pública de Economia Solidária: um Estudo da Política de Economia Solidária em Pernambuco e Resultados na Associação Ateliê Moda Recife

Maria de Lourdes Alves Oliveira | Lourdinhaol@uol.com.br
CRED CIDADANIA

Elcio Benini | orientador(a)

ESTE TRABALHO aborda a relação entre as concepções e lutas pela autogestão, o papel do Estado e as lutas do movimento de economia solidária em PE, no período de 2001 a 2010 por direitos e políticas públicas de economia solidária no município de Recife e Estado de PE, a partir da legislação pertinente e das ações desenvolvidas pela Prefeitura do Recife e Governo

Estadual.

Relaciona limites e possibilidades dessas ações e experiências estimuladas pelas políticas públicas, como o surgimento da Associação Ateliê Moda Recife, que apesar da fragilidade da atividade econômica tem sido fundamental para o avanço na luta de cidadãos e cidadãs por mudança nas relações de trabalho que contribua na conquista de direitos e para libertação da exploração do capital e apontam para relações mais igualitárias entre os seres humanos.

Analisa as contradições entre as ações e as concepções da autogestão e do movimento de Economia Solidária, no Estado. A falta de continuidade das políticas no município do Recife, em função de inúmeras razões, como a mudança de gestores, mas, sobretudo pela falta de força política das comunidades locais e movimento da Economia Solidária.

Por fim traz sugestões de caminhos possíveis para avançar nas conquistas de direitos e políticas públicas de Economia Solidária, como a criação do Fundo Estadual de ES para financiar as ações e a importância das ações educativas da população visando à busca de novos paradigmas e novas práticas e conceitos de qualidade de vida, em resposta a atual crise civilizatória do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: *Autogestão; Economia Solidária; Política Pública; Lutas Sociais.*

Estratégia de Formação para Empreendimentos de Economia Solidária: Um Estudo de Caso do Programa de Intercâmbio dos Grupos Fundamentados na Economia Solidária

Maurivan Adriano Tenório | Ioli Gewehr Wirth | orientador(a)

ESTE TRABALHO traz contribuições para as discussões em torno da construção de estratégias de formação e viabilização do fortalecimento e da

organização do trabalho associado e coletivo junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários no estado de Pernambuco, através do Programa de Intercâmbio de Grupos Fundamentados na Economia Solidária, desenvolvido pelo Projeto Ramá – Entidade de Apoio e Fomento – EAF, localizada na cidade de Recife. Propomos a problematização sobre a importância do movimento de economia solidária pautar seu projeto político na perspectiva da prática pedagógica transformadora envolvendo todos os segmentos que compõem o movimento, fundamentando esse processo nos princípios, práticas e metodologias da autogestão e da educação popular. O processo formativo desenvolvido através do Programa de Intercâmbio, analisado neste trabalho, busca através de metodologias participativas facilitar a compreensão dos sujeitos envolvidos no Programa, unindo a diversidade de conhecimentos a fim de facilitar as intervenções e proposições na construção de um desenvolvimento local e humano, pautado na economia solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Educação; intercâmbio e economia solidária.*

Benefícios da Aplicabilidade Das Alternativas Penais no Estado de Pernambuco

Odênia Barbosa dos Santos | odeniabarbosa@yahoo.com.br
Universidade Federal do Tocantins – UFT

Paula Arcoverde Cavalcanti | orientador(a)

O ARTIGO versa sobre os benefícios sociais da aplicabilidade das Penas Restritivas de Direitos, também conhecidas como Alternativas Penais, abordando os resultados sociais obtidos em Pernambuco, aos cumpridores atendidos nas Centrais de Apoio às Medidas e Penas Alternativas (CEAPAs).

As CEAPAs, que realizam atendimento e monitoramento sistemático aos cumpridores das Penas e Medidas Alternativas, se constituíram em fontes de dados para o desenvolvimento deste artigo.

Durante o desenrolar do artigo foi oportuno discorrer um breve histórico da aplicação das Alternativas Penais no mundo, e em particular no Estado de Pernambuco. Ainda, a criação dos Juizados Especiais Criminais, com o objetivo de tornar célere o atendimento e a solução para os casos considerados de médio e menor potencial ofensivo.

Ressaltou-se como ocorrem o monitoramento e a fiscalização do cumprimento da sanção penal nas CEAPAs, bem como a importância da contribuição da educação para melhorar a convivência em sociedade, destacando o respeito ao direito dos outros, uma vez que a educação pode ser verdadeira ferramenta que, quando bem utilizada, produz efeitos significativos nas ações dos grupos sociais. Foram destacados os benefícios sociais gerados para a população, oriundos da aplicação das Alternativas Penais, sendo apresentado, de forma quantitativa e qualitativa, o resultado dessa aplicação.

PALAVRAS-CHAVE: *Alternativas Penais; CEAPAs; Cumpridor; Benefícios.*

Ecovárzea: Autogestão e Trabalho Associado

Ronildo Monteiro Ferreira | roniferreira_1@hotmail.com

Rede de Educação Cidadã – Recid/PB

Maurício Sardá de Faria | orientador(a)

A MOTIVAÇÃO e a proposição do artigo é analisar a organização social da Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – ECOVÁRZEA, iniciada em 2001 em João Pessoa-PB, que está instalada atualmente no Campus I da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, sendo composta por cerca de trinta produtores e produtoras de assentamentos rurais da Várzea Paraibana, dos Municípios de Sapé, Cruz do Espírito Santo e Conde. O interesse principal recai sobre os aspectos relacionados à gestão dessa experiência de comercialização coletiva, procurando perceber os avanços das práticas de autogestão, que para Nanci Carvalho “são organizações nas quais o aprendizado e a autoridade,

a participação e o controle são a mesma coisa” (1983, p. 23,) e seus significados para sua afirmação enquanto uma iniciativa de economia solidária.

O objetivo foi analisar a opção e tática política da gestão desse grupo, tentando entender a vivência da gestão coletiva, nas experiências do trabalho de comercialização dos produtos, bem como os desafios enfrentados para superar a cultura da heterogestão, fortalecida e reproduzida pelas instituições da sociedade em que vivemos, desde a família, a escola, o Estado Capitalista e outras organizações e instituições difundidas pelo sistema social, econômico e político que vivemos.

Os recursos utilizados para o esclarecimento das motivações que buscam sinalizar os elementos que evidenciam a vivência de autogestão dessa organização coletiva para a comercialização de produtos agroecológicos foram informações através da observação direta, de entrevistas semi-estruturadas, com integrantes da Coordenação e coleta de informações em produções intelectuais que discutem a temática da autogestão, teoria organizacional e pedagogia da produção associada.

Comunicação: a Cereja do Bolo ou a Farinha e o Fermento da Sistematização de Experiências?

Rosane Mariani | nani.donagata@gmail.com

Ioli Wirth | orientador(a)

ESTE ARTIGO se propõe a discutir o papel e a necessidade da comunicação em todas as etapas da Sistematização de Experiências, ao mesmo tempo em que a apresenta como um instrumento pedagógico de produção e compartilhamento de saberes na Economia Solidária. Isso porque, apesar de figurar entre todos os que teorizam Sistematização de Experiências, a comunicação ainda acaba soando como a “cereja do bolo”, que aparece apenas na finalização do processo, garantindo sua visibilização. Assim e ousando pensar no aproveitamento de todo o seu potencial, como “farinha

e fermento”, que estruturam e fazem crescer este processo tão rico, busco identificar elementos de comunicação que se apresentam, principalmente na integração do binômio comunicação/educação. Com isso, fazer aflorar os elementos comunicacionais presentes no processo, para além dos políticos-pedagógicos, que já são consenso entre os que teorizam e produzem Sistematização de Experiências. Está baseado em pesquisa bibliográfica e em reflexões, embasadas pela memória de uma sistematização de experiência já produzida. Mesmo que de maneira não conclusiva, o artigo se propõe a demonstrar 1) a importância dos Processos de Sistematização de Experiências na Economia Solidária; 2) a presença e a necessidade da comunicação durante todo o processo de Sistematização de Experiências; 3) de maneira indireta, já que a experiência sistematizada foi de grupo de mulheres, demonstrar que a sistematização pode fazer aflorar falas que, provavelmente, seriam ocultadas pela visão androcêntrica do mundo e que não estariam presentes em outros tipos de pesquisas positivistas, investigação ou avaliação.

PALAVRAS-CHAVE: *Sistematização de Experiências; Economia Solidária; comunicação; mulheres.*

A Importância da Tecnologia Social na Construção Coletiva do Conhecimento sobre Economia Solidária

Zafira Maria Lins Peixoto | zafirapeixoto@yahoo.com.br

Rafael de Brito Dias | orientador(a)

O ARTIGO discute a importância da Tecnologia Social (TS) na construção coletiva do conhecimento sobre a Economia Solidária, especificamente o papel da TS e dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Os EES, segundo o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005), são definidos “ (...) como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição,

consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.”

A discussão levantada pelo artigo ressalta a falta de entendimento dos empreendimentos econômicos solidários sobre sua importância na formulação e aplicação de Tecnologias Sociais, que possibilitarão sua inserção no mundo do trabalho sob outra ótica, a da economia solidária, onde prevaleça o desenvolvimento e realização e fortalecimento do trabalho coletivo; das decisões coletivas e comercialização coletivas, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável.

No processo de construção da TS, é possível perceber três vertentes no âmbito do movimento de Economia Solidária e três no da Tecnologia Social. Cada uma dessas vertentes pode ser categorizada como: 1ª) pró-empresendedorismo/capitalismo; 2ª) imediatista e uma 3ª) revolucionária.

Para possibilitar a construção de uma Tecnologia Social no caminho da economia solidária, será necessário uma formulação conjunta, empreendimentos e academia, sob a ótica das necessidades dos empreendimentos, na intenção de aprimorar o processo produtivo e de gestão dos empreendimentos econômicos solidários.

PALAVRAS-CHAVE: *Tecnologia Social; Economia Solidária; Empreendimentos Econômicos Solidários; Trabalho Associado.*

Formação de Redes de Produção em Empreendimentos de Economia Solidária na Região Metropolitana de Salvador

Albene Diciúla Piau Vasconcelos | albenepiau@yahoo.com.br

Superintendência de Economia Solidária SESOL/SETRE

Juliana Ipólito | orientador(a)

A EMERGÊNCIA das redes de produção tem se tornado terreno e tema férteis aos praticantes, estudiosos e gestores públicos da economia solidária. Diante do cenário que se apresenta, o presente artigo, balizado em relatórios técnicos e leitura bibliográfica, busca analisar o fenômeno a partir das experiências da Superintendência de Economia Solidária do Governo da Bahia – SESOL/SETRE. Tem sua abordagem iniciada com breve contextualização da economia solidária e seu ressurgimento no Brasil nos anos 1990. Em outros tópicos, sinaliza a constituição de redes como alternativa para a sustentabilidade dos empreendimentos de forma articulada, tendo como lastro o aprendizado contínuo, ainda que informal, centrado em valores e princípios negociados coletivamente. Os resultados encontrados evidenciam os caminhos heterodoxos por quais passa a conformação de redes, os desafios próprios à comercialização e a necessidade de instrumentalização dos participantes, especialmente, no campo gerencial. Indicam que esses empreendimentos vivem em um processo contínuo de construção e

desconstrução, visto que em sua maioria são empreendimentos informais e carentes que necessitam de infraestrutura para produção (máquinas/equipamentos, utensílios, móveis), infraestrutura física e assessoria constante. Mas com potencial de um processo paulatino e contínuo de crescimento. Assim, somente a superação dessas etapas que se pode pensar na fase de formação, e, por conseguinte, na sustentabilidade enquanto rede de produção e comercialização.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Redes; Empreendimentos; Salvador.*

O Apoio a Eventos como Parte da Política Pública de Economia Solidária: Alguns Aspectos Importantes da Feira Estadual de Economia Solidária da Bahia

André Luis Ferreira da Silva

Bruna Mendes de Vasconcellos | orientador(a)

APESAR DO acúmulo do Brasil e da Bahia em pesquisas sobre o tema Economia Solidária, quando a discussão gira em torno de políticas públicas deste segmento a história se revela muito nova e ainda incipiente. Este artigo pretende discutir sobre a construção de uma política pública de economia solidária pautada não apenas na geração de renda, mas nos aspectos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tomando como base a importância do apoio aos eventos, em especial às feiras na Bahia. A abordagem sobre comercialização, divulgação, autogestão e formação como aspectos das feiras de economia solidária, que são fundamentais para o fortalecimento de práticas de produção coletiva e de emancipação de trabalhadoras e trabalhadores associados. Este estudo versa ainda, sobre a identificação de algumas dificuldades e avanços na gestão da Política Pública de Economia Solidária na Bahia, para garantir recursos e uma boa execução no apoio aos eventos dessa natureza, focan-

do no período da criação da Superintendência de Economia Solidária, até a sanção da Lei 12.368 em 13 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Fomento à Economia Solidária no Estado da Bahia e do Conselho Estadual de Economia Solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Política Pública; Economia Solidária; Gestão Pública; Apoio a eventos; Autogestão; Comercialização; Formação; Divulgação.*

Necessidade de Reestruturação Organizacional da Prefeitura Municipal do Salvador: Avaliação da Atuação da Subcoordenadoria de Economia Solidária na Coordenadoria de Projetos Alternativos para Geração de Emprego e Renda em Prol do Desenvolvimento da Economia Solidária

Andreia Cassia dos Santos Reis | acassia85@hotmail.com
Prefeitura Municipal do Salvador

Édi A. Benini | orientador(a)

DE FORMA abrangente e dialética o texto tratou da análise organizacional e institucional da Prefeitura Municipal do Salvador, focando na atuação da Coordenadoria de Projetos Alternativos para Geração de Emprego e Renda, por meio da Subcoordenadoria de Economia Solidária e Incentivo ao Empreendedorismo. Evidenciando o histórico de sua atuação nos anos de 2009-2012, cuja rotina, predispõe a incansável investida em integrar as secretarias municipais nas reflexões a cerca do desenvolvimento de Políticas Públicas para Economia Solidária, como sendo estratégia de governo para o desenvolvimento socioeconômico local. A referida análise embasou a contextualização desta subcoordenadoria no que se refere à questão da

necessidade de adequação da Gestão Pública para viabilizar políticas públicas factíveis a potencialidade desse novo cenário socioeconômico, na tentativa de acompanhar o nível da atuação efetiva na execução de Política Pública em Economia Solidária da Secretaria Nacional de Economia Solidária e outros organismos imbuídos com a temática, impulsionados pelo governo federal. Assim, detectou-se a falta de autonomia orçamentaria, contingenciamento financeiro, falta de comunicação interna, rotatividade dos colaboradores, atuação de forma espontânea e imediatista por falta de planejamento e qualificação técnica, departamentos e cargos existentes ociosos pelo desvio de seus colaboradores para exercício de outras funções, a necessidade de suprir a inexistência dos respectivos, estabelecendo as funções, responsabilidades e grau de hierarquia para melhor atender as demandas, e os frequentes conflitos internos e externos pertencentes a natureza da relação política. Considerando a atuação favorável dos Gestores Públicos vinculados à referida coordenação partindo do potencial de seus profissionais, essa análise revelou as limitações e perspectivas da subcoordenadoria, frente a iniciativa de inserção da temática no plano de trabalho a ser executado por todas as Secretarias Municipais como uma estratégia de desenvolvimento na lógica econômica social e solidária, cuja relação entre a viabilidade e efetividade operacional esta diretamente ligada com os dispositivos constitutivos legais e a integração dos organismos públicos municipais.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Política Pública; Gestores Públicos; Efetividade.*

A Contribuição da Psicologia Social de Enrique Pichon Riviére para a Economia Solidária: Introdução a uma Discussão Teórico-Conceitual

Catarina Andrade Rosas | catarina.rosas@yahoo.com.br

Liliam Deisy Ghinzoni | orientador(a)

O OBJETIVO deste artigo é apresentar a contribuição da Psicologia Social Pichoniana para a Economia Solidária, bem como as possibilidades de intersecção. Trata-se de um diálogo inicial nesta ponte ainda pouco explorada entre as duas temáticas. A Psicologia Social é uma ciência voltada para a mudança social, se inscreve na crítica da vida cotidiana, está ancorada no materialismo histórico dialético de Karl Marx e tem como um dos seus principais teóricos Enrique Pichon Riviére.

Partimos do princípio de que a Economia Solidária – ECOSOL se apresenta essencialmente em grupos, em pessoas reunidas em prol de um objetivo comum, a produção associada. Dessa forma, consideramos que se trata de uma possibilidade de articulação fecunda com a teoria de grupos, e, por esta razão, devem estabelecer um diálogo estreito.

Para efeitos metodológicos, o trabalho é teórico-conceitual e foi baseado principalmente nos escritos de Pichon para a Psicologia Social e Paul Singer para a Economia Solidária. Para a teoria de Pinchon, a transformação da realidade só é possível quando as pessoas, articuladas entre si, aprendem por meio do processo grupal. E a economia solidária apresenta um novo modo de viver coletivamente, constituindo-se em um modelo que vai além do econômico.

Assim, pontuamos que é fundamental um olhar cuidadoso sobre os grupos. Acreditamos que é o agir coletivo que possibilita a transformação social e, por essa razão, convocamos para uma reflexão sobre grupos produtivos de ECOSOL. Não falamos apenas da formação política ou técnica, mas sinalizamos também a questão subjetiva. Não é possível “juntar gente” sem ter a sensibilidade de que estamos tratando de pessoas com histórias, modelos, fragilidades e formas diferenciadas de ser e estar no mundo. Devemos avançar para além das preocupações sobre preços, embalagens...

Sem dúvida que essas questões têm o seu lugar e importância, mas é preciso levar em consideração as demandas não aparentes, que em alguns momentos se apresentam como um entrave para a execução da tarefa.

Como resultados, consideramos que há uma sincronia entre as temáticas e julgamos que a Psicologia Pichoniana é um conteúdo fundamental para quem se propõe a trabalhar com grupos.

PALAVRAS-CHAVE: *Psicologia Social; Enrique Pichon Riviere; Economia Solidária.*

Economia Solidária Nos Processos de Mobilização e Formação para a Convivência com Semiárido: o Projeto Cisternas da Sedes/Ba

Davi Fantuzzi Lucas | davifuzz@yahoo.com.br

Bacharel em Gestão de Cooperativas – Universidade Federal de Viçosa

Ludmila Meira | orientador(a)

O ARTIGO reúne informações e analisa como a economia solidária é abordada nas capacitações dos beneficiários e beneficiárias de cisternas de produção do Projeto Cisternas da Secretária de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza do Governo do Estado da Bahia – SEDES, bem como aponta limites e potencialidades desse processo. Grande parte da população dispersa na zona rural do Estado da Bahia vive em situação de insegurança hídrica. A partir dessa situação a sociedade civil organizada, através do poder público federal e estadual construiu ações concretas para alterar essa realidade idealizando e executando políticas públicas com foco na convivência com o semiárido, centradas no armazenamento de água para consumo humano e produção de alimentos e visando à segurança hídrica, alimentar e nutricional dessas famílias. Segundo a Articulação no Semiárido – ASA, uma quantidade considerável de famílias que passam pelas capacitações e tem acesso a tecnologias de armazenamento de água

para produção produzem para além do consumo familiar e comercializam o excedente de diversas formas, inclusive coletivamente através do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Para a elaboração deste artigo foi realizada pesquisa bibliográfica e documental que identificou e analisou termos de convênio e projetos técnicos. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros das equipes técnicas de duas entidades subconveniadas com a SEDES no ano de 2010 para a execução de cisternas de consumo e produção e que encerraram os projetos no ano de 2012. O artigo aponta que a escolha de temas específicos a serem abordados nas capacitações de beneficiários e beneficiárias de cisternas de produção é uma decisão das entidades, e dessa forma a economia solidária acaba sendo trabalhada superficialmente. O artigo também aponta que é necessário maior relação intersetorial e transversal entre órgãos dos Governos Federal e Estadual no que diz respeito às ações de convivência com o semiárido, em especial no âmbito do Projeto Cisternas da SEDES.

PALAVRAS-CHAVE: *políticas públicas; convivência com o semiárido; economia solidária.*

O Modelo de Gestão e Formação no Espaço Solidário em Salvador

Edjane Santana de Oliveira | edjaneso@gmail.com

Airton Cardoso Cançado | orientador(a)

ESTE ARTIGO reflete a realidade dos Empreendimentos de Economia Solidária – EES que atuam no Espaço Solidário na cidade de Salvador. Ele integra os Centros Públicos de Economia Solidária, com o objetivo de fortalecer os empreendimentos, oferecendo alternativas de comercialização com práticas educativas de qualificação e estímulo ao comércio justo. A partir da observação dos resultados obtidos pela inserção destes no ponto fixo de comercialização, verificam-se as possibilidades de contribuição para

transformação e viabilização desses empreendimentos em uma prática pedagógica, promotora de relações inseridas no ensinar-aprender. Portanto, pretende-se analisar as contribuições do Espaço Solidário para a formação de caráter participativo dos sujeitos envolvidos, assim como a superação dos desafios da gestão destes grupos.

Neste estudo, faz-se uma análise das demandas que tal iniciativa apresenta, sob duas dimensões: gestão e formação. Na dimensão gestão, foram estudadas as relações internas, em aspectos como democracia, participação, igualitarismo, assim como fragilidade e desafios desenvolvidos para construção da autogestão, incluindo principalmente o gerenciamento do negócio. Na formação, como o processo pedagógico pode ajudar na realidade prática da construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos e como eles vêem o Espaço Solidário como forma de aprendizado a ser replicado nos grupos.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Gestão; Formação.*

Política Pública de Economia Solidária: Editais de Apoio as Incubadoras na Bahia

Graciela Regines de Paula N. Santos | galregines@hotmail.com

Administradora, Técnica da Incubadora Pública Estadual

Ioli Witrh | orientador(a)

O PRESENTE trabalho visa apresentar uma das ações da Política Pública de Economia Solidária na Bahia, no âmbito do Programa Bahia Solidária, os Editais de apoio as Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários. O histórico da criação da Superintendência de Economia Solidária e sua constituição a partir de uma carta enviada pelo movimento social ao Governador do Estado numa perspectiva de consolidar a temática e o desenvolvimento de ações de apoio e fomento no Estado. A estrutura pública abarca direcionada para o âmbito da formação, fomento e finanças solidárias. Os editais de apoio as incubadoras de empreendimentos econômicos

solidários e as estratégias de atuação em quatro modalidades de incubadoras em universitária, territorial, temática e estadual. O montante investido através dos editais, o demonstrativo dos municípios de atuação dos empreendimentos e o público beneficiário. Apresentação de Metodologias de Incubação. Metodologias aplicadas em um processo formativo dos grupos produtivos por alguns autores e assessorias. Proposta de uma Avaliação de Política Pública. Conceituação sobre Avaliação de Políticas Públicas. Uma reflexão sobre a política pública de economia solidária considerando a falta de indicadores para medir os reais impactos do investimento nesses editais.

PALAVRAS-CHAVE: *Política Pública; Economia Solidária; Incubação e Avaliação de Política Pública.*

Anteprojeto de Lei de Economia Solidária: uma Análise à Luz da Teoria Constitucional

Hudson Silva dos Santos | hudson_adv@yahoo.com.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

Aline Sueli de Salles Santos | orientador(a)

O ARTIGO apresenta os fundamentos teóricos jurídico-constitucionais que embasam o Anteprojeto de Lei de Economia Solidária. Para tanto, utiliza-se como ferramenta de análise a teoria constitucional, a fim de concluir sobre a necessidade de aprovação do Anteprojeto e a normatividade da Constituição Federal/1988 (CF/1988). Trilha teórica percorrida: 1. Sentidos da Constituição – apresentação do conceito de Constituição; análise das teorias da Constituição (Kelsen, Schmitt, Lassale e Hesse); adoção da perspectiva teórica de Hesse para fins de interpretação da CF/1988, em razão dos seguintes argumentos: I) a Constituição (documento escrito) tem força normativa, por consequência torna-se capaz de ordenar e conformar a realidade político-social, II) a práxis constitucional deve alinhar-se às necessidades de constante legitimação da Constituição e dos anseios

histórico-sociais de seu tempo. 2. CF/1988 e Anteprojeto – apresentação da teoria da Constitucionalização do Direito, que aduz: I) a CF/1998 não é um veículo normativo apto para se registrar e sanear a completude dos fatos sociais, mas tão somente o locus privilegiado de estabelecimento de diretrizes para a legislação infraconstitucional cumprir e regulamentar os seus imperativos, II) em termos de cumprimentos e regulamentações, relativamente ao Poder Legislativo, há limitação na sua discricionariedade ou liberdade de conformação na elaboração das leis em geral e há imposição de determinados deveres de atuação para realização de direitos e programas constitucionais; análise de quadro comparativo de temas comuns à CF/1998 e ao Anteprojeto. 3. Conclusões – I) A CF/1988 tem supremacias formal e material, o que imprime um efeito de irradiação dos seus imperativos a todo o ordenamento jurídico e poderes instituídos; II) o Anteprojeto absorveu significativamente diversos mandamentos da CF/1988; III) ao Poder Legislativo, impõe-se a tarefa de aprovar um instrumento normativo condizente com os direitos/programas constitucionais e alinhado às peculiaridades dos grupos produtivos de Economia Solidária, como forma de avalizar o processo de legitimação da CF/1998, sob pena de desvinculá-la da singularidade do seu presente e, ao mesmo tempo, negar-lhe a colaboração com a construção de uma futura sociedade livre, justa e solidária.

PALAVRAS-CHAVE: *Anteprojeto de Lei de Economia Solidária; Constituição Federal/1988; teoria da Constituição; Constitucionalização do Direito.*

Cooperativismo Tradicional Versus Economia Solidaria: as Primeiras Impressões nas Cooperativas de Itacaré e Arembepe Dentro do Programa Profrota Pesqueira

Ismario Antonio Miranda | ismario@ifba.edu.br

Instituto Federal de Ciências, Tecnologia e Educação da Bahia

Jonas de Oliveira Bertucci | orientador(a)

O PRESENTE trabalho objetiva discutir como o conhecimento sobre economia solidaria está sendo absorvido pelos cooperados das cooperativas envolvidas no Programa PROFROTA pesqueira com capacitação e incubação realizada pelo IFBA – Instituto Federal de Ciência de Educação da Bahia em convênio com o MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura. Traz como cenário as diferenças entre Cooperativismo e Economia Solidária, evidenciando que se trata apenas da formação política dos empreendimentos, mas que ambas partem do mesmo marco legal.

O cooperativismo e/ou associativismo na contemporaneidade é reconhecido como uma alternativa dos trabalhadores diante do processo de acumulação de capital e pode ser caracterizado como forma social diferenciada de produção. Os tipos de empreendimentos coletivos são as cooperativas e as associações de trabalho, produção de bens e serviços, que geram trabalho e renda. Essas associações trazem consigo os princípios de cooperação, democracia e autogestão.

Pelo que foi visto, as diferenças entre Cooperativismo e Economia Solidaria ocorrem no campo ideológico, embora ambos concentram seus apelos para o caráter autogestionário dos empreendimentos e na sua emancipação pelo trabalho associado como forma de inclusão. Nesse campo as mais conhecidas são as cooperativas populares constituídas por gente que a sociedade rejeitou pessoas necessitadas de uma atividade geradora de trabalho e renda, que lhes restitua a condição de cidadão e a capacidade de sentirem-se aliviadas.

Conclui-se que os Cooperados do Profrota estão assimilando os con-

ceitos do Cooperativismo com ênfase na Economia Solidária de forma gradual e contínua como deve ser, dentro do processo de capacitação e incubação. E por fim que estes percebem as diferentes vertentes do Cooperativismo Tradicional e da Economia Solidária. A equipe de incubação do projeto percebe também que é necessário minimizar estas diferenças reforçando o caráter autogestionário dos empreendimentos e que as decisões coletivas devem favorecer o grupo e fortalecê-los para desafios maiores.

PALAVRAS-CHAVE: *Cooperativismo; Economia Solidária; Autogestão; Trabalho Associado.*

A Política de Economia Solidária como Alternativa à Precarização do Trabalho

Ivani Silveira da Silva | ivanisilveira@yahoo.com.br

Prefeitura Municipal de Candeias

Milena Serafim | orientador(a)

AS MUDANÇAS ocorridas na economia brasileira trouxeram diversas consequências para o mundo do trabalho. Dentre estas mudanças, destaca-se a precarização das condições trabalhistas e a reestruturação produtiva, geradores da diminuição de trabalhos formais e da migração de diversos trabalhadores para o setor informal de produção. Contudo, novas formas de enfrentamento à precarização do trabalho têm motivado a formulação de políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda. É nesse contexto que a política de Economia Solidária se enquadra: como uma resposta e alternativa dos trabalhadores para a crise.

A compreensão da essência do movimento da economia solidária nos remete a um pressuposto de que essa “nova economia” surgiu para dar conta das evidências causadas pela precarização das formas de trabalho e do desnível econômico que afeta milhares de pessoas em todas as classes. E que ela nada mais é do que uma alternativa criada pelo próprio sistema

atual como consequência do seu desenvolvimento e do aprofundamento da crise do emprego.

Entendemos, portanto, que a economia solidária é uma realidade e se coloca como uma resposta imediata de sobrevivência para trabalhadores, especialmente em um contexto de precarização do trabalho e desemprego estrutural.

PALAVRAS-CHAVE: *mundo do trabalho; desemprego; economia solidária.*

Economia Solidária, Política Habitacional e Reforma Urbana: o Mutirão Autogestionário dos Cooperados do Empreendimento Habitacional Vila Solidária Mar Azul – Paripe – Salvador – Bahia

Magda Lorena Macedo Oliveira | magda.lorena25@hotmail.com

Graziela Kunsch | orientador(a)

ESTE TRABALHO de Conclusão de Curso tem como tema Economia Solidária, Política Habitacional e Reforma Urbana para trabalhadores de renda baixa informal e objetiva estudar a importância da autogestão nos movimentos sociais. O nosso objetivo é verificar como a Política Habitacional, a Reforma Urbana e a Economia Solidária podem contribuir para a implantação de um programa para as camadas populares que participam de movimentos sociais. A nossa hipótese é que a Política Habitacional, a Reforma Urbana e a Economia Solidária podem contribuir na implantação de um programa para as classes populares e estas, através de movimentos sociais podem democratizar as políticas públicas. É necessário construir uma nova forma de sociedade que alcance graus crescentes de controle da produção e reprodução social. Por isso é importante que os movimentos sociais se preparem para orientar as políticas públicas na direção da radi-

calização da democracia e da sociedade. Nossa pesquisa foi com dez pessoas que participaram do projeto “Vila Solidária Mar Azul” que construíram suas casas por mutirão e autogestão. O resultado foi bastante positivo.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Política Habitacional; Reforma Urbana e Autogestão.*

Mulheres do Espaço Urbano na Economia Solidária

Michele Souto de Souza do Sacramento | michelle.soutto@yahoo.com.br
Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Shirley Silveira Andrade | orientador(a)

O ESTUDO buscou refletir quais mudanças a inserção na Economia Solidária trouxe para a vida das mulheres do espaço urbano, e, ao mesmo tempo, o que elas representam no contexto das relações de gênero: reforça a precarização e subalternidade ou representa um passo à emancipação. O recorte dado no urbano, especificamente Salvador, se deu a partir do entendimento de que no meio rural os papéis sociais estão mais internalizados, bem como a cultura solidária e colaborativa mais fortalecidas.

Para embasar a reflexão, foi apresentado no texto uma breve revisão bibliográfica das relações de gênero no mercado de trabalho e do conceito de Economia Solidária, além de uma análise de entrevistas a três mulheres – lideranças – que estão em empreendimentos econômicos solidários em Salvador. As mulheres entrevistadas são de diferentes segmentos de produção – reciclagem, costura e alimentação – e o eixo central das entrevistas tinha a finalidade de perceber a existência, ou não, de mudanças na vida laboral e pessoal delas.

Diante disso, ficou revelado que a participação das mulheres em empreendimentos de Economia Solidária constituem-se em uma possibilidade de exercício de práticas democráticas e autogestionárias, bem como em uma oportunidade de visibilizar e discutir questões de gênero que são

acolhidas e encobertas na economia capitalista, tal como a marginalidade do trabalho reprodutivo e doméstico. Evidenciou-se ainda que o principal ganho é psicológico e político, enquanto que a geração de renda e a garantia de direitos fica a quem das expectativas.

PALAVRAS-CHAVE: *Mercado de trabalho; Precarização do trabalho; Gênero; Economia Solidária.*

Desafios na Gestão de Recursos Públicos na Extensão Universitária: o Caso do Edital Proext 2010 Executado pela Ites/Ufba

Núbia Cerqueira Pinto | nubiacerqueirapinto@gmail.com

Ariádne Scalfoni Rigo | orientador(a)

ESTE TRABALHO busca refletir sobre alguns desafios e limites da gestão de recursos públicos através da experiência da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA), tomando como exemplo a execução dos recursos aprovados pelo MEC no edital nº 05 PROEXT/MEC 2010/2011 para apoiar e desenvolver as atividades de extensão da ITES em comunidades de quatro municípios baianos (Salvador, Simões Filho, Vera Cruz e Cairu). Para tal, adota uma abordagem qualitativa, utilizando-se do estudo de caso, utilizando como estratégias de pesquisa utilizamos a observação participante, entrevistas e pesquisa documental como técnicas de pesquisa (Zouain e Torres, 2007)(VERGARA, 1990). O presente trabalho faz assim uma reflexão sobre os desafios e limites da execução financeira de recursos mobilizados a partir de uma chamada pública e como suas consequências mobilização e desmobilização impactam diretamente nas ações internas (diversos setores e unidades da universidade) e externas (comunidades, fornecedores, associações locais) de extensão realizadas pela ITES. Com a análise dos dados, pudemos observar que são diversos

e amplos os desafios e os limites na execução de recursos públicos para extensão universitária de economia solidária em especial por seu caráter inovador de articulação entre a universidade e a sociedade a partir de uma valorização e reconhecimento das potencialidades e serviços que as comunidades podem fazer no processo de organização dos territórios. Podemos considerar ainda que na experiência da ITES na UFBA podemos apontar alguns caminhos possíveis para que a execução as questões aqui expostas e questionadas possam ser minimizadas e para que de fato o ProExt cumpra a sua missão de financiamento para projetos e programas de extensão.

PALAVRAS-CHAVE: *extensão universitária; gestão de recursos públicos; economia solidária; política pública.*

Condições de Efetividade da Política de Garantia de Preço Mínimo na Comunidade Quilombola Boitaraca

Seonária Costa Santana, | nara.pedagoga@hotmail.com

Técnica em Agropecuária pela EMARC (2004), Licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais (2010). Atualmente é Assessora Técnica do Projeto de Assistência Técnica Extensão Pesqueira e Aquícola-ATEPA pelo Centro de Assessoria do Assurua-CAA.

Edi Benini | orientador(a)

ESSA PESQUISA teve como objetivo analisar a funcionalidade da Política de Garantia de Preço Mínimo-PGPM na economia das unidades familiares situadas na comunidade quilombola de boitaraca. A partir dos dados obtidos com a pesquisa de campo, discutiu-se a importância desta política pública como base metodológica inserida no desenvolvimento rural e suas limitações perante as normas burocráticas. O trabalho foi baseado nas teorias e publicações da Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB e de outros autores que tratam sobre as políticas agrícolas no Brasil e sobre

a cultura do produto oriundo da subvenção, a piaçava ou piaçaba como é conhecida popularmente. A abordagem sobre o objeto de estudo partiu de uma revisão de literatura para uma posterior pesquisa de campo com os associados da Associação de Moradores do Quilombo de Boitaraca-AMQB. Para tal foram utilizados questionários e depoimentos na coleta de dados sobre a temática já citada. Como resultado da pesquisa, foi possível perceber a importância que as políticas públicas têm na vida socioeconômica dos rurícolas, porém, foi preciso entender como esta é elaborada e como se dá seu funcionamento na prática, qual a contribuição que ela traz para o desenvolvimento social, cultural e econômica das unidades familiares desta comunidade quilombola.

PALAVRAS-CHAVE: *Piaçava; Quilombola; Política Pública.*

O Psicólogo Social no Contexto da Economia Solidária

Simone Adriana Vasconcelos Sobral | simonysobral@hotmail.com

Graduada em Pedagogia pela Universidade Tiradentes e Psicologia pela Faculdade Pio Décimo e Pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho e Didática do Ensino Superior.

Lilium Deisy Ghizoni | orientador(a)

ESTE ARTIGO discute o papel do psicólogo social com grupos de Economia Solidária, fundamentando-se na Psicologia Social. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e revisão bibliográfica, cuja trajetória metodológica consistiu inicialmente em selecionar material, em base de dados científicos: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SCIELO (Scientific Electronic Library Online). Posteriormente, fez-se uma pesquisa de campo, através de entrevistas com 7 (sete) membros de grupos de empreendimentos solidários das seguintes localidades: Frei Paulo, Moita Bonita, Areia Branca, Mosqueiro, Estância e São Domingos. Todos pertencentes ao estado de Sergi-

pe, região nordeste do Brasil. A pesquisa demonstrou que, em sua maioria, o mesmo padrão do surgimento dos grupos de economia solidária, que iniciam com reuniões permanentes, em seguida a formação de associações tendo apenas a diferença de quantidade dos membros, as decisões mais importantes costumam ser tomadas em assembleias de sócios. Dentre os grupos entrevistados 07 (sete), apenas 02 dois conseguiram avançar como cooperativas na área de alimentos. Verificou que a economia solidária proporciona a oportunidade para a união de forças populacionais, visando o estabelecimento de propostas construtivas em defesa da maioria das condições de vida.

PALAVRAS-CHAVE: *Economia Solidária; Psicologia Social; Psicólogo; Grupos de Economia Solidária.*

O Direito ao Trabalho Associado: Reflexões sobre Práticas Educativas que Promovem o seu Acesso às Classes Trabalhadoras no Brasil

Teresa Regina dos Santos Mattos | trsmattos@bol.com.br

Pedagoga e Especialista em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação pela Universidade do Estado da Bahia;
Técnica de sistematização da ITCP/COAPPES/UNEB.

Ioli Wirth | orientador(a)

A PARTIR da reflexão de mais de uma década de práticas com a educação, com a formação para cooperativismo popular e com a promoção da economia solidária e embasada pelos estudos proporcionados pela Pós-graduação em Gestão Pública e Sociedade, o artigo busca apresentar o trabalho associado como uma modalidade de trabalho a que todos os trabalhadores e trabalhadoras têm o direito de acesso e usufruto no Brasil. No entanto, o mesmo ainda deve ser assegurado tanto na disponibilidade de condições para a sua prática, quanto ao acesso à formação para o seu conhecimen-

to e desenvolvimento no país. Em vista disso, este artigo denuncia a sua invisibilidade no sistema educacional e trabalhista brasileiro e apresenta um arcabouço teórico que legitima o trabalho associado como uma modalidade de trabalho específica e diferenciada, que requer a ressignificação de vários conceitos como: trabalho, mercado, economia, dentre outros. Nesse contexto, a formação para o cooperativismo popular, promovido pelas incubadoras, e a formação para a economia solidária, promovido pelo movimento de economia solidária, são também destacadas como práticas pioneiras para a promoção dessa modalidade de trabalho e difusão de seu conhecimento no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: *Trabalho Associado; Trabalho; Economia Solidária; Cooperativismo Popular.*

Orientadores

Airton Cardoso Cançado • <http://lattes.cnpq.br/7076992579962891>
Aline Sueli de Salles Santos • <http://lattes.cnpq.br/4636918444602186>
Aline Mendonça dos Santos • <http://lattes.cnpq.br/4584658074250491>
Alzira Medeiros • <http://lattes.cnpq.br/4697130458992515>
Ana Carolina Carmona Ribeiro • <http://lattes.cnpq.br/9579019708543151>
André de Oliveira • <http://lattes.cnpq.br/6702972421760265>
Angelita de Oliveira Almeida • <http://lattes.cnpq.br/6066112448116736>
Bianca Lima Costa • <http://lattes.cnpq.br/4841295906930590>
Bruna Mendes de Vasconcellos • <http://lattes.cnpq.br/1211963856354837>
Cristhiane Aparecida Falchetti • <http://lattes.cnpq.br/6117251928716820>
Eraldo Batista • <http://lattes.cnpq.br/6978434647568779>
Édi A. Benini • <http://lattes.cnpq.br/8359512043390547>
Fabiana de Cássia Rodrigues • <http://lattes.cnpq.br/7854009228266054>
Graziela Krohling Kunsch • <http://lattes.cnpq.br/5419980315838415>
Jonas Bertucci • <http://lattes.cnpq.br/0580793909196813>
Lalo Watanabe Minto • <http://lattes.cnpq.br/6084129097745589>
Liliam Deisy Ghizoni • <http://lattes.cnpq.br/9903452459296489>
Ludmila Meira • <http://lattes.cnpq.br/154792072429032>
Milena Pavan Serafim • <http://lattes.cnpq.br/0394606527784711>
Paula Arcoverde Cavalcanti • <http://lattes.cnpq.br/780831350741791>
Paulo Lisandro Amaral Marques • <http://lattes.cnpq.br/7931964708776912>
Pedro Fiori Arantes • <http://lattes.cnpq.br/7983341512092040>
Ioli Wirth • <http://lattes.cnpq.br/6990892114095623>
Juliana Chioca Ipolito • <http://lattes.cnpq.br/7307710193905189>
Lourença Santiago Ribeiro • <http://lattes.cnpq.br/442861960431727>
Michele Lima de Souza • <http://lattes.cnpq.br/5383603568809181>
Miguel Pacífico Filho • <http://lattes.cnpq.br/5949034927486529>
Núbia Cristina Assunção Miranda • <http://lattes.cnpq.br/6020416940895068>
Rafael Dias • <http://lattes.cnpq.br/6070019241046907>
Rodrigo Maurício Freire Soares • <http://lattes.cnpq.br/0738806646986342>
Shirley Silveira Andrade • <http://lattes.cnpq.br/8280374864083555>
Tatiana Araujo Reis • <http://lattes.cnpq.br/0483361924372413>
Thais Silva Mascarenhas • <http://lattes.cnpq.br/4662909613194361>
Vanessa Moreira Sígolo • <http://lattes.cnpq.br/256535429186397>

Orientadores Voluntários

Ariádne Scalfoni Rigo • <http://lattes.cnpq.br/2648340817180242>
Armando Lirio de Souza • <http://lattes.cnpq.br/8782066216945002>
Edson de Jesus Antunes Correa • <http://lattes.cnpq.br/6096442351215112>
Elcio Gustavo Benini • <http://lattes.cnpq.br/4117277313365301>
Eliana Maria dos Santos • <http://lattes.cnpq.br/1430535712228182>
Elias Diniz Sacramento • <http://lattes.cnpq.br/2677018539774842>
Euzalina da Silva Ferrão • <http://lattes.cnpq.br/2331025962743599>
Gisele Carneiro • <http://lattes.cnpq.br/1382592317333141>
Henrique T. Novaes • <http://lattes.cnpq.br/5282506732444510>
Hayrton Francis Ximenes de Andrade • <http://lattes.cnpq.br/4162407728580482>
José Marcos Resende Oliveira • <http://lattes.cnpq.br/8246059214729319>
Marilene Zazula Beatriz • <http://lattes.cnpq.br/710657203199607>
Maurício Sardá de Faria • <http://lattes.cnpq.br/1513772085737367>
Odilon Rawlinson Gomes Barbosa • <http://lattes.cnpq.br/1376782786477661>
Lidiane de Souza Silva • <http://lattes.cnpq.br/3153875806160546>